

FADISP
FACULDADE AUTÔNOMA DE DIREITO

Relatório de Autoavaliação Institucional
da Comissão Própria de Avaliação - CPA

(Triênio 2019-2021)

FADISP
FACULDADE AUTÔNOMA DE DIREITO

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Comissão Própria de Avaliação – CPA

(Triênio 2019-2021)

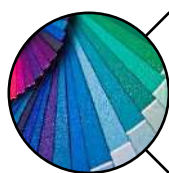
MANTIDA

Faculdade Autônoma de Direito (FADISP)

MANTENEDORA

Centro Educacional Alves Faria Ltda. (CENAF)





SUMÁRIO

CORPO DIRIGENTE.....	5
COORDENAÇÕES DE CURSOS	6
RELAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO	7
MISSÃO, VISÃO E VALORES	8
1. INTRODUÇÃO	9
1.1 - INTRODUÇÃO À AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	9
1.2 - Dados Gerais da Instituição	13
1.2.1 – Dados da Mantida	13
1.2.2 – Dados da Mantenedora.....	13
a) Breve Histórico da Mantenedora.....	13
b) Breve Histórico da Mantida.....	15
1.3 - COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA).....	21
1.4 - AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	26
a. Concepção de autoavaliação institucional.....	30
b. Objetivos da autoavaliação	31
c. Instrumentos adotados	32
d. Formas de utilização dos resultados das avaliações.....	32
2. METODOLOGIA.....	33
2.1 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	34
2.2 - SENSIBILIZAÇÃO.....	36
2.3 – DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS	38
3. DESENVOLVIMENTO.....	41
EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	45
Eixo 1 - Dimensão 8:: Planejamento e Avaliação.....	45
E1 D8 - Articulação da autoavaliação do curso com autoavaliação institucional	45
E1 D8 - Tutoria Docente	49
EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	50
Eixo 2 - Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional	50
a. Valores.....	51
b. Missões institucionais	51
c. Planejamento econômico-financeiro	54

Eixo 2 - Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição	54
a) Distribuição de Cestas Básicas:	58
b) Algumas ações do Grupo José Alves - GJA	58
EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS	60
Eixo 3 - Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão	60
E3 D2 – Metodologias de Ensino	69
E3 D2 – Ações Da IES para o retorno às aulas em decorrência da pandemia de COVID-19 ...	74
E3 D2 –Eventos, cursos e atividades de extensão.....	85
E3 D2 – Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP).....	97
a. Projeto de Monitoria Voluntária (PMV)	98
b. Programa de Nivelamento	101
b.1. Curso de Nivelamento em Língua Portuguesa	101
c. Tutoria Docente.....	102
E3 D2 – Núcleo de Educação Inclusiva (NEI)	105
a. Curso de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).....	106
b. Políticas Inclusivas e de Combate à Discriminação	107
E3 D2 – Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica (NUPES)	109
a. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	109
b. Programa de Iniciação Científica.....	111
c. Grupo de Pesquisa ARETÊ.....	112
E3 D2 – Revista Pensamento Jurídico da FADISP	112
E3 D2 – Núcleo de Prática Jurídica (NPJ).....	117
a. Sistema TWM – Simulador PJE	117
b. Liga Acadêmica de Prática Jurídica - LAPJ	120
c. Visitas Orientadas a Tribunais e Instituições Jurídicas	121
d. Curso Preparatório para o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil.....	126
E3 D2 – Políticas de Internacionalização	130
a. Universidade de Salamanca, Espanha	131
b. Universidade de Valladolid, Espanha	132
c. Universidade de Siena – Summer School	132
d. Línguas instrumentais	133
E3 D2 – Políticas de valorização do protagonismo estudantil e auto-organização discente	135
E3 D2 – Integração entre graduação e pós graduação	137
a. Integração do Stricto Sensu com a Graduação	137
b. Estágio de Docência	140
Eixo 2 - Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade.....	142

Eixo 2 - Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes	145
E2 D9 - Central de Atendimento	145
E2 D9 - Coordenação de Curso de Direito	146
E2 D9 – Sistemas Acadêmicos	155
EIXO 3: POLÍTICAS DE GESTÃO	157
Eixo 3 - Dimensão 5: Políticas de Pessoal	157
E3 D5 – Valorização e Formação do Corpo Docente	157
E3 D5 – Políticas de Recursos Humanos	165
a. Políticas e Práticas de Recursos Humanos	165
b. Política do Plano de Cargos, Salários e Carreiras.	166
c. Política de Capacitação	167
d. Outras ações de Gestão de Recursos Humanos	171
Eixo 3 - Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição	172
E3 D6 - Estruturação da Alfa Escola de Direito	172
E3 D6 – Resumo da Organização e Gestão da Instituição	173
E3 D6 – Indicadores de Satisfação do Corpo Técnico-Administrativo	175
Eixo 3 - Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira	179
EIXO 5: INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	182
Eixo 5 - Dimensão 7: Infraestrutura Física	182
E5 D7 - Dados gerais de Infraestrutura	182
E5 D7 – Dados gerais de Biblioteca	188
4. ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES	195
5. AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE	196
Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional.....	196
Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional	197
Eixo 3 – Políticas Acadêmicas.....	198
Eixo 4 – Políticas de Gestão.....	200
Eixo 5 – Infraestrutura Física	202
CONSIDERAÇÕES FINAIS	203

**CORPO DIRIGENTE****José Alves Filho**

Chanceler

Presidente da Mantenedora

Carlos Eduardo Trindade

Diretor Superintendente

Thiago Lopes Matsushita

Diretor da Escola de Direito da ALFA EDUCAÇÃO

Lauro Ishikawa

Coordenador Geral dos Cursos de Direito da Escola de Direito da ALFA EDUCAÇÃO

Júlio César de Oliveira VellozoCoordenador dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*
da Escola de Direito da ALFA EDUCAÇÃO**André Ramos Tavares**Coordenador Titular de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito - FADISP**Henrique Garbellini Carnio**Coordenador Adjunto de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito - FADISP**Carolina Noura de Moraes Rêgo**

Coordenadora Titular do Curso de Graduação em Direito - FADISP

Victor Henrique Grampa

Coordenador da Comissão Própria de Avaliação – CPA-FADISP

Márcia Correia da Silva

Procuradora Institucional

Gerente de Secretaria de Graduação, Pós-Graduação e Extensão

**COORDENAÇÕES DE CURSOS****CORDENADORES(AS) DE CURSO(S) DE GRADUAÇÃO**

Curso	Coordenador(a)
Direito	Carolina Noura de Moraes Rêgo

**CORDENADORES(AS) DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTO SENSU**

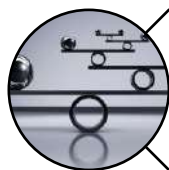
Curso	Coordenador(a)
Mestrado em Função Social do Direito	André Ramos Tavares / Henrique Garbellini Carnio
Doutorado em Função Social do Direito	André Ramos Tavares / Henrique Garbellini Carnio

**RELAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO****CURSOS DE GRADUAÇÃO ATIVOS**

Curso	Carga Horária
Bacharelado em DIREITO	4151 horas (10 semestres) Autorização: Portaria 1358 de 04/07/2001 Reconhecimento: Portaria 366 de 13/07/2006 CPC (2018): 3 / ENADE (2018): 2

CURSOS DE GRADUAÇÃO EM EXTINÇÃO (A PEDIDO DA IES)

Curso	Carga Horária
Bacharelado em ADMINISTRAÇÃO	3720 horas (8 semestres) Autorização: Portaria 732 de 23/12/2013 Reconhecimento: Portaria 1109 de 25/10/2017
Bacharelado em CIÊNCIAS CONTÁBEIS	3400 horas (8 semestres) Autorização: Portaria 694 de 17/12/2013 Reconhecimento: Portaria 608 de 06/09/2018



MISSÃO, VISÃO E VALORES



Missão

Exercer uma ação integrada em suas atividades educacionais visando à geração, à sistematização e à disseminação do conhecimento, para a formação de profissionais empreendedores capazes de promover a transformação e o desenvolvimento social, econômico e cultural da comunidade em que estão inseridos.



Visão

Se tornar um centro de ensino de excelência, com referência nacional, estimulando o desenvolvimento do conhecimento, das habilidades e competências de seus discentes para que alcancem o sucesso pessoal e profissional, oferecendo-lhes não somente a formação técnica, mas também princípios que formem o cidadão, com a colaboração de capacitados docentes e utilizando modernas tecnologias didático-pedagógicas.



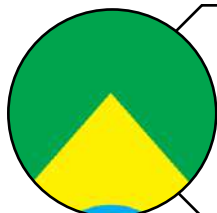
Valores

A atuação e o desenvolvimento das atividades serão norteados em um comprometimento vinculado à liberdade de expressão, à pluralidade de ideias e opiniões, à ética, à solidariedade e ao respeito às liberdades individuais e aos direitos coletivos



Propósito

A atuação e o desenvolvimento das atividades serão norteados em um comprometimento vinculado à liberdade de expressão, à pluralidade de ideias e opiniões, à ética, à solidariedade e ao respeito às liberdades individuais e aos direitos coletivos



Base Constitucional

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.



1. INTRODUÇÃO



1.1 - INTRODUÇÃO À AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Autoavaliação Institucional (AI) visa à melhoria da qualidade da educação superior, o aumento permanente da eficácia institucional, a efetividade acadêmica e social e, com especial atenção, impulsionar o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão, da promoção dos valores democráticos, do respeito às diferenças e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. A autoavaliação configura-se em forma de avaliação interna, de caráter permanente, integrando a avaliação geral das Instituições de Ensino Superior (IES), juntamente com avaliações externas.

A legislação vigente consolidou a avaliação como um dos instrumentos para sustentação da qualidade do sistema de educação superior. Os processos avaliativos internos e externos são concebidos como subsídios fundamentais para a formulação de diretrizes para as políticas públicas de educação superior e, também, para a gestão das instituições, visando a melhoria da qualidade da formação, da produção de conhecimento e da extensão, de acordo com as definições normativas de cada tipo de instituição e as opções de cada estabelecimento de ensino.¹

O intuito fundamental do processo de autoavaliação é a construção de uma consciência institucional, com a transformação da cultura institucional, tendo em vista possibilitar que os resultados obtidos forneçam informações relevantes e necessárias aos gestores, permitindo programar ações a curto, médio e longo prazo, a fim de alcançar os objetivos maiores – na perspectiva de uma educação de qualidade, voltada para a formação do sujeito, o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho. Possibilitando a autorreflexão da comunidade acadêmica sobre suas práticas, a partir da divulgação dos dados de autoavaliação, ensejando processos individuais e coletivos de transformação. A

¹ CONAES, Presidência da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior. Disponível em: http://www.ceuma.br/cpa/downloads/Diretrizes_Avaliacao_IES.pdf Acesso em: 10/03/2022.

missão, a visão, os valores e propósitos institucionais, dentro de parâmetros constitucionais, moldam o perfil da IES, expressando-se em diversas dimensões, do administrativo ao pedagógico, objetivando a integralização curricular com justiça e qualidade em seus cursos e ações.

A Autoavaliação Institucional acontece semestralmente na FADISP, com a finalidade de identificar as potencialidades e fragilidades no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovendo a qualidade da oferta educacional em todos os sentidos. No processo avaliativo considera-se a comunidade acadêmica como um todo, numa perspectiva interna e externa. Nesse sentido, foram contempladas as tendências, os riscos e as oportunidades para a Instituição e seus *stakeholders*. O desenvolvimento da autoavaliação teve a função de promover a busca da excelência no contexto vivenciado por seus integrantes onde o saber e o fazer influenciam no agir de seus participantes impulsionando a melhoria da qualidade.

O presente relatório exhibe as informações que atendem às determinações legais instituídas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, coordenado e supervisionado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, e refletindo o processo de amadurecimento da cultura de avaliação, através do conjunto de atividades e ações que norteiam a revisão contínua dos valores e objetivos institucionais. Os dados aqui apresentados são relativos à Faculdade Autônoma de Direito – FADISP, são referentes ao triênio de 2019 a 2021, representando relatório integral, sendo consideradas as informações pertinentes aos cinco eixos, que contemplam as dez dimensões do SINAES.

Art. 3º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à

inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV – a comunicação com a sociedade;

V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;

IX – políticas de atendimento aos estudantes;

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.²

A FADISP e sua Mantenedora reconhecem a necessidade e importância da Avaliação Institucional, sobremaneira da Autoavaliação, como elemento de autogestão, objetivando, com este relatório, informar sobre o cumprimento de sua missão, bem como o crescimento institucional em todas as áreas de atuação acadêmica, podendo assim, reafirmar sua identidade social, através das ações corretivas e afirmativas. É a educação um direito fundamental, de tal modo que a constante avaliação é necessária, garantindo aprimoramento constante e a efetividade do direito à educação.

Ao longo do processo de autoavaliação procurou-se analisar a qualidade das ações desenvolvidas objetivando compreender o significado que estas ações representam para o crescimento e desenvolvimento da comunidade acadêmica. Os resultados são esclarecedores e levam a afirmar que é fundamental o processo de avaliação interna, com a finalidade de fortalecer os serviços educacionais prestados no âmbito institucional.

² BRASIL. Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/10.861.htm

O envolvimento dos componentes institucionais no processo de autoavaliação torna-se essencial na medida em que permite a análise, reflexão e construção de novas formas de aprendizagem, comunicação e ações de transformação. Assim, a autoavaliação fortalece o processo democrático, com vistas a contribuir com a construção de uma Instituição socialmente comprometida, competente, responsável e transparente para a sociedade.

O triênio de 2019 a 2021 foi fortemente impactado pela pandemia da COVID-19, exigindo esforços de readaptação e transformações institucionais em curtos espaços de tempo. O diálogo constante com a comunidade acadêmica, em seus diversos segmentos, foi central para a célere e adequada resposta institucional às necessidades da saúde pública, sem prejuízos à qualidade do ensino ofertado ou interrupção das atividades acadêmicas. A FADISP não interrompeu suas atividades, investindo em estratégias inovadoras, principalmente nas tecnologias digitais aplicadas ao Direito, através dos novos modelos jurídicos digitais, em face dos desafios que se impuseram; optando pelo fortalecimento dos canais de diálogo e participação como elementos de união da comunidade acadêmica.

**1.2 - DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO****1.2.1 – Dados da Mantida**

Nome	FACULDADE AUTÔNOMA DE DIREITO - FADISP
Dados e-MEC	Código: 1752 CI - Conceito Institucional: 3 IGC - Índice Geral de Cursos: 4
Instituição:	Sociedade Civil – privada com fins lucrativos
Estado	São Paulo
Município-sede	São Paulo
Site	https://fadisp.com.br/
Endereço	Unidade Pinheiros R. João Moura, 313 São Paulo - SP (11) 2395-7500

1.2.2 – Dados da Mantenedora

Nome	CENTRO EDUCACIONAL ALVES FARIA LTDA.	
Código	979	
Instituição	Sociedade Empresária Limitada	
CNPJ/MF	02.850.990/0001-82	
Estado	Goiás	
Município-sede	Goiânia	
Mantenedora	Centro Educacional Alves Faria	
Site	www.unialfa.com.br	
Endereços	Unidade Perimetral Av. Perimetral Norte, nº 4129 Vila João Vaz – Goiânia – GO Fone: (62) 3272-5000	Unidade Bueno Av. Mutirão, nº 2600 Setor Bueno – Goiânia – GO Fone: (62) 3520-9400

a) Breve Histórico da Mantenedora

A Faculdade Autônoma de Direito – FADISP é mantida pelo CENTRO EDUCACIONAL ALVES FARIA – CENAF, também mantenedora do Centro Universitário Alves Faria – UNIALFA, que oferta 18 cursos de Graduação, diversos cursos de Especialização e programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* nas áreas de Direito (Direito Constitucional Econômico), Administração (Gestão Empresarial) e Desenvolvimento Regional.

A história do Grupo José Alves (GJA) tem início na década de 60 numa cidade do interior brasileiro que despontava como polo logístico e atacadista do Triângulo Mineiro: Uberlândia. A economia brasileira passava por transformações, com o crescente processo da industrialização e urbanização. Iniciava-se um Brasil de oportunidades. Foi neste período que o empreendedor goiano José Alves (Seu Nendo) inaugurou, em 2 de outubro de 1962, as Casas Alô Brasil, origem do Grupo José Alves.

O GJA inicia, a partir de 2000, a fase horizontal de suas atividades no novo milênio. Em agosto de 2000, diversificando os seus negócios através da entrada nos segmentos de educação, inaugura as Faculdades Alves Faria (ALFA) com o objetivo de formar executivos de alto desempenho para os desafios deste novo mercado. A partir de 2016 a ALFA se tornou um Centro Universitário. Em 2010, o Grupo adquiriu a FADISP, localizada em São Paulo, especializada na área do direito da graduação ao doutorado. Recentemente, em 2020, inaugurou o Colégio ALFA, em Goiânia, expandindo para o segmento do ensino médio. O investimento em educação tem como fundamento a possibilidade de transformação da sociedade, primando-se pela qualidade.

O CENAF surge do ideal firme do seu Presidente José Alves Filho em criar uma instituição de educação superior voltada para o ensino da administração e gestão de negócios, com o fim de suprir a crescente demanda de pessoal qualificado em gerência executiva no Estado de Goiás e deste grande e importante centro urbano brasileiro para as demais regiões do País. Sua missão sempre foi a qualidade de ensino, desde o ensino médio até a pós-graduação, com forte estímulo à pesquisa e aplicação do conhecimento adquirido. Para isso, o CENAF vem empreendendo atividades de ensino, pesquisa e extensão desde sua fundação em agosto de 2000, quando surgiram as Faculdades Alves Faria – ALFA.

Originalmente, a ALFA oferecia vestibular para três cursos: Administração de Empresas, Sistemas de Informação e Turismo. Hoje, a ALFA está credenciada como Centro Universitário (UNIALFA) e tem o perfil de instituição reconhecidamente com forte conexão com o Mundo dos Negócios, com forte desempenho em atividades associadas ao ensino vocacionado para a formação e qualificação do profissional brasileiro, com diversos cursos de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnólogos). Somando-se: Administração; Arquitetura e Urbanismo; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Comércio Exterior; Direito; Engenharia Civil; Engenharia da Computação; Engenharia de Produção; Engenharia de Software; Engenharia Elétrica; Engenharia Mecânica; Jornalismo; Pedagogia; Psicologia; Publicidade e Propaganda e Sistemas de Informação.

b) Breve Histórico da Mantida

A Instituição foi credenciada pela Portaria Ministerial nº. 1358, de 04 de julho de 2001, publicada no D.O.U. de 09 de julho de 2001, iniciou suas atividades acadêmicas no mesmo ano, com base em dispositivo constante de seu Regimento Geral e de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/96), com fundamento legal nas Portarias de autorização do MEC – Ministério da Educação e Cultura.

Contando com mais de 20 anos de tradição no ensino do Direito, a Faculdade Autônoma de Direito (FADISP) foi fundada em 2001, pelos professores José Manoel Arruda Alvim e Thereza Alvim, sendo reconhecida como um centro de referência no País nesta área. Hoje, a Instituição oferece o curso de graduação em Direito, autorizado pela portaria ministerial nº 1358 de 04/07/01 – DOU 09/07/01 e reconhecida pela portaria ministerial nº366 de 13/07/2006 – DOU de 17/07/2006, ofertando ainda cursos de extensão e pós-graduação em Direito (*lato e stricto sensu*). Isso dentro de uma perspectiva de formação jurídica ampla, da graduação ao doutorado, seguindo critérios de alta qualidade em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A FADISP surge no cenário da Educação Superior, como uma Instituição voltada para a excelência na educação em Direito, visando suprir a crescente necessidade local e regional de pessoal qualificado para atendimento das

demandas de mercado, estabelecendo, como premissa principal, a qualidade de ensino, tendo como referência as melhores escolas de Ensino Superior do País. Vale se observar que os cursos de *stricto sensu* iniciaram suas atividades em 2005-1 e são recomendados pela CAPES, com conceito 4, para Mestrado e Doutorado na avaliação quadrienal de 2017.



Programa	IES	UF	ME	DO	MP	DP
FUNÇÃO SOCIAL DO DIRETO (31139917001P4)	FACULDADE AUTÔNOMA DE DIRETO (FADISP)	SP	4	4	-	-

ME: Mestrado Acadêmico
 DO: Doutorado
 MP: Mestrado Profissional
 DP: Doutorado Profissional

Fonte: <https://sucupira.capes.gov.br/>

A partir de 2009, a FADISP passou a integrar o Grupo José Alves (GJA), constituindo-se parte de um dos conglomerados empresariais de maior sucesso de Goiás. Sua incorporação atendeu ao ideal do fundador do GJA, Sr. José Alves, de seguir com a expansão do seu forte modelo de Governança Corporativa e Familiar para o maior mercado econômico do País, que é a Cidade de São Paulo. Desde então, o GJA tem cumprido com a entrega de prestação educacional personalizada e acolhedora, sob rigoroso modelo de gestão pautado pela profissionalização e meritocracia.

Foi sob esta metodologia que o GJA expandiu sua atuação empresarial para inúmeros segmentos, desde o de embalagens, imobiliário, bebidas até (confirmando sua trajetória persistente e profícua para ultrapassar séculos e continuar com a missão de liderar e formar líderes) o segmento do ensino, desde o médio à pós-graduação. A partir desse contexto, rico em conhecimento empresarial e técnico, que a FADISP se tornou parte do projeto do GJA de expansão de seus propósitos de sempre promover a qualidade profissional de Goiás para São Paulo. Atualmente o *stricto sensu* da FADISP desempenha importante função formativa atingindo diversas regiões do País.

É importante sempre se salientar que as ambições do GJA de consolidação e expansão do Ensino Superior de qualidade em São Paulo vêm do Mundo Empresarial, espaço em que floresceu seu perfil de Instituição

vocacionada ao Mundo das Ciências Jurídicas e dos Negócios, com forte preocupação com a formação de profissionais inseridos e comprometidos com o desenvolvimento local, regional e nacional do País. Compreendendo a possibilidade e necessidade de uma educação voltada ao profissional sem que isso implique em redução da criticidade e formação humanística, de modo a integrar teoria e prática com qualidade, aliando trabalho e cidadania.



Fonte: Instagram® da FADISP (@fadispalfa)

Outro perfil fundamental da FADISP está em buscar constantemente as transformações qualitativas no ensino superior. Sua disposição às mudanças é integral, sempre por passos seguros e planejados, e com a preocupação de acompanhar as evoluções sociais, econômicas e tecnológicas. Atualmente, a FADISP passa por transformações profundas, desde curriculares até comportamentais; visando projetos de expansão e alinhados com a nova “Era Digital”, vale dizer, com o momento mundial de explosão de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), que tem provocados acadêmicos a anunciarem a “Quarta Revolução Industrial”. Exigindo um repensar, inclusive de áreas clássicas, como o Direito, que passa a ser desafiado a fornecer respostas dentro desse novo e desafiador cenário.

Essa nobre missão é desafiada pela FADISP pautando-se por princípios gerais e filosóficos de organização e ação, a saber: a) a unidade de patrimônio e administração; b) a unidade das funções de ensino, pesquisa e extensão, sem a duplicação de meios para fins idênticos, ou equivalentes; c) a racionalização da organização com plena utilização dos recursos materiais e humanos; d)

cultivo das áreas fundamentais do conhecimento humano, estudadas em si mesmas ou em razão de anteriores aplicações em áreas técnico-profissionais; e) a flexibilidade de métodos e critérios com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades locais e regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de pesquisa. Dentro de diretrizes éticas e com responsabilidade social, buscando a promoção de uma cultura de Direitos Humanos e respeito à diversidade.

A FADISP contou com uma gama de cursos na área de negócios e tecnologia, com opção institucional a partir de 2019 em focar suas atividades na área do Direito, especializando-se como Escola de Direito, sem abandonar a expertise acumulada na área de negócios e tecnologia, revertendo-a para um ensino jurídico diferenciado. Essa opção aparece no contraste dos relatórios da CPA anteriores a 2019, que contavam com mais cursos, cumprindo anunciar ao leitor deste relatório trienal a alteração de recorte, com unicidade ao curso de Graduação em Direito. Dentro do GJA estruturou-se, em 2022, a Escola de Direito da Alfa Educação, buscando criar estratégias colaborativas entre a FADISP e UNIALFA, de modo interinstitucional e inter-regional, para a qualificação da atuação especializada na área do Direito.

A FADISP se destaca em indicadores externos, como o “*Ranking Universitário Folha*” (RUF), dentre as melhores instituições privadas da capital do Estado de São Paulo. Um aspecto relevante é a sua inserção internacional, com convênios firmados com a Universidade de Siena (Itália), Universidade de Salamanca (Espanha) e Universidade de Valladolid (Espanha). Essa dimensão internacional possibilitou a realização de eventos e projetos acadêmicos, oportunizando a mobilidade de docentes e discentes da Graduação e da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, e promovendo diálogos entre o direito brasileiro e mundial. A articulação entre o presencial e o virtual vem possibilitando a difusão do conhecimento, dentro de uma pluralidade de estratégias e metodologias.

CONVENIOS INTERNACIONAIS



Universidad de Valladolid

O *campus* foi estruturado para atender às demandas dos cursos de graduação e pós-graduação e às necessidades das atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma integrada em que os alunos da graduação possam trocar experiência com os alunos do *stricto sensu*. O prédio possui salas de aula, auditório, biblioteca, sala de estudos, laboratório de informática, núcleos de atendimento, biblioteca e salas administrativas. Existe ampla área de convivência para o atendimento a alunos, professores e colaboradores com espaços de uso individual e coletivo.

As salas de aula são equipadas com carteiras do tipo universitário, com assento acolchoado, sendo todas climatizadas com ar condicionado. A instituição disponibiliza, mantém e atualiza sua infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos para atender às demandas, ciente da importância de contribuir para a produção de conhecimentos que ajudem na materialização do desenvolvimento sustentável. Levando-se em consideração, em suas ações e de todo o GJA, os objetivos de desenvolvimento sustentável em suas práticas institucionais (ODS):



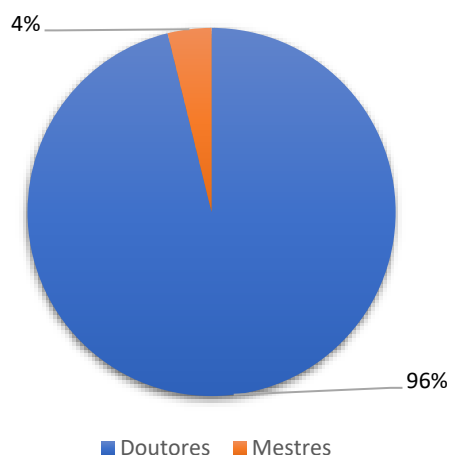
Fonte: <https://odsbrasil.gov.br/>

A infraestrutura tecnológica fornece acesso direto e contínuo à Internet a partir de qualquer equipamento de informática existente nos laboratórios, na sala dos professores, na biblioteca e na área administrativa, tendo também, disponível a rede sem fio aos usuários (Wi-Fi), nas dependências do *campus* universitário. A partir do contexto da pandemia de COVID-19 houve elevado esforço e investimento para a ampliação de recursos digitais, lastrando a possibilidade de atividades presenciais, híbridas e à distância, com qualidade. Foram contratadas plataformas online de transmissão síncrona, com ampliação de plataformas de conteúdo (como a Biblioteca Virtual). Atualmente o acesso remoto ocorre centralmente pelas plataformas especializadas em Educação:

- 1) Open LMS(<https://alfa.mrooms.net/>).
- 2) Blackboard Collaborate (acesso pelo Open LMS).
- 3) Sistema Acadêmico do Aluno (<http://academico.alfa.br/>)
- 3) Biblioteca Virtual (Minha Biblioteca) (acesso pelo Sistema Acadêmico).
- 4) Sistema TWM – Simulador do PJe (<https://npjfadisp.com.br/>)³

A FADISP possui diferenciais nas políticas acadêmicas e de pessoal, voltadas para a qualidade dos cursos. Dentre elas a opção institucional pela contratação exclusiva de mestres e doutores a partir do segundo semestre de 2019. Caminhando para a composição de um corpo docente exclusivamente de professores(as) doutores(as), com integração significativa entre a graduação e o *stricto sensu*. A instituição possui 26 professores(as), dentre os quais 25 doutores e 1 mestre; progressivamente se consolidando num quadro integralmente de professores(as) doutores(as)⁴.

Gráfico de Professores(as) por Titulação Acadêmica



Elaborado pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, a partir de dados da Instituição.

O corpo docente é composto por professores selecionados conforme sua trajetória profissional, acadêmica e titulação adequada às áreas de atuação em cada um dos cursos oferecidos pela instituição. Os funcionários técnico-administrativos apresentam qualificação e capacitação para sua área de atuação e estão preparados para dar suporte necessário aos docentes e discentes.

Outro aspecto institucional relevante é a oferta integral de disciplinas regulares de forma 100% presencial, convertidas remoto síncrono no período de

³ Maiores informações sobre “infraestrutura e tecnologias” estão descritas neste Relatório.

⁴ Maiores informações sobre “corpo docente” estão descritas nos itens próprios deste Relatório.

pandemia. As experiências com as tecnologias vêm sendo adotadas de modo complementar ao ensino presencial, integradas a ele. Os avanços dos modelos híbridos vêm sendo implementados, com primazia da relação direta entre professor-aluno. Percebe-se, dessa forma, uma maior relação discente-docente, bem como um referenciamento do(a) aluno(a) com a instituição (utilização de espaços e criação de vínculos), fortalecendo o protagonismo estudantil. Ainda em 2021 foi formalizada a criação do Centro Acadêmico Professor Arruda Alvim (CAPAA), em homenagem ao fundador da instituição, Dr. José Manoel de Arruda Alvim Netto, como resultado da auto-organização estudantil e sentimento de pertencimento do corpo discente; contando com o apoio institucional..



1.3 - COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

As Comissões Próprias de Avaliação - CPA integram o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, conforme o documento da Comissão de Avaliação da Educação Superior - CONAES, intitulado “Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Ensino Superior”⁵. Esses estabelecem que as CPA sejam o elo, ou seja, permitam associar seu projeto específico de avaliação institucional interna (autoavaliação) ao conjunto do sistema de educação superior do país. A Comissão Própria de Avaliação - CPA foi criada conforme a Lei Federal nº 10.861/2004 e tem como objetivo realizar a autoavaliação com base nos referenciais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. Servindo seus relatórios ao Ministério da Educação, mas, em especial, à própria IES e sua comunidade acadêmica.

Por meio de sua Comissão Própria de Avaliação (CPA-FADISP), a FADISP desenvolve ações institucionais voltadas para disseminação da cultura da avaliação e sensibilização da comunidade acadêmica sobre a necessidade da avaliação como instrumento de melhoria da qualidade educacional, bem como a sua contribuição no processo de reflexão e transformação. A CPA-FADISP foi criada pelo advento da Lei Federal 10.861/2004 e implementação do











⁵ CONAES, Presidência da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior. Disponível em: http://www.ceuma.br/cpa/downloads/Diretrizes_Avaliacao_IES.pdf Acesso em: 10/03/2022.

SINAES, com seus relatórios de avaliação institucional interna disponibilizados no site da IES desde 2009 (<https://fadisp.com.br/cpa/avaliacao>).

Comissão Própria de Avaliação - CPA

O que é a CPA
Coordenação da CPA
Composição da CPA
Tutoria
Relatórios de Avaliação Institucional
Horário de Atendimento
Fale com a CPA

Relatórios de Avaliação Institucional

-  Avaliação Institucional 2009
-  Avaliação Institucional 2011
-  Avaliação Institucional 2012
-  Avaliação Institucional 2013
-  Avaliação Institucional 2014
-  Avaliação Institucional 2015
-  Avaliação Institucional 2016
-  Relatório de Autoavaliação Institucional 2015-2018
-  Relatório de Autoavaliação Institucional 2019
-  Relatório de Autoavaliação Institucional 2020

Fonte: <https://fadisp.com.br/cpa/avaliacao>

A CPA da FADISP possui infraestrutura, disponível de modo online e físico, contando com site (<https://fadisp.com.br/cpa/>) e uma sala que se localiza na unidade Pinheiros – com estação de trabalho, cadeiras e mesa de reunião, ar condicionado, computador e acesso à *internet* (cabeadado e wi-fi). Há plantão de atendimento da coordenação à comunidade acadêmica, funcionando a comunicação com a CPA-FADISP através dos *e-mails* (cpa@fadisp.br ou cpa.fadisp@unialfa.com.br) ou, ainda, presencialmente. A CPA vem buscando facilitar e fortalecer seus canais de diálogo com a comunidade acadêmica, sempre aprimorando o acesso às informações em seu site e mídias sociais, fomentando a cultura da autoavaliação institucional também nos espaços virtuais. A aplicação do questionário da CPA-FADISP é realizado de modo online, no Portal Acadêmico (<https://academico.alfa.br/>), garantido o sigilo.



Fonte: Site da CPA-FADISP - <https://fadisp.com.br/cpa>



Fonte: Instagram® da FADISP (@fadispalfa)

O site da CPA-FADISP vem sendo reestruturado continuamente, buscando facilitar o acesso à informação e maior transparência de informações. Incluíram-se campos novos, relativos à coordenação e composição da CPA, com explicações sobre atendimento e horários. Facilitando-se a compreensão integral ao(à) visitante do funcionamento da CPA, suas atribuições e formas de contato. Aliam-se à lógica dialógica da CPA outros canais como o Fale Conosco e Ouvidoria, trabalhando na recepção de informações e elaboração de indicadores de qualidade. Nesse contexto, importante a anotação da atuação colaborativa da CPA-FADISP e CPA-UNIALFA, para o fomento de boas práticas e conscientização da importância da autoavaliação em todo o Ensino Superior do GJA, garantida a independência e autonomia de cada uma em sua IES.

Além do atendimento direto, a CPA conta com o auxílio de professores tutores, que acompanham as turmas e professores. As questões reportadas são trazidas para a CPA, objetivando o aprimoramento permanente das atividades. Existe também um sistema de Tutoria no qual as demandas são lançadas e acompanhadas do registro à resolução, por todos os setores envolvidos (<http://authservice.unialfa.com.br/uaa/login>). A Tutoria Docente, projeto da FADISP para o acompanhamento das turmas (discente e docente), atua na busca ativa de dados para a CPA, difundindo a cultura participativa e de autoavaliação na IES, para docentes, discentes e técnico-administrativos.

A Comissão Própria de Avaliação da FADISP destaca os objetivos considerados relevantes em sua atuação, sobremaneira na condução do processo avaliativo (da elaboração dos questionários à sua aplicação e divulgação dos resultados):

- Promover uma reflexão crítica sobre o desempenho acadêmico com o objetivo de manter e aprimorar a qualidade acadêmica em todos os níveis.
- Conduzir o processo de avaliação, através da sistematização das informações (projeto e operacionalização do sistema de informação de Autoavaliação).
- Permitir examinar a coerência entre o PDI e a prática pedagógica e gerencial, através de um mecanismo participativo de identificação de fragilidades e potencialidades.
- Congregar os diferentes segmentos da comunidade, solicitando colaboração na realização de tarefas, para consolidar o processo de avaliação.
- Divulgar informações que possibilitem e influenciem na mudança ou na permanência do padrão de gestão e projetos institucionais.
- Contribuir para a implantação/manutenção de uma cultura permanente de avaliação.

No tocante à sua composição, a CPA é regida pelo que disciplina a normativa governamental, bem como por seus atos internos. A composição da CPA-FADISP possui representantes da comunidade acadêmica, por seus diversos segmentos - corpo docente, corpo discente, corpo técnico-administrativo e representante da sociedade civil. As nomeações são realizadas por ato da Direção Superintendente, instância máxima acadêmica e administrativa, nos termos do Regimento Geral, em atenção ao determinado na normativa do SINAES. Os(As) membros que compõe a CPA-FADISP estão apresentados(as) na tabela abaixo, na gestão de aprovação deste relatório (março/2022), por segmento e respectiva suplência:

TABELA DE COMPOSIÇÃO DA CPA-FADISP (2022-2024)

Nome	Representação
Victor Henrique Grampa	Coordenador da CPA
Vanessa Santana Lima Trauzzola	Docente Titular
Joaquim Eduardo Pereira	Docente Suplente
Ellen Cristina André	Técnico-administrativo Titular
Lindaiane Ferreira dos Santos	Técnico-administrativo Suplente
Juliana Katto de Carvalho	Discente Titular
Anderson Ribeiro	Discente Suplente
Felipe Diego Martarelli Fernandes	Sociedade civil e egresso

Fonte: Comissão Própria de Avaliação - CPA

A CPA-FADISP ressalta o recebimento do apoio da administração central do Centro Universitário Alves Faria (CENAF), pois, sem este suporte não haveria como garantir a realização de uma autoavaliação institucional participativa. As demandas levadas institucionalmente são costumeiramente atendidas de modo imediato, havendo para demandas complexas planejamento e adequada execução pela Mantenedora. A instituição vêm atualizando suas políticas e documentos, de modo a atender às necessidades da comunidade acadêmica, em especial as oriundas da CPA e seus relatórios, recebidos anualmente pela Direção e temática de reuniões de (re)planejamento. A foto abaixo mostra o espaço da CPA após reforma no retorno ao presencial (2021-2022), com ampliação da infraestrutura, otimizando as atividades da Comissão.



Fonte: Comissão Própria de Avaliação. Sala da CPA, em reunião.



1.4 - AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A autoavaliação institucional apresentada neste relatório refere-se ao triênio de 2019 a 2021, sendo este integral do ciclo, a autoavaliação da Instituição é realizada semestralmente, optando-se em registrá-la em relatório anual por entendermos que o conjunto global das informações obtidas traz um comparativo que demonstra as oscilações provocadas por variáveis que nem sempre podem ser controladas ou detectadas e o contexto geral dos dados podem esclarecer alguns pontos neste sentido. Eventuais incongruências de dados dos relatórios parciais devem ser consideradas a partir deste relatório consolidado, ao passo que há uma ampla revisão de dados junto aos setoriais.

As atividades de autoavaliação institucional da FADISP tiveram início desde seu surgimento, com esforços de avaliação das atividades docentes, infraestrutura e serviços da Instituição. A cultura avaliativa sedimentou-se nos termos da Lei da CONAES/SINAES, com a criação da Comissão Própria de Avaliação – CPA, para dar continuidade ao processo avaliativo. O sistema hoje utilizado de coleta de dados é *online*, implementado em 2013, através do Portal Acadêmico (<https://academico.alfa.br/>) permanecendo até o momento presente, sobre cuidados da Gerência de Tecnologia. Essa opção levou em consideração experiências em papel que não foram exitosas em aumentar a participação e qualidade das respostas, bem como não atenderam a critérios de sustentabilidade pelo excessivo uso de recursos.

As orientações e instrumentos utilizados para determinar o processo de autoavaliação institucional apoiam-se na Lei 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), na normativa educacional aplicável e regramentos internos da IES. Retratando o compromisso institucional com o autoconhecimento e sua relação com o todo, em prol da qualidade de todos os serviços que a FADISP oferece para a sociedade, confirmando ainda a sua responsabilidade em relação à oferta de educação superior. A educação deve ser compreendida a partir de sua função individual e social, devendo a autoavaliação institucional levar em consideração essa dimensão. Assim, salienta-se a finalidade da autoavaliação institucional como sendo:

- Consolidar o compromisso social, científico e cultural da FADISP.
- Estimular o processo de autoavaliação e autocrítica, como elementos fundamentais para o crescimento pessoal, coletivo e institucional;
- Garantir a qualidade no desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão;
- Implantar um processo contínuo de avaliação institucional;
- Planejar e redirecionar as ações da Instituição a partir da autoavaliação institucional;
- Promover o desenvolvimento de uma cultura de avaliação institucional na FADISP.
- Garantia de uma cultura institucional atenta à diversidade, à dignidade e aos direitos da pessoa humana.

Dessa forma, tem-se que a Autoavaliação Institucional se caracteriza como um processo contínuo e permanente, com a função de promover a busca da excelência no contexto vivenciado por seus integrantes onde o saber e o fazer influenciam no agir de seus participantes impulsionando o crescimento da qualidade em todos âmbitos possíveis no contexto ensino-aprendizagem. Não é possível limitá-la à aplicação de questionários a comunidade acadêmica, circunscrevendo-se numa lógica ampla de diálogo interno e externo, com levantamento de evidências. A autoavaliação tem função passiva e ativa, atuando com informações recebidas e empenhando-se na busca ativa de informações, envolvendo os agentes.

Cada edição de avaliação semestral pode utilizar instrumentos diversos, dentro os quais os questionários. A CPA, em seu processo de implementação, considera três etapas fundamentais da autoavaliação institucional, abaixo descritas, que vêm sendo replicadas continuamente, de modo a manter um ciclo do processo avaliativo, possibilitando a reanálise dos seus próprios instrumentos e estratégias enquanto CPA, potencializando suas análises sobre a IES e seus resultados:

- a) a etapa da preparação da avaliação (constituição da CPA, sensibilização, elaboração do projeto de avaliação);
- b) a etapa de desenvolvimento da avaliação (ações desenvolvidas pela IES, levantamento de dados, análise dos dados);
- c) a etapa da consolidação da avaliação (relatório, divulgação e balanço crítico – meta-avaliação).⁶

⁶Ver: LORDÉLO, Jose Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virgínia (orgs). Avaliação educacional: desatando e reatando nós. Salvador: EDUFBA, 2009. p.349 p. ISBN 978-85-232-0931-5. Disponível em: SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

Na CPA-FADISP inicialmente foi estruturado o *planejamento* e a *preparação da autoavaliação*, visando com esta etapa “planejar, estimular e envolver os agentes no processo avaliativo”, para o que se consolidam centrais as seguintes ações:

- Planejamento da autoavaliação com a definição de objetivos, estratégias, metodologia, recursos e cronograma.
- Análise e revisão dos instrumentos de avaliação (questionários) utilizados na avaliação anterior com o intuito de melhorar a coleta de dados.
- Sensibilização da comunidade acadêmica (através dos coordenadores de curso, professores, tutores, representantes de turma e discentes), objetivando buscar o envolvimento com o processo.

No *desenvolvimento* do processo de autoavaliação, com centralidade na aplicação dos questionários da CPA, buscou-se “concretizar as atividades programadas na proposta de autoavaliação”, conforme os critérios estabelecidos, sendo que as ações desenvolvidas foram centralmente:

- Elaboração dos instrumentos avaliativos (revisados periodicamente),
- Aplicação dos instrumentos de avaliação através do sistema acadêmico para os discente, docente e técnico-administrativo;
- Estruturação e implementação da metodologia de análise e interpretação de dados através dos métodos estatísticos definidos;
- Finalização por meio da elaboração do relatório de autoavaliação.

A *consolidação* do processo ocorre mediante a “organização dos resultados encontrados na autoavaliação por intermédio do relatório”, sendo seus dados utilizados para a melhoria da qualidade acadêmica, servindo à IES e sua comunidade acadêmica, assim, são centrais as seguintes ações:

- Divulgação dos resultados através de reuniões, de documentos informativos impressos ou eletrônicos.
- Discussões dos resultados pela comunidade acadêmica e administrativa;
- Planejamento da aplicação dos resultados visando transformá-los em elementos ativos de transformação.

Essas etapas se retroalimentam, de modo a repensar a própria autoavaliação, buscando sua efetividade, eficiência e eficácia. Objetiva-se, dessa forma, trazer subsídios para o repensar institucional e a avaliação interna

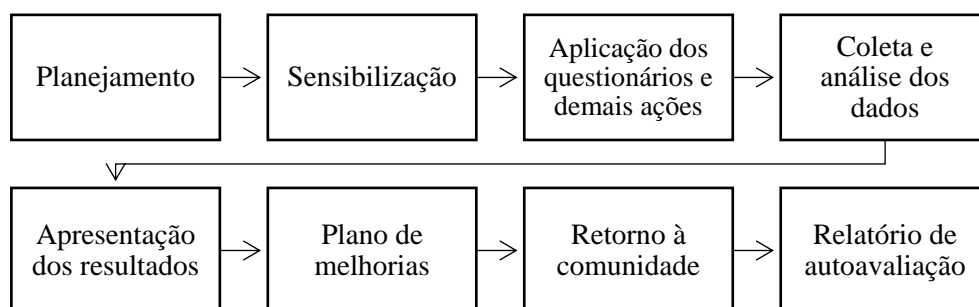
e externa, em diversos níveis. Nesse contexto, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, desde 2004, compreende quatro níveis centrais (declaratório, formativo, organizacional e de resultados), a serem levados em consideração desde a formulação dos questionários e demais instrumentos até a busca de evidências institucionais pela CPA:

- a) nível declaratório: [...] textos que fundamentam o projeto institucional que, em geral, está enunciado sob a forma de princípios coerentes, embora possa haver contradições entre os objetivos e o projeto;
- b) nível formativo: [...] a coerência entre as normas institucionais e a gestão prática das IES;
- c) nível da organização: [...] se a instituição conta com instâncias que promovam a qualidade compatível com as modalidades de ensino, pesquisa e extensão e sua efetividade acadêmica e social;
- d) nível dos resultados: [...] a eficácia e efetividade acadêmica e social dos processos desenvolvidos: formação de profissionais, produção acadêmica, artística e cultural disseminada no âmbito técnico-científico e social, entre outros.

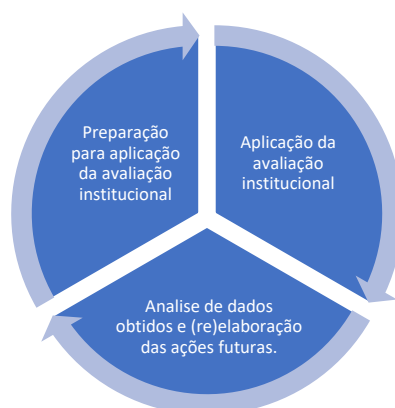
(Fonte: INEP, 2004)⁷

A CPA tem como parâmetro na Autoavaliação Institucional a (re)análise constante de dados, levando-se em consideração a necessidade de (re)avaliação diante de cada edição de avaliação institucional e elaboração de relatórios. Para, além disso, as atividades da CPA não se restringem aos dados formais dos questionários, contando com acompanhamento permanente das atividades institucionais – interagindo com a comunidade acadêmica e buscando soluções junto à direção da mantida e mantenedora para a solução de problemas e implementação de ações de qualidade. Abaixo breve síntese do processo:

Resumo do Roteiro de Autoavaliação Institucional Adotado:



⁷Idem.



Fonte: Elaborado pela CPA.

a. Concepção de autoavaliação institucional

Em sequência aos elementos apresentados, cumpre observar que, mais do que atender a uma determinação legal definida pela Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, a gestão da FADISP entende que o levantamento e a sistematização de dados e informações contribuem para o processo de planejamento e gestão institucional, objetivando o alcance da excelência acadêmica, sustentabilidade financeira e eficiência administrativa.

A autoavaliação institucional, entendida como um trabalho de permanente reflexão sobre a prática do ensino superior, é uma condição básica para identificar e equacionar os desafios envolvidos na formulação de diretrizes para que o ensino, a pesquisa e a extensão sejam compatibilizadas com as necessidades da sociedade, nas dimensões de natureza política, econômica, social e cultural, preservadas as peculiaridades da Instituição na sua função de gerar conhecimentos.

Busca-se, por meio deste processo, gerar um conjunto de dados e diagnósticos confiáveis que, além de promover o autoconhecimento da Instituição, possibilite a organização de ações de melhoria do seu funcionamento. A avaliação institucional interna é, portanto, um processo aberto, do qual todos os setores da IES participam ativamente. Desta forma, a autoavaliação institucional é um dos instrumentos para a busca da qualidade no ensino superior, possibilitando identificar, analisar e entender a realidade da Instituição, utilizando-se de indicadores internos e externos, com ênfase nos

indicadores internos, construídos de forma participativa e contemplando as dez dimensões propostas pelos órgãos oficiais por meio do Sistema de Avaliação do Ensino Superior - SINAES. Assim entendido, a autoavaliação institucional se torna um processo sistematizado, e contínuo, uma ferramenta para o planejamento e a gestão, bem como uma forma privilegiada de prestação de contas à sociedade.

b. Objetivos da autoavaliação

O processo de avaliação institucional interna proposto pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) abrange os dados de diagnóstico das condições de ensino e de avaliação dos cursos de graduação. Também são avaliadas outras dimensões que impactam diretamente nas condições de oferta do ensino e na gestão da Instituição, na busca ativa de informações e evidência de tais dados.

A avaliação dos cursos de graduação se faz a partir da análise do projeto pedagógico proposto para o curso de graduação, incluindo-se aqui a avaliação dos alunos e dos professores sobre o curso, a Instituição, os componentes curriculares e extracurriculares desenvolvidas. A gestão é avaliada por meio de levantamento de informações junto aos técnicos administrativos e gestores educacionais para a avaliação das dimensões de gestão acadêmica, sustentabilidade financeira, comunicação com a comunidade etc.

O processo de autoavaliação da Instituição da CPA tem por objetivo geral aperfeiçoar a qualidade acadêmica do curso ministrado, produzindo subsídios para a tomada de decisão dos gestores educacionais, abrangendo as dimensões da Avaliação Institucional estabelecidos pelos órgãos avaliadores. O processo de avaliação da Instituição está pautado, ainda, pelos seguintes objetivos específicos:

- I. Alcançar uma visão global da Instituição a partir do exame de todos os elementos que compõem a vida da IES;
- II. Construir o processo avaliativo de forma gradativa, ampliando e refinando constantemente suas estratégias de ação e procedimentos de coleta de dados;
- III. Criar mecanismos que possibilitem uma participação efetiva de todos os envolvidos no processo, docentes e discentes;
- IV. Criar oportunidades para a divulgação e discussão dos resultados em todos os segmentos avaliados;

c. Instrumentos adotados

A Comissão Própria de Avaliação - CPA utiliza questionários online, diferenciados para cada segmento da comunidade, de acordo com os itens a serem avaliados a cada semestre letivo. Cada instrumento utilizado tem uma finalidade específica, sendo para verificar o desempenho docente; as condições da infraestrutura física e tecnológica e autoavaliação docente.

Os questionários que são respondidos pelos alunos, por exemplo, tem por finalidade avaliar o ensino ministrado pelos docentes, levantando dados a respeito de itens, como: metodologia, bibliografia, relação professor aluno, critérios de avaliação, desempenho didático, estrutura da instituição, além de avaliar as condições da oferta de ensino. Os dedicados a docentes e técnico-administrativos também destinam-se aos temas atinentes a esses segmentos. De modo complementar são verificados dados institucionais e evidências, buscando uma análise dos questionários à luz das ações e políticas da IES.

d. Formas de utilização dos resultados das avaliações

Após a aplicação dos instrumentos de coleta de dados, a CPA procede a tabulação e análise das informações elaborando o Relatório Anual de Autoavaliação Institucional, o qual é encaminhado aos gestores educacionais, ao Diretor Superintendente e ao Presidente da Mantenedora, e posteriormente enviado ao INEP/MEC por meio do sistema E-MEC, dentro dos prazos previstos.

Os resultados são divulgados à comunidade por meio do site institucional. Os gestores, de posse do Relatório Anual, analisam o impacto dos pontos positivos e negativos, utilizando as informações como subsídio para a tomada de decisão no sentido de interferir eliminando as fragilidades e fortalecendo o desempenho institucional no âmbito de cada dimensão avaliada.

Além disso, os resultados, dispostos no Relatório Anual ou Trienal, são alvo de reuniões e projetos integrados da CPA com as Coordenações e Diretorias, visando aproveitar as considerações realizadas pela comunidade em aperfeiçoamento da política de ensino e da metodologia adotada pela instituição. A CPA, inclusive, após a avaliação semestral, deverá analisar previamente os resultados e já propor considerações preliminares às Coordenações visando a adoção de novos métodos no semestre seguinte.



2. METODOLOGIA

A metodologia proposta orienta o processo quanto às decisões, às técnicas e os métodos adotados de forma flexível para, diante de situações concretas, assumirem novos contornos, adotar decisões e técnicas mais oportunas e diretamente vinculadas às situações em pauta. Os métodos adotados partiram do individual para o coletivo, favorecendo a convergência dos dados em torno de objetivos comuns, bem como a busca compartilhada de soluções para os problemas apresentados. Seguindo a lógica da autoavaliação apresentada na Introdução (em especial o descrito no item 1.3 e 1.4)

Conforme enunciado, na realização do processo de autoavaliação a CPA-FADISP foram considerados os diferentes eixos institucionais e suas dimensões com a finalidade de atender às disposições da Lei 10.861/2004, ressaltando-se que estas ficam predispostas às variáveis dos protagonistas envolvidos, e também por ser este constituído de um processo democrático, construído ao longo do seu desenvolvimento, no âmbito de cada eixo e dimensão avaliada conforme preconizam as diretrizes. A seguir a exposição dos cinco eixos e suas dimensões contemplados no processo de autoavaliação deste relatório trienal:

- *Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional*
 - Dimensão 8: Planejamento e Avaliação
- *Eixo 2: Desenvolvimento Institucional*
 - Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional
 - Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição
- *Eixo 3: Políticas Acadêmicas*
 - Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão
 - Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade
 - Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes
- *Eixo 4: Políticas de Gestão*
 - Dimensão 5: Políticas de Pessoal
 - Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição
 - Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira
- *Eixo 5: Infraestrutura Física*
 - Dimensão 7: Infraestrutura Física

A autoavaliação institucional se organizou por intermédio das ações de planejamento, com a definição de seus objetivos, estratégias, recursos e cronograma, bem como com a análise e reestruturação dos instrumentos de avaliação, a sensibilização da comunidade acadêmica para engajamento com o processo, o desenvolvimento das atividades programadas e a divulgação dos resultados. As questões centrais que perpassaram os questionários foram mantidas no triênio, objetivando a continuidade da linha histórica. Foram, todavia, garantidos ajustes incrementais: adicionando-se novas questões e alterando-se a redação de questões para facilitar o entendimento do leitor.



2.1 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos orientam o processo quanto às decisões, às técnicas e aos métodos adotados, de forma flexível, para que, diante de situações concretas, seja possível assumirem novos contornos, mais oportunos e diretamente vinculados às situações em pauta. A autoavaliação contempla os eixos/dimensões do SINAES, ocorrendo semestralmente, utilizando a aplicação de questionário disponibilizado *online*, aos discentes, docentes e junto aos técnicos administrativos, bem como, a pesquisa documental e o registro da percepção dos agentes envolvidos. O presente relatório, ao passo que trienal, se fundamenta na análise do período avaliativo de 2019-1, 2019-2, 2020-1, 2020-2, 2021-1 e 2021-2.

A Autoavaliação Institucional proposta adotou uma metodologia participativa, com instrumentos quantitativos e qualitativos, com questionários de questões fechadas, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa, em consonância com as orientações das diretrizes da CONAES. Os métodos adotados partiram do individual para o coletivo, favorecendo a convergência dos dados em torno de objetivos comuns, bem como a busca compartilhada de soluções para os problemas apresentados. Os instrumentos e métodos combinados foram utilizados, conforme necessidades e situações específicas, focos e aprofundamentos exigidos pela própria dinâmica de atuação.

Os formulários utilizados na autoavaliação institucional são *online*, ocorrendo por meio do sistema acadêmico para todos os participantes do processo, sendo eles: discentes, docentes e colaboradores técnico-administrativos. O formulário *online* é disponibilizado à comunidade acadêmica a partir de um *link* na página inicial, que permite acesso ao Sistema de Autoavaliação Institucional. Os funcionários do corpo técnico-administrativo possuem formulário em plataforma distinta, pois os sistemas de trabalho desse segmento são diversos dos de docentes e discentes (Acadêmico)

Os questionários utilizados como instrumentos de coleta de dados apresentam escala *Likert* de cinco pontos, com valores no peso de cada item de avaliação, no caso dos discentes e docentes utiliza-se habitualmente: (1) Nunca, (2) Raramente, (3) Às vezes, (4) Frequentemente, (5) Sempre; e para os colaboradores técnico-administrativos usa-se: (1) Insuficiente, (2) Regular, (3) Suficiente, (4) Bom, (5) Excelente.

Os itens dos questionários são respondidos a partir da escala de cinco pontos⁸, nas quais o número 1 significa que esse aspecto precisa melhorar em grau máximo, ao passo que, quanto mais próximo do número 5, aumenta-se o grau de satisfação com o item avaliado - indicando-se que, nesse aspecto, o item avaliado atende às necessidades e/ou expectativas do respondente. Algumas questões apresentam respostas em padrões diferenciados, como “sim” ou “não”, em razão de sua natureza, conforme indicado em nota.

Escala *Likert* utilizada

Conceito	Notas
Excelente	5
Bom	4
Suficiente	3
Regular	2
Insuficiente	1
Não se aplica	-

Fonte: Autoavaliação Institucional (CPA)

⁸ Algumas questões possuem excepcionalidades, com respostas em “Sim” e “Não”, *Likert* de 3 pontos ou inclusão de campo “Não se aplica”.

No término da coleta das informações, os dados são submetidos aos procedimentos analítico-estatísticos para a verificação da validade e precisão dos mesmos e, a partir de análises, são relacionados conforme os eixos/dimensões dispostos no art. 3º da Lei Nº 10.861 que institui o SINAES e Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65. A partir de tal análise são identificadas as potencialidades e fragilidades evidenciados na autoavaliação, cotejando-se os dados com outros levantados pela CPA ou fornecidos pela IES, dentro dos eixos/dimensões avaliadas.

Nesse sentido, foram ressaltadas as conquistas consolidadas, articulando os protagonistas que participaram da efetivação das soluções identificadas, buscando-se evidências institucionais que dialoguem com os resultados dos questionários da CPA. Procedeu-se análise de documentos e dados institucionais, objetivando-se ressaltar proximidades e distanciamentos da dimensão formal e material, propondo-se estratégias e ações para aprimoramento dos quesitos avaliados.



2.2 - SENSIBILIZAÇÃO

A posição adotada pela CPA nesta avaliação compreende a avaliação com função diagnóstica, formativa e participativa; buscando-se diagnosticar pontos a serem aprimorados, oferecer o adequado *feedback* e classificar as respostas – possibilitando estabelecer pontuações a determinados quesitos. O resultado da autoavaliação precisa trazer elementos para a transformação institucional, não se limitando ao registro de pontos “forte e fracos”.

Trata-se de um processo avaliativo que envolve e serve a diversos agentes, tendo o objetivo de envolver a comunidade acadêmica no processo de autoavaliação institucional. A Instituição, com base no protagonismo e participação, adotou o princípio da adesão voluntária, ao passo que a “adesão obrigatória” não tem se evidenciado positiva, gerando resultados artificiais e pouco críticos. As atividades foram desenvolvidas de acordo com o planejado, examinando detalhadamente os processos implementados e as metodologias empregadas; com a finalidade de identificar sucessos e fracassos, potencialidades e fragilidades, pontos fortes e pontos fracos e ainda apresentar sugestões para que o objeto avaliado seja mais eficiente.



Fonte: Instagram® da FADISP (@fadispalfa). Incentivo à participação na Autoavaliação.

Diante do contexto da pandemia no ano de 2020 e 2021, foi necessário repensar as estratégias e divulgação para a comunidade acadêmica, para além das comunicações já adotadas (divulgação em murais, salas de aula, diálogo com representação estudantil etc); aderindo-se a novas tecnologias como o *Whatsapp* e divulgação no Sistema Acadêmico / Mural Acadêmico. Desenvolveu-se significativo esforço para estimular a participação na autoavaliação pela CPA-FADISP, buscando-se sensibilizar a comunidade acadêmica para a importância de um processo efetivamente participativo, que envolvesse a Instituição como um todo.

No cenário de pandemia, em razão do ensino remoto emergencial, foi necessário um repensar das estratégias comunicacionais habitualmente utilizadas de modo complementar (presencial e online). Com o retorno às atividades presenciais em 2022 a CPA-FADISP deliberou pela continuidade das estratégias adotadas no período remoto, somando-se às inerentes ao presencial. dentre as quais:

- Elaboração de material de divulgação como cartazes e *flyers* para apresentar a autoavaliação institucional, distribuídos fisicamente na FADISP.
- Exposição de *banners* na entrada principal e nos corredores de cada bloco que levam as salas de aula.
- Reuniões e visitas em sala de aula para divulgar a CPA e autoavaliação institucional.
- Divulgação direta aos professores na sala dos professores e presencial aos técnico-administrativos.

As práticas virtuais não possuem um caminho de retorno, unindo-se com as práticas presenciais mesmo após o fim do isolamento social. Como estratégia de sensibilização *online* foram desenvolvidas ações exitosas com o objetivo de envolver a comunidade acadêmica no processo de autoavaliação institucional, que precisam ser mantidas, dentre elas:

- Orientação pela coordenação de curso, com o intuito de sensibilizar discentes e docentes quanto à importância da participação no processo de autoavaliação.
- Disponibilização online do questionário no Sistema Acadêmico (necessário para acompanhamento das aulas do regime remoto emergencial).
- Contato direto via *Whatsapp* com representantes de sala para que atuassem como multiplicadores na sensibilização e divulgação de informações.

As respostas dos alunos das questões relacionadas ao plano emergencial do ensino remoto, em especial à comunicação com a Instituição nesse período, demonstraram que esses esforços foram efetivos – conforme será apresentado.



2.3 – DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

A análise situacional, que compreende o diagnóstico da realidade Institucional, possibilitou à Comissão Própria de Avaliação - CPA a elaboração deste Relatório Trienal (2019-2021). Esse retrato da realidade da IES é dividido dentro de algumas dimensões avaliadas; procedendo-se o levantamento, a análise e a identificação das potencialidades e fragilidades, ressaltadas as conquistas consolidadas, articulando as posições dos envolvidos que participaram da implementação das soluções identificadas. O documento final é encaminhado aos gestores responsáveis pela administração institucional: Diretor Superintendente e ao Presidente da Mantenedora, posteriormente aos gestores, sendo enviado ao INEP/MEC, via e-MEC, dentro do prazo previsto anualmente.

Os resultados da CPA são divulgados à comunidade acadêmica por meio eletrônico, no site institucional <https://fadisp.com.br/cpa/avaliacao>, a IES divulga através das reuniões técnicas, dentre outros. Na divulgação da avaliação há espaço aberto para sugestões e pontuações espontâneas sobre todos os instrumentos utilizados. Com a publicação do relatório há possibilidade para a reanálise do processo de autoavaliação, com ajustes em suas novas edições.



Fonte: Instagram® da FADISP (@fadispalfa).

A administração institucional utiliza o diagnóstico dos relatórios da CPA como subsídio para empreender ações necessárias para melhoria da qualidade educacional e o desenvolvimento global da Instituição. Os gestores, uma vez cientes dos resultados do relatório anual, observam os pontos de fragilidades e os pontos de potencialidade de suas respectivas áreas de atuação, para a tomada de decisão das ações pertinentes a cada caso avaliado.

Acesso à página da Avaliação Institucional pela Home Page da FADISP



Fonte: <https://fadisp.com.br/> - Relatório de Autoavaliação (FADISP) de 2020, disponível no site.

O *feedback* à comunidade acadêmica é uma etapa central, possibilitando o aprimoramento do processo de autoavaliação. Nesse contexto, vale sempre a busca por estratégias que potencializem o acesso e compreensão desse documento tão importante para a qualidade da educação na IES. É necessário um amplo processo de conscientização sobre a CPA e sua importância, bem como de suas atividades e resultados. Somente com práticas integradas de divulgação permanente da CPA é possível se aprimorar a cultura institucional de participação da comunidade acadêmica e protagonismo. A IES vem buscando junto ao setor de Marketing trabalhar a divulgação da CPA em três eixos centrais: a) divulgação institucional (o que é a CPA e quais suas atribuições), b) divulgação do período de avaliação institucional e sua importância (questionários), e c) divulgação dos resultados da autoavaliação institucional e sua importância (relatórios de autoavaliação e como acessá-los). Essas estratégias somadas vêm demonstrando resultados promissores.



Fonte: <https://fadisp.com.br/publicacoes/noticias/auto-avaliacao-institucional--garante-melhorias-na-fadisp>



3. DESENVOLVIMENTO

Na finalização da autoavaliação institucional se concretiza a apresentação da estrutura organizacional, simultaneamente aos seus processos de ensino, pesquisa, extensão e gestão, configurando a ação institucional como um todo. A análise situacional possibilitou à Comissão Própria de Avaliação - CPA a elaboração deste relatório, que a partir da caracterização encontrada dentro das dimensões avaliadas, procedeu-se a verificação e identificação dos pontos de melhoria consolidando-os para a implementação das soluções.

A seguir será explanada a análise dos cinco eixos, contemplando as dez dimensões dispostas no art. 3º da Lei Federal nº 10.861/2004, conforme as orientações do SINAES, denotando em cada uma as fragilidades e potencialidades para a tomada de decisão das ações educativas, no âmbito de cada dimensão avaliada. Isso em relação aos processos, resultados e eficácia da Autoavaliação Institucional, vinculados ao planejamento da IES e de seus cursos, e à análise em relação ao que está proposto nos documentos Institucionais, especialmente no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), objetivando um acompanhamento e monitoramento em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito (PPC), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), são convergentes, no sentido da busca de uma efetiva implementação do projeto educacional de qualidade. Registrando-se que encontram-se em período de revisão pelas Instâncias adequadas da IES, buscando-se a adequação à nova realidade social e institucional. As ações de revisão dos documentos institucionais são importantes, na medida em que garantem maior aproximação destes com a realidade, num contexto de ações mais adequadas à comunidade.

Os instrumentos avaliativos foram direcionados para a análise destes planejamentos institucionais e a sua realização semestral (concretização). Verifica-se a existência do planejamento para a realização das atividades e suas

equações com os projetos pedagógicos dos cursos, havendo esforços das equipes gestoras para a implementação de projeto educacional de qualidade.

No processo de avaliação institucional estão envolvidos os docentes, discentes, coordenadores de curso, gestores, e técnico-administrativo, sendo os documentos institucionais verificados e discutidos em oportunidades diversas. Destacamos que o processo de modificação, a partir dos resultados obtidos pela autoavaliação institucional, é discutido antes da efetivação da alteração, objetivando uma melhor integração com a avaliação, oportunizando outros momentos de releitura e discussão.

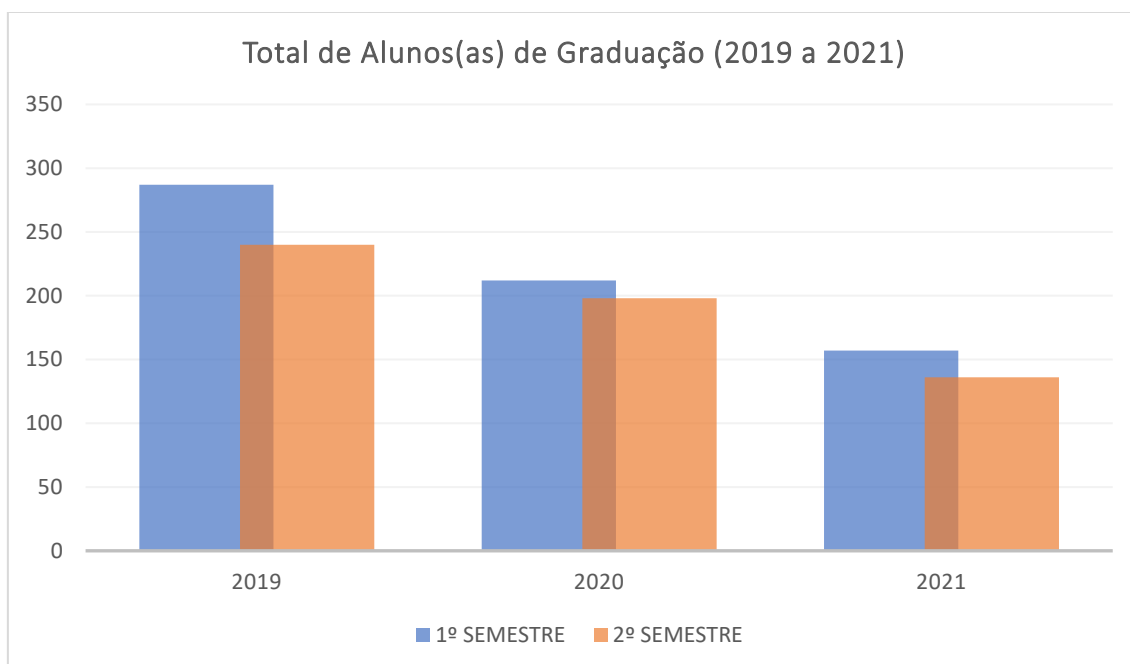
A participação de cada segmento institucional foi determinante para que todo o processo fosse, de fato, democrático e participativo. A CPA-FADISP, desde o início do processo de implantação, teve garantidas as condições para que atuar com autonomia, podendo eficientemente desenvolver o processo de autoavaliação. Os resultados das avaliações trazem mudanças na IES e medidas são tomadas no sentido de que as melhorias se revertam em benefício da comunidade acadêmica. A tabela e os gráficos da página seguinte mostram o histórico de participação do corpo discente na resposta ao questionário da CPA. Cumpre-se observar que em 2019-1 alguns cursos de graduação foram descontinuados, implicando em redução progressiva do número de alunos e, conseqüentemente, do número de participantes.

Todavia, a proporção de participantes em relação ao total de alunos manteve-se entre 10,3% e 33,7%, ensejando contínuos esforços para motivar o corpo docente a participar do processo de autoavaliação. Nota-se, a partir dos dados, que a adesão à pesquisa da CPA nos segundos semestres do ano vem sendo mais baixa, exigindo esforços especiais de motivação da comunidade acadêmica. Acredita-se que o período de pandemia tenha impactado na participação no questionário discente, pois houve uma alteração na forma de comunicação que exigiu adaptação. Na medida em que a adesão à pesquisa é voluntária, alguns alunos podem ter desistido de participar – já após longa jornada de trabalho e estudos, integralmente em ambiente virtual.

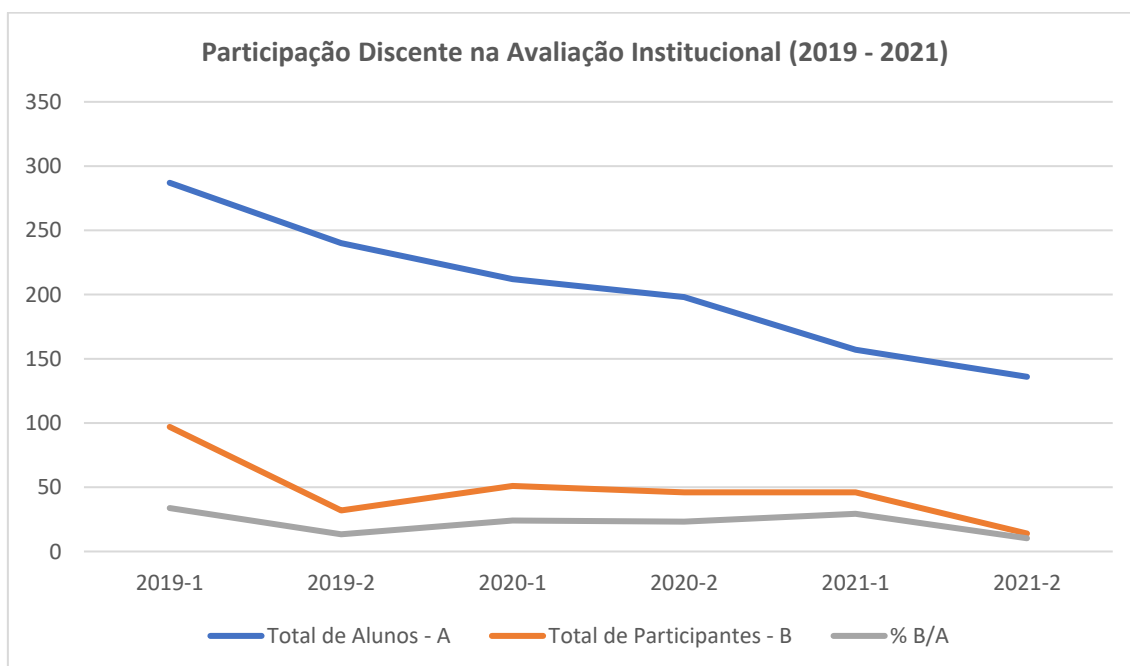
PARTICIPAÇÃO DISCENTE NA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - (FADISP)

Curso	2019-1	2019-2	2020-1	2020-2	2021-1	2021-2
A - Total de alunos*	287	240	212	198	157	136
B - Participantes da Autoavaliação	97	32	51	46	46	14
Porcentagem (B/A)	33,7%	13,3%	24,05%	23,22%	29,29%	10,29%

Fonte: Dados de Secretaria Acadêmica e CPA.



Fonte: Dados de Secretaria Acadêmica e CPA.



Fonte: Dados de Secretaria Acadêmica e CPA.

A cada Avaliação Institucional tem-se a expectativa do aumento do quantitativo de participação, não podendo se esquecer com isso da necessidade de estímulo para a correta resposta ao formulário, gerando resultados fidedignos (qualidade da resposta aos itens). Não obstante os indicadores de participação não sejam ruins, sobremaneira na conjuntura do triênio, é necessário fortalecer sempre a cultura avaliativa e incentivar a participação, para sedimentá-la eficazmente no contexto acadêmico. Evitando as oscilações na participação discente, com a constante revisão dos meios utilizados para a sensibilização.

A partir do próximo item as informações serão sistematizadas a partir dos eixos e dimensões do SINAES, possibilitando uma análise contextualizada de indicadores centrais para aferição da qualidade da educação superior. As análises abaixo buscam analisar as políticas e ações institucionais no contexto da autoavaliação, cotejando elementos documentais e evidências de atuação da IES naquele sentido, sempre em atenção às respostas dos questionários. Esse processo auxilia na autoavaliação, pois é possível se verificar “o que se pretende” (dentro dos documentos institucionais), “o que se faz” (a partir de evidências da atuação da IES) e “o que se percebe” (a partir das respostas aos questionários e relatos da comunidade acadêmica).

Essas questões são se confundem, pois se manifestam em planos distintos, podendo necessitar de ajustes para que haja sintonia entre o que se planeja, o que se faz e a percepção de seus resultados. Em alguns quesitos, por exemplo, percebe-se que a IES fez a ação de acordo com o planejado, mas o resultado não foi percebido pela comunidade acadêmica. Essa é uma hipótese na qual é necessária a divulgação e informação à comunidade acadêmica sobre aquele item ou a sua revisão. Um exemplo disso diagnosticado pela CPA-FADISP é o de “extensão universitária”, pois muitas respostas negativas partiam de um desconhecimento da comunidade do que seriam essas atividades de “extensão” (exigindo uma postura ativa em explicar o que eram essas atividades, nas práticas acadêmicas e no próprio questionário da CPA).

**EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL*****Eixo 1 - Dimensão 8: Planejamento e Avaliação***

No tocante ao planejamento e à avaliação institucional, cumpre se observar que trata-se de processo permanente e retroalimentado. Existe a necessidade de articulação entre as atividades de avaliação e as demais atividades da IES, possibilitando um (re)pensar da prática, mas existe a dimensão do (re)pensar pela CPA da própria autoavaliação e seus instrumentos, a partir da prática avaliativa, corrigindo seu curso e aprimorando seus resultados.

E1 D8 - Articulação da autoavaliação do curso com autoavaliação institucional

O acompanhamento e avaliação dos processos de ensino-aprendizagem são fundamentais para o desempenho de excelência da Instituição de Ensino Superior. Ciente disso, a FADISP faz desse aspecto fundamental um processo contínuo e sistêmico, com a criação e manutenção da Comissão Própria de Avaliação – CPA, com apoio às suas atividades. Essa comissão é composta por representantes da comunidade acadêmica, incluindo discentes, docentes, funcionários técnico-administrativos e sociedade civil; com a responsabilidade de realizar o processo de autoavaliação da instituição, com base nos princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), de acordo com o detalhado nos itens acima (Introdução e Metodologia).

O objetivo da autoavaliação é identificar as condições do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, e suas potencialidades e fragilidades. Os resultados do processo de autoavaliação, consolidadas em um relatório disponibilizado no sítio eletrônico da Faculdade, representam importante subsídio para que a FADISP execute ações para corrigir as fragilidades e manter as potencialidades identificadas, com vistas à melhoria da sua qualidade.

O Curso faz do processo ensino-aprendizagem um projeto coletivo, para o qual e pelo qual todos, desde os Discentes passando pelos Docentes e Equipe Administrativa até os Egressos, são agentes intelectuais ativos na construção do saber. Embora o professor exercite a docência com autonomia para desenvolver a disciplina que está sob sua responsabilidade, seu desempenho é parte de um conjunto maior de participantes ativos do percurso formativo dos alunos, fazendo dos resultados pedagógicos a conquista de um trabalho coletivo.

Os resultados da autoavaliação podem auxiliar o(a) docente a aprimorar suas atividades, servindo também à coordenação para ajuste da qualidade do curso e distribuição das disciplinas pelo perfil do corpo docente. No mesmo sentido, os resultados da avaliação respondida pelo corpo docente ajuda a diagnosticar dificuldades em relação à própria IES e corpo discente.

A identificação do perfil profissional pretendido para o egresso é vista como essencial e ponto de partida para todo o processo de ensino-aprendizagem, antecede, pois, o registro formal do plano de ensino (Plano de Curso e Plano de Aula) realizado pelo docente. Sinaliza-se, com essa reflexão, a exigência de organização do trabalho pedagógico e, para a atestação da sua relevância enquanto diferencial teórico, didático e da relação teoria-prática; auxiliado por um rigoroso sistema de autoavaliação do Curso e da Instituição, tudo como parte do processo de ensino-aprendizagem com qualidade.

Nesse contexto, a autoavaliação auxilia docentes e Coordenação do Curso, oportunizando subsídios para momentos de discussão e reflexão coletiva entre docentes e alunos sobre o desempenho. Isso ajuda a aproximar os agentes do processo educacional, aprimorando a qualidade do processo de ensino-aprendizagem pretendido. Somente com escuta ativa é possível um adequado planejamento de Curso, pois os próprios discentes impactam no planejamento e replanejamento da disciplina, a partir de seus anseios, necessidade e vivências.

Assim, a qualidade teórica, metodológica e os critérios avaliativos dos planejamentos são escrutinados pela Coordenação do Curso, com a participação ativa de professores e alunos, durante todo o período e momentos de avaliação coletiva, deflagrados pela Avaliação Institucional ou em outras oportunidades, como as discussões oriundas do próprio Núcleo Docente Estruturante - NDE. Essa avaliação atua como retroalimentação das ações de melhoria dos processos formativos e, portanto, de avaliação curricular.

Toda a prática educativa é acompanhada e supervisionada permanentemente, a partir de critérios de assegurar a qualidade, tais como a excelência da organização dos planos de ensino; o cumprimento das ementas das disciplinas; a atualização das bibliografias adotadas; a pertinência e relevância dos conteúdos programáticos; a utilização de recursos metodológicos variados e adequados à assimilação dos conhecimentos e ao desenvolvimento das habilidades e competências, tendo como horizonte o perfil profissional pretendido.

Ressalte-se que esses processos e elementos avaliativos só ganham sentidos quando os professores estão comprometidos com um processo de construção do pensamento reflexivo por parte do aluno, objetivando uma apreensão significativa de saberes. Disso decorre que o plano de ensino deve ter objetivos consonantes com o Projeto do Curso, para assim constituir elemento do processo formativo, com o qual é possível antecipar os resultados esperados do trabalho pedagógico. É, portanto, fundamental que os professores compreendam a relação existente entre conteúdos-objetivos-métodos-avalição, visando maior qualidade teórica e prática do trabalho acadêmico.

Como também é fundamental que os procedimentos de confecção dos planos de ensino (de curso e de aula) sejam formalizados pelos docentes no sistema utilizado na Instituição. A qualidade do processo formativo depende, em grande parte, do cumprimento integral das ementas das disciplinas previstas na grade curricular do curso, que por sua vez, deve garantir na sua efetivação a concepção de formação do pedagogo docente-gestor, tendo como referência o perfil profissional definido nesse projeto. Essas evidências auxiliam na compreensão dos processos educacionais e seu aprimoramento, não se limitando o planejamento a “mero documento” para registro, mas materialização de um processo educacional necessário e permanente.

Essas definições, quando debatidas e estabelecidas colegiadamente, consubstanciam um diferencial teórico-conceitual e didático-metodológico, permitindo maior articulação entre ensino, pesquisa e extensão, sobretudo no que tange à implementação de projetos e atividades de caráter interdisciplinar. Nesse contexto, é de suma importância que a avaliação do processo ensino-aprendizagem e do curso, em geral, seja vista e trabalhada como um processo, considerando que a formação de um profissional crítico-reflexo implica a

discussão constante das práticas curriculares desenvolvidas no curso de modo a indicar a melhoria dos procedimentos existentes na Instituição.

Assim, é preciso avaliar se ao longo do curso os princípios que orientam a organização curricular estão sendo observados, conforme as diretrizes e bases do projeto, sem causar descompasso entre a proposta e sua execução. De igual modo, é preciso acompanhar a inserção profissional dos egressos do curso, tendo em vista uma melhor definição do perfil do profissional a ser formado.

A CPA, internamente, avalia sua atuação no processo de autoavaliação repensando suas práticas, bem como auxilia as diversas instâncias da IES a (re)pensarem as suas práticas, possibilitando com diálogo a transformação institucional, desde o pedagógico (cerne da autoavaliação), ao administrativo. Vale se observar que o currículo é composto não apenas pelos saberes planejados dentro da estrutura do curso, mas está de modo oculto na organização da Instituição (da infraestrutura ao atendimento de secretaria). A CPA permanentemente adota os seguintes procedimentos para seu planejamento:

Planejamento e Acompanhamento:

- a) Reuniões para o planejamento e acompanhamento da autoavaliação semestralmente, pensando seus instrumentos e aplicação, à luz das experiências anteriores.
- b) Diálogo permanente com a comunidade acadêmica, com atendimento pela Coordenação da CPA e busca ativa.
- c) Fortalecimento das atividades de tutoria docente, criando canais para as sugestões e reclamações da comunidade acadêmica.

Avaliação

- a) Análise dos dados da avaliação destinada à comunidade acadêmica (questionários).
- b) Levantamento de evidências das atividades da IES no período, para cruzamento das informações.
- c) Elaboração de relatório de autoavaliação, objetivando o registro e difusão dos dados e análises da CPA.
- d) Conscientização da comunidade acadêmica sobre a importância da autoavaliação institucional e participação.
- e) Divulgação dos resultados aos gestores, com indicação de ações.

E1 D8 - Tutoria Docente

No Projeto Pedagógico Institucional – PPI, a avaliação e o acompanhamento do aluno são peças do processo de ensino-aprendizagem que requer a ação educacional contínua e dinâmica, pela qual se pode identificar, aferir, investigar e analisar o desenvolvimento do aluno, ao mesmo tempo, do professor e do Curso.

Uma destas ações na FADISP é a Tutoria Docente, com a qual um(a) professor(a) é escolhido(a) para ser o Professor(a) Tutor(a) da Turma, acompanhando questões docentes e discentes que a envolvam. Para a Instituição, essa figura desempenha um papel fundamental, ao modo de um verdadeiro parceiro da Turma, possibilitando a que os alunos possam contribuir com o êxito das metas e objetivos institucionais. O Professor Tutor também é uma referência acadêmica e profissional no interior do Curso, vale dizer, um orientador de carreira, um interlocutor da Turma, e sempre alinhado com a coordenação e com a gestão da IES.

Com todo esse contexto formado pelo Professor Tutor, procura-se assegurar a qualidade do ensino em sala de aula. Isso é possível devido ao dinamismo do fluxo da informação entre os alunos e a IES, possível pela existência do Professor Tutor desempenhando o papel de um verdadeiro canal de comunicação, com a vantagem de ser próximo e mais acessível entre os alunos e a própria gestão administrativa e educacional.

Na FADISP a Tutoria está integrada às atividades da CPA, auxiliando na busca ativa de questões atinentes à qualidade, como aspecto fundamental do programa de tutoria docente. O Professor Tutor tem, ele próprio, a oportunidade de se aproximar da gestão da IES, com a oportunidade de participar ativamente das discussões para melhorias institucionais, como para a construção coletiva do Projeto Pedagógico dos Cursos, além, é claro, das ações de expansão.

Com tudo isso, infere-se que o trabalho do Professor Tutor é, em último grau, o sucesso do projeto acadêmico e profissional dos alunos, e assim o faz com excelência da prática educativa desenvolvida no interior de cada Curso. E para tanto, do ponto de vista específico da avaliação da aprendizagem, seu desempenho propicia ao Curso a avaliação do alcance de seus objetivos, daí dizer, nesse particular, que o Professor Tutor :

- a) **Função Diagnóstica:** visa a determinar a presença ou ausência de conhecimento e habilidades, providências para estabelecimentos de novos objetivos, retomada de objetivos não atingidos, elaboração de diferentes estratégias de reforço, sondagem, projeção e retrospectiva de situação de desenvolvimento do aluno, dando-lhe, assim, elementos para verificar o que aprendeu e como aprendeu;
- b) **Função Formativa:** evidencia se os objetivos conceituais, procedimentais e atitudinais estão mesmo sendo alcançados e em que medida, numa perspectiva diferenciada, ou seja, atento aos movimentos discentes, com maturidade docente e predisposição dialógica com a gestão do IES.



EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL



Eixo 2 - Dimensão 1

Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Conforme já apresentado, a FADISP e o GJA possuem um conjunto sólido de missão, visão, valores e propósito, transcritos abaixo:

Missão: Exercer uma ação integrada em suas atividades educacionais visando à geração, à sistematização e à disseminação do conhecimento, para a formação de profissionais empreendedores capazes de promover a transformação e o desenvolvimento social, econômico e cultural da comunidade em que estão inseridos.

Visão: Se tornar um centro de ensino de excelência, com referência nacional, estimulando o desenvolvimento do conhecimento, das habilidades e competências de seus discentes para que alcancem o sucesso pessoal e profissional, oferecendo-lhes não somente a formação técnica, mas também princípios que formem o cidadão, com a colaboração de capacitados docentes e utilizando modernas tecnologias didático-pedagógicas.

Valores: A atuação e o desenvolvimento das atividades serão norteados em um comprometimento vinculado à liberdade de expressão, à pluralidade de ideias e opiniões, à ética, à solidariedade e ao respeito às liberdades individuais e aos direitos coletivos

Propósito: A atuação e o desenvolvimento das atividades serão norteados em um comprometimento vinculado à liberdade de expressão, à pluralidade de ideias e opiniões, à ética, à solidariedade e ao respeito às liberdades individuais e aos direitos coletivos

Cabendo a apresentação, com maior aderência da incidência deles nas atividades da FADISP, ressaltando-se alguns pontos importantes:

a. Valores

Os Cursos da FADISP têm por missão gerar valores democráticos e de cidadania, aliada à produção de saberes. Essa concepção é a base axiológica necessária para que possam formar como parte da sua missão, cidadãos capazes de compreender o contexto sociocultural regional, nacional e mundial e, assim, de responder aos desafios postos por nosso tempo nas comunidades locais e regionais. Para seguir nessa direção, a FADISP disponibiliza, mantém e atualiza, permanentemente, sua infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos, tudo para contribuir para a produção de conhecimentos que promovam o desenvolvimento socioeconômico sustentável e atender às demandas dos novos tempos.

b. Missões institucionais

Na FADISP, a prática educativa não se esgota na realização do ensino ministrado, se estende, também, à pesquisa e à extensão. Por isso, desde o início da sua criação e da efetivação dos trabalhos acadêmicos nos diferentes cursos oferecidos, a FADISP tem se preocupado com as dificuldades apresentadas pelos alunos no que diz respeito às habilidades de ler, interpretar e produzir textos, à capacidade de raciocínio lógico e ao domínio de operações lógicas e exatas esperados em cursos de nível superior.

Diante da constatação de que boa parte dos alunos necessita, gradativamente, de acompanhamento pedagógico, que contribua com seu bom desempenho nos estudos de nível superior, novas ações vêm sendo instituídas com a implantação do projeto pedagógico para o desenvolvimento técnico-científico do aluno.

O desenvolvimento do ensino é apoiado pelas novas tecnologias da informação e comunicação, oferecendo aulas especiais de nivelamento e reforço dos conteúdos abordados, utilizando-se de metodologias alternativas, com uma abordagem de ensino que leva em conta, ao mesmo tempo, o contexto de cada curso e o atendimento e acompanhamento individual do aluno.

Dessa forma, a adoção de metodologias diferenciadas no ensino presencial representa mais um esforço institucional no sentido de oferecer aos

alunos, principalmente àqueles com evidentes dificuldades de aprendizagem, mais uma oportunidade de alcançarem a qualidade acadêmica desejada.

Considerando que a formação do profissional reflexivo passa pela mediação do professor, dos coordenadores e dos gestores do processo educativo, fica evidente que é preciso estimular a criação de um ambiente acadêmico em que impera a prática educativa inovadora. O ensino, quando concebido como instrumento de cidadania e não mera transmissão de conhecimentos, gera cultura de aprendizagem para a vida e assegura as melhores condições para a construção do perfil profissional desejado. Auxiliar o aluno a transpor as fronteiras do conhecimento da ciência é tarefa que une os esforços do Corpo Docente da FADISP.

Sendo assim, é parte da vocação da FADISP estimular o esforço coletivo para docentes e estudantes caminharem lado a lado na construção de uma nova relação de ensino-aprendizagem, centrada na formação humanista, de atitude investigativa e na prática da pesquisa. Professores e alunos são integrados num ambiente de fecundo diálogo humano e científico, em que as condições de aprendizagem favorecem o convívio acadêmico como deve ser, vale dizer, de interação reflexiva entre a teoria e a prática nos vários campos das Ciências Jurídicas.

Por fim, a Instituição entende que o ensino que ministra e a atividade de pesquisa que desenvolve têm uma relação direta com comunidade na qual está inserida. Tal relação se expressa, também, pela via da extensão, atividade pela qual, além de seus cursos regulares de formação inicial, a Instituição envolve seu Corpo Docente e Discente em práticas que extrapolam muitas vezes os seus muros, ou indo ao encontro dos anseios da comunidade ou mesmo trazendo a comunidade para o seu interior. É assim que abre suas portas e disponibiliza os conhecimentos adquiridos à população.

A FADISP, em atendimento ao comando constitucional insculpido no art. 207 da Constituição Federal, uma vez que é dotada de liberdade para a consecução de seus objetivos na promoção da educação superior, conforme disposto no art. 209, caput, em estrito cumprimento às normas legais das autoridades educacionais governamentais, *ex vi* do art. 209, I, eis que submetido à autorização e avaliação qualitativa pelo Poder Público (art. 209, II), tem por

propósito desenvolver de maneira efetiva e eficaz o ensino, a pesquisa e a extensão, e para seguir nesse sentido desenvolve ações como:

- I. Ofertar de forma sistemática, permanente e articulada cursos de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu, combinando ensino, pesquisa e extensão.
- II. Investir em pesquisa e pós-graduação, induzindo projetos de pesquisas voltados para o desenvolvimento local, regional e nacional.
- III. Utilizar de metodologias de ensino modernas, diferenciadas e em constante aperfeiçoamento.
- IV. Adotar medidas com vistas ao incremento de redes temáticas de pesquisa.
- V. Apoiar a capacitação contínua dos recursos humanos nos diferentes níveis de formação acadêmica, da graduação à pós-graduação lato e stricto sensu, tendo a pesquisa como princípio, e a sustentabilidade como foco.
- VI. Definir linhas de pesquisa Inter e Multidisciplinares.
- VII. Incentivar a criação de grupos e núcleos de pesquisa, visando promover a integração entre ensino, pesquisa e extensão.
- VIII. Promover apoio e divulgação dos trabalhos técnico-científicos dos corpos docente e discente perante a comunidade.
- IX. Apoiar a realização de eventos culturais e à participação de docentes e discentes em eventos científicos.
- X. Incentivar criação de revistas, edição de livros e de outros meios de divulgação de trabalhos acadêmicos.
- XI. Associar-se a programas de cooperação técnico-científica com instituições nacionais e internacionais.
- XII. Captar recursos para a concessão de bolsas e linhas de financiamento aos alunos.
- XIII. Realizar Encontros e Seminários para desenvolvimento e disseminação do conhecimento entre o corpo docente, discente, comunidade científica e sociedade em geral.
- XIV. Comprometer-se com a inclusão social por meio das atividades de ensino, oportunizando o acesso, apoio pedagógico e atendimento individual a alunos portadores de necessidades especiais.
- XV. Desenvolver programas de ação social voltados para a comunidade em geral.
- XVI. Apoiar o desenvolvimento das atividades acadêmicas e de prestação de serviços técnicos especializados, visando assegurar qualidade e excelência.
- XVII. Promover cursos abertos de extensão universitária, visando à difusão do conhecimento técnico-científico e cultural desenvolvido na Instituição.

XVIII. Promover cursos e treinamentos específicos abertos à sociedade em geral e também “sob medida” para empresas privadas e públicas, com o objetivo de adequar os diversos programas às necessidades e particularidades de cada organização, reforçando a interação acadêmico-empresarial necessária ao desenvolvimento de alunos e professores.

XIX. Atuar de forma conjunta, por meio de parcerias e alianças estratégicas com empresas e/ou instituições de ensino com reconhecido conhecimento técnico.

Para a consecução destas missões, a FADISP organiza-se em torno de uma comunidade acadêmica participativa, integrada por dirigentes, professores, alunos, pessoal técnico-administrativo e de apoio, além da efetiva participação de órgãos suplementares ou organismos da comunidade na qual se insere. Com a compreensão da dimensão social e dialógica da educação.

c. Planejamento econômico-financeiro

Os recursos da FADISP são oriundos do recebimento de mensalidades. A entidade Mantenedora possui fins lucrativos, e seus recursos são administrados segundo um rígido processo de gestão orçamentária, por meio do qual o fluxo financeiro é planejado e executado sob rigoroso controle de despesas e de investimentos. Para viabilizar o recebimento das mensalidades e, por consequência, a gestão orçamentária e de caixa, é mantido com os alunos um Contrato de Prestação de Serviços Educacionais. Afrente será explorado o tópico de sustentabilidade, competindo frisar a participação da IES em programas de bolsas e políticas sociais.



Eixo 2 - Dimensão 3 ***Responsabilidade Social da Instituição***

A FADISP parte de uma concepção na qual não se entende que sua atuação se limita à oferta de ensino, mas está atrelada a um papel social relevante, a desempenhar junto à comunidade interna e externa. A IES desenvolve ações no sentido de promover sua inserção na realidade local, objetivando contribuir para a inclusão e desenvolvimento dos diferentes saberes que envolvem as áreas de seus cursos e que assegure o desenvolvimento econômico e social da região.

Neste sentido, podem ser apontadas as seguintes ações que visam não só a inclusão social, mas também a democratização do acesso e permanência do aluno na Instituição:

- I. Adoção de soluções que eliminem as barreiras arquitetônicas, promovendo a plena acessibilidade a suas dependências de pessoas portadoras de necessidades especiais;
- II. Participação nos Programas Federais de Bolsas (PROUNI e FIES);
- III. Incentivo a programas de bolsas de estudo e bolsas de iniciação científica, além da oferta de vagas de estágio na própria IES;
- IV. Oferta de cursos de extensão abertos à comunidade;
- V. Assinatura de convênios com órgãos públicos e empresas particulares, como forma de ampliar a oferta de campos de estágio;
- VI. Participação em linhas e grupos de pesquisa;
- VII. Incentivo à participação em projetos sociais que visam contribuir com a sociedade;
- VIII. Fomento a participação em eventos e congressos de disseminação de conhecimento científico;
- IX. Acompanhamento do egresso, promovendo sua inserção no mercado de trabalho e a avaliação institucional de aproveitamento dos conhecimentos acadêmicos no mercado de trabalho.

São também objetivos da FADISP manter e aperfeiçoar as políticas institucionais de extensão, de responsabilidade social, de responsabilidade ambiental e de cultura e implementar ações que nos permitam alcançar os patamares de qualidade delineados para os cursos de graduação e pós-graduação, considerando a devida sustentabilidade destes.



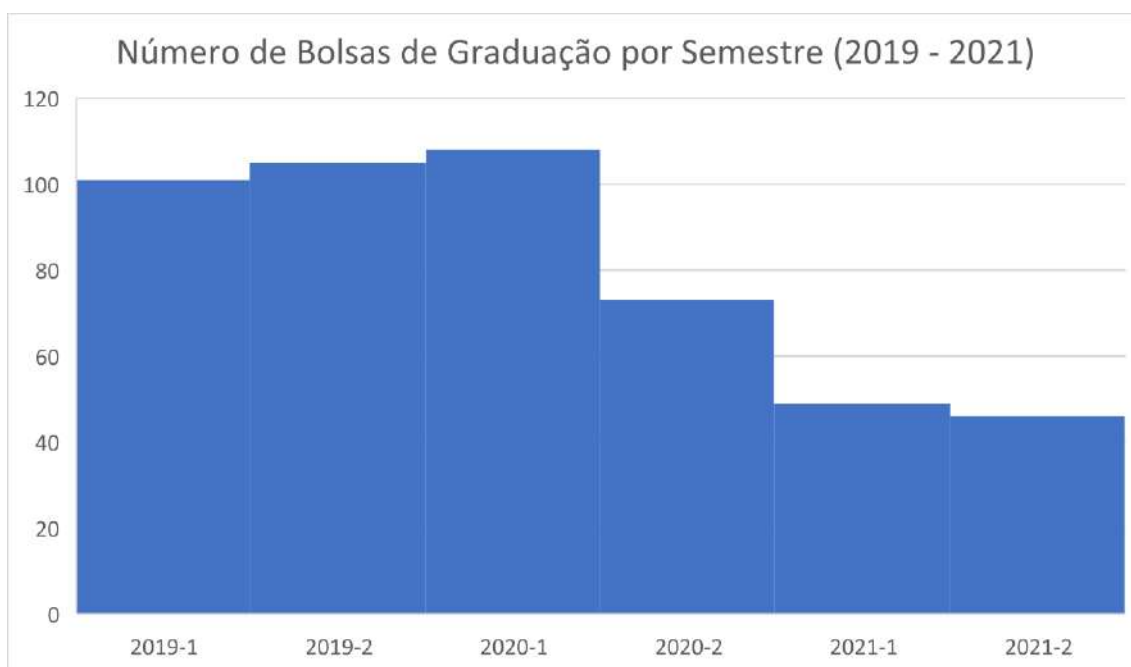
Vale observar que a missão institucional se materializa em ações sociais, com a concessão de bolsas aos estudantes, importantes no cenário econômico atual. Objetiva-se, assim, a garantia de acesso à educação para diversos grupos sociais, com equidade e respeito. A FADISP possui diversas categorias de bolsas – algumas atribuídas por critérios acadêmicos, por liberalidade da instituição -, outras por critérios de políticas públicas educacionais.

Um projeto importante e inovador na FADISP é o de mentoria (bolsa mentor), que atua na formação e qualificação do(a) aluno(a) bolsista. A atuação dos(as) alunos(as) bolsistas é acompanhada a partir de critérios de qualidade e participação efetiva nas atividades acadêmicas. Os(As) alunos(as) que possuem essa bolsa apresentam índices elevados de rendimento acadêmico, participando de ações e projetos institucionais – como Monitoria e Iniciação Científica.

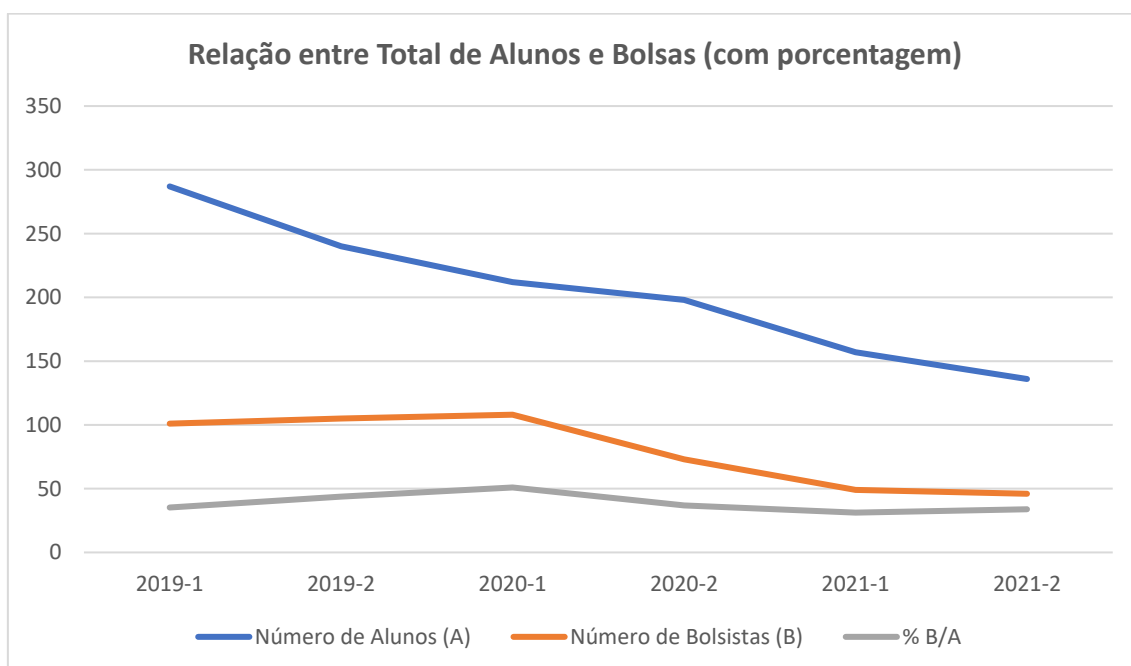
O quadro abaixo, acompanhado dos gráficos da próxima página, apresentam todos totais de bolsas por categoria. Nota-se um declínio de bolsas totais ao longo do triênio, todavia isso está acompanhado de uma diminuição de alunos – associada ao contexto econômico e pandêmico, também impactado pelo encerramento de outros cursos em 2019. Do ponto de vista proporcional, no entanto, as bolsas seguem entre 30% e 50%.

TOTAIS DE BOLSAS DE GRADUAÇÃO POR SEMESTRE (2019 - 2021) - FADISP									
TIPO DE BOLSA:	SEMESTRE DE REFERÊNCIA E SUBTOTAIS ANUAIS								
	2019-1	2019-2	Sub. 2019	2020-1	2020-2	Sub. 2020	2021-1	2021-2	Sub. 2021
BOLSA MENTOR	0	9	9	15	14	29	14	12	26
CAMPANHA DE VESTIBULAR	8	20	28	31	11	42	8	10	18
CONVÊNIO EMPRESA	3	3	6	3	2	5	2	1	3
EDUCAFRO	6	5	11	5	2	7	1	2	3
EGRESSO	1	0	1	0	0	0	0	0	0
FIES	10	9	19	10	7	17	3	2	5
FNDE	4	3	7	4	4	8	1	1	2
FUNCIÓARIO ALFA	1	0	1	0	0	0	0	0	0
PAF	0	0	0	1	1	2	2	1	3
PROUNI	68	56	124	39	32	71	18	17	35
Total Geral	101	105	206	108	73	181	49	46	95

Fonte: Setor Financeiro da Mantenedora, elaborado por CPA.



Fonte: Setor Financeiro da Mantenedora, elaborado por CPA



Fonte: Comissão Própria de Avaliação – CPA.

A responsabilidade social da IES se manifesta não apenas na concessão de bolsas, mas também em uma gama de projetos sociais da FADISP e do GJA. Abaixo serão apresentados alguns desses projetos, com enfoque nos mais necessários no triênio, sobretudo pelo impacto social da crise econômica e da pandemia da COVID-19. Essas ações passam pela arrecadação e distribuição de cestas básicas pela comunidade acadêmica até ações ambientais do GJA.

a) Distribuição de Cestas Básicas:



Fonte: Coordenação Geral de Cursos de Direito, enviado à CPA. Ação em parceria com a Paróquia Bom Jesus.



Paróquia Bom Jesus dos Passos
 CNPJ/MF 56.100.068/0001-05
 Praça Portugal, 20 - CEP 05414-030 - São Paulo - SP - 3085-9740
 e-mail: parbomjesus@ig.com.br - www.bomjesusdospassos.com.br

Campanha de Arrecadação de Alimentos

A FADISP, repete a parceria com a Comunidade Acadêmica e Administrativa, na campanha de arrecadação de alimentos e conta com a contribuição de vocês. A Paróquia Bom Jesus dos Passos, localizada na Praça Portugal - Pinheiros, arrecada alimentos para o preparo de refeições e distribui aos moradores que vivem na extrema pobreza. Os alimentos são preparados e entregues aos finais de semana. A Fadisp contribuirá com os alimentos e no preparo das marmitas. Seja um voluntário, venha participar conosco!!!

As doações serão recebidas até o dia 03/12/2021.

Dados para o PIX:
 Ellen Cristina Martins André
 CPF: 006.947.141-00



São Paulo, 28 de Abril de 2020

Prezados Senhores:

Nós, da Paróquia Bom Jesus dos Passos, agradecemos a doação de 55 cestas básicas, que muito irá contribuir na continuação de nosso trabalho, no fornecimento de alimentação pronta, às Sextas e Sábados, para as pessoas em Situação de Rua.

As nossas preces ao Senhor Bom Jesus dos Passos e a Nossa Senhora vão para que os objetivos da Faculdade continuem sendo realizados plenamente.

O bom Deus esteja com vocês iluminando e protegendo, sempre.

Com gratidão da nossa Paróquia e a minha bênção,

Padre Vítor Bertoli

Fonte: Instagram® da FADISP (@fadispalfa).

b) Algumas ações do Grupo José Alves - GJA

a. Meio Ambiente

O resíduo produzido pelo Grupo é separado em coletores (papel, metal, plástico, lixo comum) e em resíduos ambulatoriais. O material coletado é comercializado e o valor arrecadado é doado para instituições filantrópicas. O Grupo José Alves promove trabalho educacional com seus colaboradores para que contribuam na preservação do meio ambiente e estejam engajados à responsabilidade ambiental.

b. Palestras educacionais

Por meio da ALFA, o Grupo apoia diversas iniciativas junto às escolas estaduais, municipais e particulares em nas regiões metropolitanas de Goiânia e São Paulo, oferecendo palestras, orientação de carreira entre outros.

c. Patrocínios

Patrocínio a eventos de equipes esportivas, como a Equipe de Vôlei Monte Cristo. Patrocínio da corrida das cores.

d. Limpeza de Rios e Praias

Todo mês de setembro o Grupo comemora o Dia Mundial de Limpeza de Rios e Praias com ações de educação ambiental, mobilizando colaboradores e voluntários na limpeza e coleta de lixo nas margens de rios e córregos.

Fonte: <https://www.grupojoalves.com/sustentabilidade>



EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS

As políticas acadêmicas da IES aliam pedagógico e administrativo, buscando oferecer educação de qualidade, do atendimento de secretária à sala de aula. Pretende-se uma formação que permeie o ensino, a pesquisa e a extensão, compreendendo essas atividades como essenciais para a formação para o trabalho e cidadania. Nos itens abaixo serão apontadas algumas dessas políticas acadêmicas, explicitando seu funcionamento na IES e a devolutiva da comunidade acadêmica a partir da autoavaliação institucional, sobremaneira pela percepção do corpo discente.



Eixo 3 - Dimensão 2 ***Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão***

As políticas da IES são articuladas aos seus documentos institucionais, funcionando de modo articulado. Será feito um recorte dos pontos centrais das políticas de ensino, pesquisa e extensão, articulando-as com projetos e ações da IES. Nesse sentido, as **Políticas de Ensino** da FADISP se constituem na promoção e na integração das diferentes áreas do conhecimento no sentido de atender a excelência, eficiência e o desenvolvimento dos cursos de graduação, mediante:

- I. Qualificação de seus cursos;
- II. Cultura que desenvolve posturas democráticas, de respeito à diversidade, pluralidade de ideias e de comportamentos de forma ética e solidária na comunidade acadêmica;
- III. Incentivo à pesquisa de forma reflexiva e crítica aliada à produção do conhecimento e a solução de problemas;
- IV. Melhoria dos recursos tecnológicos;
- V. Expansão das oportunidades de acesso, permanência e mobilidade discente entre cursos;
- VI. Desenvolvimento de atividades integrativas entre a comunidade acadêmica e a sociedade civil;
- VII. Incentivo a participação discente em eventos de disseminação do conhecimento científico;
- VIII. Fortalecimento da visão de que o discente é parte integrante e agente protagonista do processo de aprendizagem;
- IX. Valorização do potencial de desempenho dos colaboradores;
- X. Expansão de mecanismos de inclusão destinados à população com vulnerabilidade socioeconômica;

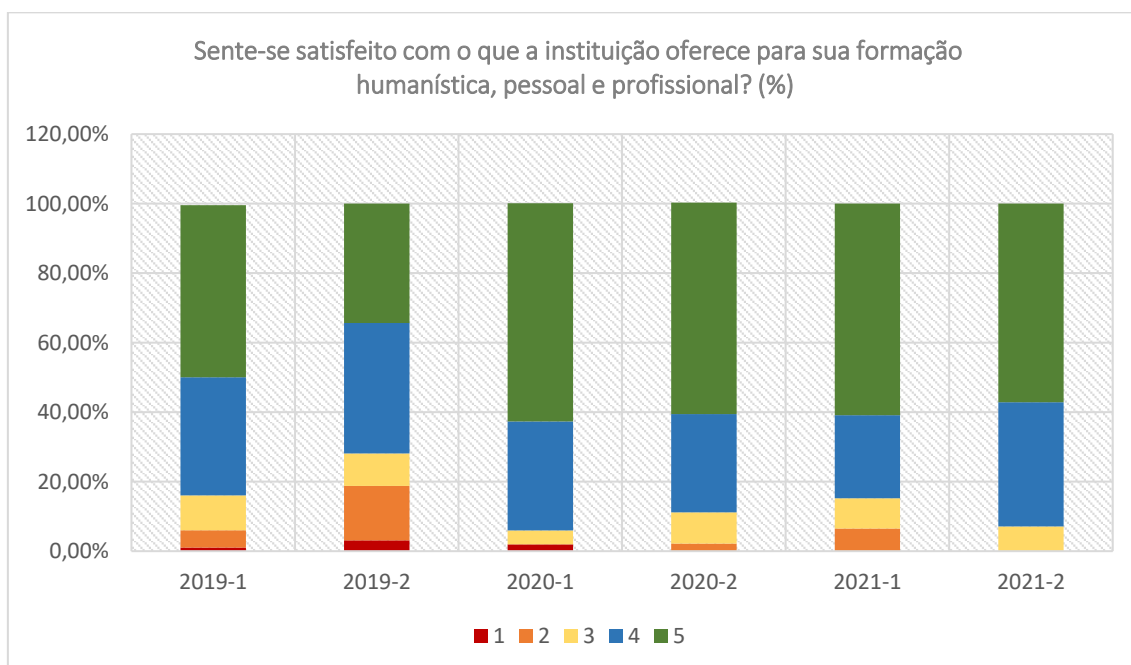
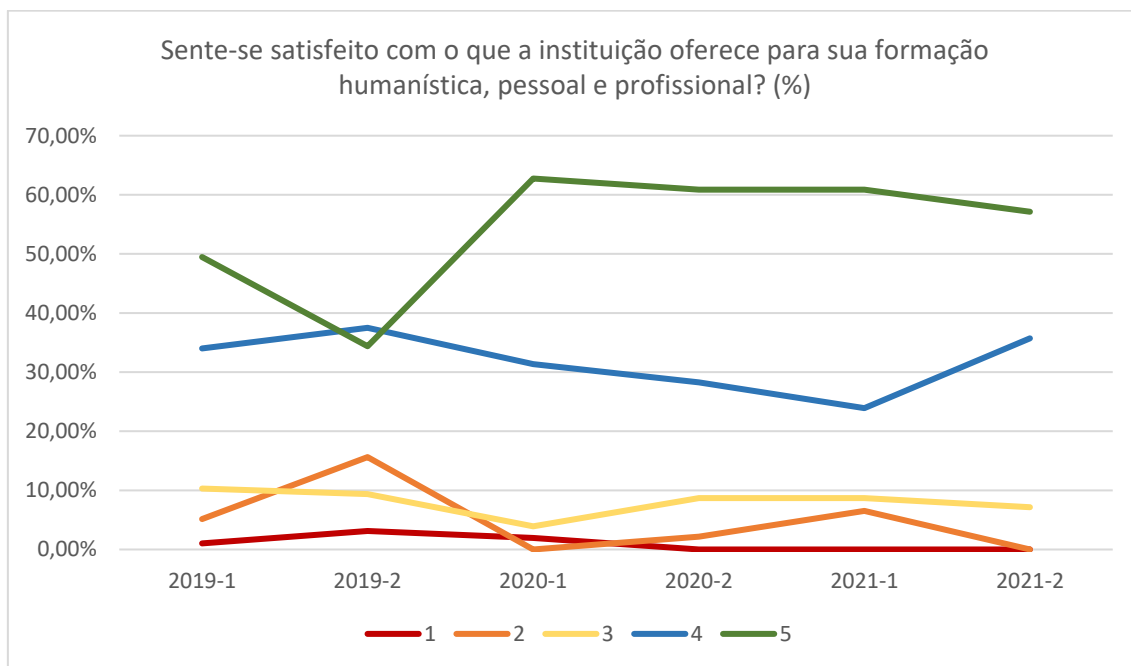
- XI. Fortalecimento do processo de autoavaliação da educação oferecida pela instituição;
- XII. Implantação de novos Cursos de Graduação e Pós-graduação mediante atendimento à demanda regional;
- XIII. Revisão periódica dos projetos pedagógicos dos Cursos de Graduação.

O Curso de Direito da FADISP deverá assegurar, no perfil do egresso, sólida formação geral, humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania.

O gráfico da página seguinte demonstra a percepção dos discentes acerca da “formação humanística, pessoal e profissional”, como expressão das políticas de ensino e articulação com os projetos de curso. Houve um avanço de 2019-1 até 2021-2, dentro do triênio analisado. Em 2021-2 cerca de 92,9% dos discentes reportou que se sente satisfeito em relação a esse quesito, atribuindo valores 4 e 5 na escala *Likert*. Essa questão tem um escopo amplo, buscando verificar como os alunos vêm percebendo sua formação, em consonância com várias finalidades da educação na construção do sujeito. A satisfação nesse quesito é significativa para as políticas de ensino, com impacto na pesquisa e extensão. Nesse sentido vale observar que as avaliações sobre os docentes, cujo *feedback* ocorreu no triênio (2019-2021), indicaram satisfação com a qualidade das aulas e atuação docente nas disciplinas.

FORMAÇÃO HUMANÍSTICA, PESSOAL E PROFISSIONAL

Questionário do Aluno: “Sente-se satisfeito com o que a instituição oferece para sua formação humanística, pessoal e profissional?”



(Critério de 1 a 5 na escala *Likert*, vide Metodologia). Fonte: Dados de Autoavaliação.

As **Políticas de Pesquisa** em linhas gerais, tendem a preparar o acadêmico para a pesquisa é um desafio que integra a prática docente como algo de fundamental importância pelo valor que agrega à formação do discente e à história da Instituição. Ajudar o discente a transpor as fronteiras do conhecimento da ciência é tarefa que une os esforços do Corpo Docente.

Sendo assim, deve existir um esforço coletivo para se caminhar lado a lado com o estudante na construção de uma nova relação de ensino-aprendizagem, centrada na formação da atitude investigativa e na prática da pesquisa. Cabe aos professores introduzir os seus discentes no fecundo diálogo com o conhecimento científico, criando condições de aprendizagem que favoreçam o seu uso de modo adequado na vida acadêmica, estabelecendo uma interação reflexiva entre a teoria e a prática nas suas áreas específicas do conhecimento.

Por fim, a Instituição compreende que o ensino e as atividades de pesquisa desenvolvidas tem uma relação direta com a sociedade mais ampla e com comunidade na qual está inserida. Tal relação se expressa, também, pela via da extensão, atividade pela qual, além de seus cursos regulares de formação inicial, a Instituição, envolve seu Corpo Docente e Discente em práticas que extrapolam, muitas vezes, os seus muros, indo de encontro aos anseios da comunidade ou trazem a comunidade para o seu interior, abrindo suas portas e disponibilizando os conhecimentos adquiridos à população.

O propósito, portanto, é desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão e, neste sentido, a Instituição propõe o desenvolvimento de ações como:

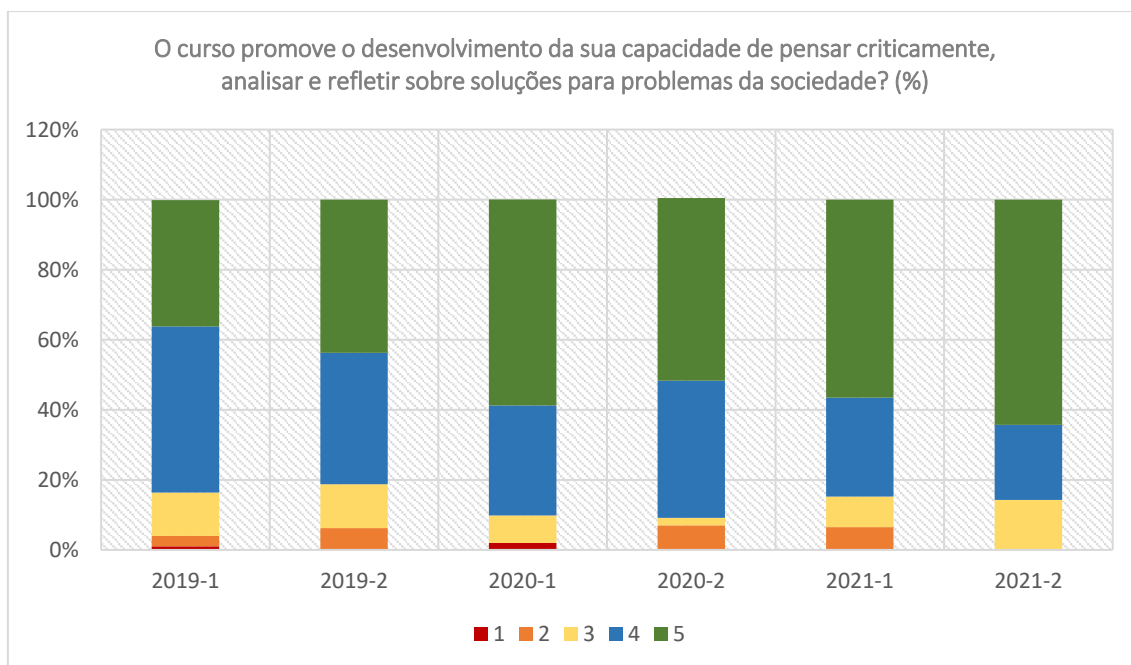
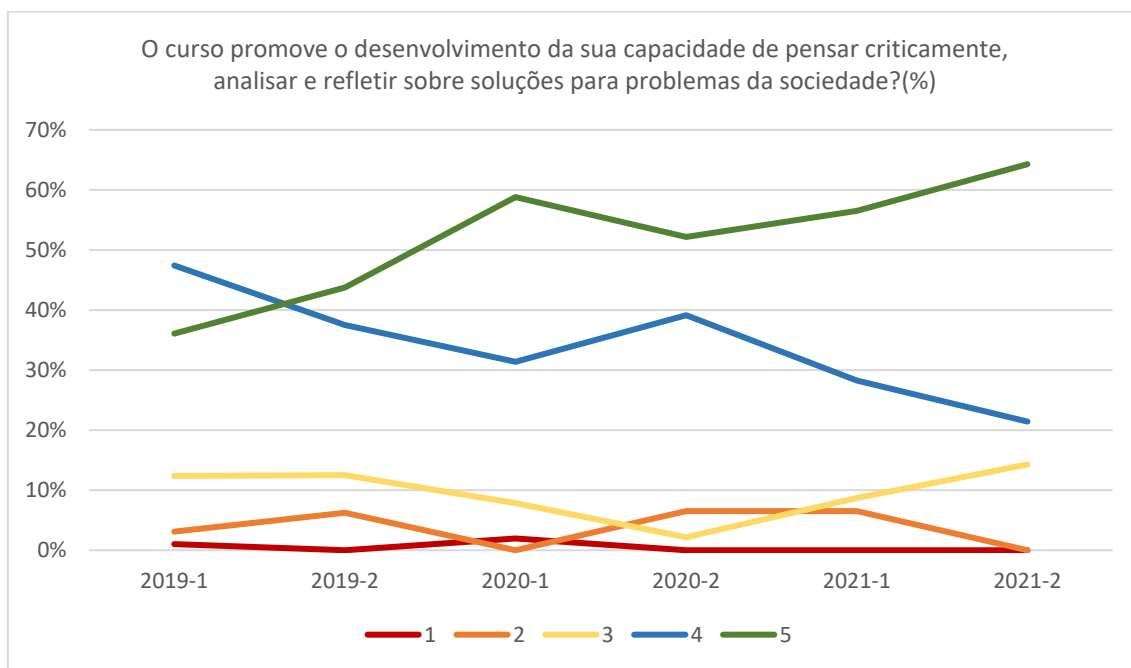
- I. Oferta, de forma sistemática, permanente e articulada, de cursos de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu, combinando ensino, pesquisa e extensão;
- II. Investimento em pesquisa e pós-graduação, induzindo projetos de pesquisas voltados para o desenvolvimento local, regional e nacional;
- III. Utilização de metodologias de ensino diferenciadas e em constante aperfeiçoamento;
- IV. Adoção de medidas com vistas ao incremento de redes temáticas de pesquisa;
- V. Apoio à capacitação contínua dos recursos humanos nos diferentes níveis de formação acadêmica, da graduação à pós-graduação lato e stricto sensu, tendo a pesquisa como princípio, e a sustentabilidade como foco;
- VI. Definição de linhas de pesquisa inter e multidisciplinares;

- VII. Incentivo à criação de grupos e núcleos de pesquisa, visando promover a integração entre ensino e pesquisa;
- VIII. Promoção, apoio e divulgação dos trabalhos técnico-científicos dos corpos docente e discente perante a comunidade;
- IX. Apoio institucional à realização de eventos culturais e à participação de docentes e discentes em eventos científicos;
- X. Incentivo à criação de revistas, edição de livros e de outros meios de divulgação de trabalhos acadêmicos;
- XI. Associação a programas de cooperação técnico-científica com instituições nacionais e internacionais;
- XII. Captação de recursos para a concessão de bolsas e linhas de financiamento aos discentes;
- XIII. Realização de Encontros e Seminários para desenvolvimento e disseminação do conhecimento entre o corpo docente, discente, comunidade científica e sociedade em geral;
- XIV. Compromisso com a inclusão social por meio das atividades de ensino, oportunizando o acesso, apoio pedagógico e atendimento individual a discentes portadores de necessidades especiais.
- XV. Desenvolvimento de programas de ação social voltados para a comunidade em geral;
- XVI. Apoio ao desenvolvimento das atividades acadêmicas e de prestação de serviços técnicos especializados, visando assegurar qualidade e excelência;
- XVII. Promoção de cursos abertos de extensão universitária, visando à difusão do conhecimento técnico-científico e cultural desenvolvido na Instituição;
- XVIII. Promoção de cursos e treinamentos específicos abertos à sociedade em geral e “sob medida” para empresas privadas e públicas, com o objetivo de adequar os diversos programas às necessidades e particularidades de cada organização, reforçando a interação acadêmico-empresarial necessária ao desenvolvimento de discentes e professores;
- XIX. Atuação de forma conjunta, por meio de parcerias e alianças estratégicas com empresas e/ou instituições de ensino com reconhecido conhecimento técnico.
- XX. Fomento a linhas de pesquisas que promova a igualdade, o desenvolvimento sustentável, a valorização ao meio ambiente, a memória e ao patrimônio cultural e aos direitos humanos.
- XXI. Integrar os cursos de pós-graduação e graduação em linhas de pesquisas, visando à interação e a troca de conhecimentos.

Os discentes compreendem que as atividades acadêmicas estimulam o pensamento crítico, considerando também majoritariamente que favorece a articulação entre teoria e prática. As atividades acadêmicas são projetadas, dentro e fora de sala, para propiciar uma integração do saber do discente – na perspectiva constitucional de formação integral do sujeito (cidadania e trabalho). Fica clara a percepção dos discentes de que esse parâmetro vem sendo trabalhado de maneira eficiente pela IES, podendo ser potencializado.

PENSAMENTO CRÍTICO

Questionário do Aluno: “O curso promove o desenvolvimento da sua capacidade de pensar criticamente, analisar e refletir sobre soluções para problemas da sociedade?”



(Critério de 1 a 5 na escala *Likert*, vide Metodologia). Fonte: Dados de Autoavaliação.

As **Políticas de Extensão** é baseada em uma gama de atividades de extensão, que além de promoverem a disseminação do conhecimento, serão voltadas a colaboração e a solidariedade com a comunidade externa, desenvolvendo projetos de extensão que tenham como objetivo contribuir com populações hipossuficientes e com o atendimento, dentro das perspectivas do curso, dessa comunidade.

Apesar de ações já bem definidas, a FADISP pretende expandir as ações extensionistas, assim como, a quantidade de discentes e docentes para atender, de forma mais abrangente, a comunidade por meio de parceiras com os movimentos sociais populares e não governamentais, órgãos do setor público (federal, estadual e municipal), empresas e outras atividades do setor produtivo.

Nesse sentido, foi implementado o Projeto de Extensão “FADISP-FORMAÇÃO CIDADÃ”, que tem por fundamento legal a Resolução MEC/CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, e o compromisso social de integração da comunidade acadêmica e a sociedade, congregando o Corpo Diretivo, os Docentes, os Discentes, os Egressos e os Funcionários, com abertura para o público externo em geral, mantendo permanente diálogo com a sociedade. Os objetivos específicos são estabelecidos de acordo com a Resolução MEC/CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que dispõe estruturar a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior (art. 6º):

I - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;

II - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;

III - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;

IV - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;

V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural; VI - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;

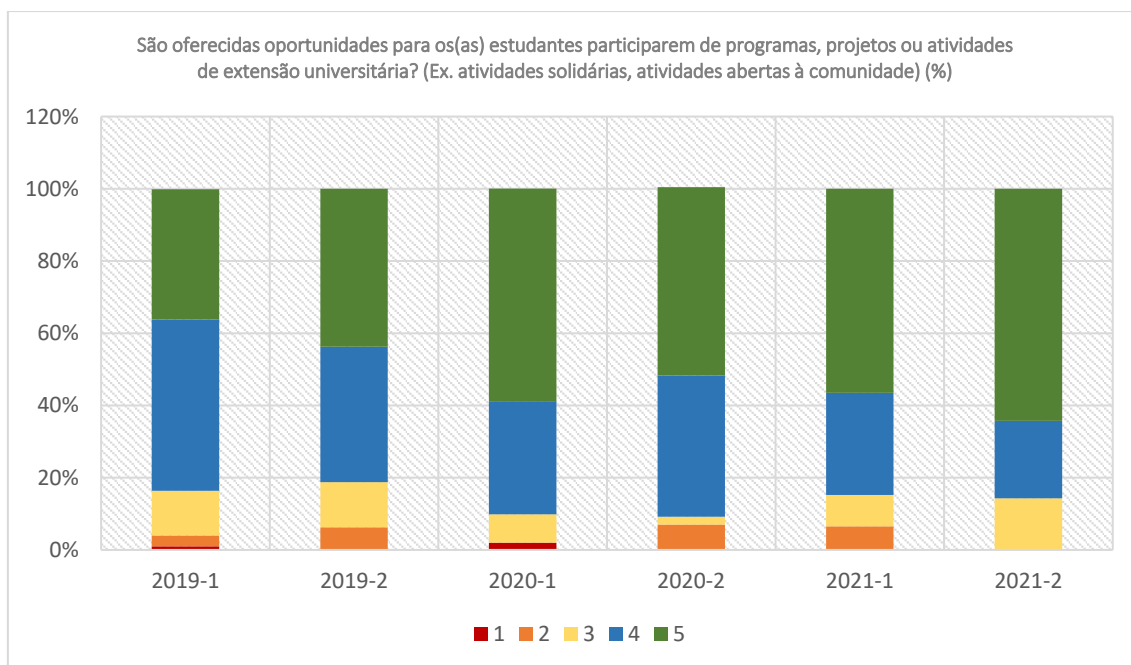
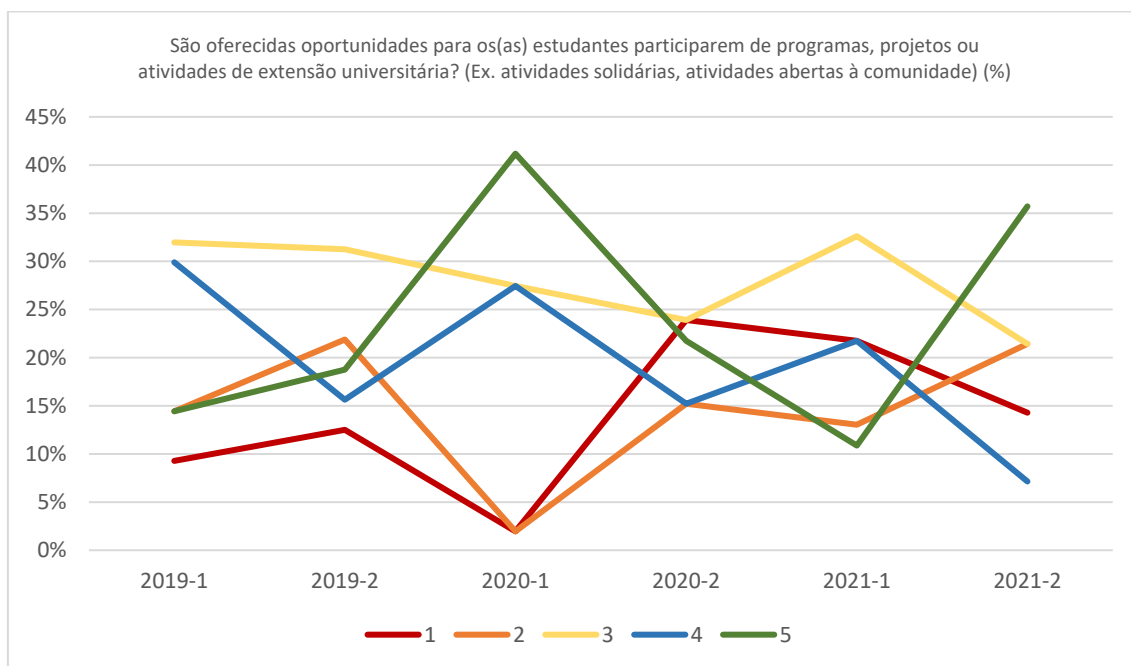
VII - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira.

Especificamente, as atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades (art. 8º): I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; V - prestação de serviços.

O gráfico da página seguinte demonstra a percepção positiva dos discentes acerca da “oferta de oportunidades para os(as) estudantes participarem de programas, projetos ou atividades de extensão universitária”, como expressão das políticas extensionistas e articulação destas com os projetos de curso. Houve um avanço de 2019-1 até 2021-2, dentro do triênio analisado. Em 2021-2 cerca de 85,72% dos discentes reportou que se sente satisfeito em relação a esse quesito, atribuindo valores 4 e 5 na escala *Likert*. Essa questão tem como escopo verificar se os alunos vêm percebendo sua formação a partir da lógica extensionista, na integração entre ensino, pesquisa e extensão. A satisfação nesse quesito é significativa, sobremaneira pelo avanço em relação a 2019-1, que possuía notas 1 e 2 na escala *Likert*.

OPORTUNIDADES PARA ATIVIDADES E PROJETOS DE EXTENSÃO

Questionário do Aluno: “São oferecidas oportunidades para os(as) estudantes participarem de programas, projetos ou atividades de extensão universitária? (Ex. atividades solidárias, atividades abertas à comunidade)”⁹



(Critério de 1 a 5 na escala *Likert*, vide Metodologia). Fonte: Dados de Autoavaliação.

⁹ Até 1/2020 o quesito era: “São oferecidas oportunidades para os estudantes participarem de programas, projetos ou atividades de extensão universitária?”

E3 D2 – Metodologias de Ensino

A metodologia, vez que tomada institucionalmente como um norte de qualidade, passa a compor as políticas acadêmicas de modo transversal, atrelado centralmente ao ensino. O Curso de Direito da FADISP prioriza na definição das metodologias de Ensino estratégias propiciam a maior interatividade docente-discente e discente-discente. Acredita que assim é possível a construção do saber e do conhecimento em que o referencial teórico é experimentado coma vivência de cada aluno, e com isso o compromisso do aluno com seu próprio desenvolvimento e transformação.

Além de formação de nível superior adequada ao exercício profissional, as metodologias de ensino-aprendizagem da FADISP priorizam a realização de pesquisas e o estímulo das atividades criadoras. O ensino e a pesquisa estão ligados por cursos e serviços especiais, sempre com o incentivo à valorização humana e social das profissões. Dessa forma, para o desenvolvimento do perfil profissional desejado para os alunos egressos do curso, a FADISP prioriza metodologias de ensino-aprendizagem coletivas, desafiadoras e crítico-reflexivas, voltadas ao atingimento de objetivos pedagógicos que tornam este aluno um profissional mais competitivo e direcionado à busca de resultados. Essas metodologias são exercitadas por diversas técnicas que bem se coadunam com a pluralidade necessária de visões do processo ensino-aprendizagem. Dentre estas técnicas, estão:

- I. Tirar proveito da experiência acumulada pelos alunos, adotando métodos de ensino que exijam o uso de experiências anteriores, como discussões de grupo, exercícios de simulação e estudo de casos.
- II. Propor problemas, novos conhecimentos e situações sincronizadas com a vida real, relacionando os conteúdos ministrados com a realidade do dia a dia dos alunos, dada a predisposição do adulto para aprender algo que contribua para suas atividades profissionais ou para resolver problemas reais.
- III. Justificar a necessidade e utilidade de cada conhecimento, uma vez que adultos se sentem motivados a aprender quando entendem as vantagens e benefícios de um aprendizado, quando percebem suas próprias deficiências e reconhecem a necessidade.
- IV. Prática de determinado conhecimento, habilidade ou competência.

V. Envolver os alunos no planejamento e na responsabilidade pelo aprendizado, pois adultos gostam de exercer sua independência e assumir suas responsabilidades.

VI. Estimular e utilizar a motivação interna para o aprendizado, pois as motivações mais fortes nos adultos são internas, relacionadas com a satisfação pelo trabalho realizado, melhora da qualidade de vida e elevação da autoestima.

VII. Facilitar o acesso, os meios, o tempo e a oportunidade, para que os adultos se sintam envolvidos e comprometidos com o programa de aprendizagem que a Instituição lhes oferece.

Outro aspecto relevante sobre as opções metodológicas do Curso é que visam à integração das disciplinas do Curso. Assim, sua prática permite a que o aluno cultue a visão holística da Ciência Jurídica, com temáticas adequadamente contextualizadas e inter-relacionadas, para assegurar, assim, o maior interesse do aluno adulto. Como exemplos de metodologias interativas e integrativas do curso da FADISP, há:

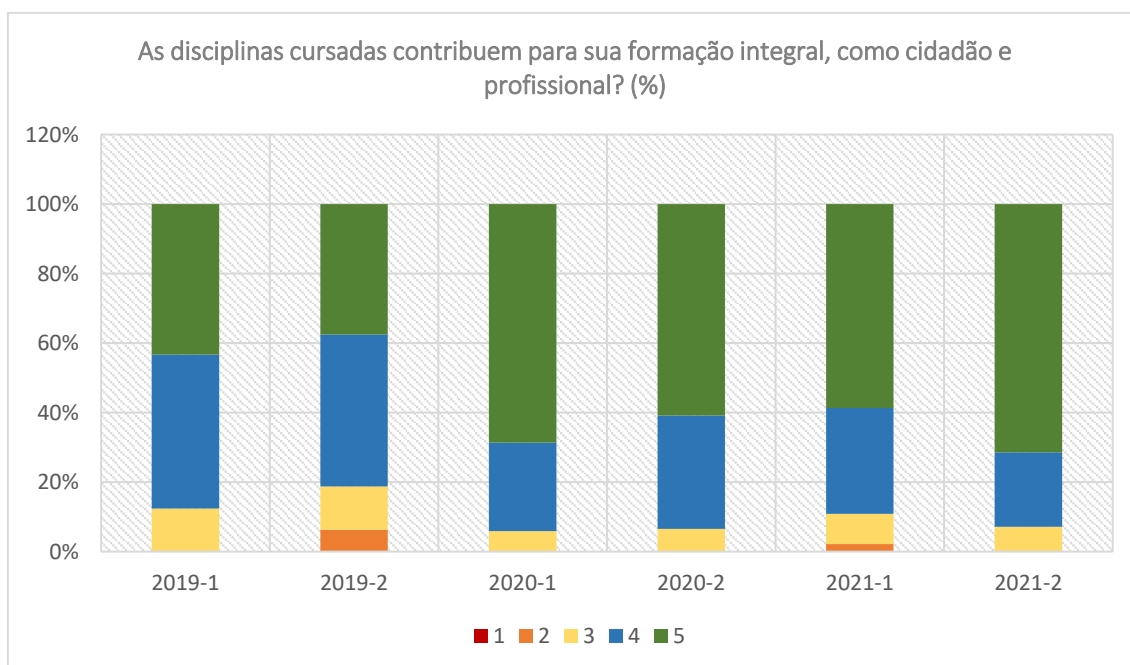
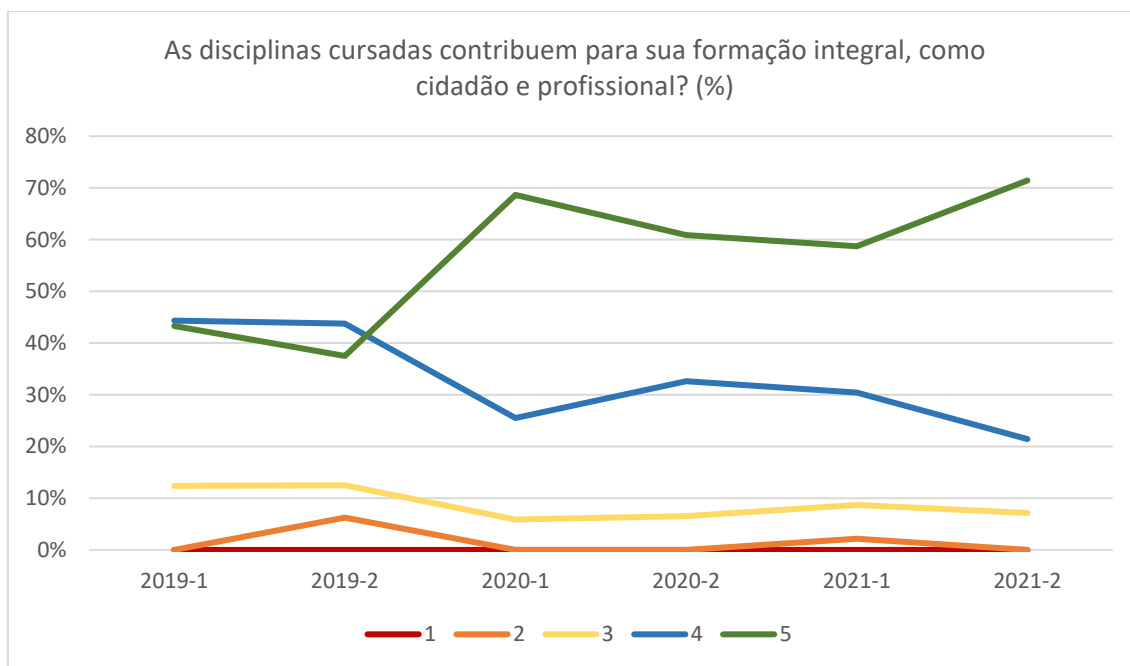
- Técnicas de exposição pelo professor, na forma de aulas expositivas dialogadas, participativas e interativas, consideradas como necessárias para introduzir um novo assunto, propiciar uma visão global e sintética, esclarecer conceitos e concluir estudos;
- Técnicas centradas no aluno, na forma de estudos de texto e estudos de casos e de estudos dirigidos (ou orientados), que objetivam desenvolver a capacidade de estudar um problema, de forma sistemática, desenvolver a capacidade analítica e as habilidades de compreensão, interpretação, análise, crítica, e (re)-criação de textos, bem como preparar para o enfrentamento de situações complexas;
- Técnicas de elaboração conjunta, em especial, seminários e trabalhos de grupo, que objetivam a contribuição conjunta do professor e dos alunos e analisar coletivamente um tema importante, a fim de se chegar a uma posição;
- Utilização de pesquisas pontuais nas diversas disciplinas que compõem a matriz curricular, sendo elas orientadas pelos respectivos professores;
- Realização de visitas técnicas, dando oportunidade ao aluno de compartilhar experiências e vivências tais como ocorrem no mundo do trabalho;
- Participação em eventos, internos e externos, como palestras, seminários e fóruns temáticos de interesse para a formação do aluno;
- Estudo de casos, que promovam nos alunos a capacidade de estabelecer relações entre os conhecimentos das diferentes disciplinas para o encaminhamento da solução de casos reais;

- Práticas laboratoriais, aulas práticas em laboratório, ou em salas ambientes especiais nas quais são fundamentais a explicitação dos objetivos da aula e a colocação do professor como um elemento de suporte para se atingir esses objetivos. Busca-se, com isso, dar ao aluno o máximo de autonomia na organização de suas atividades visando ao seu desenvolvimento. A orientação é que nesses ambientes sejam desenvolvidas atividades práticas, em pequenos grupos, com o objetivo de promover a interação entre os alunos e desenvolver as habilidades de trabalho em equipe.
- Posturas pedagógicas híbridas. Com a implementação de novas tecnologias aplicadas no processo ensino-aprendizagem, mesmo após o período de distanciamento social, que afastou os alunos das salas de aula físicas durante o período de pandemia da COVID-19, a percepção que se tem é de integração permanente do sistema educacional híbrido, com o qual se mistura o ensino presencial com ações pedagógicas online. As posturas pedagógicas híbridas constituem uma metodologia própria para lidar com a união de elementos, o presencial e o digital, que vão deste a inter-relação pessoal até orientação sobre como fazer da internet uma ferramenta de construção do conhecimento.
- Estágio de Docência. O Estágio de Docência é um instrumento importantíssimo já que figura como um dos elos do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* – Mestrado e Doutorado – em Direito da FADISP com a Graduação, o que confere ao mestrando e ao doutorando uma oportunidade de vivência de magistério, despertando o interesse para docência no ensino superior. Desde o início das atividades do Programa, os discentes já passaram a realizar as atividades de monitoria (estágio de docência), no âmbito da Graduação em Direito, aplicando seminários e promovendo debates, dentre outras tarefas, bastante intensificadas em razão da pandemia da COVID-19, diante do formato tecnológico e desafiador que as aulas passaram a exigir.

Nesse sentido, percebe-se que a metodologia adotada tende a possibilitar uma postura protagonista, possibilitando a formação integral do discente. Os indicadores do questionário do aluno apresentam, nesse sentido, avanços relativos à formação como “cidadão e profissional”, apresentando 92,8% de aprovação (entre 4 e 5 na escala *Likert*) sobre a contribuição das disciplinas. nesse processo. Cerca de 85,8% concorda (entre 4 e 5 na escala *Likert*), nesse sentido, que o curso proporcional “oportunidade e estímulo para aprender a trabalhar em equipe”, favorecendo o protagonismo estudantil.

FORMAÇÃO INTEGRAL COMO CIDADÃO E PROFISSIONAL

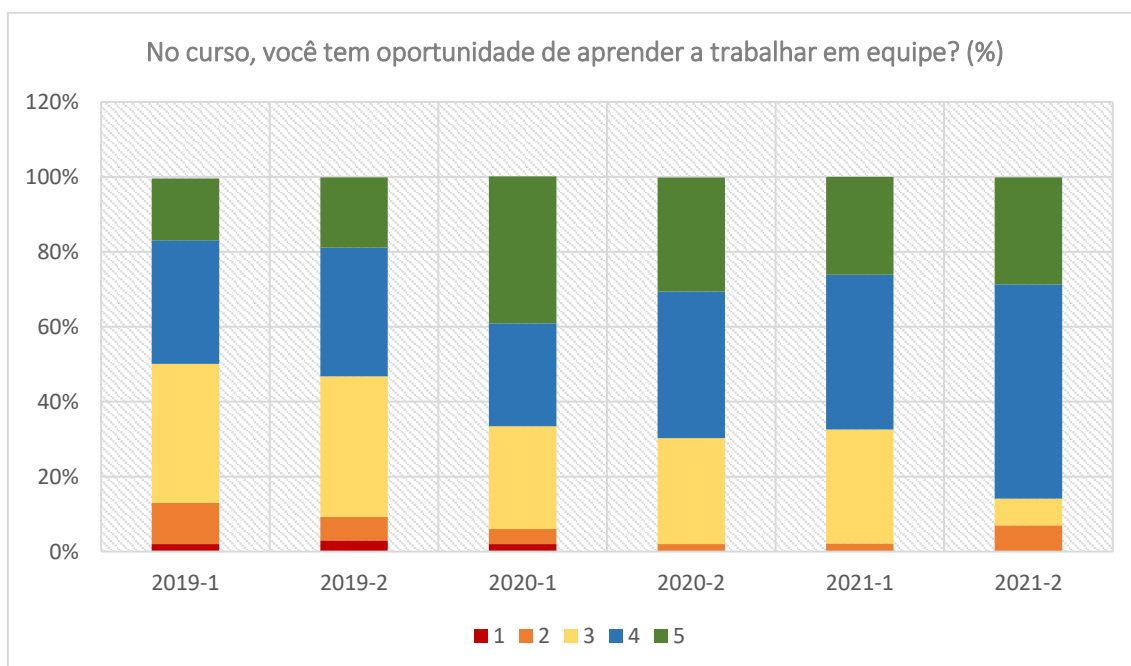
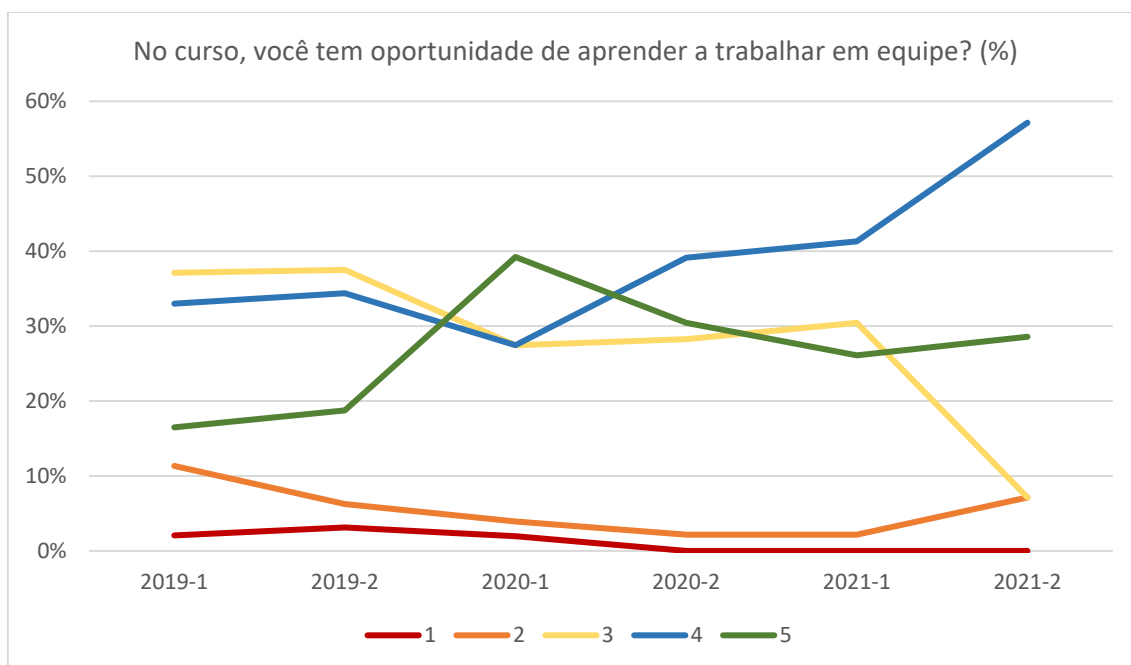
Questionário do Aluno: “As disciplinas cursadas contribuem para sua formação integral, como cidadão e profissional?”



(Critério de 1 a 5 na escala *Likert*, vide Metodologia). Fonte: Dados de Autoavaliação.

PROTAGONISMO E TRABALHO EM EQUIPE

Questionário do Aluno: “No curso, você tem oportunidade e estímulo para aprender a trabalhar em equipe?”¹⁰



(Critério de 1 a 5 na escala *Likert*, vide Metodologia). Fonte: Dados de Autoavaliação.

¹⁰ A questão até 1/2020 era: “No curso, você tem oportunidade de aprender a trabalhar em equipe?”

E3 D2 – Ações Da IES para o retorno às aulas em decorrência da pandemia de COVID-19

O ano de 2020 e 2021 foram marcados pela pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19), trazendo um contexto novo para a área da Educação, no qual as escolas e IES tiveram suas atividades presenciais suspensas. O processo educacional teve mudanças bruscas e os docentes se viram, de um momento para outro, tendo que atuar diante de uma situação inesperada. Diversas alternativas passaram a ser adotadas com o objetivo de reduzir o prejuízo educacional e a preservação do direito à Educação.

As instituições do Ensino Superior aproveitaram suas plataformas digitais para a continuidade do processo educacional, buscando meios de renovar o ensino, além disso, eram poucos os professores que detinham a formação adequada para lecionar a distância. O novo cenário trouxe novos desafios às instituições e aos docentes, pois uma aula remota é diferente da prática presencial de sala de aula, a dinâmica de interação com os alunos é outra, sendo necessário o conhecimento das tecnologias educacionais.

A ampliação da utilização de tecnologias da comunicação e informação (TIC), aliada ao treinamento e capacitação dos docentes para metodologias ativas aplicáveis nesse contexto, foi essencial para a continuidade das atividades. A normalização das comunicações e acessos dos alunos aos sistemas próprios já existentes anteriormente à COVID, na plataforma BlackBoard Collaborate, que permite a interação ao vivo (docente e alunos), para aulas online.

Os docentes foram capacitados de forma remota/online para usar as plataformas, ou seja, no Moodle, Open LMS e BlackBoard Collaborate. Além disso, foram criados Tutoriais de uso, tanto do Moodle quanto do Open LMS. Atualmente os Tutoriais ficam disponíveis aos docentes para acesso permanente. Foi disponibilizado aos docentes um grupo de WhatsApp para apoio de questões relativas à tecnologia da informação, assim como um WhatsApp na Central de Atendimento aos Alunos para facilitar a comunicação e acesso às informações de toda a ordem (matrícula, rematrícula, inscrição a eventos, comunicações institucionais etc).

A ampliação da utilização de tecnologias da comunicação e informação (TIC), aliada ao treinamento e capacitação dos docentes para metodologias ativas aplicáveis nesse contexto, foi essencial para a continuidade das atividades. Nesse contexto a avaliação ao discente pôde constatar êxito nas medidas tomadas para manutenção da qualidade nas atividades online, com uma ampliação dos canais de comunicação e atividades remotas. A reestruturação necessitou de adaptações que passaram pela dinâmica de aulas, atendimento de acadêmico e financeiro e demais eventos.

A maior parte dos discentes avaliou positivamente o modelo *online*, numa perspectiva de aproximação do presencial. Por suposto, não há equivalência entre a sala de aula presencial e suas potencialidade e a sala de aula virtual – ainda que síncrona; todavia, dentro das limitações impostas pela pandemia, a comunidade acadêmica se manifestou positivamente sobre os resultados dos esforços institucionais. Vale observar que a Instituição ofertou curso de Metodologias Ativas para os professores interessados na modalidade EAD (com aulas remotas síncronas, tutoria e certificação final), buscando aprimorar a qualidade das aulas e o processo adaptativo.



(Fonte: Extraído do Open LMS do Prof. Victor Henrique Grampa).

Nesse contexto de pandemia, em atenção às medidas sanitárias vigentes, adotou-se a partir de 19/03/2020, ouvido o Núcleo Docente Estruturante – NDE, o regime remoto (ainda vigente em 2021). A comunidade acadêmica foi comunicada e acompanhada pelos professores tutores e coordenação no período de transição. Houve a criação de novos canais de comunicação, dentre os quais grupos de *WhatsApp* e o Mural de Recados Online; também foram

necessários ajustes nas plataformas digitais, com a incorporação do *Open LMS* e do *BlackBoard Collaborate* (para aulas online síncronas).



São Paulo, 18 de março de 2020.

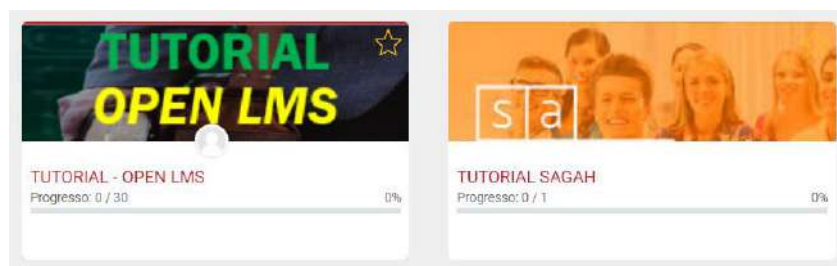
COMUNICADO À COMUNIDADE ACADÊMICA
 INSTRUÇÕES SOBRE O PERÍODO DE SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS

A partir da demanda do NDE – Núcleo Docente Estruturante e das manifestações dos representantes das turmas do semestre 2020.1, a Direção da FADISP decidiu retomar as atividades acadêmicas de forma remota a partir do dia 19 de março, para evitar o acúmulo de conteúdo no final deste semestre.

1. As atividades dos cursos de graduação, pós-graduação stricto sensu serão mantidas por meio de recursos tecnológicos que permitirão sua adaptação para que sejam ministradas remotamente.
2. Para os alunos da graduação, a partir do dia 19 de março de 2020 todos os professores irão realizar as atividades de forma remota (Moodle, Chat, Vídeo Chamadas, Live nas redes sociais) para a revisão do conteúdo das aulas.
3. Todos os professores farão contato virtual com os alunos nos horários das suas aulas pré-agendadas em que a Instituição comunicará os respectivos representantes o cronograma e meio pelo qual terão contato.
4. De 19 a 25 de março será o período de revisão de conteúdo para as provas.
5. Os conteúdos trabalhados em sala de aula até a última sexta-feira, 13 de março 2020, serão cobrados nas avaliações N1, com exceção dos conteúdos que não foram concluídos.
6. Novo período de avaliações N1: de 26 de março a 01 de abril 2020 (a avaliação será realizada a distância. Não é necessário a locomoção até a FADISP). Enviaremos mais detalhes em breve.

(Fonte: Site / Instagram da FADISP)

As atividades acadêmicas, antes exclusivamente presenciais na FADISP, não tiveram um único dia sequer de prejuízo, pois no momento seguinte à determinação de suspensão, a Instituição passou a utilizar as ferramentas digitais para promover as aulas virtuais, tanto na Graduação como no Mestrado e Doutorado. A plataforma *BlackBoard Collaborate* permite a interação ao vivo (docente e alunos), para aulas online. Os docentes foram capacitados de forma remota/online para usar as plataformas, ou seja, no *Moodle*, *Open LMS* e *BlackBoard Collaborate*. Além disso, foram criados Tutoriais de uso, tanto do *Moodle* quanto do *Open LMS*, atualmente os Tutoriais ficam disponíveis aos docentes, que fazem uso quando são contratados e no dia-a-dia, conforme necessidade. Foi disponibilizado aos docentes um grupo de *WhatsApp* para apoio de questões relativas à tecnologia da informação.



(Fonte: Extraído do Open LMS do Prof. Victor Henrique Grampa).

Os discentes receberam informações a respeito das ferramentas *Open LMS* e *Collaborate* através de material encaminhado pela coordenação de curso. Vale observar que eles usualmente já utilizavam o sistema acadêmico e o *Moodle*. Foram disponibilizados tutoriais e vídeos de apoio, com instruções de uso. Houve contato direto para o esclarecimentos de dúvidas, com atenção especial dos tutores para as questões de acesso e conectividade. Os representantes de turma tiveram papel importante como multiplicadores de informações e canais de diálogo.

Durante o primeiro semestre de 2020 as aulas passaram a ser 100% *online* a partir de 19/03/2020, e, no caso das atividades práticas, foram utilizadas metodologias e ferramentas que permitissem aos alunos executarem experimentações em regime remoto. No segundo semestre de 2020 as aulas continuaram *online*, com as devidas medidas para a conclusão de curso para os alunos concluintes (com bancas de Trabalho de Conclusão de Curso *online*).

A partir do 2º semestre de 2020, no caminho da retomada das atividades presenciais, a FADISP passou por ajustes em suas instalações físicas, objetivando a retomada em segurança (distanciamento social, oferta de álcool em gel, limpeza redobrada dos espaços de uso comum), dentro dos protocolos sanitários adequados. No entanto, considerando o desenvolvimento da pandemia e os indicadores locais da COVID-19, a volta às atividades presenciais não foi possível, ainda na data de elaboração deste relatório – com a piora significativa da pandemia.

A FADISP, diante dos desafios que se apresentaram, se empenhou no oferecimento de cursos e palestras com qualidade, envolvendo alunos e professores, destacando o uso de recursos didáticos que envolvem visitas orientadas (*online*), elaboração e utilização de estudos de casos, realização de estudos temáticos de caráter interdisciplinar, metodologias ativas etc.

Com o retorno às atividades presenciais em 2022-1 a FADISP investiu em novas tecnológicas, possibilitando aulas híbridas e maximização de seus recursos virtuais. As transformações ocorridas no período de pandemia permanecerão, incrementando a lógica presencial, potencializando múltiplas formas de aprendizagem. Os indicadores de satisfação no período da pandemia, com as aulas síncronas foi positivo (vide gráficos, após a lista de eventos), com avaliações negativas (1 e 2) não excederam em 20% no máximo.

Os próprios eventos da COVID e da Pandemia foram enfrentados sob um olhar jurídico pelos docentes da FADISP e de professores convidados a palestrarem, com participação discente. Isto se verifica pelos temas de dezenas de palestras realizadas ao longo de 2020:

CURSOS E EVENTOS REALIZADOS NA FADISP, DURANTE A PANDEMIA EM 2020

- LAURO ISHIKAWA. CURSO DE EXTENSÃO. Direitos Reais. Iniciou-se presencialmente e converteu-se em aulas virtuais. Data: 19/02 a 29/04/2020. Pessoas inscritas: 61.
- ALEXIS COUTO DE BRITO. PALESTRANTE. Temas Especiais em Direito Penal. Data: 17/03/2020. Pessoas inscritas: 25
- CAROLINA NOURA DE MORAES RÊGO (ORG). PALESTRANTES: ORLY KIBRIT E CAROLINA NOURA DE MORAES RÊGO - Lei de Drogas em Questão: Principais Polêmicas. Datas: 14 e 21/03/2020. Pessoas inscritas: 11.
- TALITA PIMENTA FÉLIX (ORG). PALESTRANTE: LUIZ CARLOS FRANCISCO JUNIOR. Inteligência Emocional. Data: 30/03/2020. Pessoas inscritas: Gravado.
- TALITA PIMENTA FÉLIX (ORG). PALESTRANTE: LUIZ CARLOS FRANCISCO JUNIOR. Afetividade e Reconhecimento. Data: 31/03/2020. Pessoas inscritas: Gravado.
- TALITA PIMENTA FÉLIX (ORG). PALESTRANTE: LUIZ CARLOS FRANCISCO JUNIOR. Motivação e Resiliência. Data: 01/04/2020. Pessoas inscritas: Gravado.
- TALITA PIMENTA FÉLIX (ORG). PALESTRANTE: LUIZ CARLOS FRANCISCO JUNIOR. Estruturação do Tempo. Data: 02/04/2020. Pessoas inscritas: Gravado.
- TALITA PIMENTA FÉLIX (ORG). PALESTRANTE: LUIZ CARLOS FRANCISCO JUNIOR. O Mundo do Trabalho. Data: 03/04/2020. Pessoas inscritas: Gravado.
- TALITA PIMENTA FÉLIX (ORG). PALESTRANTE: LUIZ CARLOS FRANCISCO JUNIOR. Como lidar com situações de Crise. Data: 04/04/2020. Pessoas inscritas: Gravado.
- RENNAN FARIA KRÜGER THAMAY (ORG). PALESTRANTES: RENNAN FARIA KRÜGER THAMAY E VANDERLEY GARCIA JUNIOR. Decisão Judicial. Datas: 07, 14, 28/04 e 05/05/2020. Pessoas inscritas: 193.
- ALEXIS COUTO DE BRITO (ORG. E PALESTRANTE). Escolas Penais e os Códigos Penais do Brasil. Data: 09/04/2020.
- HENRIQUE GARBELLINI CARNIO (ORG). PALESTRANTES: HENRIQUE GARBELLINI CARNIO E ALEXANDRE RASLAN. Direitos Fundamentais e Covid-19 Liberdade e Propriedade no Capitalismo. Data: 13/04/2020. Pessoas inscritas: 43
- TALITA PIMENTA FÉLIX (ORG). PALESTRANTE: DANIEL CARNIO. PI 1397 - Flexibilização da Lei 11.101 D 2005 - Crise Covid 19. Data: 14/04/2020. Pessoas inscritas: 127.

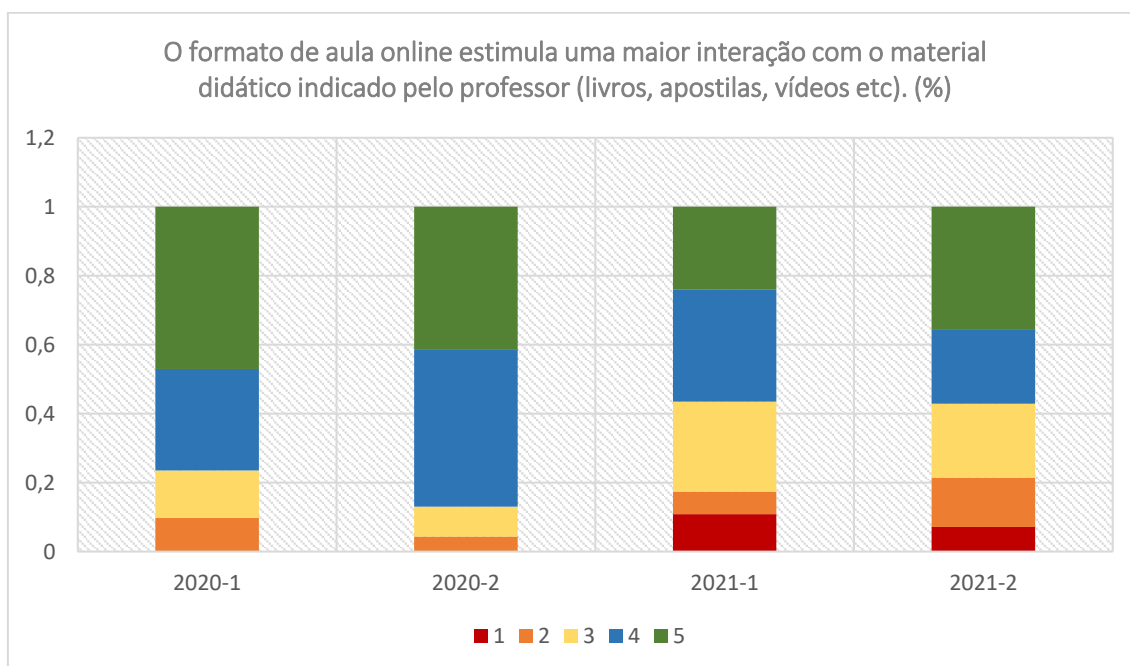
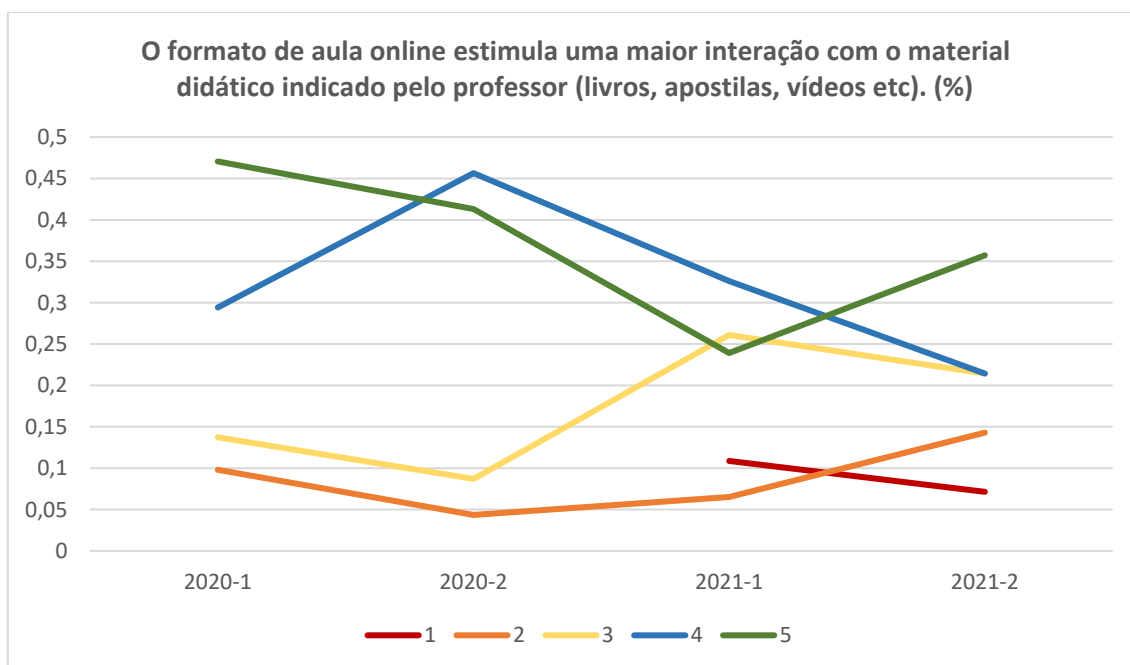
- LAURO ISHIKAWA (ORG). PALESTRANTES: LAURO ISHIKAWA E FERNANDO CARBAJO CASCÓN. A Crise Empresarial Frente à Pandemia. Data: 16/04/2020. Pessoas inscritas: 54.
- TALITA PIMENTA FÉLIX (ORG). PALESTRANTES: CÍNTIA MENEZES BRUNETTA E THIAGO MATSUSHITA Covid-19 e o Papel do Poder Judiciário. Data: 17/04/2020.
- TALITA PIMENTA FÉLIX (ORG). PALESTRANTE: VANESSA JIMÉNEZ SERRANÍA. Os Efeitos do Covid-19 em Contratos Comerciais. Data: 20/04/2020. Pessoas inscritas: 79.
- TALITA PIMENTA FÉLIX (ORG). PALESTRANTES: ORLY KIBRIT E HUMBERTO FABRETTI. Prisão Em Tempos De Pandemia. Data: 20/04/2020. Pessoas inscritas: 53.
- LAURO ISHIKAWA (ORG). PALESTRANTES: LAURO ISHIKAWA E JAVIER GARCIA MEDINA. Direitos Humanos e Saúde Coletiva em Tempos de Covid-19. Data: 23/04/2020. Pessoas inscritas: 58.
- TALITA PIMENTA FÉLIX (ORG). PALESTRANTE: MARCOS SCALERCIO. Direito do Trabalho e o Covid-19. Data: 27/04/2020. Pessoas inscritas: 90.
- LAURO ISHIKAWA (ORG). PALESTRANTES: LAURO ISHIKAWA E LORRUANE MATUSZEWSKI. O Registro de Imóveis Brasileiro como Modo de Constituição dos Direitos Reais Imobiliários - Direitos Reais. Data: 29/04/2020. Pessoas inscritas: 35.
- TALITA PIMENTA FÉLIX (ORG). PALESTRANTE: RITA DE CÁSSIA BARRADAS BARATA. Perspectiva da Educação Superior Durante e Pós Covid-19. Data: 30/04/2020. Pessoas inscritas: 84.
- TALITA PIMENTA FÉLIX (ORG). PALESTRANTES: MARIANA MATSUSHITA E BETINA TREIGER. A Importância do Princípio da Capacidade Contributiva em Matéria Tributária em Tempos da Covid-19. Data: 04/05/2020. Pessoas inscritas: 75.
- ALEXIS COUTO DE BRITO (ORG. E PALESTRANTE). Funcionalismo e Imputação objetiva. Data: 07/05/2020. Pessoas inscritas: 63.
- TALITA PIMENTA FÉLIX (ORG). PALESTRANTE: ELAINE KELLER. Meus Dados Estão na Internet. E agora? Data: 08/05/2020. Pessoas inscritas: 70.
- LAURO ISHIKAWA (ORG). PALESTRANTE: ANDREA PISANESCHI. Crise Econômica Do Covid-19 Na Europa. Data: 11/05/2020. Pessoas inscritas: 59.
- CAROLINA NOURA DE MORAES RÊGO (ORG). PALESTRANTES: TALITA PIMENTA FÉLIX, VICTOR HENRIQUE GRAMPA E ALUNOS. Diálogos sobre Filosofia e Direito no Cenário de Pandemia do Covid-19. Data: 11/05/2020. Pessoas inscritas: 171.
- JULIO CESAR DE OLIVEIRA VELLOZO (ORG. E PALESTRANTE). Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão 1789. Data: 13/05/2020. Pessoas inscritas: 61.
- LAURO ISHIKAWA (ORG). PALESTRANTE: SERGEY BELOV. Social Rights In Russia. Data: 13/05/2020.
- LAURO ISHIKAWA (ORG). PALESTRANTE: GUILHERME MADEIRA. Direito em Tempos de Pandemia: Prisões, Audiências, Provas em Celular. Data: 18/05/2020. Pessoas inscritas: 68.

- LAURO ISHIKAWA (ORG). PALESTRENTE: REYNALDO SOARES DA FONSECA. A Categoria Jurídica da Fraternidade no Combate a Covid 19. Data: 20/05/2020. Pessoas inscritas: 84.
- MARIO LUIZ DELGADO REGIS. PALESTRANTE. As Novas Propostas Legislativas para a Regulação das Relações da Família em Tempos de Pandemia. Data: 20/05/2020. Pessoas inscritas: 68.
- TALITA PIMENTA FÉLIX (ORG). PALESTRANTE: GEORGES ABBOUD. Jurisdição Constitucional Extraordinária. Data: 25/05/2020. Pessoas inscritas: 70.
- LAURO ISHIKAWA (ORG). PALESTRANTE: RAPHAEL JACOB BROLIO. O Direito do Trabalho Frente a nova Realidade. Data: 26/05/2020. Pessoas inscritas: 82.
- RENNAN FARIA KRÜGER THAMAY (ORG). PALESTRANTES: MARCO BUZZI E RENNAN FARIA KRÜGER THAMAY. A Mediação em Tempos de Covid-19. Datas: 27/05/2020. Pessoas inscritas: 100.
- ALEXIS COUTO DE BRITO (ORG. E PALESTRANTE). Execução Penal - Processo e Política Criminal. Data: 28/05/2020. Pessoas inscritas: 73.
- LAURO ISHIKAWA (ORG). PALESTRANTE: MARCO BRUNO MIRANDA CLEMENTINO. Da Videoconferência a Tele audiência: Tradição Cede à Inafastabilidade da Jurisdição. Data: 29/05/2020. Pessoas inscritas: 64.
- TALITA PIMENTA FÉLIX (ORG). PALESTRANTE: PAULO FERREIRA DA CUNHA. Pandemia, Fraternidade e o Direito Fraternal. Data: 04/06/2020. Pessoas inscritas: 91.
- TALITA PIMENTA FÉLIX (ORG). PALESTRANTE: GUSTAVO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA A Nova Execução Penal e Pandemia. Data: 05/06/2020. Pessoas inscritas: 56.
- VANESSA SANTANA TRAUZZOLA. PALESTRANTE. Nivelamento - Língua Portuguesa. Datas: 07/03 e 23 e 30/05. Pessoas inscritas: 44.
- LAURO ISHIKAWA (ORG). PALESTRANTE: VANESSA JIMÉNEZ SERRANÍA. Seminário Internacional Tecnologia Y Derecho. Data: De 15 à 18/06/2020. Pessoas inscritas: 760.
- LAURO ISHIKAWA (ORG). PALESTRANTE: OTAVIO LUIZ RODRIGUES JÚNIOR. Seminário Internacional - Aula Magna. Data: 19/06/2020. Pessoas inscritas: 456.
- HENRIQUE GARBELLINI CARNIO (ORG. E PALESTRANTE). É o Direito Uma Ciência? Data: 19/06/2020. Pessoas inscritas: 33
- LAURO ISHIKAWA (ORG). PALESTRANTES: TANIA GROPPi, ANDREA PISANESCHI, ANIA CERDAS, LUIGI FERRAJOLI E ROSA GREAVES. Seminário Internacional: Democracia E Desenvolvimento Pós Pandemia. Data: De 13 à 17/07/2020. Pessoas inscritas: 858.
- TALITA PIMENTA FÉLIX (ORG). PALESTRANTE: LUIGI FERRAJOLI Seminário Internacional: Pós Covid por um Constitucionalismo Supranacional. Data: 15/07/2020. Pessoas inscritas: 858.
- TALITA PIMENTA FÉLIX (ORG). PALESTRANTE: ELAINE KELLER. Fundamentos da lei Geral de Proteção de Dados. Datas: 20, 23, 27 e 30/07/2020.

- TALITA PIMENTA FÉLIX (ORG). PALESTRANTE: GUILHERME MADEIRA E GUSTAVO JUNQUEIRA. Pacote Anticrime. Datas: 21 e 28/08/2020. Pessoas inscritas: 68.
- LAURO ISHIKAWA (ORG). PALESTRANTE: LUIGI FERRAJOLI, GRABIELA PRIOLI E HUMBERTO FABRETI. El Principio De La Legalidad Hoy. Data: 22/08/2020. Pessoas inscritas: 3.313.
- HENRIQUE GARBELLINI CARNIO E JULIO CÉSAR VELLOZO (ORG. E PALESTRANTES). A Formação da Noção Contemporânea de Sujeito. Data: 28/08/2020. Pessoas inscritas: 50.
- HENRIQUE GARBELLINI CARNIO (ORG. E PALESTRANTE). O Pensamento de Hans Kelsen. Data: 03/10/2020. Pessoas inscritas: 44.
- RICARDO PEREIRA DE FREITAS GUIMARÃES (ORG). PALESTRANTE: MARIA HELENA MALLMANN. TST na FADISP - O Futuro do Direito do Trabalho. Data: 08/10/2020. Pessoas inscritas: 272.
- RICARDO PEREIRA DE FREITAS GUIMARÃES (ORG). PALESTRANTE: WALMIR OLIVEIRA DA COSTA. TST na FAFISP - A Transcendência no Recurso de Revista. Data: 16/10/2020. Pessoas inscritas: 188.
- TALITA PIMENTA FÉLIX (ORG). PALESTRANTES: PAULO DE BARROS CARVALHO E ROSBON MAIA LINS Reforma Tributária. Data: 26/10/2020. Pessoas inscritas: 70.
- RICARDO PEREIRA DE FREITAS GUIMARÃES (ORG). PALESTRANTE: ALEXANDRE AGRA BELMONTE. TST na FAFISP - As Novas Tecnologias no Trabalho e Judiciário. Data: 29/10/2020. Pessoas inscritas: 143.
- RICARDO PEREIRA DE FREITAS GUIMARÃES (ORG). PALESTRANTE: MAURÍCIO GODINHO DELGADO. TST na FAFISP - A Oit e sua Centenária Missão de Justiça Social. Data: 09/11/2020. Pessoas inscritas: 143.
- RICARDO PEREIRA DE FREITAS GUIMARÃES (ORG). PALESTRANTE: CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO. TST na FAFISP - A Covid Como Doença Ocupacional e Responsabilidade do Empregador. Data: 10/11/2020. Pessoas inscritas: 168.
- TALITA PIMENTA FÉLIX (ORG). PALESTRANTE: REYNALDO SOARES DA FONSECA. Direitos Fundamentais e Garantias Penais: Desafios e Efetividade. Data: 17/11/2020. Pessoas inscritas: 46.
- RICARDO PEREIRA DE FREITAS GUIMARÃES (ORG). PALESTRANTE: ALOYSIO CORREA DA VEIGA. TST na FAFISP - Serviço Judicial e Atividade Correccional. Data: 18/11/2020. Pessoas inscritas: 116.
- TALITA PIMENTA FÉLIX (ORG). PALESTRANTE: MILTON RIBEIRO. A Importância de um Ensino de Qualidade para o Sistema de Educação. Data: 24/11/2020.
- HENRIQUE GARBELLINI CARNIO E RICARDO PEREIRA DE FREITAS GUIMARÃES (ORG. E PALESTRANTES). Precarização do Trabalho e Economia do Compartilhamento. Data: 27/11/2020.
- JULIO CESAR DE OLIVEIRA VELLOZO. CURSO DE EXTENSÃO. Visões sobre a Escravidão. Datas: 31/10, 07, 21, 28/11 e 05/12/2020. Pessoas inscritas: 398.

FORMATO DA AULA ONLINE (ENSINO REMOTO SÍNCRONO)

Questionário do Aluno: “O formato de aula online estimula uma maior interação com o material didático indicado pelo professor (livros, apostilas, vídeos etc).”

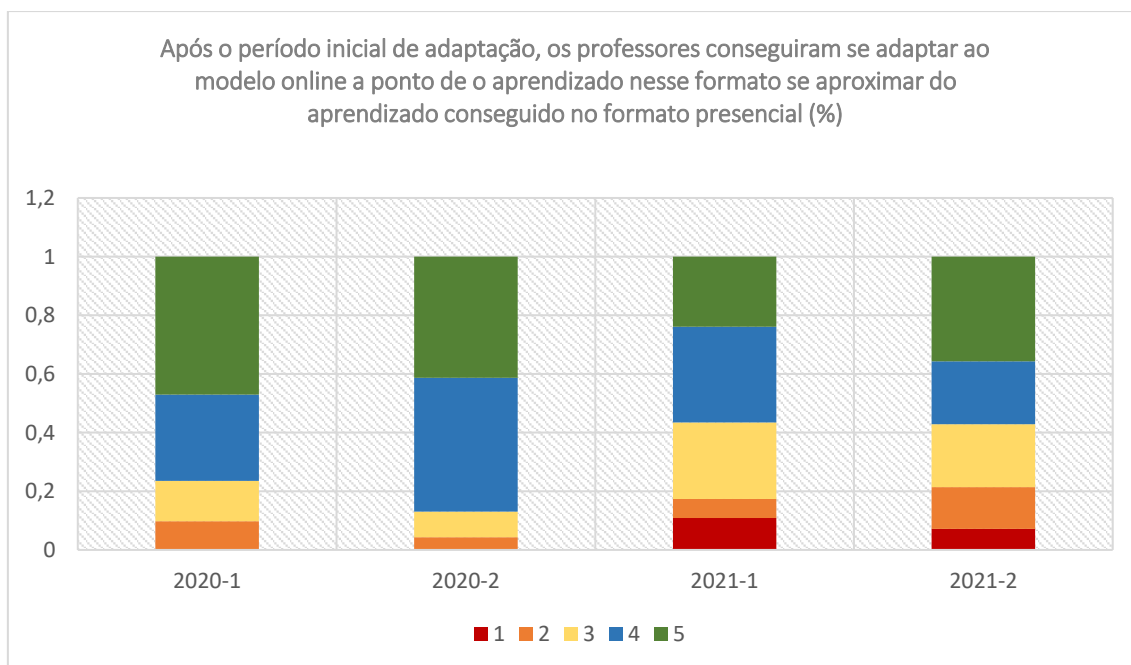
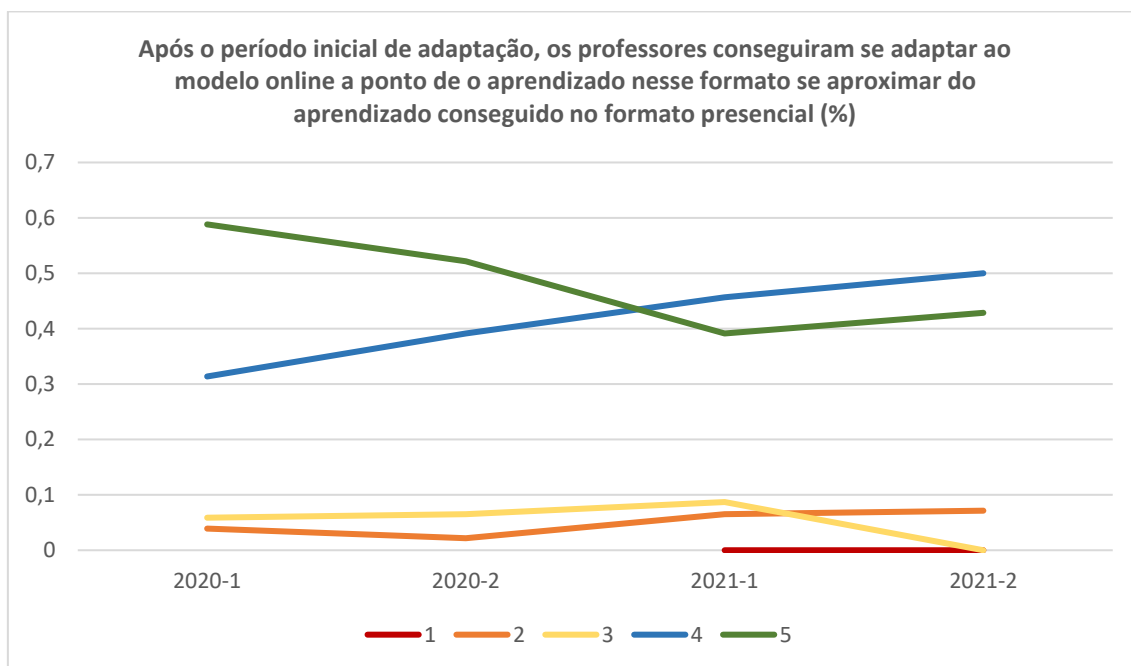


(Critério de 1 a 5 na escala *Likert*, vide Metodologia). Fonte: Dados de Autoavaliação.¹¹

¹¹ O item 1 de avaliação na escala *Likert* foi inserido apenas em 2021-1, sendo a menor nota 2 até 2020-2.

FORMATO DA AULA ONLINE (ADAPTAÇÃO DAS AULAS)

Questionário do Aluno: “Após o período inicial de adaptação, os professores conseguiram se adaptar ao modelo online a ponto de o aprendizado nesse formato se aproximar do aprendizado conseguido no formato presencial.”

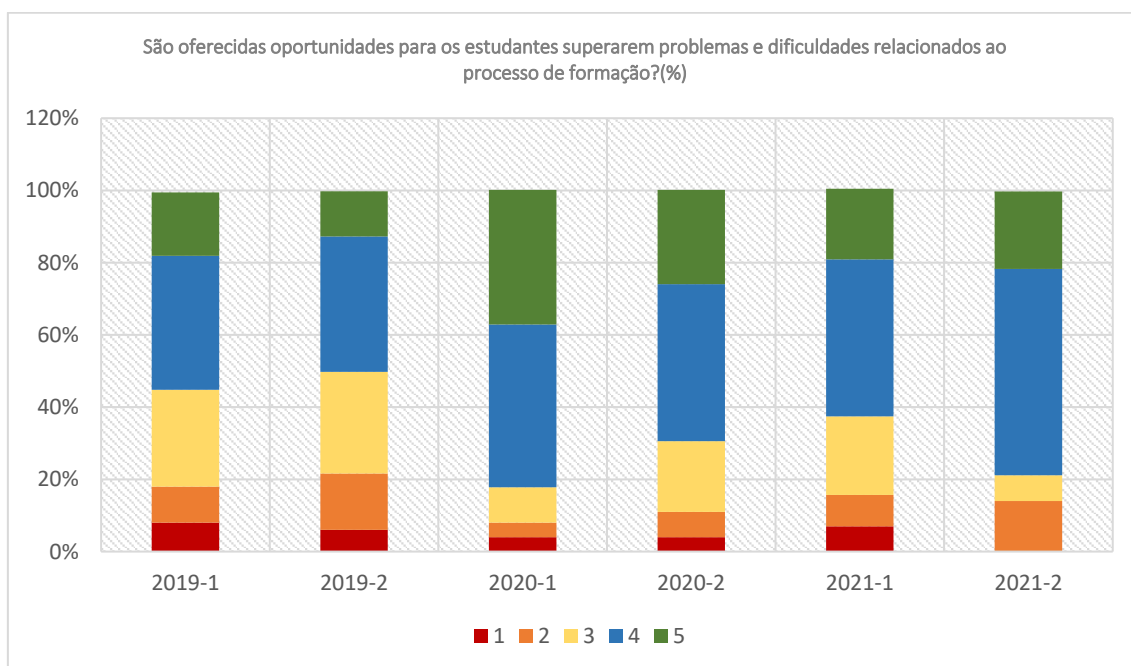
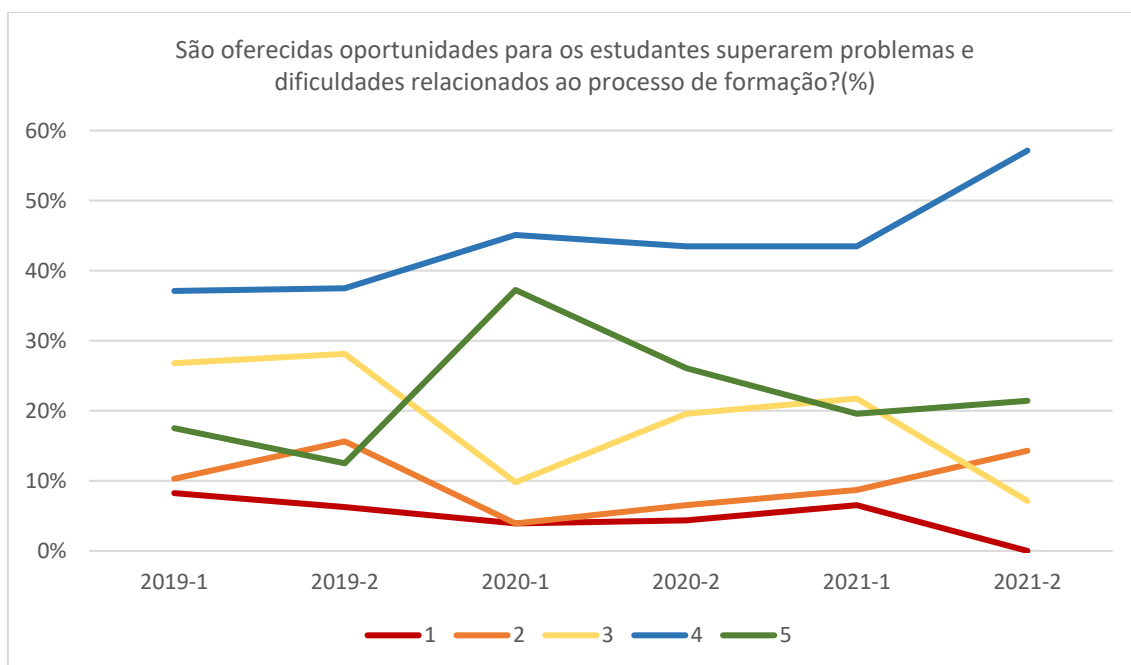


(Critério de 1 a 5 na escala *Likert*, vide Metodologia). Fonte: Dados de Autoavaliação.¹²

¹² O item 1 de avaliação na escala *Likert* foi inserido apenas em 2021-1, sendo a menor nota 2 até 2020-2.

SUPERAÇÃO DE DIFICULDADES NO PROCESSO DE FORMAÇÃO

Questionário do Aluno: “São oferecidas oportunidades para os estudantes superarem problemas e dificuldades relacionados ao processo de formação?”



(Critério de 1 a 5 na escala *Likert*, vide Metodologia). Fonte: Dados de Autoavaliação.

E3 D2 –Eventos, cursos e atividades de extensão

Os eventos acadêmicos na FADISP, dentre palestras e cursos livres ou de extensão, ampliaram-se significativamente no triênio (2019-2021), com impactos nas políticas de extensão e internacionalização da IES. Ao longo do triênio houve uma série de eventos acadêmicos (nacionais e internacionais), mais de 133, mobilizando cerca de 20.000 inscrições, alguns já listados acima – relacionados à Pandemia da COVID-19. Muitos eventos buscaram a integração entre a graduação e a pós-graduação, com o aprofundamento de questões jurídicas, econômicas e sociais. Dentre os eventos realizados no ano mereceram destaque os abaixo elencados:

EVENTOS ACADÊMICOS NO TRIÊNIO (2019-2021)		
2019	2020	2021
12 eventos	73 eventos	50 eventos

RESUMO DOS EVENTOS DE 2019 (FADISP)

1	MULHERES ARTISTAS: DO RENASCIMENTO AO MODERNISMO
2	ANÁLISE PONTUAL DO RECURSO DE REVISTA E O TST
3	INTRODUÇÃO ÀS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS PARA OS OPERADORES DO DIREITO
4	SISTEMA FINANCEIRO E DIREITO BANCÁRIO
5	DIREITO INDIVIDUAL E DIREITO COLETIVO DO TRABALHO
6	CLÁSSICOS DOS PENSAMENTO BRASILEIRO
7	DIREITO E PÓS-VERDADE
8	EXECUÇÃO PENAL - TEORIA E PRÁTICA
9	PLATAFORMAS DIGITAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS NA ÁREA DE CONSUMO
10	ROMANTISMO E DIREITO
11	SEMINÁRIO INTERNACIONAL: NUEVOS DESAFIOS DEL DERECHO COMPARADO
12	UMA HISTÓRIA DOS CÓDIGOS PENAS BRASILEIROS

RESUMO DOS EVENTOS DE 2020 (FADISP)

1	PROCEDIMENTO CIVIL - PROCEDIMENTOS ESPECIAIS: UMA VISÃO GERAL
2	CURSO DE DIREITOS REAIS
3	TEMAS ESPECIAIS EM DIREITO PENAL
4	LEI DE DROGAS EM QUESTÃO: PRINCIPAIS POLÊMICAS SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI DE DROGAS

5	INTELIGÊNCIA EMOCIONAL
6	AFETIVIDADE E RECONHECIMENTO
7	MOTIVAÇÃO E RESILIÊNCIA
8	ESTRUTURAÇÃO DO TEMPO
9	O MUNDO DO TRABALHO
10	COMO LIDAR COM SITUAÇÕES DE CRISE
11	DECISÃO JUDICIAL
12	COVID-19: ENFRENTAMENTO NO ESTADO DO AMAZONAS
13	ESCOLAS PENAIS E OS CÓDIGOS PENAIS DO BRASIL
14	DIREITOS FUNDAMENTAIS E COVID-19 LIBERDADE E PROPRIEDADE NO CAPITALISMO
15	PL 1397 - FLEXIBILIZAÇÃO DA LEI 11.101 D 2005 - CRISE COVID 19
16	A CRISE EMPRESARIAL FRENTE À PANDEMIA
17	COVID-19 E O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO
18	OS EFEITOS DO COVID-19 EM CONTRATOS COMERCIAIS
19	PRISÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA
20	DIREITOS HUMANOS E SAÚDE COLETIVA EM TEMPOS DE COVID-19
21	DIREITO DO TRABALHO E O COVID-19
22	O REGISTRO DE IMÓVEIS BRASILEIRO COMO MODO DE CONSTITUIÇÃO DOS DIREITO REAIS IMOBILIÁRIOS - DIREITOS REAIS
23	PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DURANTE E PÓS COVID-19
24	A IMPORTÂNCIA DO PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA EM TEMPOS DA COVID-19
25	FUNCIONALISMO E IMPUTAÇÃO OBJETIVA
26	MEUS DADOS ESTÃO NA INTERNET. E AGORA?
27	CRISE ECONÔMICA DO COVID-19 NA EUROPA
28	DIÁLOGOS SOBRE FILOSOFIA E DIREITO NO CENÁRIO DE PANDEMIA DO COVID-19
29	DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO (1789)
30	SOCIAL RIGHTS IN RUSIA
31	DIREITO EM TEMPOS DE PANDEMIA: PRISÕES, AUDIÊNCIAS, PROVAS EM CELULAR
32	A CATEGORIA JURÍDICA DA FRATERNIDADE NO COMBATE A COVID-19
33	AS NOVAS PROPOSTAS LEGISLATIVAS PARA A REGULAÇÃO DAS RELAÇÕES DA FAMÍLIA EM TEMPOS DE PANDEMIA
34	JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL EXTRAORDINÁRIA
35	O DIREITO DO TRABALHO FRENTE A NOVA REALIDADE
36	A MEDIAÇÃO EM TEMPOS DE COVID-19
37	EXECUÇÃO PENAL - PROCESSO E POLÍTICA CRIMINAL
38	DA VIDEOCONFERÊNCIA A TELEAUDIÊNCIA: TRADIÇÃO CEDE À INAFSTABILIDADE DA JURISDIÇÃO

39	PANDEMIA, FRATERNIDADE E O DIREITO FRATERNAL
40	A NOVA EXECUÇÃO PENAL E A PANDEMIA
41	NIVELAMENTO EM LÍNGUA PORTUGUESA
42	SEMINÁRIO INTERNACIONAL TECNOLOGIA Y DERECHO
43	SEMINÁRIO INTERNACIONAL - AULA MAGNA
44	É O DIREITO UMA CIÊNCIA?
45	SEMINÁRIO INTERNACIONAL: DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO PÓS PANDEMIA
46	SEMINÁRIO INTERNACIONAL: PÓS COVID: POR UM CONSTITUCIONALISMO SUPRANACIONAL
47	FUNDAMENTOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS
48	PACOTE ANTICRIME
49	SEMINÁRIO INTERNACIONAL: EL PRINCIPIO DE LEGALIDAD JOY – NUEVAS FRONTERAS DE LA LEGALIDAD EM DERECHO INTERNACIONAL Y PENAL
50	A FORMAÇÃO DA NOÇÃO CONTEMPORÂNEA DE SUJEITO
51	O PENSAMENTO DE HANS Kelsen: TEORIA PURA DO DIREITO E NORMA FICCIONAL
52	TST NA FADISP - O FUTURO DO DIREITO DO TRABALHO
53	TST NA FADISP - A TRANSCEDÊNCIA NO RECURSO DE REVISTA – AVANÇO OU RETROCESSO
54	PALESTRA: REFORMA TRIBUTÁRIA
55	TST NA FADISP - AS NOVAS TECNOLOGIAS NO TRABALHO E NO JUDICIÁRIO
56	TST NA FADISP - A OIT E SUA CENTENÁRIA MISSÃO DE JUSTIÇA SOCIAL: DESAFIOS DA CONTEMPORANEIDADE
57	TST NA FADISP - A COVID COMO DOENÇA OCUPACIONAL E RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR
58	DIREITOS FUNDAMENTAIS E GARANTIAS PENAS: DESAFIOS E EFETIVIDADE
59	TST NA FADISP - SERVIÇO JUDICIAL E ATIVIDADE CORREICIONAL
60	PALESTRA: A IMPORTÂNCIA DE UM ENSINO DE QUALIDADE PARA O SISTEMA DE EDUCAÇÃO
61	PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO
62	SEMINÁRIO INTERNACIONAL: NOVAS FRONTEIRAS DA LEGALIDADE NO DIREITO INTERNACIONAL E PENAL - COORDENADORES: TANIA GROPPY E ANDREA PISANESCHI - PALESTRANTES: KARLA QUINTANA, TANIA GROPPY, ORLY KIBRIT E PATRÍCIA VANZOLINI 01/10/2020
63	SEMINÁRIO INTERNACIONAL: NOVAS FRONTEIRAS DA LEGALIDADE NO DIREITO INTERNACIONAL E PENAL - PALESTRANTES: TANIA GROPPY E ANDREA PISANESCHI - PALESTRANTES: HUMBERTO SIERRA PORTO E RICARDO PAVONI 03/10/2020
64	SEMINÁRIO INTERNACIONAL: NOVAS FRONTEIRAS DA LEGALIDADE NO DIREITO INTERNACIONAL E PENAL - PALESTRANTES: FLAVIA PIOVESAN, IRENE SPIGNO, ALEXIS BRITO E MARIÂNGELA GOMES 07/11/2020
65	SEMINÁRIO INTERNACIONAL: NOVAS FRONTEIRAS DA LEGALIDADE NO DIREITO INTERNACIONAL E PENAL - PALESTRANTES: LUIGI FERRAJOLI, VIVIANE GIRARDI E RICARDO GUIMARÃES 14/11/2020

69	SEMINÁRIO INTERNACIONAL: NOVAS FRONTEIRAS DA LEGALIDADE NO DIREITO INTERNACIONAL E PENAL - PALESTRANTES: PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE E GIORGIA PAVANI 21/11/2020
70	SEMINÁRIO INTERNACIONAL: NOVAS FRONTEIRAS DA LEGALIDADE NO DIREITO INTERNACIONAL E PENAL - PALESTRANTES: JOSEP MARIA CASTELLÀ ANDREU 28/11/2020
71	SEMINÁRIO INTERNACIONAL: NOVAS FRONTEIRAS DA LEGALIDADE NO DIREITO INTERNACIONAL E PENAL - PALESTRANTES: LILIANA ARCHURY, ERIC RAMIREZ, MARIA ELENA, GINARÝ ROBLEDO, HENRY TÓRRES E NOBERTO JIMÉNEZ 05/12/2020
72	VISÕES SOBRE A ESCRAVIDÃO
73	VISITA MONITORADA – TRT- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

RESUMO DOS EVENTOS DE 2021 (FADISP)

1	I SEMINÁRIO - FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA- IMPACTOS DAS NOVAS DAS NOVAS ALTERAÇÕES NA LEI DE RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA
2	RAZÃO E REVOLUÇÃO - HISTÓRIA E HISTÓRIA DA ARTE
3	INICIATIVAS PRIVADAS DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
4	BIBLIOTECA: SERVIÇOS E PLATAFORMAS DE PESQUISA
5	HANS KELSEN E A TEORIA PURA DO DIREITO
6	INTRODUÇÃO À PESQUISA
7	II SEMINÁRIO FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA – FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE
8	SEMINÁRIO DE DIREITO CONSTITUCIONAL ECONÔMICO - OAB/GO
9	A TESE DO SÉCULO: INCLUSÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS E O REFLEXO DO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
10	II SIMPÓSIO PAULISTA DE DIREITO FINANCEIRO – EM HOMENAGEM AO PATRONO DA SBDF IVES GANDRA DA SILVA MARTINS
11	CURSO FRANCÊS INSTRUMENTAL (2021/1)
12	CURSO INGLÊS INSTRUMENTAL (2021/1)
13	PRIVATIZAÇÃO DE PRESÍDIOS: EXPERIÊNCIAS E ANÁLISES SOBRE A POSSIBILIDADE JURÍDICA
14	DIREITO MÉDICO DA TEORIA À PRÁTICA- FADISP
15	CULPABILIDADE E CONSTITUIÇÃO
16	1º SIMPÓSIO NACIONAL DE DIREITO PÚBLICO
17	A GEOPOLÍTICA BRASILEIRA E SEUS REFLEXOS PARA O SISTEMA TRIBUTÁRIO DE UM PAÍS COM DIMENSÕES CONTINENTAIS
18	I ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITO DO TRABALHO - FADISP
19	DESMISTIFICANDO A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS
20	CURSO INGLÊS INSTRUMENTAL (2021/2)
21	CURSO FRANCÊS INSTRUMENTAL (2021/2)
22	7ª EDIÇÃO DO SUMMER SCHOOL SIENA – DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO - 2021-FADISP

23	CINCO PESTES, CINCO TEXTOS CLÁSSICOS
24	NIVELAMENTO EM LÍNGUA PORTUGUESA GRATUITO - FADISP
25	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE
26	PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA
27	NIETZSCHE E O DIREITO
28	DIVERSIDADE E INCLUSÃO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE DEFICIÊNCIA: DO MODELO MÉDICO À GARANTIA DE DIREITOS
29	TEORIA E PRÁTICA DO HABEAS CORPUS
30	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: CRIME E TECNOLOGIA - FADISP
31	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: DIREITO DO TRABALHO - FADISP
32	TEMAS ATUAIS E CONTROVERSOS DE DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL –FADISP
33	MEMÓRIA, PRODUÇÃO ARTÍSTICA E PATRIMÔNIO CULTURAL: ENTRE O PASSADO E O FUTURO MONUMENTOS: CULTURA POLÍTICA E MEMÓRIA - FADISP
34	APRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELA BIBLIOTECA - FADISP
35	O CONSTITUCIONALISTA - CARACTERÍSTICAS DO PROFISSIONAL E SUA FORMAÇÃO (FADISP)
36	FEDERALISMO BRASILEIRO - FADISP
37	SEMINÁRIO DE DIREITO CONSTITUCIONAL ECONÔMICO- OAB GOIÁS - A REGULAÇÃO EXTRATERRITORIAL DOS DANOS CAUSADOS POR EMPRESAS – PALESTRANTES: ANDRÉ DE CARVALHO RAMOS E HENRIQUE GARBELLINI (22/04/2021)
38	SEMINÁRIO DE DIREITO CONSTITUCIONAL ECONÔMICO- OAB GOIÁS - TRIBUTAÇÃO E MEIO AMBIENTE: DIÁLOGO NECESSÁRIO- PALESTRANTES: PEDRO FRANCISCO DA SILVA E BRUNO C. LORENCINI (05/05/2021)
39	SEMINÁRIO DE DIREITO CONSTITUCIONAL ECONÔMICO- OAB GOIÁS - CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA- PALESTRANTES: FERNANDO REY MARTINEZ (VALLADOLID) E ANDRÉ R.TAVARES (26/05/2021)
40	SEMINÁRIO DE DIREITO CONSTITUCIONAL ECONÔMICO- OAB GOIÁS - COMPLIANCE INTELIGENTE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS- PALESTRANTES: ALISSON CARVALHO DE ALENCAR E FELIPE M. BAMBIRRA (02/06/2021)
41	SEMINÁRIO DE DIREITO CONSTITUCIONAL ECONÔMICO- OAB GOIÁS - CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA, DEMOCRACIA E PODER JUDICIÁRIO- PALESTRANTES: MARINA FARACO E TULIO AUGUSTO TAYANO AFONSO (15/06/2021)
42	SEMINÁRIO DE DIREITO CONSTITUCIONAL ECONÔMICO- OAB GOIÁS - O DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA- PALESTRANTES: RAPHAEL JACOB BROLIO E ARNALDO BASTOS SANTOS NETO (02/08/2021)
43	SEMINÁRIO DE DIREITO CONSTITUCIONAL ECONÔMICO- OAB GOIÁS - O COMPROMISSO PREAMBULAR DE CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE FRATERNA PALESTRANTES: CARLOS A.ALCANTARA MACHADO E LAURO ISHIKAWA (18/08/2021)
44	SEMINÁRIO DE DIREITO CONSTITUCIONAL ECONÔMICO- OAB GOIAS - PROTEÇÃO DE DADOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL- PALESTRANTES: JULIANA ABRUSIO E RODRIGO C. CAVALCANTI (09/09/2021)
45	SEMINÁRIO DE DIREITO CONSTITUCIONAL ECONÔMICO- OAB GOIAS - O PAPEL DA PESQUISA NO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE GOIÁS- PALESTRANTES: ANDERSON M. TEIXEIRA E DI[OGENES F. DE CARVALHO (20/09/2021)

46	SEMINÁRIO DE DIREITO CONSTITUCIONAL ECONÔMICO- OAB GOIAS - CULPABILIDADE, DIREITOS ECONÔMICOS E CONSTITUIÇÃO- PALESTRANTES: LUIS ROBERTO GOMES E CAROLINA NOURA M. RÉGO (13/10/2021)
47	EXAME DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
48	VISITA MONITORADA – TJSP- TRIBUNAL DE JUSTÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (2021/1)
49	VISITA MONITORADA – STJ: PROJETO SABER UNIVERSITÁRIO DA JUSTIÇA (2021/2)
50	ASSEMBLEIA DE FUNDAÇÃO DO CENTRO ACADÊMICO PROFESSOR ARRUDA ALVIM (CAPAA)
51	LIGA ACADÊMICA DE PRÁTICA DE PRÁTICAS JURÍDICAS
52	REDAÇÃO PARA CONCURSOS EM 30 MINUTOS
53	VIDA E MORTE DA LEI KANDIR: CRÉDITO DE ICMS DOS EXPORTADORES DE ENERGIA E DE BENS DE USO E CONSUMO

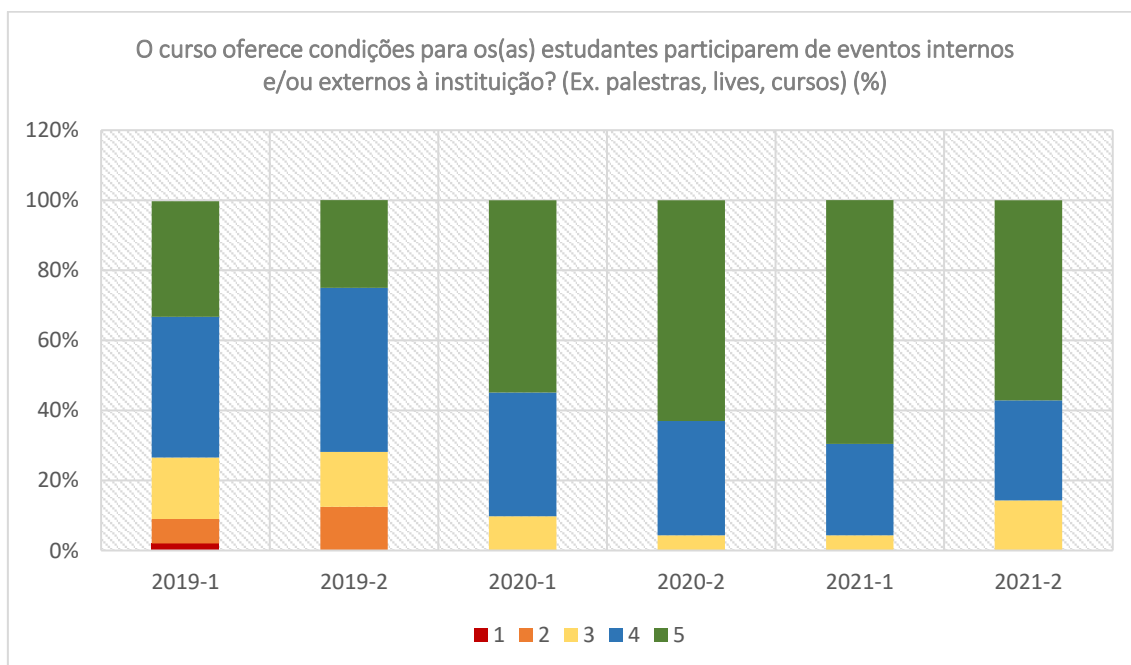
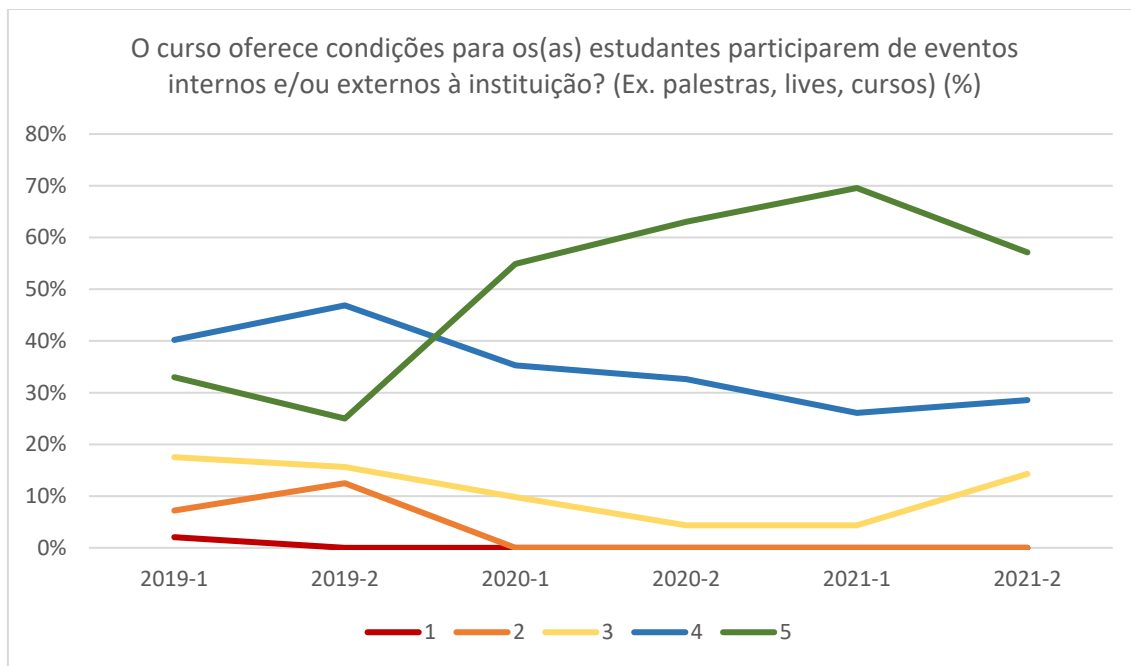
Fonte: Informações enviadas pelo Núcleo de Prática Jurídica à CPA.

Com base no levantamento dos eventos acima é possível se perceber um equilíbrio entre temáticas, dentre áreas zetéticas e dogmáticas. Essa pluralidade possibilita uma formação ampla e diversificada, atendendo às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Curso de Direito. Aliam-se diversas área do Direito, numa lógica formativa interdisciplinar e socialmente referenciada. Houve eventos voltados para a teoria e para a prática, buscando a práxis profissional, no mesmo sentido em que foram abordadas temáticas de cidadania e formação geral. O ciclo de eventos sobre a COVID-19 foi importante no período, auxiliando nas reflexões jurídicas, mas também sob o prisma social e da saúde mental.

Há eventos nacionais e internacionais no triênio, fomentando a internacionalização na IES. Nota-se a partir das respostas ao questionário pelo corpo discente que há indicadores positivos sobre a oferta de atividades de extensão. Os indicadores da escala *Likert* apontam mais de 80% de avaliações entre 4 e 5, a partir de 2020-1, apontando para alta satisfação pelo corpo discente. Isso indica que a ampliação da oferta de cursos no triênio pela IES representou incremento significativo, pois os discentes entendem que “o curso oferece condições para os(as) estudantes participarem de eventos internos e/ou externos”. A IES necessita fortalecer essa política extensionista, com a ampliação de eventos (presenciais e remotos), posto que avaliado positivamente e vinculado às normativas ministeriais e institucionais (DCN, PDI, PPC).

OPORTUNIZAÇÃO DE EVENTOS INTERNOS E EXTERNOS

Questionário do Aluno: “O curso oferece condições para os(as) estudantes participarem de eventos internos e/ou externos à instituição? (Ex. palestras, lives, cursos)”¹³



(Critério de 1 a 5 na escala *Likert*, vide Metodologia). Fonte: Dados de Autoavaliação.¹⁴

¹³ O quesito até 2020-1 era redigido como: “O curso oferece condições para os estudantes participarem de eventos internos e/ou externos à instituição?”

¹⁴ Os gráficos indicam elevada satisfação, atrelada também à ausência de respostas 1 e 2.

2021 - DIVULGAÇÕES DE EVENTOS SELECIONADAS (CPA)

Seminário de Direito Constitucional Econômico

Data: 13/10 - Horário: 19h
 Transmissão online e ao vivo

Tema: Culpabilidade, delitos econômicos e Constituição



Palestrante:
Professor Doutor Luis Roberto Gomes



Moderadora:
Carolina Moura de Moraes Rêgo



Moderador:
Rafael Brasil



Moderador:
Thiago Matsushita

Investimento:
 Advogados e estudantes inscritos OAB/SP pagar quanto pagar!
 Acadêmicos de direito com certificado: R\$20,00
 Advogados não inscritos em direito econômico com certificado: R\$30,00
 Outros profissionais - com certificado: R\$100,00
 Outros - sem certificado - gratuito
 Inscrições gratuitas a partir de 15 dias antes do evento

Realização: 

FEDERALISMO BRASILEIRO

Palestrantes



IVES GANDRA DA SILVA MARTINS



MICHEL TEMER



PAULO DE BARROS CARVALHO

EVENTO GRATUITO
 E ABERTO A TODA COMUNIDADE ACADÊMICA

FADISP **PJT idp** 

19 de outubro - 19h | Inscrições: fadisp.com.br

PALESTRA

Inovação Tecnológica: Direito do Trabalho

21/09 - 19h

Inscrições: Fadisp.com.br

FADISP

PALESTRA

Memória, Produção Artística e Patrimônio Cultural – Entre o passado e o futuro: monumentos, cultura, política e memória.

16/09 - 19h

Inscrições: FADISP.COM.BR

FADISP

PALESTRA

Proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista

02/09 - 19h

[CLIQUE AQUI E SE INSCREVA](#)

FADISP

PALESTRA

Educação Ambiental e Sustentabilidade

31/08 - 18h

FADISP

Nietzsche e o Direito

04 de Setembro
09h às 17h



Henrique Carbellini Carnio

inscrições
fadisp.com.br

FADISP
FACULDADE AUTÔNOMA DE DIREITO

Desmistificando a Lei Geral de Proteção de Dados

09, 16 e 23 de agosto
(às Segundas-feiras)



Com André Faustino

inscrições
fadisp.com.br

FADISP

7ª EDIÇÃO SUMMER SCHOOL

DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO
5 a 22 | JUL | 2021



22/07 - 19h
MIN. MARCO AURÉLIO GASTALDI BUZZI

www.fadisp.com.br/siena



INTRODUÇÃO À PESQUISA

08, 15, 22/05 e 05/06
9h - Blackboard Collaborate
inscrições em: www.fadisp.com.br

Profª Dra. Vanessa Trauzzola



FADISP

CURSO HANS KELSEN E A TEORIA PURA DO DIREITO

10/04 às 9h



FADISP
FACULDADE AUTÔNOMA DE DIREITO

Razão e Revolução

História e História da Arte

14, 21, 28 de março
04, 11 de abril
(sempre às 14h)

Professores Felipe Martinez
Júlio Vellozo



inscrições
fadisp.com.br

FADISP
FACULDADE AUTÔNOMA DE DIREITO

2020 - DIVULGAÇÕES DE EVENTOS SELECIONADAS (CPA)



**Liberdade
Igualdade
Fraternidade**
 A Revolução Francesa sob a ótica do **DIREITO**
 Prof. Julio Vellozo

FADISP
 FACULDADE AUTÔNOMA DE DIREITO

Dia 31/01/20 - 19h



Curso de curta-duração

Direitos Reais

Fevereiro: **dia 19**
 Março: **04, 11, 18, 25**
 Abril: **01, 08, 15, 22, 29**

 Prof. **Lauro Ishikawa**

fadisp.com.br/curta-duração

FADISP
 FACULDADE AUTÔNOMA DE DIREITO



Lei de Drogas em questão:
 Principais polêmicas sobre a aplicação da Lei de Drogas

Dias 14/03 e 21/03

 Profa. **Carolina Noura**
 Profa. **Orly Kibrit**

FADISP
 FACULDADE AUTÔNOMA DE DIREITO

fadisp.com.br/curta-duração



Escolas Penais e os códigos penais do Brasil

Palestra aberta ao público em geral sobre Escolas penais.

17 de março • 19h às 22h

 Prof. **Alexis Couto de Brito**

FADISP
 FACULDADE AUTÔNOMA DE DIREITO

www.fadisp.com.br/curta-duracao

Direitos Fundamentais e COVID-19:
 Liberdade e propriedade no capitalismo

Alexandre Raslan
 Procurador Justiça do MS e doutorando da FADISP
Mediador: Prof. Henrique Garbellini

 **AD VIVO**

13/04 às 18h

 **Live no Instagram**
 @fadispalfa

FADISP
 FACULDADE AUTÔNOMA DE DIREITO

SEMINÁRIO INTERNACIONAL

A Crise Empresarial Frente à Pandemia

 Prof. **Fernando Carbajo Cascón**
 Universidad de Salamanca (Espanha)  Prof. **Lauro Ishikawa**
 FADISP

 **AD VIVO**

16/04
 16h (Brasil)
 21h (Espanha)

 **Live no Instagram**
 @fadispalfa

FADISP
 FACULDADE AUTÔNOMA DE DIREITO

Perspectivas da Educação Superior Durante e Pós COVID-19

 **Dra. Rita de Cássia Barradas Barata**
 Médica Especialista em Epidemiologia de Doenças Transmissíveis

30/04 às 18h Live no IG @fadispalfa

FADISP
 FACULDADE AUTÓNOMA DE DIREITO

A importância do Princípio da Capacidade Contributiva em matéria tributária em tempos da Covid-19

 **Dra. Betina Treiger Grupenmacher**  **Dra. Mariana Matsushita**

04/05 às 18h Live no IG @fadispalfa

11/05 @ 18h

DIÁLOGOS SOBRE FILOSOFIA E DIREITO NO CENÁRIO DE PANDEMIA DO COVID-19



13/05 @ 16h Live no IG @fadispalfa

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO (1789)

 **Dr. Júlio Vellozo**
 Professor FADISP

  **juliocesarvellozo**

15 a 18 de junho
 das 9h às 11h30

SEMINÁRIO INTERNACIONAL

TECNOLOGÍA Y DERECHO

 **Dra. Vanessa Jiménez Serranía**
 Profesora da Universitat Oberta de Catalunya, Espanha.



É o Direito uma ciência?



FADISP
 FACULDADE AUTÓNOMA DE DIREITO

Prof. HENRIQUE GARBELLINI

Di. 19/06 - 18h

  **henriquegarbellini**

2019 - DIVULGAÇÕES DE EVENTOS SELECIONADAS (CPA)

Curso de Extensão
Uma história dos códigos penais brasileiros
13 e 14 de DEZEMBRO
 Horários: Dia 13 às 18h30 / Dia 14 às 09h
Auditório FADISP
 Rua João Moura, 313 - Pinheiros, SP



Prof. Dr. Humberto Barroncello Fabretti
 Prof. Dr. Julio César Vellozo

Inscrições no site:
www.fadisp.com.br



CURSO DE EXTENSÃO ROMANTISMO E DIREITO




Dr. Henrique Garbellini Carnio
 Dr. Julio César Vellozo

hgc
 HENRIQUE GARBELLINI CARNIO

realiza em parceria com:
Symplá

FADISP
 Faculdade Assolombarda de Direito



Curso de Extensão
Jurimetria - Ciência de Dados aplicada ao Direito

21 e 28 / SETEMBRO
05, 19 e 26 / OUTUBRO
 Sábados, das 14h às 18h
Auditório FADISP
 Rua João Moura, 313
 Pinheiros, SP



Professora Edmila Montezani

Inscrições no site:
www.fadisp.com.br

FADISP
 Faculdade Assolombarda de Direito



Curso de Extensão
Mulheres artistas: do Renascimento ao Modernismo

14, 21, 28 de SETEMBRO e 05 DE OUTUBRO
 Sábados, das 14hs às 18hs
Auditório FADISP
 Rua João Moura, 313
 Pinheiros, SP

Professora
 Dra. Lúcia K Stumpf



Inscrições no site:
www.fadisp.com.br

Certificado de participação em curso de extensão de **16h** para todos os participantes.

FADISP
 Faculdade Assolombarda de Direito



Seminário Internacional
La Constitución Económica en el Mundo Global

DE 05 A 09 / AGOSTO
Auditório FADISP
 Av. Rebouças, 1.701

05 e 08 de agosto, das 19h00 às 22h00
 09 de agosto, das 09h00 às 12h00

Palestrante
Dr. Andrea Pisaneschi
 Professor da Universidade de Siena, Itália



Inscrições até **02/08** no site:
www.fadisp.com.br/extensao

Certificado de participação de **15h** para todos os participantes.

FADISP
 Faculdade Assolombarda de Direito

5ª EDIÇÃO
SUMMER SCHOOL
 DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO - 2019

PRESENCAS CONFIRMADAS



Min. do STF Alexandre de Moraes
 Min. do STF Ricardo Lewandowski
 Min. do STJ Reynaldo Fonseca



Coordenação
 Tania Groppi e Andrea Pisaneschi (Universit  di Siena)
 André Ramos Tavares e Thiago Matsushita (UNIALFA)

UNIALFA **FADISP** UNIVERSIT  DI SIENA 100

E3 D2 – Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP)

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP) da Alfa Escola de Direito (UNIALFA/FADISP) desenvolve um trabalho de acompanhamento e apoio pedagógico a todos(as) os(as) alunos(as) com dificuldades de adaptação e aprendizagem nos cursos de graduação e pós-graduação da Instituição. O NAP investe sempre no desenvolvimento de ações integradas, apoiando o processo de ensino - aprendizagem, potencializando o desempenho acadêmico do(a) aluno(a). Partindo-se da perspectiva de múltiplas manifestações do processo educacional, o NAP oferece apoio para discentes e docentes, auxiliando na busca de melhores metodologias para estudo e novas estratégias em sala de aula, numa lógica didática multidimensional.

NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO - NAP

Apresentação
Coordenação
Monitoria
Nivelamento
Horário de Atendimento
Principais Atividades
Objetivos do NAP
Documentos
Fale com o NAP

Apresentação

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP) da Alfa Escola de Direito (UNIALFA/FADISP) desenvolve um trabalho de acompanhamento e apoio pedagógico a todos(as) os(as) alunos(as) com dificuldades de adaptação e aprendizagem nos cursos de graduação e pós-graduação da Instituição. O NAP investe sempre no desenvolvimento de ações integradas, apoiando o processo de ensino - aprendizagem, potencializando o desempenho acadêmico do(a) aluno(a). Partindo-se da perspectiva de múltiplas manifestações do processo educacional, o NAP oferece apoio para discentes e docentes, auxiliando na busca de melhores metodologias para estudo e novas estratégias em sala de aula, numa lógica didática multidimensional.

Dessa forma, o NAP elabora e coordena projetos de recuperação e nivelamento de estudos, além de oferecer

Fonte: <https://fadisp.com.br/nap>

Dessa forma, o NAP elabora e coordena projetos de recuperação e nivelamento de estudos, além de oferecer orientações didático-pedagógicas que possibilitem a resolução de problemas que interfiram no desempenho acadêmico (mediante agendamento individual de orientação). Ao apoiar os esforços dos(as) alunos(as), com respeito às suas inteligências e potencialidades, o NAP garante o acesso à uma educação de qualidade. Não obstante, o Núcleo fomenta ações de integração de discentes com os projetos pedagógicos de curso (PPC) em ações interdisciplinares e formativas (ex. Monitoria).

Os atendimentos no Núcleo de Apoio Psicopedagógico - NAP são individuais, ou coletivos, realizados com seriedade e competência, mantendo sigilo absoluto das informações dos(as) acadêmicos(as) durante os atendimentos, auxiliando na resolução de questões que impactem no processo

educacional e desempenho no curso. O NAP atua em conjunto com a Tutoria e Coordenações de Curso, objetivando a maximização dos elementos centrais do currículo de cada curso e formação integral dos(as) discentes. Dentre as atividades desenvolvidas, merecem destaque:

a. Projeto de Monitoria Voluntária (PMV)

Na Alfa Escola de Direito (UNIALFA/FADISP) a monitoria compreendida como um instrumento para a melhoria do ensino de graduação, sob supervisão do Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP) e acompanhamento das coordenações de curso. Ela se organiza fomentando o protagonismo discente, em atividades supervisionadas de apoio às disciplinas dos cursos de graduação ou projetos, em especial por grupos de estudos para reforço acadêmico de alunos(as) com dificuldades em disciplinas.

A monitoria é prevista pelo art. 84 da Lei Federal nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996) e art. 4º do Decreto Federal nº 66.315, de 13 de março de 1970; podendo ocorrer de forma voluntária ou mediante bolsa nos termos dos editais publicados semestralmente. As ações de monitoria são coordenadas por professores(as) doutores(as) da Instituição, fomentando relações positivas de apoio e solidariedade pelo corpo discente. Sob a ótica da autonomia, a monitoria oportuniza novas práticas e experiências pedagógicas, fortalecendo a articulação entre teoria e prática.

Para participar do programa de monitoria o(a) discente regularmente matriculado(a) poderá se inscrever no edital semestral de monitoria (informações abaixo), comumente disponibilizado no início do semestre letivo (fevereiro e agosto). As vagas são ofertadas por disciplinas ou projetos, possuindo como prerequisite a afinidade do(a) discente com a disciplina ofertada e aprovação prévia no componente curricular ? nos projetos os requisitos são variáveis. Para maiores informações consultar o Regulamento de Monitoria (disponível na aba Documentos).

As atividades são realizadas de forma conjunta, entre professor(a) e aluno(a), e ligadas a uma disciplina ou projeto de curso de graduação, ocorrendo nas instalações da Alfa Escola de Direito (UNIALFA/FADISP) ou de modo remoto mediante plano de trabalho aprovado no início das atividades. A finalidade da

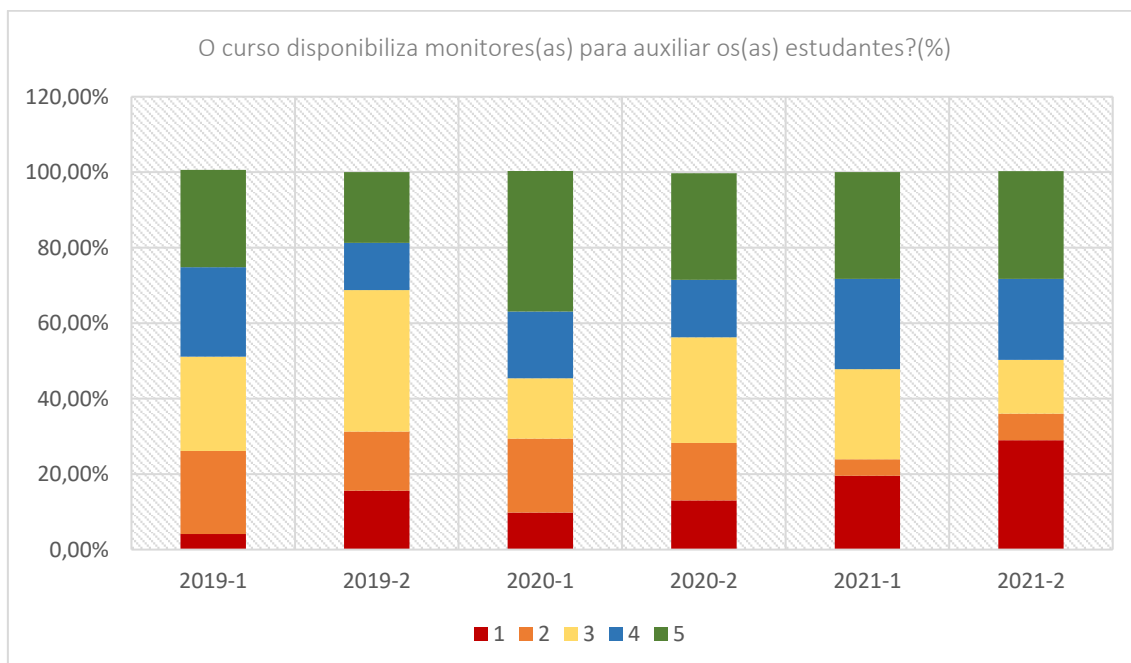
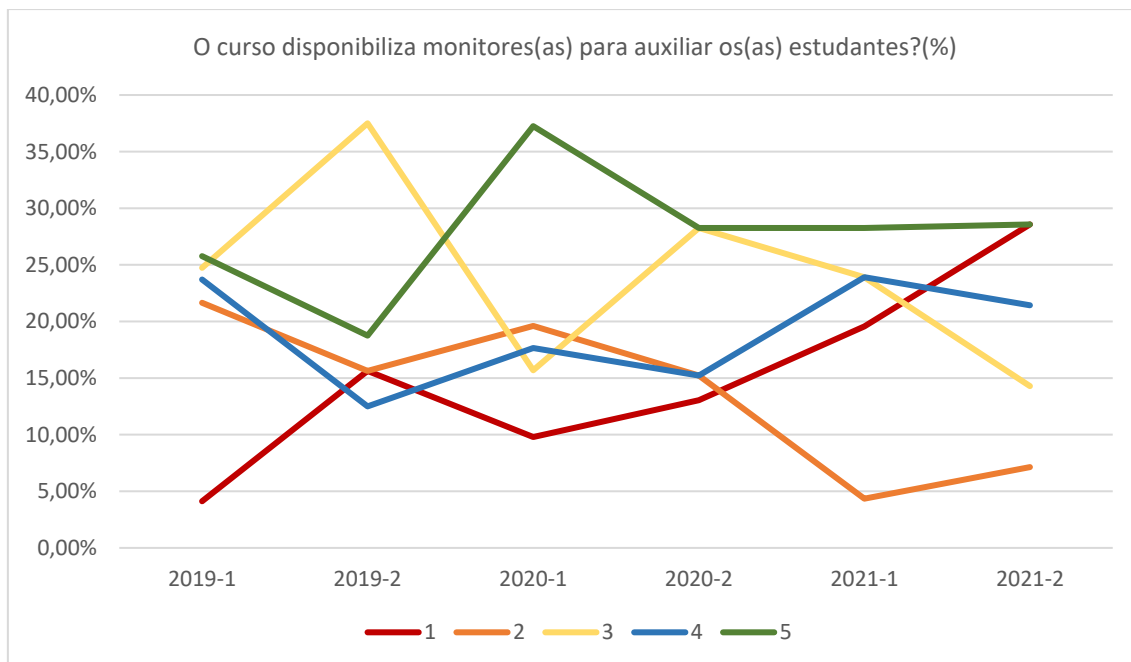
monitoria é a de promover a cooperação mútua entre discentes e docentes, fortalecendo os vínculos acadêmicos e aproximando os(as) discentes das atividades técnico-didáticas, sempre sob orientação de um professor(a) e a supervisão pedagógica do NAP e das coordenação dos cursos.

A avaliação discente sobre as atividades de monitoria não apresentaram indicadores positivos, com altas taxa de insatisfação (cerca de 29% entre 1 e 2 na escala *Likert* em 2021-2), não obstante majoritariamente entre 2021-1 e 2021-2 tenha crescido a avaliação em 4 e 5, mantendo margem significativa em 3 na escala. Essa avaliação levou o NAP a ampliar as atividades de monitoria para 2022, buscando uma maior participação da comunidade acadêmica nessas atividades. Não obstante, foi ampliado o programa de Estágio Docente¹⁵, vinculado ao *stricto sensu*, possibilitando maior apoio aos(às) estudantes em suas disciplinas regulares e tempos de estudos.

¹⁵Vide Integração com o *Stricto Sensu*.

MONITORIA ESTUDANTIL

Questionário do Aluno: “O curso disponibiliza monitores(as) para auxiliar os(as) estudantes?”¹⁶



(Critério de 1 a 5 na escala *Likert*, vide Metodologia). Fonte: Dados de Autoavaliação.

¹⁶ Até 2021-1 a pergunta era: “O curso disponibiliza monitores e/ou tutores para auxiliar os estudantes?”

b. Programa de Nivelamento

O Programa de Nivelamento da Alfa Escola de Direito (UNIALFA/FADISP) busca atender alunos(as) ingressantes na Instituição que demonstrem dificuldades ou queiram aprimorar seus conhecimentos em conteúdos prévios para a Educação Superior, necessários para sua trajetória acadêmica. Uma das principais ações do Programa é a oferta gratuita e semestral de cursos de nivelamento em disciplinas centrais (ex. Língua Portuguesa), capazes de oferecer ferramentas aptas à retomada de conteúdos da Educação Básica, numa lógica de valorização das disciplinas e atenção aos seus usos acadêmicos.

b.1. Curso de Nivelamento em Língua Portuguesa

O Curso de Nivelamento em Língua Portuguesa da Alfa Escola de Direito é ofertado semestralmente, dada a alta necessidade dos conteúdos dessa disciplina da Educação Básica nos cursos superiores conexos ao campo jurídico.



Não obstante, os(as) discentes venham enfrentando temáticas atinentes ao uso da Língua Portuguesa durante todo o Ensino Médio, existem características próprias que elas apresentam na Educação Superior. Exigindo, assim, o revisitar de determinados conteúdos essenciais e sua ressignificação no contexto universitário. Não obstante a presença de disciplinas voltadas aos usos específicos da língua e à metodologia científica, nos projetos de cursos da Alfa Escola de Direito, o Nivelamento procura assumir um papel antecedente e complementar aos temas desenvolvidos. Ofertando possibilidades pedagógicas para a revisão de temáticas nas quais o discente apresente, inclusive,

defasagens em sua formativa, contribuindo para o acesso e permanência qualificada. Seus objetivos são:

I - Proporcionar um aumento qualitativo (teórico e prático) no conhecimento do discente em relação a conteúdos básicos de Língua Portuguesa e seus usos na Educação Superior.

II - Oportunizar a revisão de conteúdos da Educação Básica que demandem aprimoramento em Língua Portuguesa pelos(as) alunos(as), com especial ênfase na norma culta empregada na Educação Superior.

III - Nivelar conhecimentos escolares de estudantes ingressantes que demonstrem dificuldades em recuperá-los, apresentando dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, permitindo que o(a) aluno(a) possa continuar seus estudos de maneira eficaz, com autonomia.

O curso de nivelamento em Português em suas edições no triênio foi ministrado pela Profa. Dra. Vanessa Trauzzola (licenciada em língua portuguesa e inglesa). O objetivo do curso é o de promover os aportes necessários para os acadêmicos de Direito em língua portuguesa e redação (com ênfase nos ingressantes). Não obstante o conhecimento da língua seja requisito necessário para o ingresso no curso, há um público heterogêneo na FADISP.

A Instituição conta com alunos oriundos de diversas escolas (públicas e particulares), alguns já formados há algum tempo – sem contato com estudos da Língua. Num curso de Direito a linguagem é requisito essencial, não apenas para a formação, mas para a formação com qualidade. Questões como ortografia (num contexto da Reforma Ortográfica) se colocam como passíveis de revisão, até leitores habituais e estudantes de ensino superior.

c. Tutoria Docente

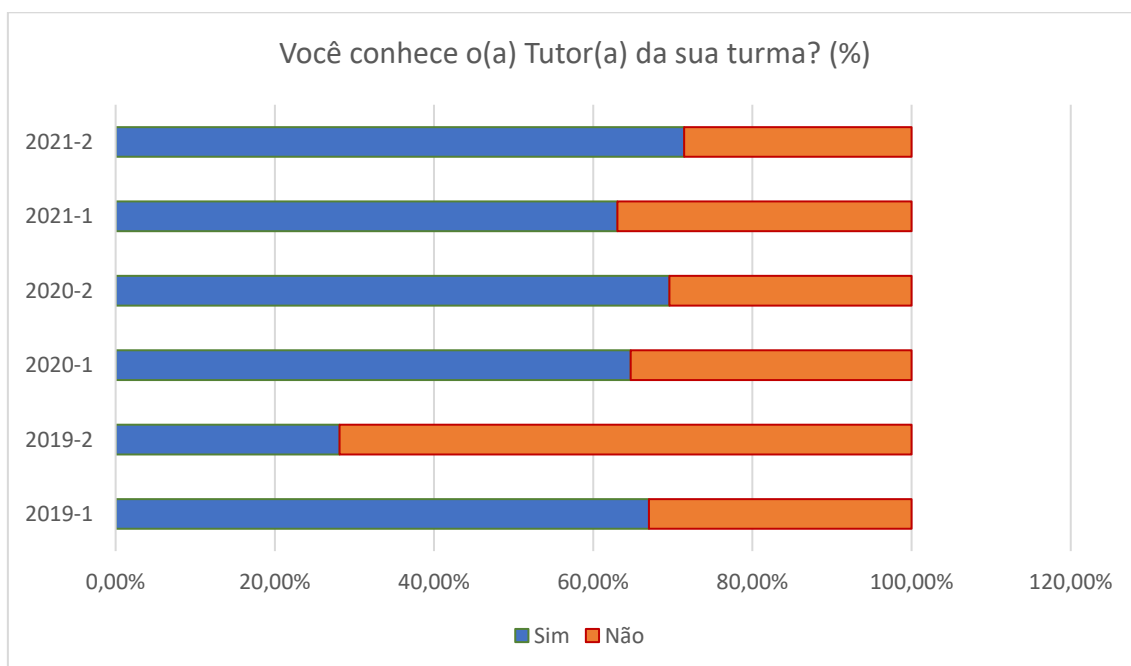
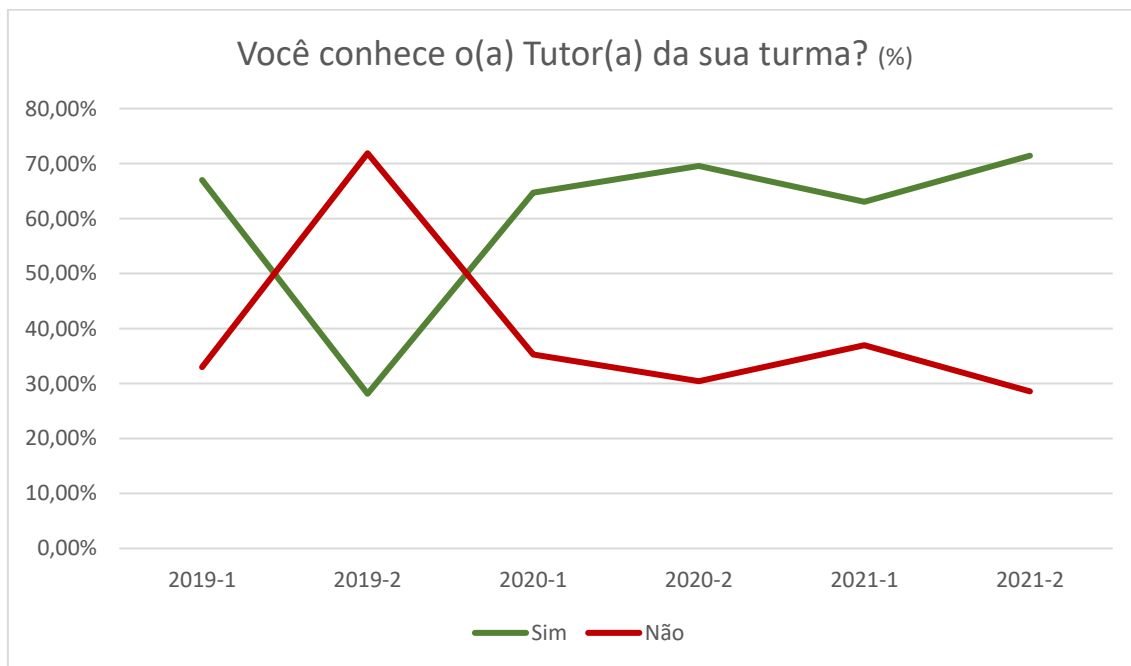
Conforme já apresentado, a Faculdade Autônoma de Direito - FADISP possui programa de Tutoria, de modo integrado à CPA e ao Núcleo de Apoio Psicopedagógico - NAP. Os(As) professores(as) tutores(as) são designados(as) para acompanharem o desenvolvimento das turmas e suas experiências discentes, de modo transversal às disciplinas. A atividade de tutoria auxilia na capilaridade da CPA, ao passo que as demandas da comunidade discente são objeto de busca ativa pelos(as) professores(as) tutores(as), sendo remetidas à

coordenação da CPA para verificação e providências junto aos setores próprios da FADISP e mantenedora. O objetivo do programa de Tutoria é o de aprimorar a vivência no campus, auxiliando em questões administrativas e pedagógicas, consolidando práticas dialógicas e de mediação das demandas do alunado, prestando também auxílio aos(às) docentes dentro das especificidades das turmas.

No questionário discente a avaliação da tutoria foi positiva, aumentando o número de discentes que conhecem o tutor da turma, a mudança da resposta passou por explicações em sala sobre o que era a tutoria, pois foi verificado que a comunidade discente conhece os professores tutores, todavia desconheciam a nomenclatura e o projeto. A partir de diálogos e difusão de informação sobre as tutorias, os resultados se alteraram substancialmente.

TUTORIA DOCENTE

Questionário do Aluno: “Você conhece o(a) Tutor(a) da sua turma?”



(Critério de “Sim” ou “Não”, vide Metodologia). Fonte: Dados de Autoavaliação.

E3 D2 – Núcleo de Educação Inclusiva (NEI)

O Núcleo de Educação Inclusiva (NEI) da Alfa Escola de Direito (UNIALFA/FADISP) é um núcleo criado para oferecer acessibilidade atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática aos(às) alunos(às) com deficiência, compreendendo também ações inclusivas de outras naturezas, na promoção da igualdade e eliminação de toda forma de discriminação. A Instituição acredita que promover a inclusão de estudantes é mais do que matriculá-los(as) em uma escola regular, é oferecer-lhes atendimento pedagógico especializado para auxiliá-los(as) no processo de ensino - aprendizagem.

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA - NEI

Apresentação
Coordenação
Histórico
Estrutura
Horário de Atendimento
Principais Atividades
Objetivos do NEI
Cursos
Legislação Inclusiva
Documentos
Fale com o NEI

Apresentação

O Núcleo de Educação Inclusiva (NEI) da Alfa Escola de Direito (UNIALFA/FADISP) é um núcleo criado para oferecer acessibilidade atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática aos(às) alunos(às) com deficiência, compreendendo também ações inclusivas de outras naturezas, na promoção da igualdade e eliminação de toda forma de discriminação. A Instituição acredita que promover a inclusão de estudantes é mais do que matriculá-los(as) em uma escola regular, é oferecer-lhes atendimento pedagógico especializado para auxiliá-los(as) no processo de ensino - aprendizagem.

Dessa forma, a Alfa Escola de Direito (UNIALFA/FADISP) acredita que a inclusão educativa não é somente uma questão técnica, nem somente de engenharia didático-pedagógica. A inclusão é uma questão de opção ideológica pela valorização e respeito às diferenças, a partir de uma postura institucional proativa. Dados do Censo da Educação apontam grande exclusão de pessoas com deficiência na educação básica e superior, carecendo de instrumentos para o acesso e permanência desses estudantes, garantindo acesso à educação.

(Fonte: <https://fadisp.com.br/nei>)

Dessa forma, a Alfa Escola de Direito (UNIALFA/FADISP) acredita que a inclusão educativa não é somente uma questão técnica, nem somente de engenharia didático-pedagógica. A inclusão é uma questão de opção ideológica pela valorização e respeito às diferenças, a partir de uma postura institucional proativa. Dados do Censo da Educação apontam grande exclusão de pessoas com deficiência na educação básica e superior, carecendo de instrumentos para o acesso e permanência desses estudantes, garantindo acesso à educação.

Esse trabalho é coordenado pelo Núcleo de Educação Inclusiva (NEI), trabalhando com universitários(as) matriculados(as) que sejam pessoa com deficiência. Atuando de modo integrado a capacitação dos(as) professores(as) da Instituição para trabalhar com esses públicos, proporcionar-lhes inclusão e

um melhor aprendizado, com qualidade e respeito. As lógicas inclusivas são mais amplas do que as de inserção, dependendo de políticas públicas e institucionais. Não obstante a qualificação para o atendimento especializado às pessoas com deficiência, o NEI também promove a conscientização e difusão de informações sobre inclusão e comunidades de pessoas com deficiência como a comunidade surda, através do curso básico de LIBRAS. Somente com ações integradas de promoção da igualdade, inclusão e diversidade, sob a ótica dos Direitos Humanos, surge a possibilidade de construção de uma educação realmente inclusiva e acessível a todos e todas.

a. Curso de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

O curso básico de LIBRAS (CBS) objetiva difundir a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), para que seus(uas) alunos(as) possam estabelecer comunicação básica com todos a comunidade de usuários da LIBRAS, ou seja, as pessoas surdas. A LIBRAS é reconhecida pela Lei Federal nº 10.436/2002, “como meio legal de comunicação e expressão (...) e outros recursos de



expressão a ela associados”. Constituindo-se como “sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria”, para “transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” . A Alfa Escola de Direito do Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA) e Faculdade Autônoma de Direito (FADISP) promovem aos

discentes e docentes o curso de modo semestral por intermédio dos Núcleos de Educação Inclusiva (NEI), fomentando a inclusão dos(as) alunos(as) com necessidade educativa especial e a formação humanística de sua comunidade acadêmica. O Brasil é um país com muitas diferenças regionais e culturais, necessitando de esforços conjuntos para demover as barreiras de comunicação

e tornar-se uma nação com mais eficiência na acessibilidade e comunicação inclusiva.

b. Políticas Inclusivas e de Combate à Discriminação

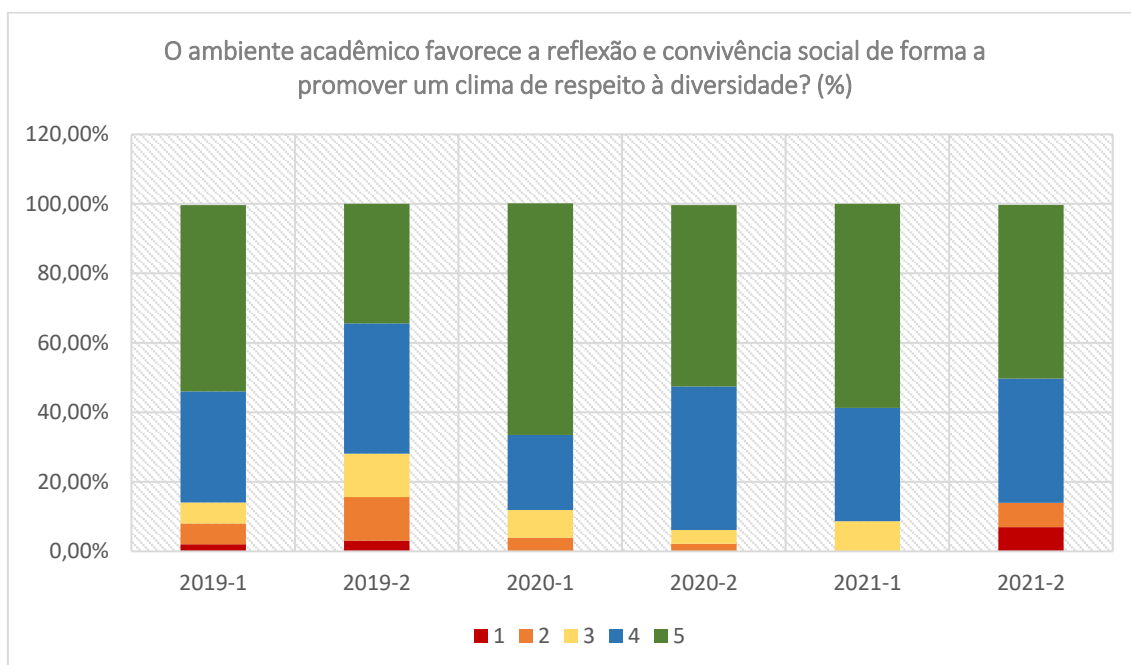
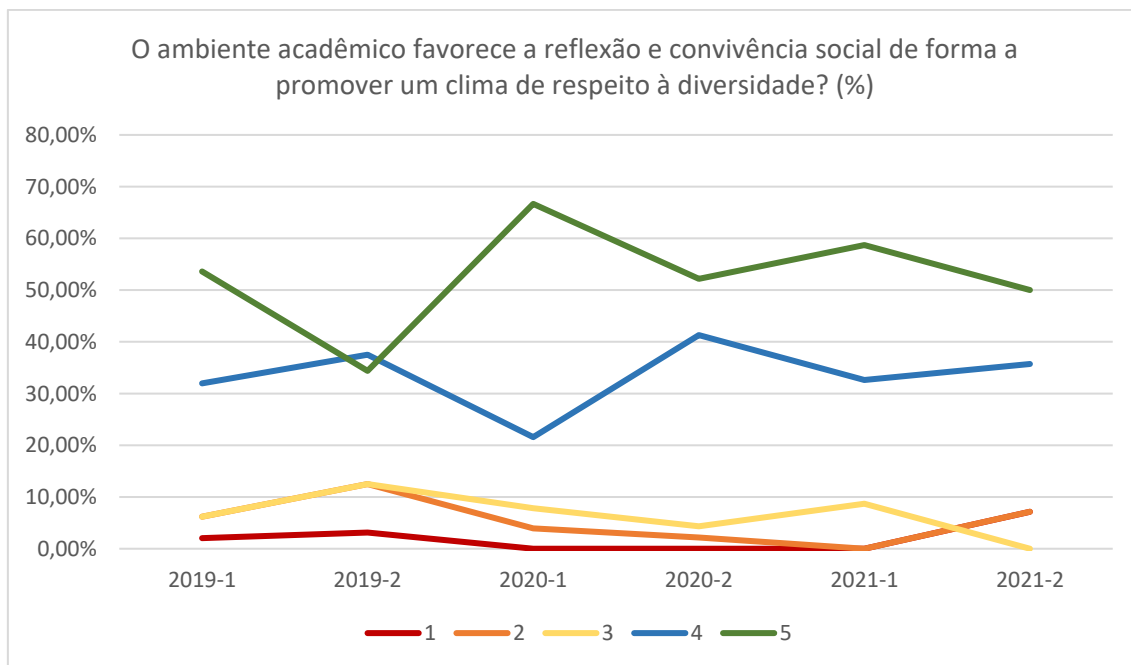
A FADISP, de modo ativo, vem buscando por toda sua administração mecanismos de combate à discriminação. Um dos elementos dessa posição institucional foi a Resolução nº 10/2020, que tornou obrigatória a participação de mulheres em bancas de mestrado e doutorado, bem como demais mesas de eventos acadêmicos. Como se vê abaixo:



As respostas ao questionário discente da CPA-FADISP apontam para um alto índice de satisfação sobre o ambiente acadêmico, compreendendo como capaz de favorecer “a reflexão e convivência social de forma a promover um clima de respeito à diversidade”. Conforme os gráficos da próxima página, percebe-se que desde 2020-1 os indicadores de satisfação possuem mais de 80% em 4 e 5 na escala Likert. Essa percepção indica que as políticas institucionais adotadas para a promoção da diversidade vem atingindo seus objetivos. Existe uma margem de 25% (máxima) a ser aprimorada, de respostas entre 1, 2 e 3.

AMBIENTE ACADÊMICO E DIVERSIDADE

Questionário do Aluno: “O ambiente acadêmico favorece a reflexão e convivência social de forma a promover um clima de respeito à diversidade?”



(Critério de 1 a 5 na escala *Likert*, vide Metodologia). Fonte: Dados de Autoavaliação.

E3 D2 – Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica (NUPES)

O Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica (NUPES) da FADISP é um setor de apoio aos corpos docente e discente, que conta com instalações próprias e adequadas para seu funcionamento e para as atividades de orientação. Dessa forma, o NUPES promove a iniciação científica dos alunos, catalogando, constituindo e disponibilizando para consulta da comunidade acadêmica, o acervo dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) da FADISP.

a. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

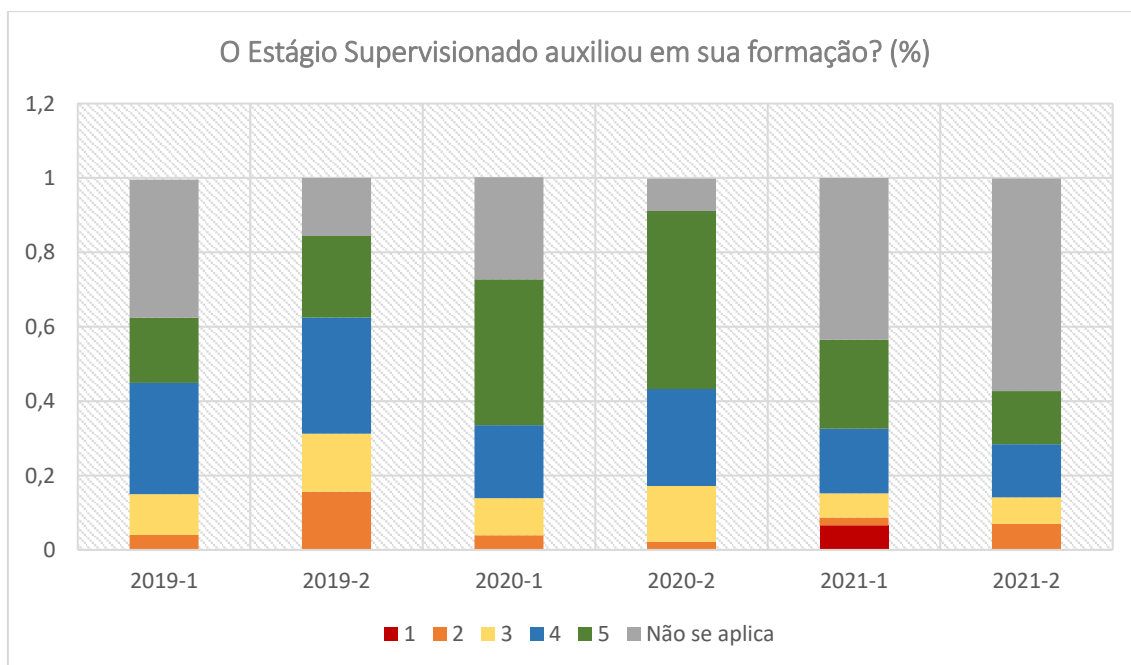
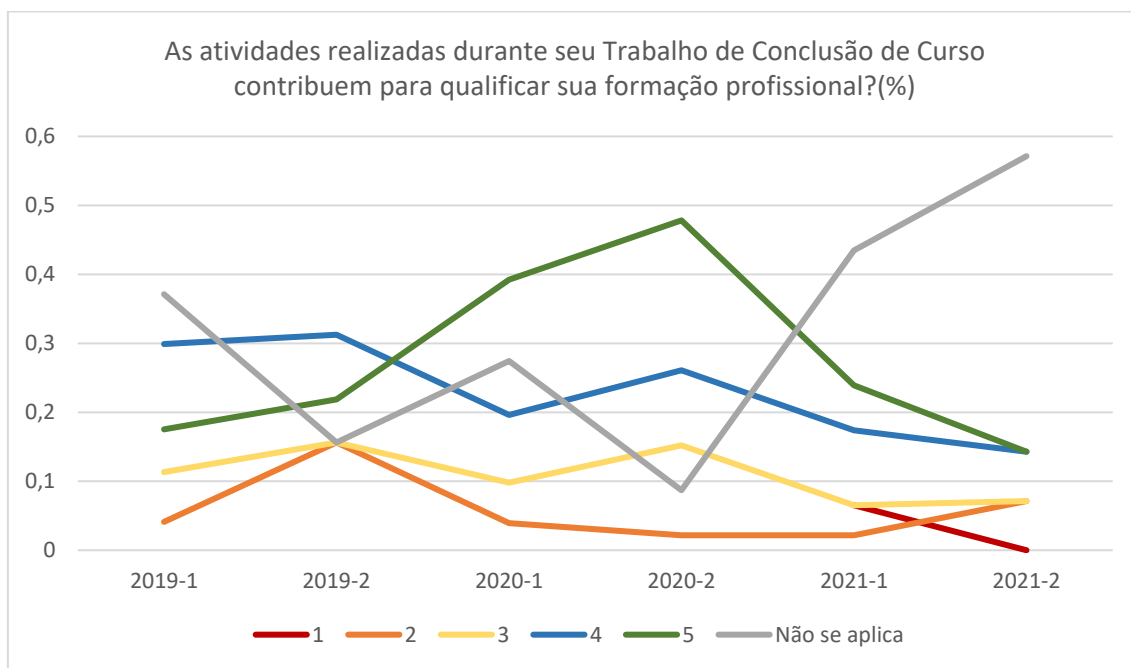
A operacionalização dos TCCs é realizada pelas coordenações dos cursos e a coordenação do NUPES da FADISP. Elas estabelecem, por meio de regulamento próprio, os mecanismos de efetivo acompanhamento desta atividade na instituição como um todo e no interior de cada curso. Todos os alunos tem acesso aos trabalhos arquivados, podendo permanecer com o trabalho por um (01) dia. Projeto de Iniciação Científica (IC). Ele tem por finalidade oferecer aos discentes a oportunidade de iniciarem a prática da pesquisa, cuidando da operacionalização dos trabalhos de conclusão de curso e seu arquivamento, sempre com a participação dos professores da Pós-Graduação.

O Trabalho de Conclusão de Curso é exigido para a concessão do diploma de Graduação e de Pós-Graduação e consiste na elaboração de investigação científica, devendo, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), representar o resultado de estudo que expresse conhecimento do assunto escolhido, obrigatoriamente emanado das disciplinas e programas ministrados ao longo de um curso.

A operacionalização dos Trabalhos de Conclusão de Curso é realizada pelas Coordenações de Curso e Coordenação do Núcleo de Pesquisa (NUPES), que estabelecem, por meio de Regulamento próprio, os mecanismos de efetivo acompanhamento desta atividade na Instituição como um todo e no interior de cada Curso. Em linhas gerais os discente compreendem que o TCC auxilia sua formação, contribuindo positivamente (conforme se verifica no gráfico da página seguinte).

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Questionário do Aluno: “As atividades realizadas durante seu Trabalho de Conclusão de Curso contribuem para qualificar sua formação profissional?”¹⁷
 (Para alunos em final de curso)



(Critério de 1 a 5 na escala *Likert*, vide Metodologia). Fonte: Dados de Autoavaliação.

¹⁷ A resposta “não se aplica” foi incluída a partir de 2021-1.

b. Programa de Iniciação Científica

O Programa de Iniciação Científica da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (PIC/FADISP) foi criado com o objetivo de fomentar o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes de graduação, ao mesmo tempo em que propicia a experiência de questionar a realidade e buscar respostas por meio da reflexão e investigação fundamentadas em ferramentas e métodos próprios do fazer científico.



Fonte: Instagram® da FADISP (@fadispalfa).

O Programa de Iniciação Científica FADISP é gerido pela Comissão de Iniciação Científica, composta pelos professores: Dra. Carolina Noura de Moraes Rêgo, Victor Grampa, Dr. Joaquim Eduardo Pereira, Profa. Dra. Vanessa Santana Lima Trauzzola (coordenadora). Constituindo seus objetivos:

- 1.1. Despertar a vocação científica e incentivar novos talentos entre estudantes de graduação;
- 1.2. Estimular o pensamento científico e a criatividade que decorrem do confronto com os problemas de pesquisa;
- 1.3. Proporcionar uma maior articulação entre a graduação e pós-graduação;
- 1.4. Propiciar aos docentes da FADISP a incorporação de estudantes de graduação em seus trabalhos de pesquisa;

1.5. Oferecer ao estudante a oportunidade de ser protagonista de sua própria formação ao envolvê-lo em uma atmosfera adequada à produção acadêmica, que além de estimular a capacidade de relacionar saberes de diferentes áreas do conhecimento, também permita ampliar seu poder de observação, análise e interpretação de teorias, conceitos, dados e resultados.

c. Grupo de Pesquisa ARETÊ

O Grupo de Estudos e Pesquisas ARETÊ tem como proposta o estudo, observação, análise e descrição de fatos sociais de modo interdisciplinar, abrangendo os campos do Direito, da Linguística, das Ciências Sociais e da Filosofia. Atuando de modo integrado às atividades de Iniciação Científica.

Grupo de pesquisa

ARETÊ: Direito, Linguística, Ciências Sociais e Filosofia

Endereço para acessar este espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9248578637533551

Identificação	
Situação do grupo:	Certificado
Ano de formação:	2021
Data da Situação:	12/03/2021 17:23
Data do último envio:	05/02/2022 08:33
Líder(es) do grupo:	Vanessa Santana Lima Trauzzola Carolina Noura de Moraes Rego
Área predominante:	Ciências Sociais Aplicadas; Direito
Instituição do grupo:	Faculdade Autônoma de Direito - FADISP

[Endereço / Contato](#)



E3 D2 – Revista Pensamento Jurídico da FADISP

A Revista Pensamento Jurídico (RPJ) publica artigos de Autores brasileiros e estrangeiros, com acesso aberto no site, compondo importante instrumento de promoção da pesquisa científica de excelência e de criação de um ambiente motivador e inspirador dos discentes.

A Revista é o periódico científico desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado) da Faculdade Autônoma de Direito - FADISP e seu objetivo é o de publicar artigos que versem sobre temas, especificamente, afetos às áreas do Programa, suas áreas, linhas de pesquisa e respectivos projetos.

A Revista tem se consolidado como o instrumento de visibilidade das pesquisas produzidas pelos Cursos de Mestrado e Doutorado da Instituição e de sua articulação com outras instituições nacionais e internacionais que enviam seus textos para composição dos volumes, cuja edição está a cargo de Docentes que contam com a colaboração dos Discentes bolsistas CAPES/PROSUP. A sua periodicidade é semestral e a partir do no ano de 2015 seus volumes passaram a ser editados exclusivamente de forma digital (<http://revistapensamentojuridico.fadisp.com.br/ojs/index.php/pensamentojuridico/index>), privilegiando, assim, o acesso livre, gratuito e imediato de seu conteúdo, algo que se projeta ao encontro da democratização do acesso ao conhecimento de forma ampla e geral, fundamental no atual cenário de desenvolvimento social em que vivemos.



Fonte: <https://fadisp.com.br/revista/ojs/index.php/pensamentojuridico/index>

Desde sua reestruturação em 2015, com o cumprimento dos requisitos da Comissão Qualis CAPES, a RPJ foi se projetando no cenário nacional e após ultima reclassificação pela Comissão de Área teve seu estrato aumentado de B5

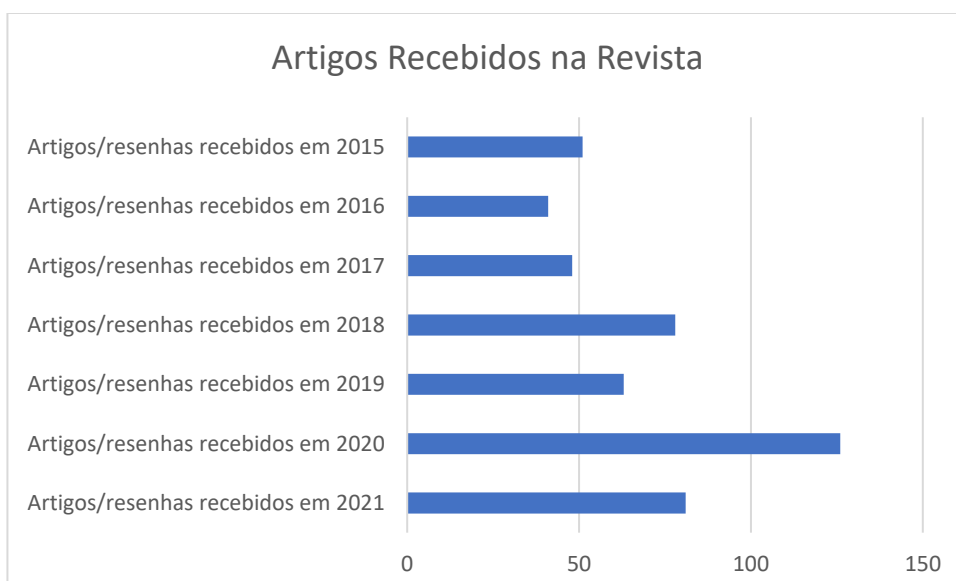
para B1, o que vem a consolidar o impacto das produções acadêmicas dos Cursos de Mestrado e Doutorado e seu intercâmbio com várias instituições nacionais e estrangeiras.

A Revista utiliza o sistema LOCKSS para criar um sistema de arquivo distribuído entre as bibliotecas participantes e permite às mesmas criarem arquivos permanentes da revista para a preservação e restauração, bem como se utiliza de indexadores para sua difusão.

Desde 2015, com a inauguração de seus números editados digitalmente, todos os artigos publicados se alinham às linhas de pesquisa da Revista que se estrutura nos eixos temáticos dos Cursos de Mestrado e Doutorado. Desde o 2º volume de 2015 a Revista vem contando com participações internacionais. No volume 1/2017 a RPJ publicou artigos relacionados à atual discussão do ativismo judicial em nosso país, passando por temas afetos ao princípio da dignidade humana, formas alternativas de resolução de conflitos e discussões teóricas sobre direitos fundamentais, culminando com a publicação, pela primeira vez em seus volumes, com a tradução de um importantíssimo texto de Oliver Wendell Holmes Jr. Já no volume 2/2017, além de contar com um artigo escrito na língua inglesa, a RPJ apresentou uma produção com enfoque na temática da constitucionalização dos direitos nas esferas empresarial, administrativa e ainda sobre questões afetas à teoria do estado - como o tema do bom governo -, além de contar com textos fortes e de suporte no campo da teoria do direito.

Ressalta-se, por fim, que os artigos enviados para os referidos volumes são de pesquisadores de todas as regiões do Brasil, fator este que se repete largamente em nosso corpo de pareceristas ad hoc e em nosso corpo editorial, que possui importantes professores também de universidade estrangeiras como Alemanha, França, Portugal e Colômbia.

A Revista encerrou o ano de 2020, com 3 edições, uma especial para artigos relacionados à COVID-19 (V. 14.2 – Edição Especial “COVID-19”).

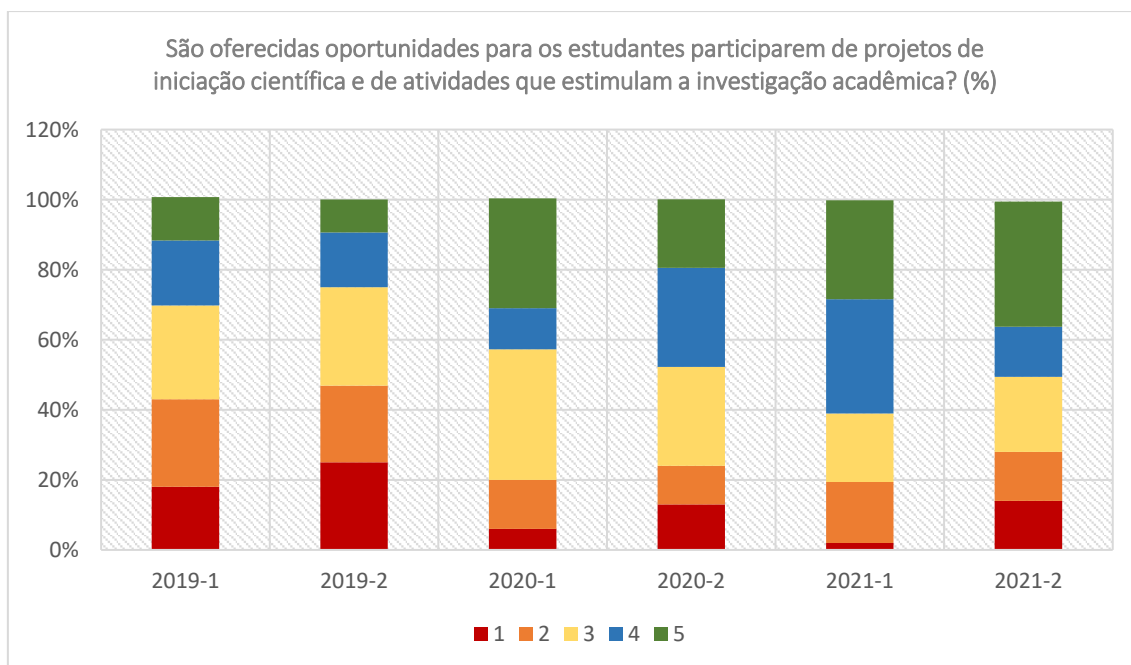
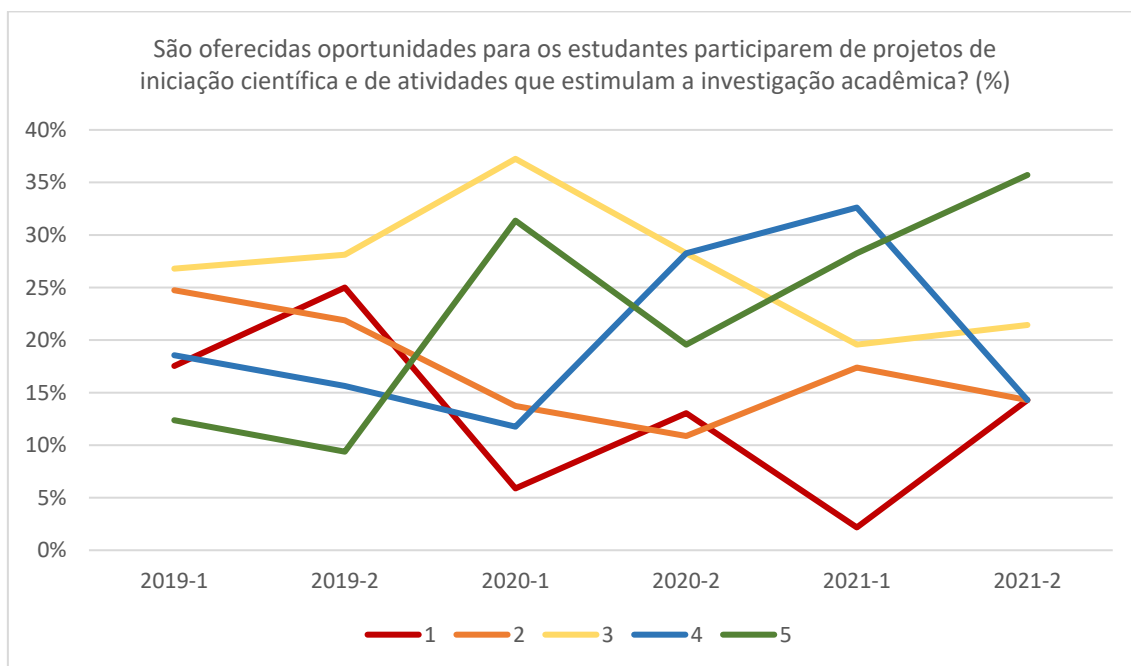


Total Geral de artigos/resenhas recebidos	507
Total Geral de artigos/resenhas Publicados	260

No tocante às atividades de pesquisa em geral houve significativo avanço das avaliações do questionário do aluno (conforme demonstrado na próxima página). Em 2019-1 majoritariamente a avaliação apontava resultados entre 1, 2 e 3 na escala *Likert*, indicando alta insatisfação no quesito. Em 2021-1 e 2021-2 não se verificou a redução de insatisfação (1 e 2 sempre acima de 20%), mas ampliaram-se as avaliações positivas (4 e 5). A reestruturação das políticas de pesquisa implementada em 2021-2 e 2022-1 provavelmente impactará positivamente na redução de insatisfação, com ampla divulgação da Iniciação Científica e eventos voltas à pesquisa acadêmica.

PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Questionário do Aluno: “São oferecidas oportunidades para os estudantes participarem de projetos de iniciação científica e de atividades que estimulam a investigação acadêmica?”¹⁸



(Critério de 1 a 5 na escala *Likert*, vide Metodologia). Fonte: Dados de Autoavaliação.

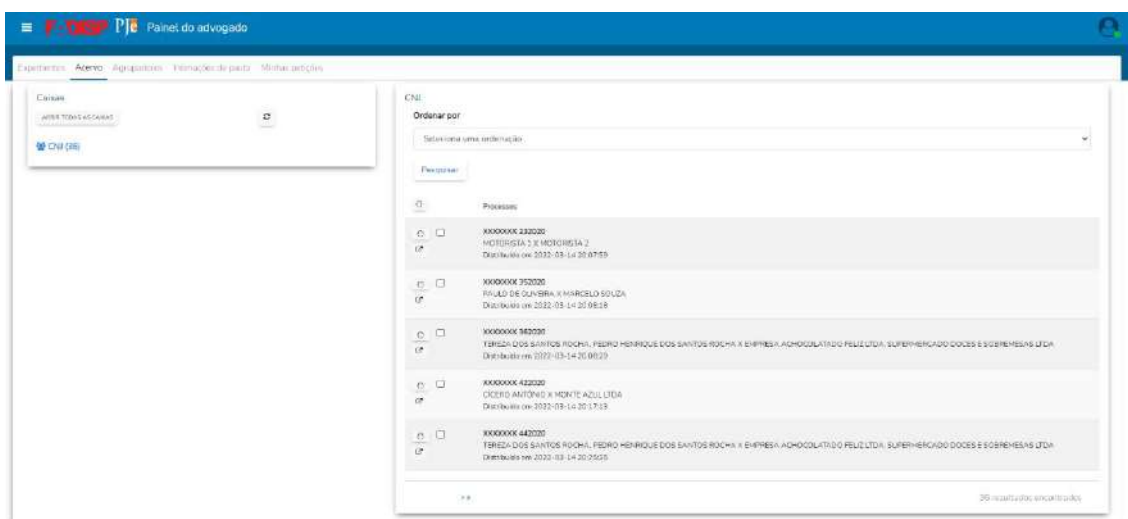
¹⁸ O curso oferece condições para os estudantes participarem de eventos internos e/ou externos à instituição?

E3 D2 – Núcleo de Prática Jurídica (NPJ)

O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da FADISP vem sendo reformulado para atender às necessidades e tendências do mundo jurídico, em especial as decorrentes da utilização de tecnologias e constantes demandas por inovação. Nesse contexto ocorreu a adoção de nova plataforma virtual “Sistema TWM – Simulador PJE”, objetivando aproximar a prática jurídica da realidade do processo eletrônico, em especial o PJE – adotado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como sistema padrão a ser implementado no Judiciário.

a. Sistema TWM – Simulador PJE

É um software simulador equivalente e compatível com o software do Processo Judicial Eletrônico – PJE, sistema oficial da maioria dos órgãos do Poder Judiciário em âmbito nacional. As atividades propostas nas disciplinas de prática jurídica, como redação de peças processuais, opiniões/pareceres jurídicos ou análises de jurisprudência, serão desenvolvidas através do uso do software simulador, cujas correções pelos professores serão realizadas na forma de movimentação processual, e as providências/correções por parte dos alunos, também deverá ser feita pelos estudantes no ambiente online dentro do prazo fixado pelo professor. Cada disciplina de prática jurídica tem um espaço próprio no ambiente digital, administrado pelo professor responsável, na qual estão cadastrados todos os estudantes devidamente matriculados.



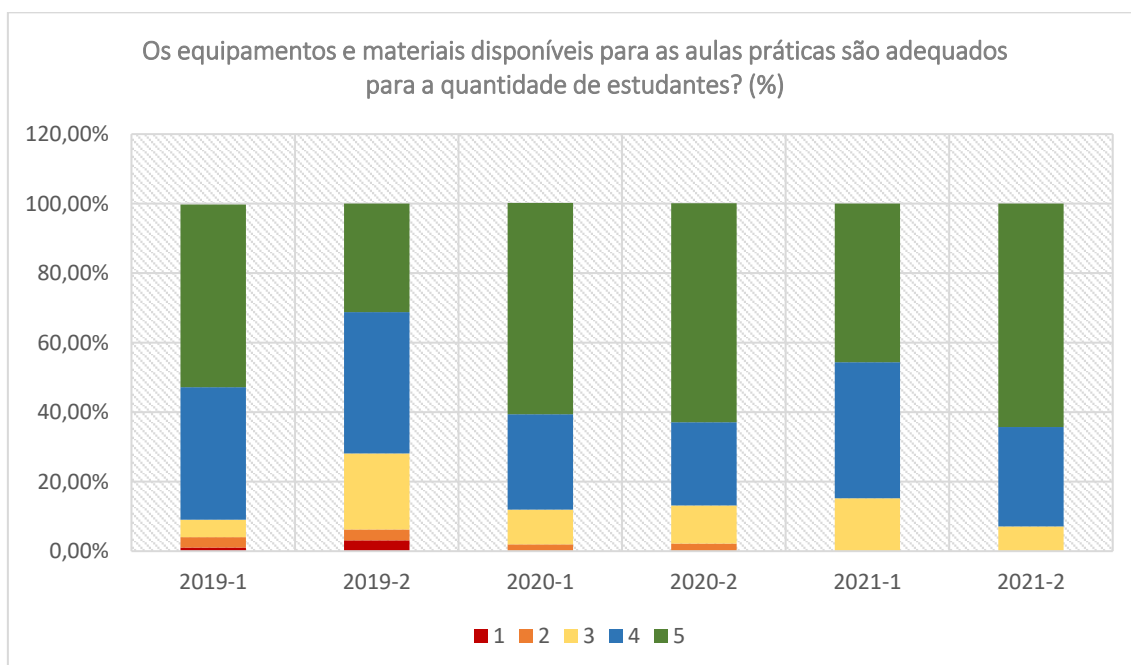
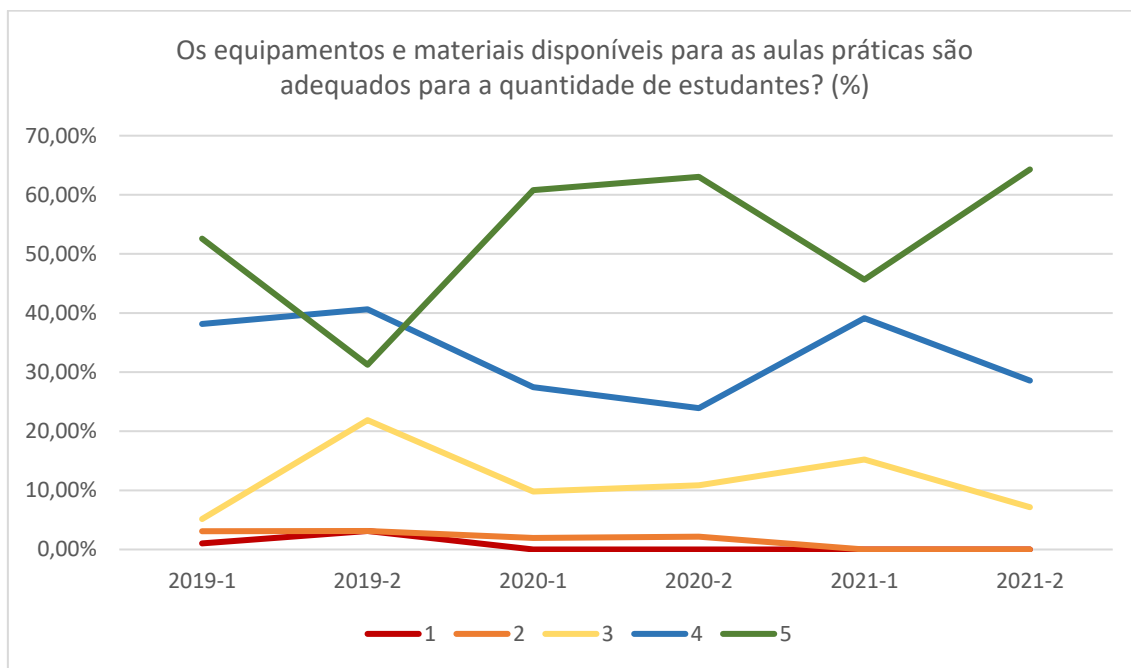


Fonte: Telas extraídas do Sistema TWM – Simulador PJE. (FADISP).

Com base nos gráficos da próxima página é possível verificar alta satisfação com as atividades de prática jurídica, considerando-se a infraestrutura necessária para o adequado desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Em 2021 os indicadores negativos 1 e 2 zeraram, com mais de 80% de indicadores positivos 4 e 5 na escala *Likert*. Não obstante, a IES vem aprimorando as atividades de práticas jurídicas, integrando com a expansão de atividades e projetos do Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, dentre as quais algumas explicitadas no itens seguintes, como a Liga Acadêmica de Prática Jurídica – LAPJ.

INFRAESTRUTURA (PRÁTICA JURÍDICA)

Questionário do Aluno: “Os equipamentos e materiais disponíveis para as aulas práticas são adequados para a quantidade de estudantes?”



(Critério de 1 a 5 na escala *Likert*, vide Metodologia). Fonte: Dados de Autoavaliação.

b. Liga Acadêmica de Prática Jurídica - LAPJ

Um projeto inovador desenvolvido no NPJ é o da Liga Acadêmica de Prática Jurídica – LAPJ, no qual equipes de estudantes da Escola de Direito Alfa Educação, bem como de outras instituições de ensino superior, podem competir em processos judiciais simulados. As peças processuais produzidas são protocoladas no sistema digital TWM (Simulador PJE) e as audiências simuladas ocorrem de forma online, o que permite a participação de estudantes de qualquer IES no âmbito nacional. Os processos simulados são apresentados de forma interdisciplinar, objetivando explorar diversas áreas do Direito, afim de aperfeiçoar o raciocínio jurídico e o enfrentamento de questões sociais relevantes. O projeto possibilita o protagonismo estudantil, oportunizando um espaço para a prática simulada de modo interinstitucional, ao mesmo tempo que supervisionado por docente fomenta a auto-organização e pesquisa.



Esse programa contribui com a integração das atividades de ensino do curso de Direito, com as atividades de iniciação à pesquisa. Isso porque sua proposta é justamente de criar situações de simulação da atividade prático-processual, em que os alunos divididos em equipes promovem atividades de simulação de processo judicial. Com isso, é estimulado a todo momento ao aprofundamento da pesquisa prática dos fundamentos adquiridos no ensino do Curso.



Fonte: Dados do Edital da LAPJ de 2022, projeto em curso desde 2021.

c. Visitas Orientadas a Tribunais e Instituições Jurídicas

A Instituição mantém visitas monitoradas a tribunais e outras instituições jurídicas, de modo presencial e virtual, conforme apresentado na tabela de eventos acadêmicos. As visitas tem objetivo de auxiliar na formação dos discentes, aproximando-os da prática cotidiana.



a) Estágio Supervisionado

Na FADISP, o estágio objetiva aprendizagens social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizadas na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob a responsabilidade e coordenação da Instituição de Ensino.

A FADISP, na sua proposta de formação em nível de 3º grau, entende que, complementarmente ao processo de ensino, cabe-lhe viabilizar o aprendizado prático, sob a forma de Estágio que possibilite aos acadêmicos a vivência das atividades inerentes à sua formação humana e profissional.

Por entender o Estágio como atividade determinante na aquisição dos fundamentos e teórico-práticos da profissão, da formação integral, do exercício da cidadania e, sobretudo, da consolidação das competências necessárias ao perfil do profissional formado pela FADISP, todos os seus cursos de Graduação adotam o estágio como componente curricular.

O estágio é caracterizado por atividades práticas correlacionadas à área de formação do aluno e desenvolvidas, em alguns casos, na própria Instituição, ou em campos de estágio previamente selecionados, abrangendo Empresas, Órgãos Públicos ou Entidades sem fins lucrativos.

No período triênio de 2019 a 2021 a FADISP supervisionou 81 contratos de estágio através do NPJ, divulgando à comunidade acadêmica centenas de vagas nas mais diversas áreas, em instituições públicas e privadas. A IES possui uma rede de parcerias, convênios e cooperações, com mais de 140 instituições envolvidas na atividade de estágio, cumprindo observar as seguintes:

- Centro de Integração Empresa Escola - CIEE
- Núcleo Brasileiro de Estágios LTDA - NUBE
- Futura Estágios
- Ministério Público Federal - MPF
- Procuradoria Geral da República - PGR
- IEL - IEL Estágios / Portal da Indústria
- Companhia de Estágios
- Foco Integração
- Super Estágios
- Fundação do Desenvolvimento Administrativo - SP - FUNDAP
- Global Estágios
- Centro de Desenvolvimento Profissional - CEDEP

Fonte: Enviado pela Gerência Administrativa à CPA.

O Estágio objetiva aprendizagens social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizadas na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob a responsabilidade e coordenação da Instituição de Ensino.

Por entender o Estágio como atividade determinante na aquisição dos fundamentos teórico-práticos da profissão, da formação integral, do exercício da cidadania e, sobretudo, da consolidação das competências necessárias ao perfil do profissional formado, todos os cursos de Graduação deverão adotar o Estágio como componente curricular. O Estágio é caracterizado por atividades práticas correlacionadas à área de formação do discente e desenvolvidas, em alguns casos, na própria Instituição, ou em campos de Estágio previamente selecionados, abrangendo Empresas, Órgãos Públicos ou Entidades sem fins lucrativos.

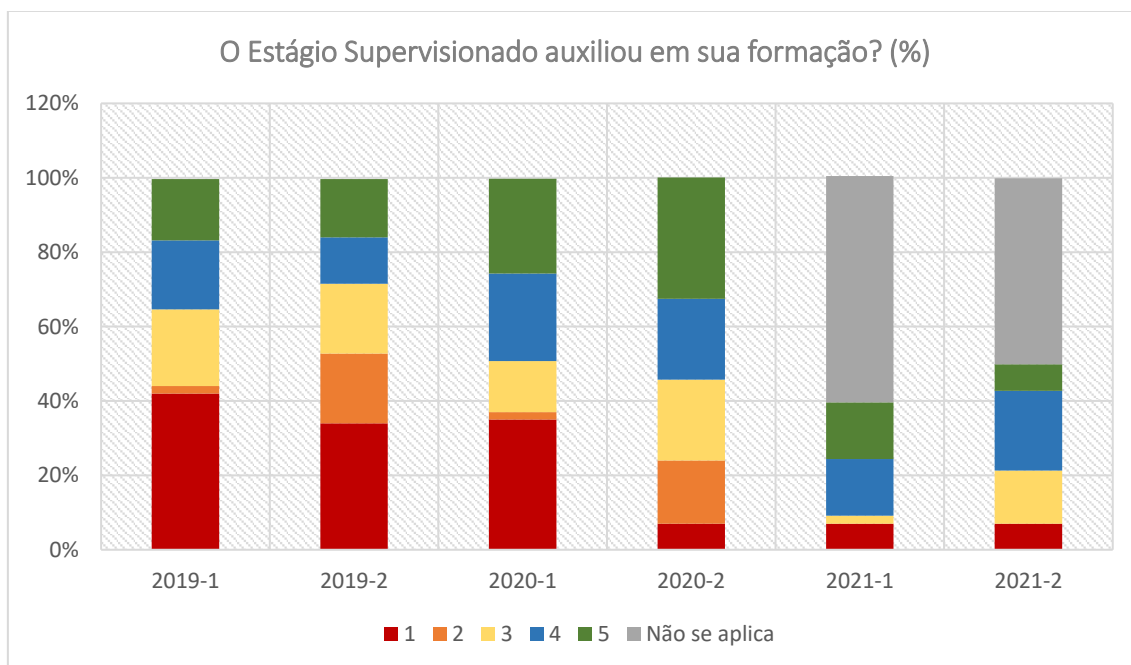
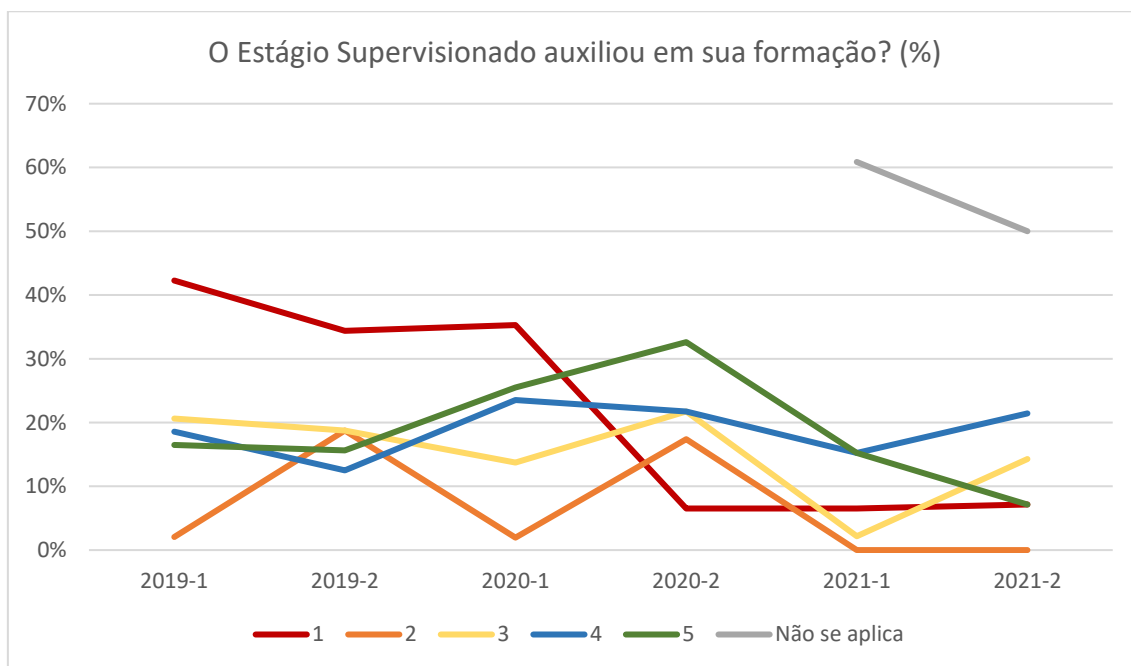
A operacionalização, acompanhamento, supervisão e avaliação das práticas de Estágio serão realizados por meio do Núcleo de Estágio e das Coordenações de Curso. Compete a estas instâncias, entre outras, desenvolverem ações no sentido de:

- I. Propor e firmar a realização de parcerias com Empresas, Órgãos Públicos ou Entidades sem fins lucrativos, visando buscar oportunidades de Estágio;
- II. Orientar o discente sobre a realização de Estágio, fazendo conhecer suas normas, os documentos exigidos e prazos previstos;
- III. Criar condições para que se viabilizem o acompanhamento, a supervisão e a avaliação do Estágio;
- IV. Promover eventos de integração entre a IES e a comunidade;
- V. Divulgar oferta de vagas de Estágio;
- VI. Validar a documentação de Estágio, no que se refere à matrícula e frequência;
- VII. Conferir e juntar toda a documentação exigida para formalização do Estágio;
- VIII. Produzir, semestralmente, relatórios referentes ao Estágio;
- IX. Emitir parecer validando ou não a solicitação de Estágio;
- X. Supervisionar o processo de acompanhamento e avaliação do Estágio, fazendo os encaminhamentos necessários;
- XI. Manter contato com o Supervisor do Concedente de Estágio, se necessário;
- XII. Analisar e avaliar o Relatório de Acompanhamento e Avaliação do Estágio Curricular Obrigatório, emitindo parecer sobre a aprovação ou não do Estagiário;
- XIII. Registrar no Sistema Acadêmico o resultado da avaliação do Estagiário.

A avaliação discente sobre o estágio profissional no período apresentou resultados indicando uma ampliação na satisfação com a atividade, todavia com espectro para melhorias. A inclusão em 2021-1 do campo “Não se aplica”, que se torna majoritária desde sua inserção, indica que muitos estudantes podem ter preenchido incorretamente o quesito, havendo a necessidade de fortalecer as políticas de estágio supervisionado na instituição. Todavia, em 2021-1 e 2021-2 comparativamente os maiores indicadores foram 4 e 5 na escala *Likert*, somando em 2021-1 cerca de 30,44% dos 52,66% de respostas aplicáveis (quase 60%).

ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Questionário do Aluno: “O Estágio Supervisionado auxiliou em sua formação?”^{19 20} (Para alunos em final de curso)



(Critério de 1 a 5 na escala *Likert*, vide Metodologia). Fonte: Dados de Autoavaliação.

¹⁹ O estágio supervisionado proporciona experiências diversificadas para a sua formação?

²⁰ A resposta “1” foi incluída a partir de 2021-1.

d. Curso Preparatório para o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil

O curso FADISP OAB é uma iniciativa que busca propiciar, tanto aos atuais acadêmicos da FADISP quanto aos egressos da instituição, o acesso aos subsídios teóricos e práticos relacionados à construção e reforço de conhecimento nas matérias exigidas no Exame da OAB, ofertando mecanismos hábeis à preparação e, conseqüentemente, à inserção de profissionais qualificados na advocacia, diante do aperfeiçoamento das competências e habilidades que, ao longo do Curso de Direito na FADISP, os estudantes desenvolvem e desenvolveram.



A conclusão do curso de direito é um objetivo importante na jornada do acadêmico das ciências jurídicas. Porém, sabe-se que a inscrição do profissional nos quadros da OAB depende, necessariamente, da realização do Exame de Ordem, que exige do candidato a preparação e realização de duas fases avaliativas: uma primeira, com questões objetivas, devendo-se obter 50% de acerto para habilitação à segunda fase, que, além de exigir respostas à questões discursivas, demanda a realização de uma peça prático-profissional em áreas temáticas específicas, cujo conteúdo programático vem, expressamente, previsto nos editais das edições do Exame.

Por esse motivo, a atualidade e relevância da presente proposta decorre da necessidade de preparação dos que almejam a aprovação no Exame da

OAB, notadamente aos atuais alunos de Direito e aos egressos da FADISP, fornecendo-lhes mais um meio hábil e capaz de servir como instrumento à preparação para esse necessário momento em suas vidas profissionais.

OBJETIVOS:

a. Geral

Aprimoramento do ensino técnico-jurídico, especialmente com a preparação dos atuais alunos da instituição, bem como dos egressos, para o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil, ofertando-lhes mecanismos hábeis para compreensão das competências e habilidades exigidas na primeira e segunda fase do Exame.

b. Específicos

Com a participação e realização das atividades propostas ao longo do curso, espera-se que o público-alvo:

I) Compreenda as competências e habilidades que são exigidas para a primeira fase, bem como a necessidade de imersão na legislação e sua relevância ímpar para a preparação ao Exame de Ordem;

II) Desenvolva capacidade de administrar o tempo de prova, de modo que não seja prejudicado por atrasos na resolução das questões, que podem ser evitados ou mitigados;

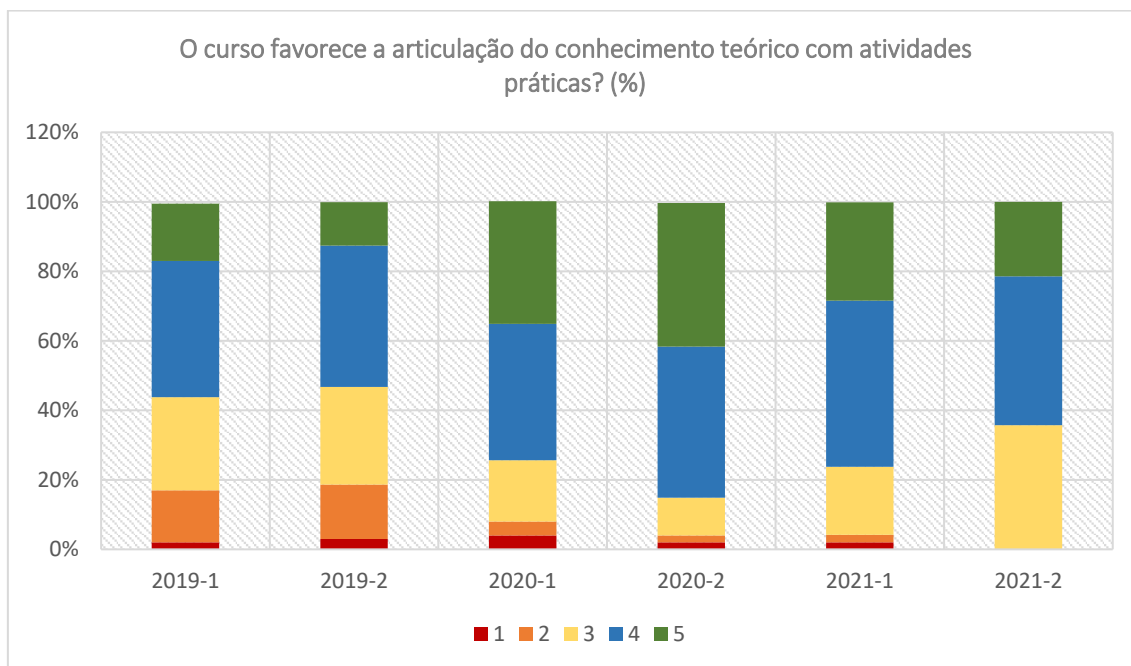
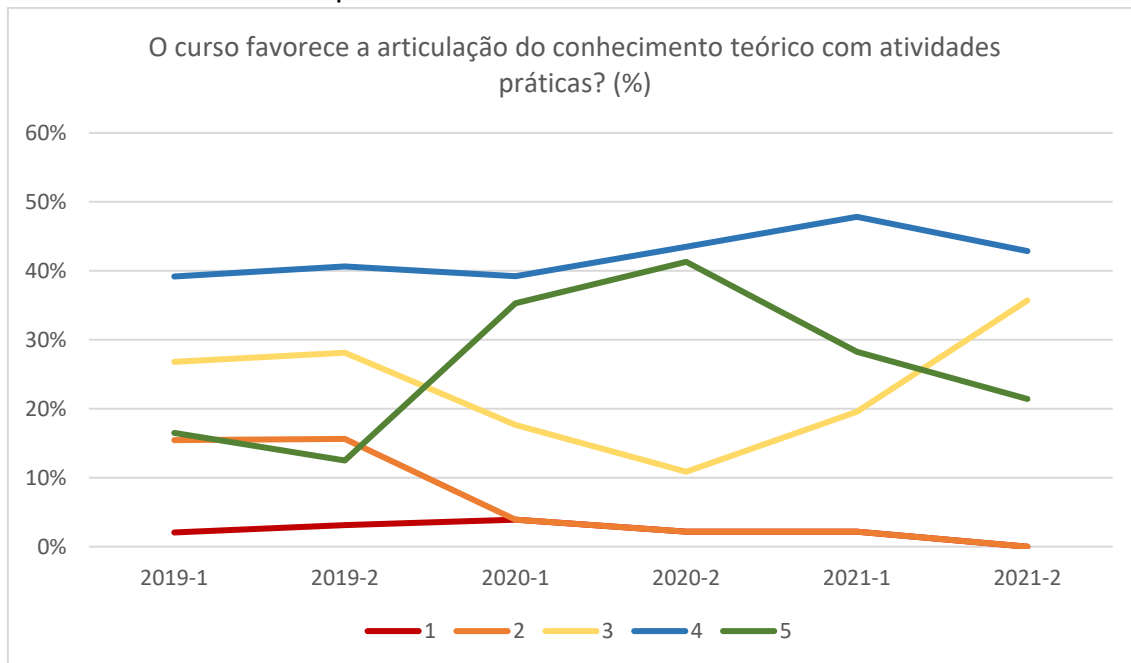
III) Compreenda as competências e habilidades que são exigidas para a segunda fase, especialmente com o desenvolvimento e aprimoramento da capacidade de identificar a peça prático-profissional exigida pelo avaliador;

IV) Realize simulados da primeira e segunda fase, para que se sinta ambientado na prova do Exame de Ordem e possa treinar, efetivamente, com questões de provas anteriores e questões inéditas, resolvendo-as no mesmo tempo fornecido para as provas oficiais.

Estas iniciativas buscam aproximar a teoria da prática, necessitando atenção, não obstante o aumento de avaliações positivas dos alunos no quesito (4 e 5 na escala *Likert*), o alta taxa de resposta 3 indica uma zona de aprimoramento da atividade, melhorando a satisfação do corpo discente.

ARTICULAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA (DISCIPLINAS)

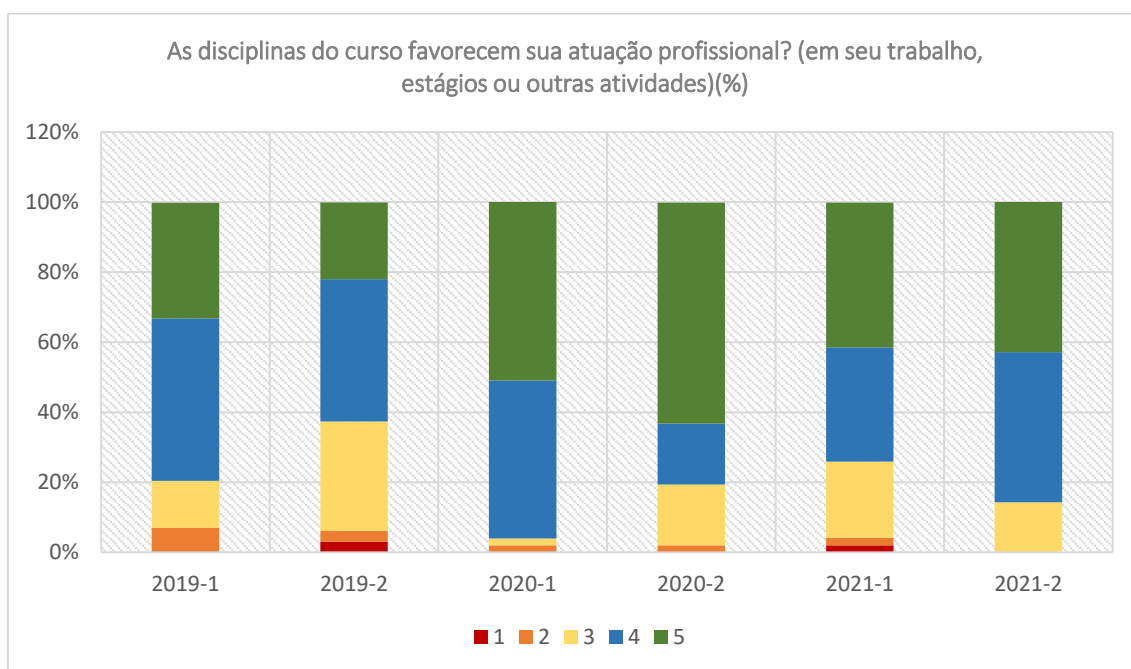
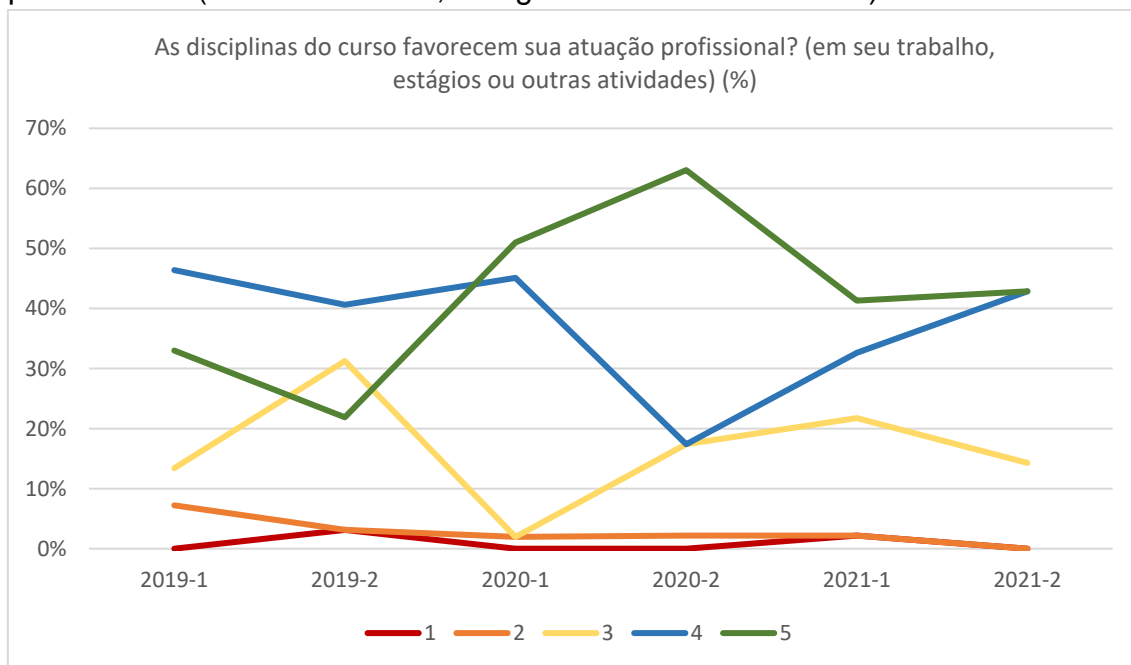
Questionário do Aluno: “O curso favorece a articulação do conhecimento teórico com atividades práticas?”



(Critério de 1 a 5 na escala *Likert*, vide Metodologia). Fonte: Dados de Autoavaliação.

RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA (ATUAÇÃO PROFISSIONAL)

Questionário do Aluno: “As disciplinas do curso favorecem sua atuação profissional? (em seu trabalho, estágios ou outras atividades)”²¹



²¹ A questão até 1/2020 era: “Os conteúdos abordados nas disciplinas do curso favorecem sua atuação em estágios ou em atividades de iniciação profissional?”

E3 D2 – Políticas de Internacionalização

As atividades acadêmicas desenvolvidas no âmbito do Edital FADISP nº 02/2014, que instituiu o Programa Geral de Cooperação Internacional, tiveram início em janeiro de 2015, com o desenvolvimento dos seguintes Projetos Acadêmicos com as Universidades que a FADISP mantém convênio acadêmico internacional, quais sejam, a Universidad de Salamanca e Universidad de Valladolid.

Assim, as atividades de internacionalização da FADISP estão implementadas desde 2014, ano em que celebrou convênio acadêmico com a Universidade de Valladolid (Uva) e com a Universidade de Salamanca (USAL), ambas da Espanha, e com a Universidade de Siena, na Itália. Desde então já foram realizados 60 eventos, consistentes em Congressos, Seminários, Palestras, Colóquios e Cursos, sob inúmeras temáticas.

Com essa primeira iniciativa de outras tantas já realizadas, a FADISP tem o objetivo claro de promover a cooperação internacional entre os países Ibero-americanos, América Latina e Europa, para fortalecer ainda mais os laços históricos existentes entre estes os países destas regiões mundiais e, assim, fomentar atividades científicas com a realização de intercâmbios de professores, alunos e pesquisadores, atividades conjuntas (como publicações, congressos, seminários e projetos de pesquisa).

Acredita-se que, para formar profissionais capacitados para atuar em mercado cada vez mais internacionalizado, conforme indicam as tendências mundiais e os diversos setores da economia que se defrontam com a realidade internacional, a internacionalização está entre os princípios fundamentais da ação educativa da Instituição. Assim, a FADISP tem como meta desenvolver no discente as habilidades exigidas pela economia global, proporcionando-lhe vivência profissional enquanto realiza o curso. Com isso, as estratégias de internacionalização têm por propósito preparar o discente para oportunidades de trabalho no Mundo, a busca permanente por informação e conhecimento, além, é claro, de o incentivar ao aprendizado de uma língua estrangeira.

O convênio proporciona a realização de Seminários, Palestras de Pesquisadores e Professores representando ambas as instituições conveniadas

e outras tantas europeias e latino-americanas, oportunizando aos graduandos, mestrandos e doutorandos uma efetiva experiência acadêmica internacional.

Além das Parcerias Acadêmicas Internacionais mantidas entre a FADISP, UNIALFA e as Universidades de Valladolid, de Salamanca e de Siena, foi firmado o convênio com a Universidad de Castilla-La Mancha (UCLM), de Toledo, Espanha, e foi protocolado uma Carta de Intenções para um convênio com a Universidad de Granada, Espanha. As Parcerias Acadêmicas Internacionais objetivam: (i) a mobilidade de Professores, pesquisadores, estudantes de ambas as IES; (ii) realização de edições conjuntas de publicações; (iii) realização de projetos de pesquisa em conjunto; (iv) criação e organização de atividades docentes coordenadas; (v) organização de colóquios internacionais; (vi) adesão às atividades do Campus de Excelência Internacional das Universidades espanholas.

a. Universidade de Salamanca, Espanha

O convênio FADISP/UNIALFA e a Universidade de Salamanca (USal) já gerou inúmeras ações acadêmicas. Desde o ano de 2014, foram realizados eventos acadêmicos na USal, na FADISP e na UNIALFA, com a vinda de Professores para ministrar Seminário Internacional, com carga horária de 15h/a.

No âmbito deste Convênio Acadêmico Internacional, foi aprovado o Programa de Cotutela e Dupla Titulação, mediante a cotutela na orientação de doutorandos por Professores do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado) da FADISP e da Universidad de Salamanca; os doutorandos poderão se inscrever no Programa de Dupla Titulação, mediante o cumprimento integral dos requisitos previstos no Regulamento da FADISP e no Convênio FADISP/USAL, com a defesa de tese a ser realizada no Brasil e/ou na Espanha.

Os doutorandos interessados passam por processo seletivo, conforme Edital de vagas publicado no site da FADISP e encaminhado por correio eletrônico a todos os doutorandos; os aprovados devem cumprir integralmente os requisitos previstos no Regulamento da FADISP, bem como da Universidad de Salamanca, com período de estância para estudos, orientação e realização de atividades acadêmicas junto aos respectivos Professores Orientadores

espanhóis. A defesa de tese poderá ser realizada no Brasil ou na Espanha, com a participação de ambos os Professores Orientadores e Professores Doutores convidados. A experiência desse Convênio tem sido de grande transferência dos domínios dos currículos de ambas as instituições.

b. Universidade de Valladolid, Espanha

O convênio FADISP/UNIALFA e a Universidade de Valladolid (UVa), tem como principal atividade acadêmica, o Congresso Iberoamericano de Direitos Humanos, que congrega Professores, Pesquisadores, Autoridades, Estudantes de Graduação, Mestrado e Doutorado de diversos países.

Fruto desse convênio, foi o lançamento do livro “Direitos Humanos: Diálogos Iberoamericanos”, pela Editora D’Plácido, em 2019, contendo trabalhos apresentados nos Congressos.

Encontra-se em tramitação a proposta de Programa de Cotutela e Dupla Titulação de Doutorado FADISP/Universidad de Valladolid, no âmbito do Convênio Acadêmico Internacional com a Universidad de Valladolid.

c. Universidade de Siena – Summer School

O Curso “Summer School – Democracia e Desenvolvimento”, realizado pela UNIALFA-FADISP e a Universidade de Siena, já está em sua 8ª Edição. Constitui um curso de 60h/a coordenado por professores nacionais e internacionais, com o objetivo de fomentar o debate e pesquisa sobre as questões atinentes à globalização do direito e à comunicação transjudicial. Aqui, o objetivo também é o estreitamento do aluno com sistemas internacionais, em especial, com o foco voltado para os sistemas Europeu e Latino-Americano. Esse intercâmbio cultural permite ao aluno e docentes fazer parte do universo do Direito mais amplo sem perder, contudo, o contexto da regionalização.

O programa é coordenado pelos Professores do Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Econômico e Empresarial da UNIALFA (UNIALFA/NEDEMP), Professores André Ramos Tavares e Thiago Matsushita, além dos Professores Andrea Pisaneschi e Tania Groppi, da Universidade de Siena. Sua realização se dá na Universidade de Siena, e as Palestras são ministradas por Professores

das mais renomadas Universidades do mundo, Autoridades, Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

Esses convênios vêm se desdobrando positivamente na internacionalização da graduação, com a participação de estudantes em cursos e eventos internacionais.

d. Línguas instrumentais

A FADISP entende que é parte importante do processo de internacionalização do aluno capacitá-lo em línguas estrangeiras, especialmente, para sua aplicação profissional. Assim, constantemente são ofertados aos alunos cursos de inglês, francês e italiano outras conforme demandas, de caráter instrumental. Seu objetivo específico é instrumentalizar o pesquisador com estratégias que facilitam a leitura e a compreensão de texto no idioma, e assim lhe proporcionar uma aprendizagem global da língua. As abordagens também servem para tradução de materiais e documentos jurídicos que estejam disponíveis em língua portuguesa, ampliando assim o universo de expansão e divulgação do conhecimento acadêmico nacional para outras regiões do mundo.

**INGLÊS
INSTRUMENTAL**

📅 02/09 - 04/11
🕒 19H - 22H
Às quintas-feiras

* Alunos de Mestrado e Doutorado (FADISP e UniAlfa) aprovados no curso eliminarão a prova de proficiência.

**VANESSA
TRAUZZOLA**
vanessa@fadisp.com.br

**Francês
Instrumental**

📅 02/09 - 04/11
🕒 19H - 22H
Às quintas-feiras

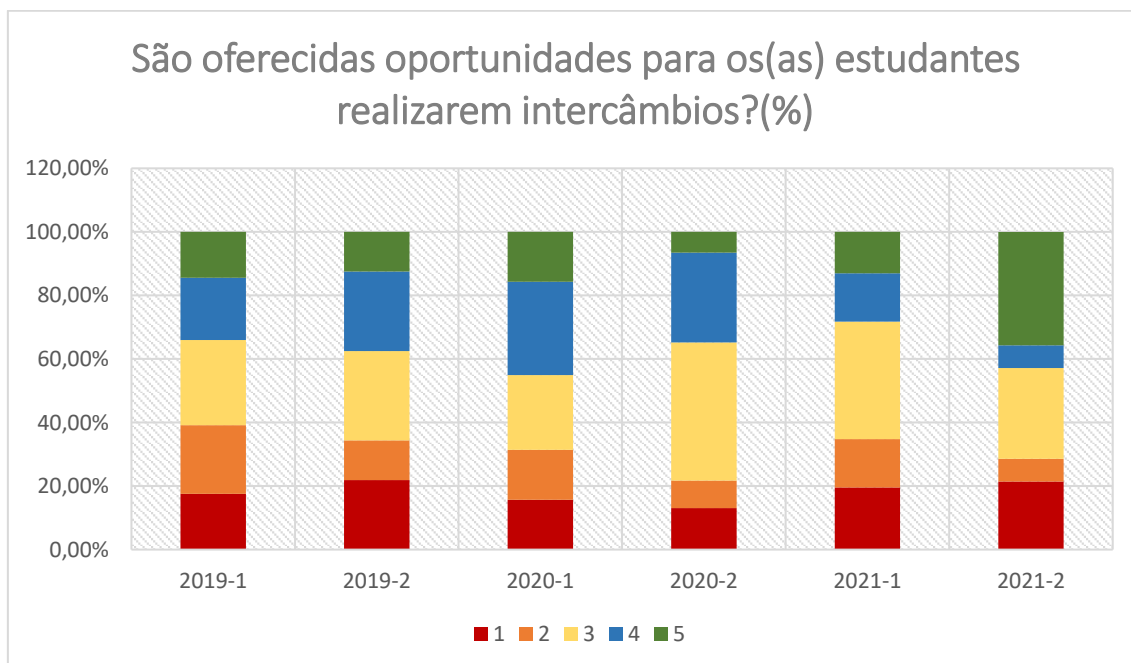
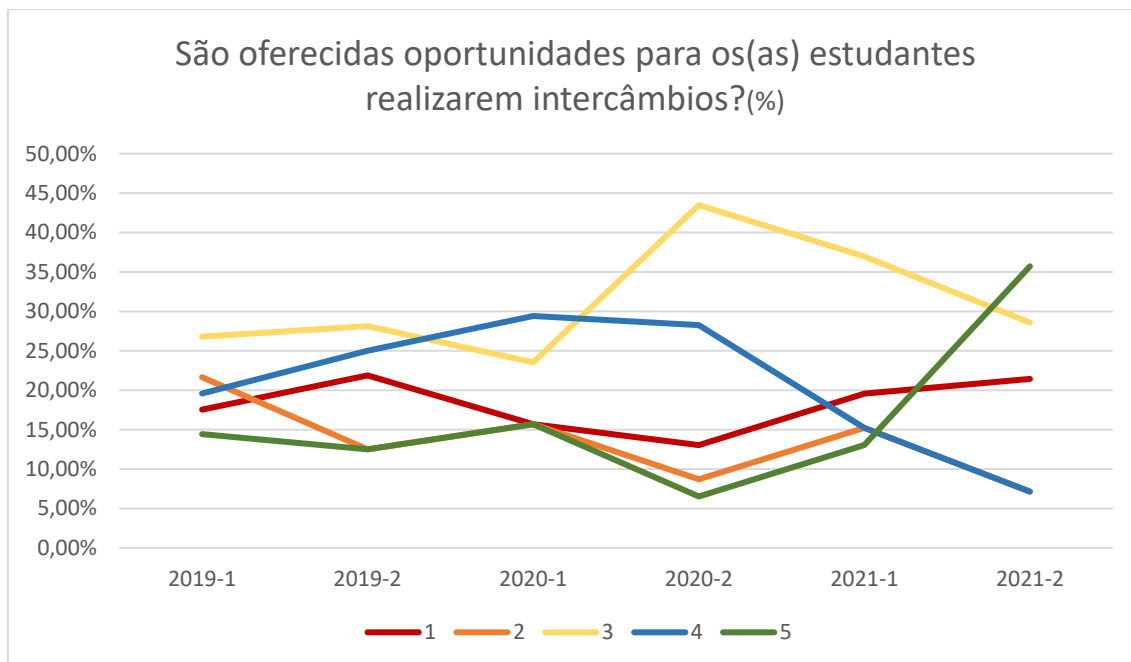
* Alunos do Mestrado e Doutorado (FADISP e UniAlfa) aprovados no curso eliminarão a prova de proficiência.

**CAROLINA NOURA
DE MORAES RÉGIO**

Fonte: Instagram® da FADISP (@fadispalfa).

INTERCÂMBIOS E INTERNACIONALIZAÇÃO

Questionário do Aluno: “São oferecidas oportunidades para os(as) estudantes realizarem intercâmbios?”²²



(Critério de 1 a 5 na escala *Likert*, vide Metodologia). Fonte: Dados de Autoavaliação.

²² Até 2021-1 a pergunta era: “São oferecidas oportunidades para os estudantes realizarem intercâmbios e/ou estágios no país?”

E3 D2 – Políticas de valorização do protagonismo estudantil e auto-organização discente



Fonte: Instagram® da FADISP (@fadispalfa).

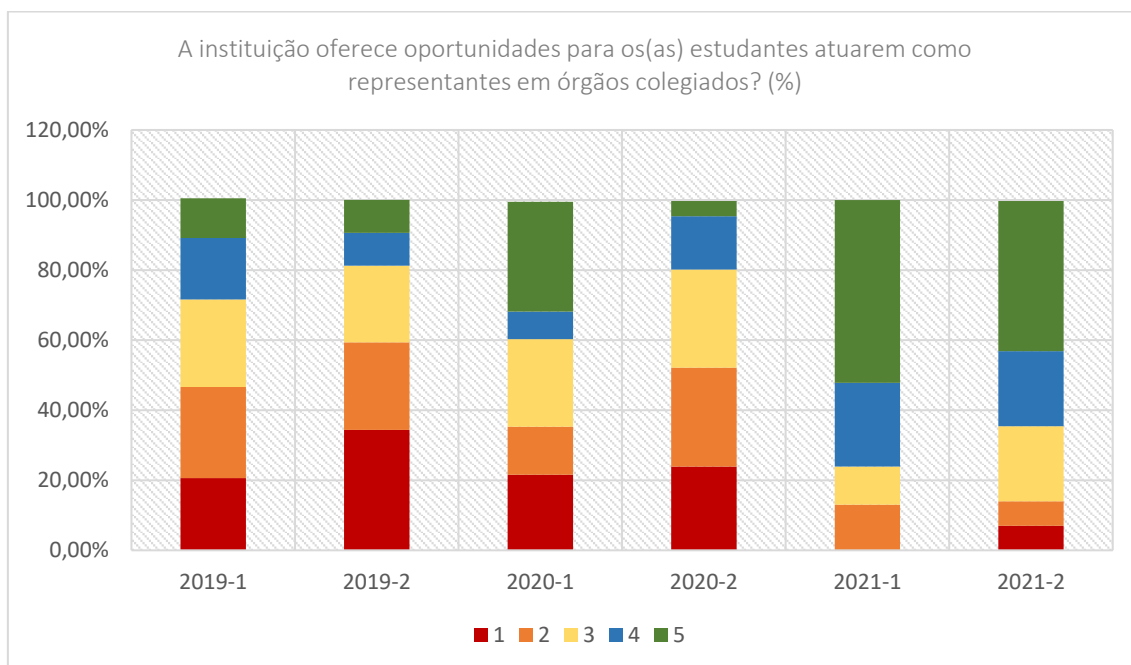
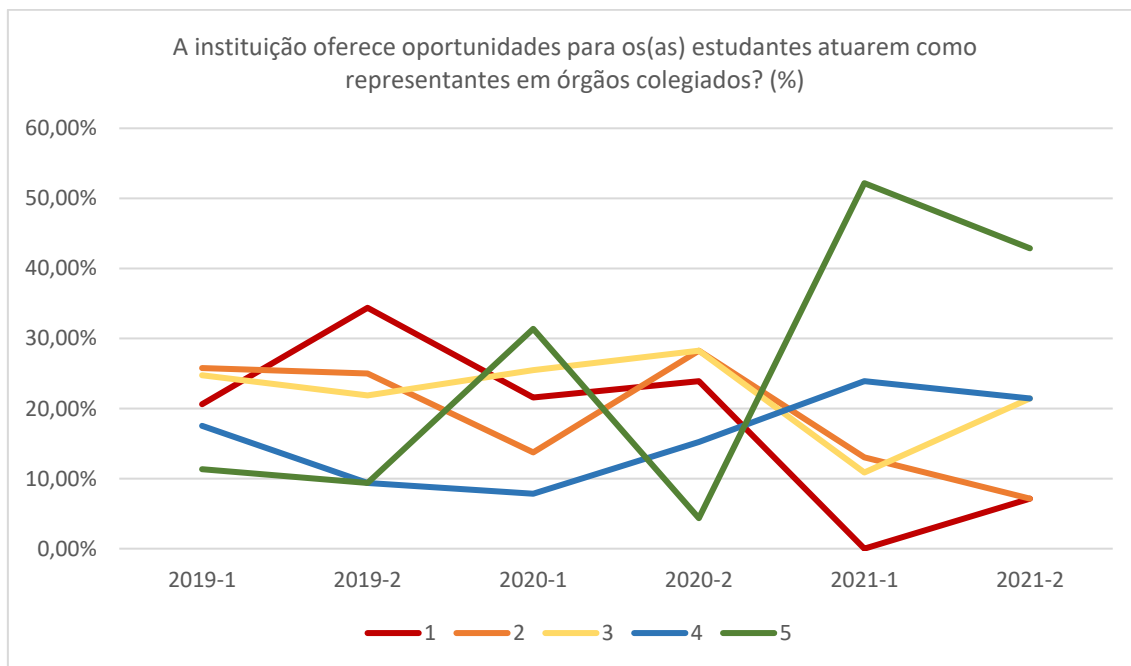
A FADISP tem a opção institucional de valorizar a participação estudantil, reconhecimento ações protagonistas. A Instituição apoiou a fundação do Centro Acadêmico Professor Arruda Alvim (CAPAA), valorizando a atividade como manifestação do movimento estudantil organizado.

Somente numa lógica democrática é possível a construção de uma educação de qualidade. Cumpre observar que na eleição da CPA de 2022 o CAPAA participou ativamente, elegendo os representantes discentes, demonstrando avanços significativos de participação e representatividade na IES.

Os gráficos abaixo demonstram uma ampliação na satisfação da comunidade discente na participação estudantil institucional, havendo margem para ampliação substancial de indicadores positivos nesse quesito.

REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL INSTITUCIONAL

Questionário do Aluno: “A instituição oferece oportunidades para os(as) estudantes atuarem como representantes em órgãos colegiados? (Ex. representantes de sala, representantes discentes na CPA etc)”²³



(Critério de 1 a 5 na escala *Likert*, vide Metodologia). Fonte: Dados de Autoavaliação.

²³ Até 2021-1 a pergunta era: “A instituição oferece oportunidades para os estudantes atuarem como representantes em órgãos colegiados?”

E3 D2 – Integração entre graduação e pós graduação

a. Integração do Stricto Sensu com a Graduação

O Curso de Graduação em Direito já implantado desde 2002 baseia-se em uma metodologia altamente inovadora e em uma grade curricular diferenciada, evidenciando a importância que esta IES atribui à formação do aluno a partir de um conteúdo e de um ambiente de pesquisa com forte integração com os Cursos e alunos da Pós-Graduação bem como com a sociedade.

O processo de integração proposto com o Curso de Graduação assenta-se na necessidade de criar um espaço para o aluno, desde os primeiros anos do Curso de Graduação, dedicar-se à investigação, reflexão e ao desenvolvimento do espírito crítico, o que proporciona um ambiente absolutamente profícuo de articulação entre teoria e prática, essencial ao profissional do Direito. E, em última análise, esta proposta favorece o desenvolvimento de atividades científico-acadêmicas que possam ter continuidade nos Cursos de Mestrado e Doutorado.

Não por outra razão, há atuação efetiva dos docentes dos Cursos de Mestrado e Doutorado no curso de Graduação e ao longo do quadriênio (2017/2020) todos os Professores se integrarão efetivamente na Graduação, assumindo turmas e ministrando disciplinas, orientando trabalhos de conclusão de cursos, participando de bancas finais e incluindo os graduandos em seus Grupos de Pesquisa.

No ano de 2020, os Professores do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado): ALEXIS AUGUSTO COUTO DE BRITO, ANDRE DE CARVALHO RAMOS, CAROLINA NOURA DE MORAES REGO, EVERALDO AUGUSTO CAMBLER, FERNANDA TARTUCE SILVA, FRANCISCO PEDRO JUCA, JULIO CESAR DE OLIVEIRA VELLOZO, LAURO ISHIKAWA, MAITE CECILIA FABBRI MORO, MARCUS VINICIUS KIYOSHI ONODERA, MARIO LUIZ DELGADO REGIS, RENATO GUGLIANO HERANI, ENNAN FARIA KRUGER THAMAY, RICARDO PEREIRA DE FREITAS GUIMARAES e TALITA PIMENTA FELIX2198 00, ministraram disciplinas no Curso de Graduação em Direito, e também orientaram e/ou participaram de

bancas de conclusão de curso, o que corresponde a 80% do corpo docente do Programa vinculado à Graduação em Direito.

No mês de novembro de 2017, a Mantenedora determinou que o Curso de Graduação passaria a ter em seus quadros 100% de Professores com titulação de Mestre e Doutor, cuja implementação se concretizou no ano de 2019, com 80% de Doutores e 20% de Mestres no quadro Docente.

Assim, a opção institucional pela contratação exclusiva de mestres e doutores se deu a partir do segundo semestre de 2019. Atualmente a instituição caminha para a composição de um corpo docente exclusivamente de professores doutores, com integração significativa entre a graduação e o *stricto sensu*. A instituição possui 25 professores, dentre os quais 20 doutores e 5 mestres (destes, 2 doutorandos se titularão em 2021) progressivamente se consolidando num quadro integralmente de professores doutores.

Este plano de integração se desenvolve e constitui, na realidade, manifestação e expressão do próprio projeto pedagógico da IES. É instrumento que, sem dúvida, propicia a formação do aluno para um competente e completo exercício profissional (técnico e/ou científico). Os eventos acadêmicos nacionais e internacionais do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado), consistentes em Aulas Magnas, Palestras, Seminários, Simpósios, Congressos, são disponibilizados aos discentes do Programa e franqueados aos graduandos, criando um ambiente inspirador e fomentando o interesse pela pesquisa. A integração dos graduandos com os mestrandos e doutorandos, fortalece a importância do aprofundamento dos estudos de forma verticalizada e responsável.

Com efeito, a FADISP, preocupada em propiciar ao seu aluno uma formação mais ampla e polivalente, compreendendo não apenas as atividades de ensino, mas, igualmente, de pesquisa e extensão, confere aos seus alunos, desde o primeiro ano do Curso, a possibilidade de participarem dos grupos de pesquisa institucionais, formado por alunos do Curso de Graduação (iniciação científica), ao lado, também, da participação dos alunos do Curso de Pós-Graduação (*Lato Sensu*, Mestrado e Doutorado).

O Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado) vem implementando cada vez mais projetos e ações que visam a garantir a efetiva articulação com a Graduação, dentre os quais, mais recentemente,

merecem destaque a coordenação de grupos de estudos por Orientadores e Mestrandos de Grupos orientados de estudos junto com alunos da graduação, a participação dos Professores do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado) e alunos em eventos científicos promovidos pela graduação e em outros Programas, IES ou instituições.

Ademais, a FADISP incentiva ainda a realização da pesquisa mediante a exigência, como requisito parcial à conclusão do curso, da apresentação do chamado 'Trabalho de Conclusão de Curso', trabalho monográfico desenvolvido pelo aluno sob a orientação de Professor, e defendido perante banca examinadora. Este trabalho, obrigatório, já traz consigo carga de pesquisa inafastável. Os mestrandos e docentes atuam ainda em diversas escolas de 2º grau, mediante a participação em feiras e palestras, em especial as promovidas pelo CIEE (Centro de Integração Empresa Escola).

Deve-se, ainda, salientar, no processo de integração Pós-Graduação-Graduação o entendimento da extensão. Os problemas comunitários e regionais, que são objeto de preocupação da FADISP, suscitaram temas de pesquisa e foram objeto de profunda reflexão pelos mestrandos, no âmbito e desenvolvimento de suas pesquisas e elaboração de dissertação. No decorrer do ano de 2020, os Professores e Alunos do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado) ofereceram Cursos de Extensão e de Curta Duração aos alunos da Graduação, franqueando a participação para os discentes da Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado) e para o público externo. Foram realizados os seguintes Cursos de Extensão e de Curta Duração:

- (a) Curso de Extensão intitulado "Direitos Reais", dias 19 de fevereiro, 04, 11, 18, 25 de março, e 01, 08, 15, 22, 29 de abril, ministrado pelo Prof. Dr. Lauro Ishikawa;
- (b) Curso de Extensão intitulado "Armadilhas da Reforma Trabalhista", dia 6 de agosto, coordenado pelo Prof. Dr. Henrique Garbellini Carnio;
- (c) Curso de Extensão intitulado "Introdução às Serventias Extrajudiciais para os Operadores do Direitos", dias 10 e 11 de setembro, ministrado pelo discente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado), Adriano Lorieri Furtado;
- (d) Curso de Extensão intitulado "Análise Pontual do Recurso de Revista e o TST", dia 21 de setembro, coordenado pelo Prof. Dr. Henrique Garbellini Carnio, contando com a participação do Prof. Dr. Ricardo Pereira de Freitas

Guimarães, e do Dr. Alexandre Agra Belmonte, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho;

(e) Curso de Extensão intitulado "Direito Individual e Direito Coletivo do Trabalho", dia 28 de setembro, coordenado pelo Prof. Dr. Henrique Garbellini Carnio, contando com a participação do Prof. Dr. Ricardo Pereira de Freitas Guimarães, e do Dr. Maurício Godinho Delgado, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho;

(f) Curso de Extensão intitulado "Romantismo e Direito", dias 29 e 30 de novembro, ministrado pelos Profs. Drs. Henrique Garbellini Carnio e Julio Cesar de Oliveira Vellozo;

(g) Curso de Extensão intitulado "Uma História dos Códigos Penais Brasileiros", dias 13 e 14 de dezembro, coordenado pelo Prof. Dr. Julio Cesar de Oliveira Vellozo, com a participação do Dr. Humberto Barrionuevo Fabretti, Professor da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).

Foram realizados ainda os seguintes Cursos de Extensão e de Curta Duração, ministrados por Professores convidados de outras IES:

(a) Curso de Extensão intitulado "Mulheres Artistas: do Renascimento ao Modernismo", dias 14, 21 e 28 de setembro, ministrado pela Dra. Lúcia Klück Stumpf;

(b) Curso de Extensão intitulado "Plataformas Digitais de Solução de Disputas na Área de Consumo", dia 24 de novembro, ministrado pela Dr. Luciano Benetti Timm, Professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS);

(c) Curso de Extensão intitulado "Execução Penal - Teoria e Prática", dias 06, 12, 19 e 26 de novembro, ministrado pelos Drs. Alexis Couto de Brito e Patrícia Vanzolini, professores da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).

b. Estágio de Docência

O Estágio de Docência é um instrumento importantíssimo já que figura como um dos elos do Programa de *Stricto Sensu* com a Graduação, o que confere ao mestrando e ao doutorando uma oportunidade de vivência de magistério, despertando o interesse para docência no ensino superior.

Desde o início das atividades do Programa, os discentes já passaram a realizar as atividades de monitoria (estágio de docência), no âmbito da Graduação em Direito, aplicando seminários e promovendo debates, dentre outras tarefas. Assim, apenas para melhor ilustrar o que se descreve, os mestrandos puderam participar como monitores na Graduação, cujo conhecimento é indispensável no plano da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, aliados a um enfoque prático das questões estudadas, especialmente pela análise crítica da jurisprudência nacional e doutrina

Segundo a metodologia aplicada no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado), a aula divide-se em duas partes, com pequeno intervalo entre ambas. A primeira parte da aula é dedicada à exposição pelo Professor da disciplina. Na segunda etapa, há a realização de seminários sobre assuntos controversos correlatos à matéria e à exposição do Professor. Nestes seminários os alunos analisam hipóteses práticas elaboradas com o intuito específico de dirigir o estudo dos temas teóricos. Após o encerramento dos debates, são expostas as conclusões obtidas nos seminários, conforme a participação dos alunos.

Essa mesma metodologia de aplicação de seminários versando casos práticos e polêmicos da atualidade, ao lado de debates e exposições pelos alunos foi aplicada no âmbito da Graduação em Direito da FADISP, conduzido pelo Professor responsável pela disciplina, que contou com o auxílio dos mestrandos e doutorandos.

A preparação do Seminário pelos mestrandos e doutorandos, consiste na apresentação de temas controversos e discussões jurisprudenciais, acompanhando o graduando na compreensão da teoria cotejada com a prática. Aos mestrandos e doutorandos que realizaram esse estágio docente foram conferidas horas em atividades programadas, na forma do Regulamento e de acordo com a sua participação (período, horas etc).

Os mestrandos e doutorandos atuam como Monitores junto aos Professores do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado) na Graduação, e muitos já ministram aulas na Graduação em outras Instituições de Ensino Superior; recebendo, de igual forma, seus respectivos créditos em estágio docência, mediante comprovação de sua efetiva realização.



Eixo 2 - Dimensão 4
Comunicação com a Sociedade

Para a comunidade acadêmica, interna e externa, há no site institucional canais de diálogo aberto com a comunidade. Esse acesso se concretiza em informações relevantes ao público divulgadas na página e em canais para acesso a outras informações. O site da instituição (www.fadisp.com.br) foi projetado para facilitar o acesso dos usuários para contato e informações. Através dele, qualquer pessoa da comunidade pode entrar em contato direto com a FADISP.



Informações institucionais e de cursos.

Contatos de telefone, WhatsApp, Facebook e Instagram



Mural de notícias

(Fonte: Site da FADISP - <https://fadisp.com.br/>)

A comunicação com a sociedade externa (sobretudo a difusão do conhecimento) ocorre por publicações (informativos, catálogos, folders, cartazes etc), produções eletrônicas (rádio e tv) e Internet (redes sociais como Youtube, Instagram, Facebook, portais, sites, newsletter, banners, informativos etc). As principais mídias institucionais estão *linkadas* abaixo:



<https://fadisp.com.br/>



<https://www.facebook.com/FadispAlfa/>

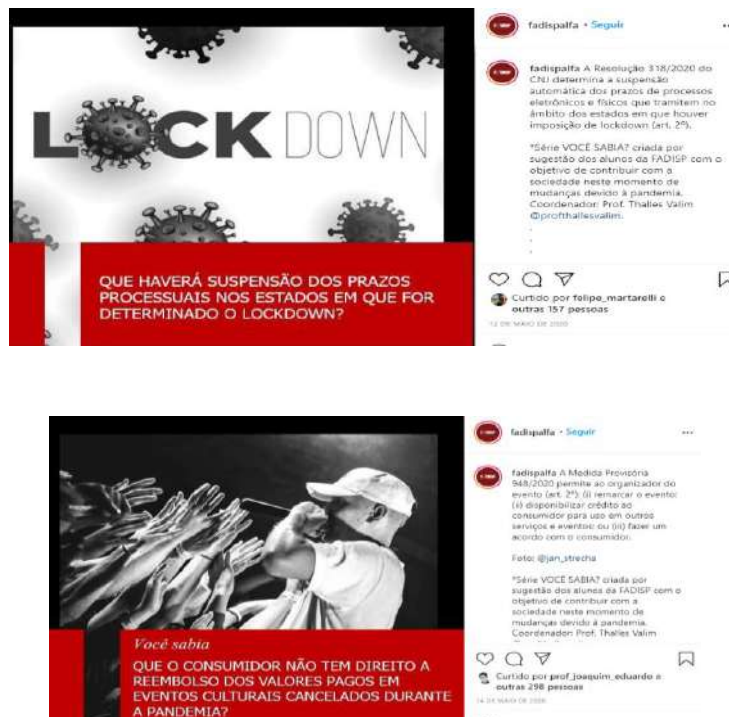


<https://www.instagram.com/fadispalfa/>



https://www.youtube.com/channel/UCgE2Bp-rm_c8Sc9Em5uYp2w

Há nessas redes a divulgação das ações da Instituição, contando com as informações de eventos e cursos. Também são divulgadas informações importantes sobre temas do Direito, buscando dialogar o conhecimento acadêmico com a sociedade. Há também um direcionamento dos conteúdos para a comunidade jurídica em geral.



(Fonte da imagem: Site / Instagram da FADISP)

Informações de interesse social:

Você sabe a diferença entre **Tributos, taxas, impostos e contribuições?**

TRIBUTOS
 formam a receita da união, estados e municípios e abrange todos os outros.

TAXAS
 vinculada a um serviço público específico, como a taxa de lixo urbano ou a taxa de emissão de passaporte.

IMPOSTOS
 não há destinação específica para os recursos; utilizados para financiar serviços universais, como segurança e educação.

CONTRIBUIÇÕES
 contribuição de melhoria - serviço direto ao contribuinte; contribuição especial - destinação específica para certo grupo (PIS e Pasep)

FADISP
 FACULDADE AUTÔNOMA DE DIREITO

NOVEMBRO AZUL

Mais do que informar, precisamos prevenir. Cuidar da saúde também é coisa de homem. **Faça sua parte, procure seu médico.**

FADISP
 FACULDADE AUTÔNOMA DE DIREITO

Objetivando maior transparência a instituição conta com canais de Fale Conosco e Ouvidoria disponíveis em seu site:

FADISP UNIALFA

Graduação Especialização Mestrado Doutorado Curta Duração A Instituição

Institucional **Biblioteca** **Serviços** **Notícias** **Contato**

- Apresentação
- Diretoria
- Coordenadores de Curso
- Comissão Própria de Avaliação - CPA
- Secretaria Geral
- Responsabilidade Social
- História
- Convênios
- Unidades
- Trabalhe Conosco

- Apresentação
- Consulta ao Acervo
- Manual de Normalização
- Revistas Eletrônicas
- Atualização do Acervo
- Normas de Uso
- Serviços
- Renovação e Reservas

- Central de Atendimento
- Calendário Acadêmico
- Manual do Aluno

Núcleos

- Núcleo de Educação Inclusiva - NEI
- Núcleo de Apoio Psicopedagógico - NAP
- Núcleo de Pesquisa
- Núcleo de Estágio

- Notícias
- Galeria de Fotos

- Informações Gerais
- Ouvidoria**
- Fale Conosco**

EVENTO PRESENCIAL NA UNIVERSIDAD DE VALLODOLID

Fonte: Site da FADISP (<https://fadisp.com.br/>)

CONTATO

Informações Gerais
Ouvidoria
Fale Conosco

Ouvidoria

Envie sua reclamação ou denúncia por meio do formulário abaixo.


O preenchimento de todos os campos é obrigatório.

Nome

E-mail Telefone

Perfil Assunto

Mensagem

Não sou um robô  reCAPTCHA
Privacidade | Termos

Enviar ✓

Fonte: Site da FADISP (<https://fadisp.com.br/contato/ouvidoria>)

**Eixo 2 - Dimensão 9**
Política de Atendimento aos Discentes

Os indicadores de qualidade de atendimento acadêmico e administrativo nas avaliações institucionais apresentam elevados índices de aprovação. Dentre os atendimentos destacam-se os da Central de Atendimento, como canal para questões administrativas (acadêmicas ou financeiras) e o da coordenação de curso, com respectivos setoriais de atendimento.

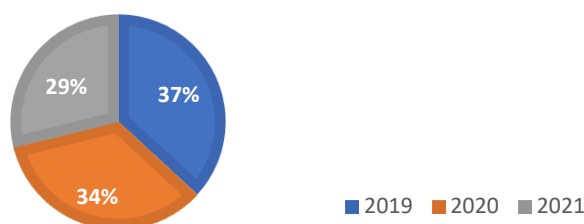
E2 D9 - Central de Atendimento

Dentre as ações de melhoria da Central de Atendimento, sobretudo em decorrência do período de pandemia, destaca-se a modernização do setorial, com a informatização de processos – facilitando solicitações e atendimentos de modo remoto. A quantidade de atendimentos da Central é significativa, aliada a indicadores elevados de satisfação. Em 2021 houve o processamento de 4.702

requerimentos, com registro de cerca de 30.000 atendimentos no triênio (2019 a 2021), conforme tabela abaixo, dividida ano a ano:

Totais de Atendimento da Central no Triênio (2019 – 2021)		
2019	2020	2021
8.478 atendimentos	7.893 atendimentos	6.628 atendimentos
Média de 16 por aluno(a)	Média de 19 por aluno(a)	Média de 22 por aluno(a) ²⁴

TOTAIS DE ATENDIMENTOS DA CENTRAL NO TRIÊNIO (2019-2021)



Fonte: Dados fornecidos pela Central de Atendimento, elaborado pela CPA.

A Central de Atendimento, como importante canal de contato da comunidade acadêmica, contou com 4 questões distintas na série histórica do triênio, no questionário discente da CPA, relacionadas a: 1. prazo de respostas de questões financeiras, 2. prazo de respostas de questões acadêmicas; 3. Qualidade do atendimento e 4. satisfação com o atendimento prestado. Cumpre se observar que as quatro questões apresentaram crescimento na satisfação, pontuados em 2021-1 e 2021-2 sempre com mais de 90% nos itens 4 e 5 da escala *Likert*. Em 2021-2 merece destaque a quase totalidade de respostas no grau máximo de satisfação (5), indicando um aprimoramento na qualidade dos serviços prestados. O atendimento no período de pandemia se apresentou em muitas IES como um problema, em face da alteração da lógica (do presencial para o online, impactado pelo *home office*). Na FADISP, no entanto, o período de pandemia não apresentou queda, mas ampliação de satisfação.

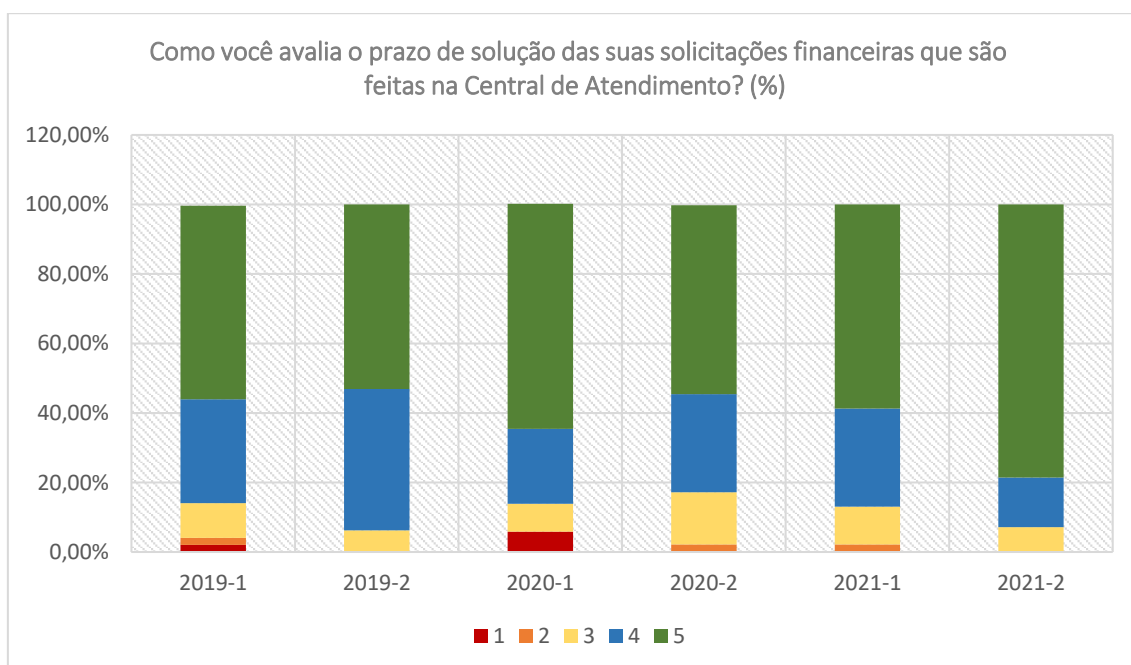
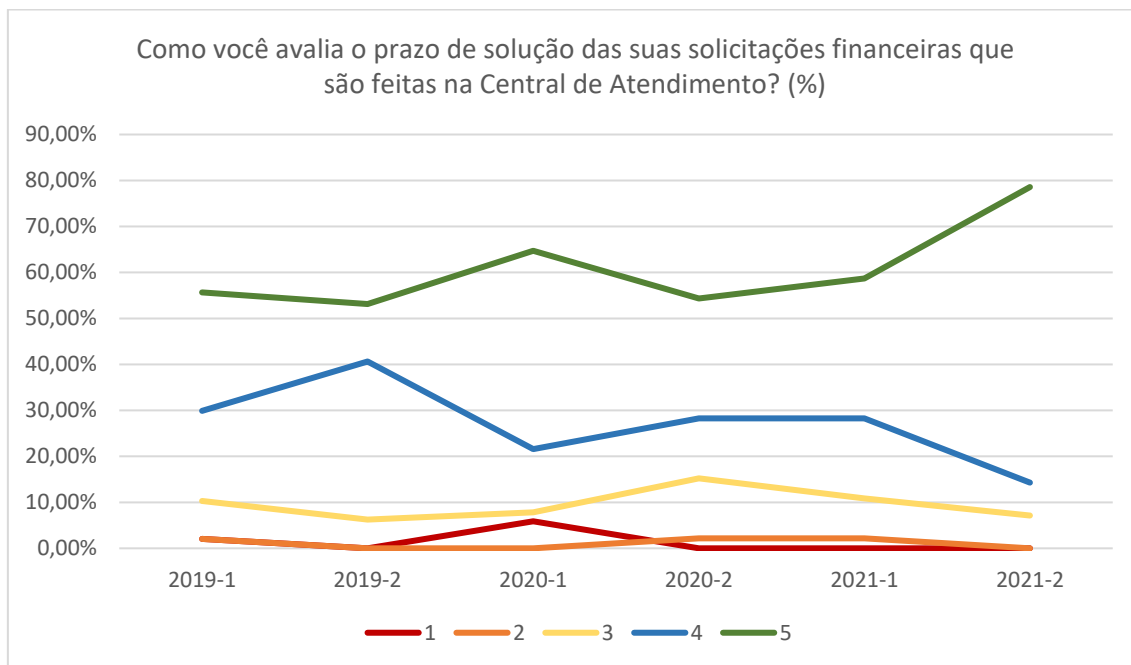
E2 D9 - Coordenação de Curso de Direito

Nos atendimentos acadêmicos a Coordenação de Curso possui atividade central, no acompanhamento discente e docente, com atividade voltada à implementação do Projeto Pedagógico de Curso (PPC). Os indicadores de qualidade associados à coordenação de curso são altos, conforme se evidencia pelos gráficos das páginas seguintes:

²⁴ As médias foram realizadas com base no total discente da graduação, para dimensionamento.

CENTRAL DE ATENDIMENTO (PRAZO DO FINANCEIRO)

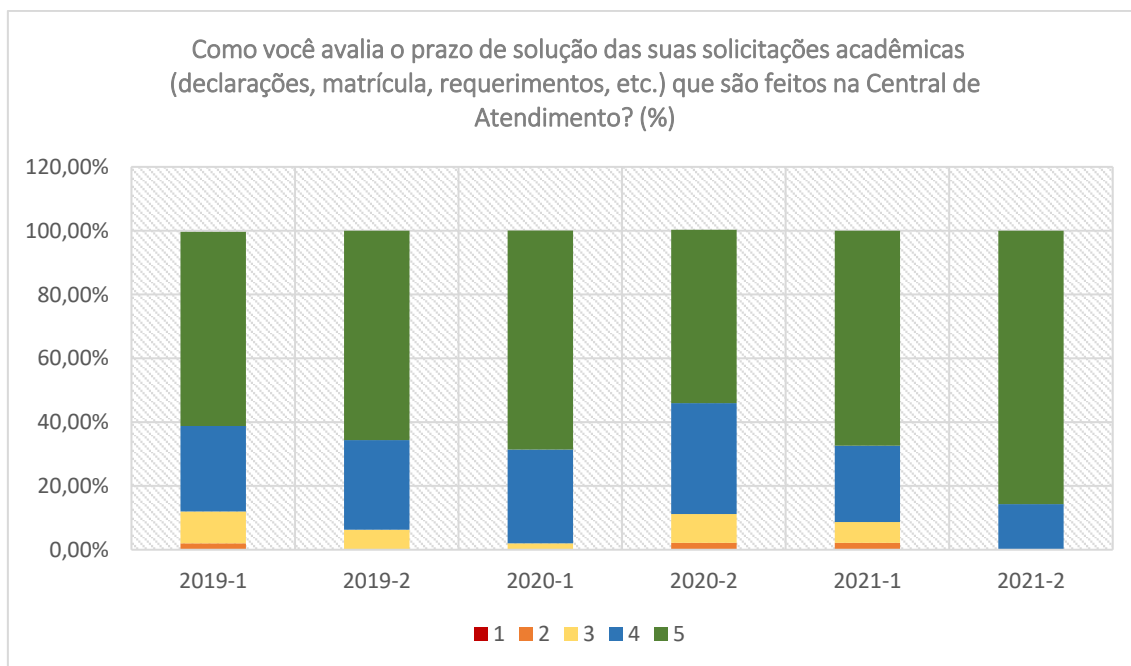
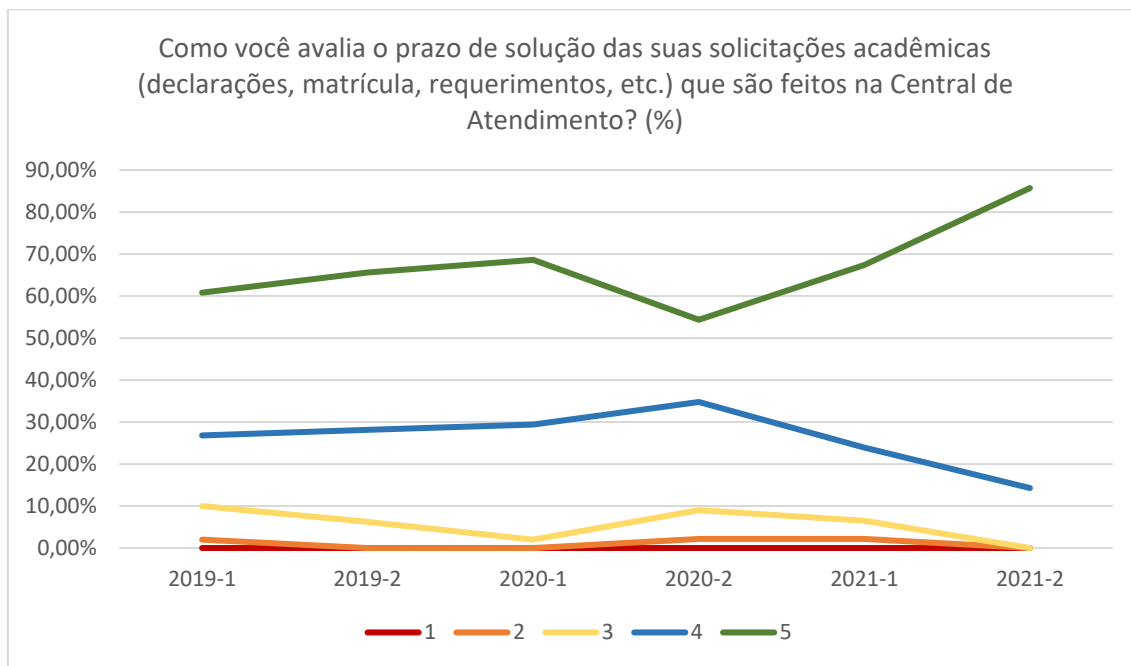
Questionário do Aluno: “Como você avalia o prazo de solução das suas solicitações financeiras que são feitas na Central de Atendimento?”



(Critério de 1 a 5 na escala *Likert*, vide Metodologia). Fonte: Dados de Autoavaliação.

CENTRAL DE ATENDIMENTO (ACADÊMICO)

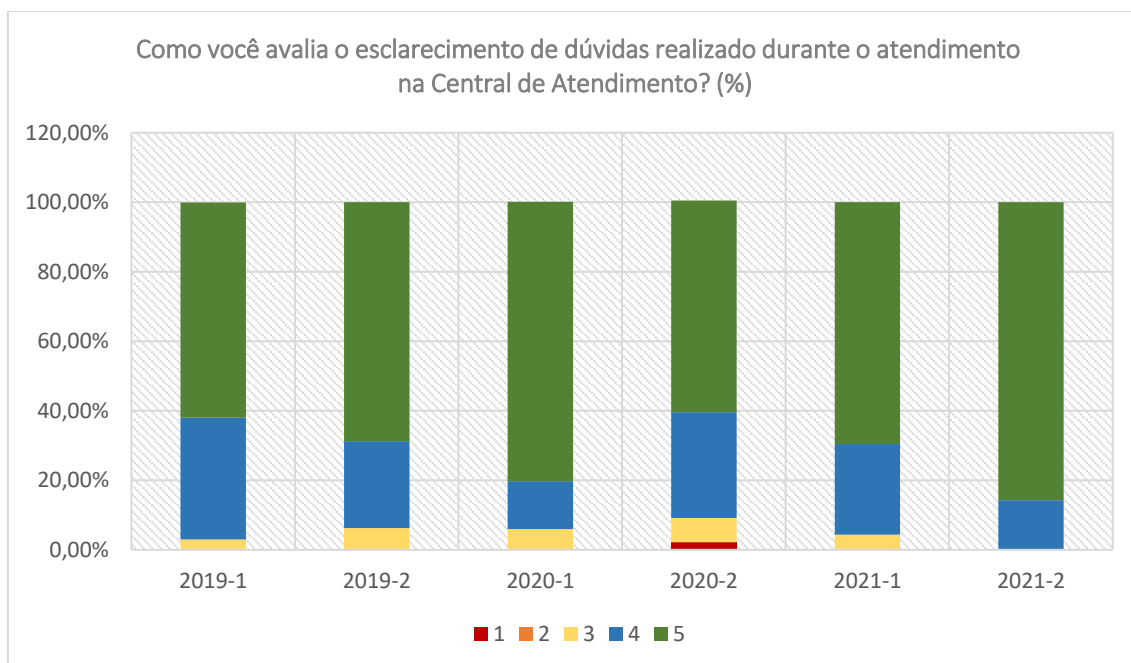
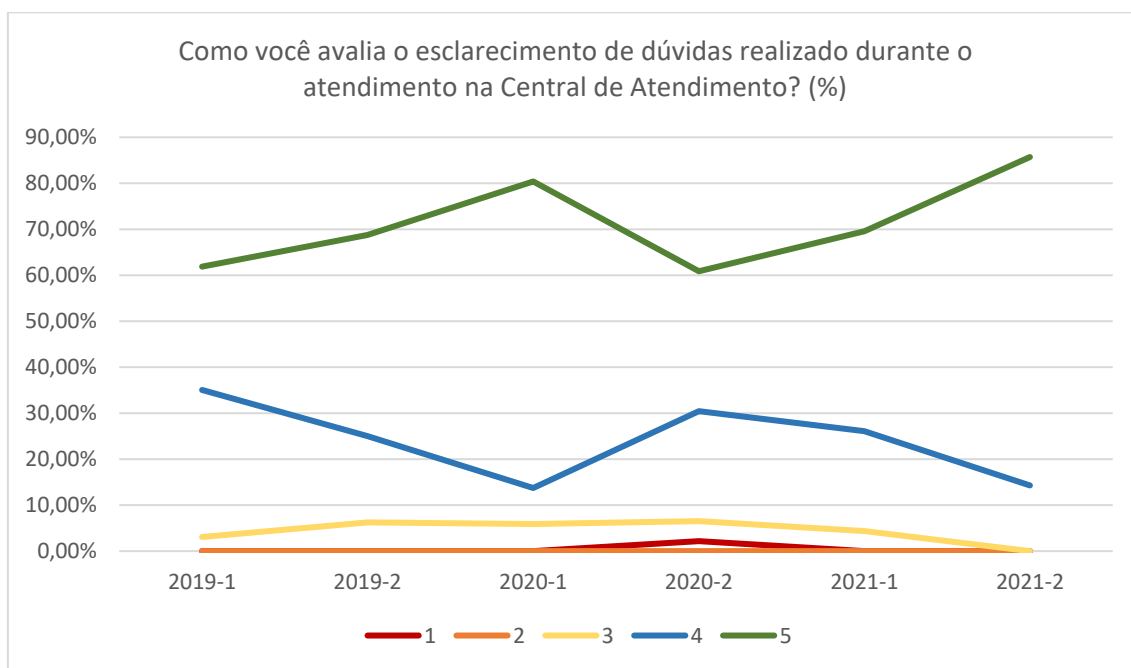
Questionário do Aluno: “Como você avalia o prazo de solução das suas solicitações acadêmicas (declarações, matrícula, requerimentos, etc.) que são feitos na Central de Atendimento?”



(Critério de 1 a 5 na escala *Likert*, vide Metodologia). Fonte: Dados de Autoavaliação.

CENTRAL DE ATENDIMENTO (QUALIDADE)

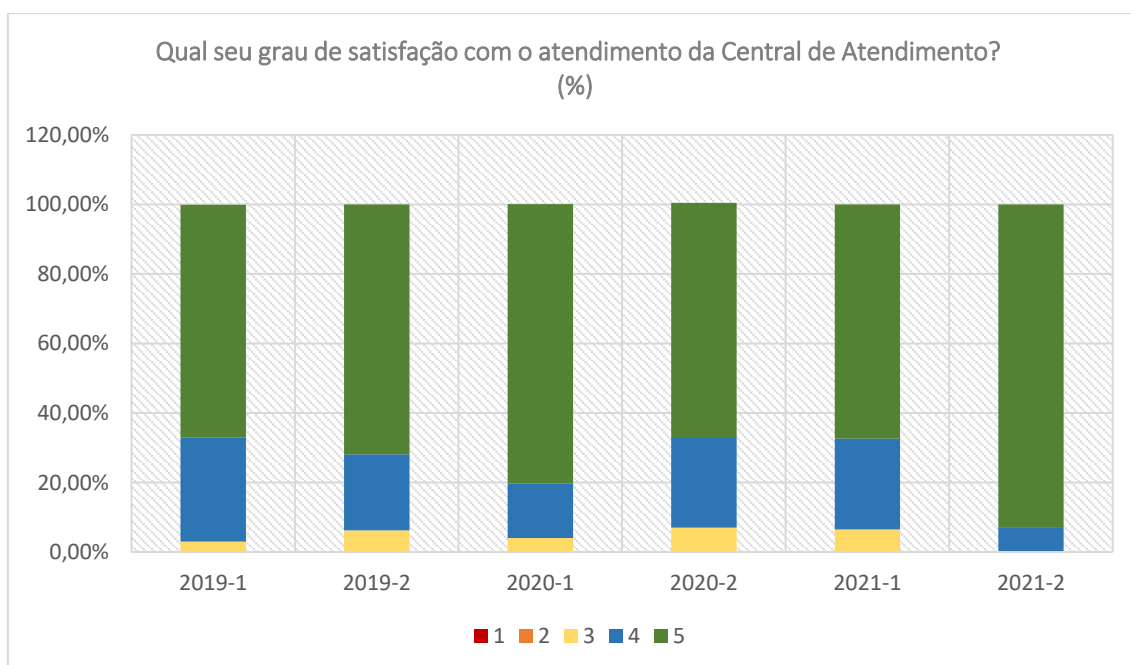
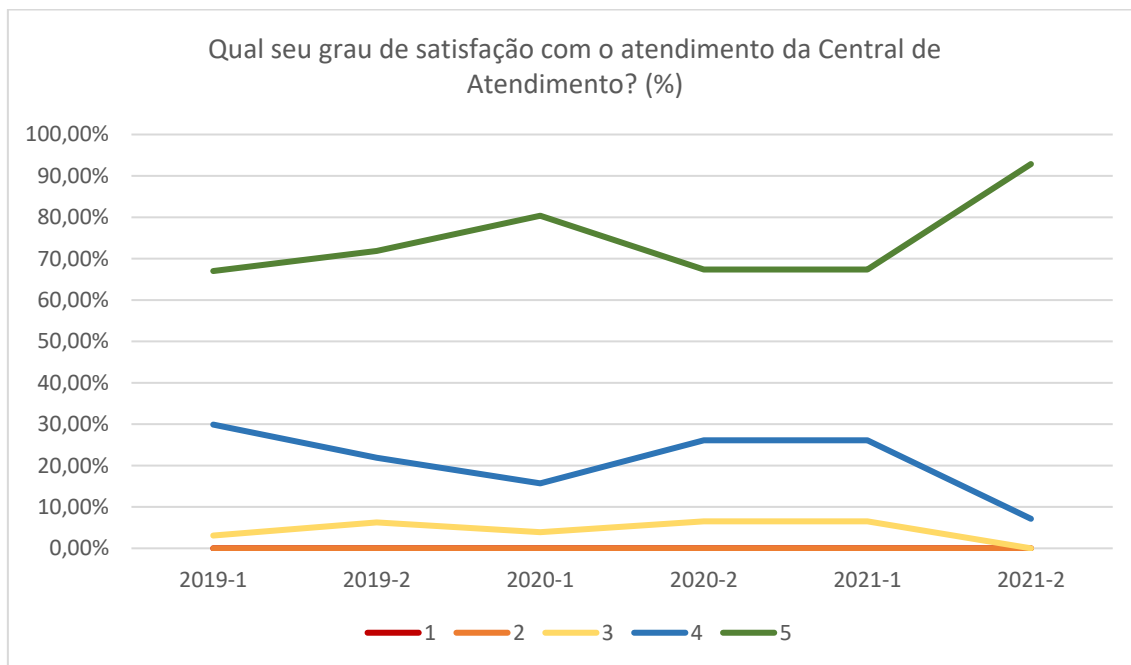
Questionário do Aluno: “Como você avalia o esclarecimento de dúvidas realizado durante o atendimento na Central de Atendimento?”



(Critério de 1 a 5 na escala *Likert*, vide Metodologia). Fonte: Dados de Autoavaliação.

CENTRAL DE ATENDIMENTO (SATISFAÇÃO)

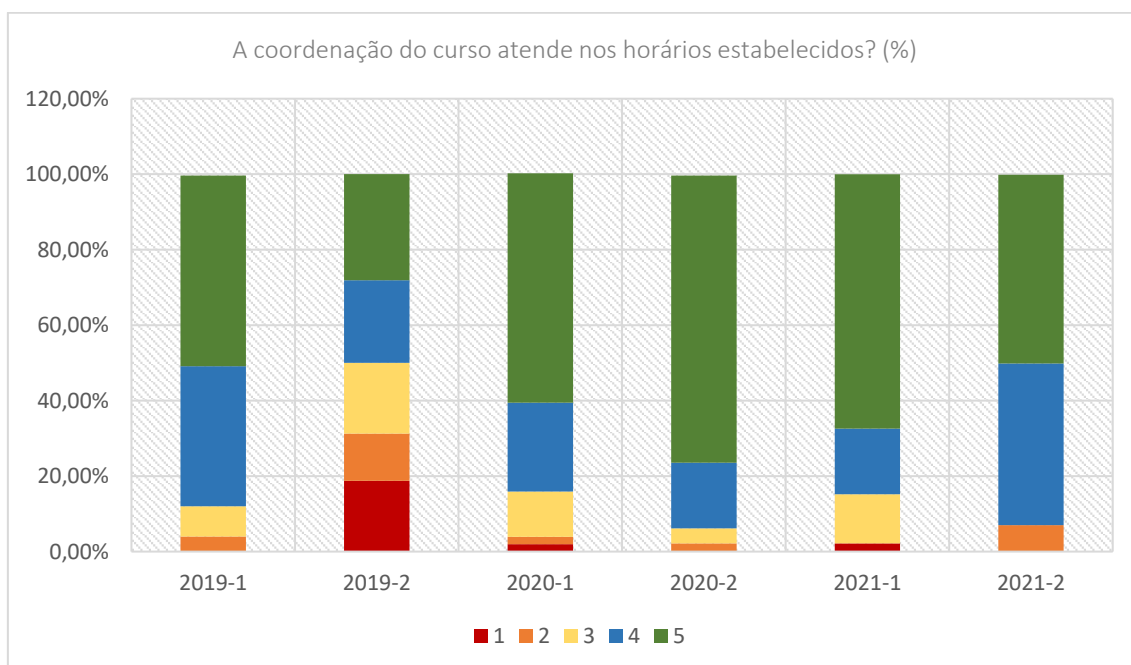
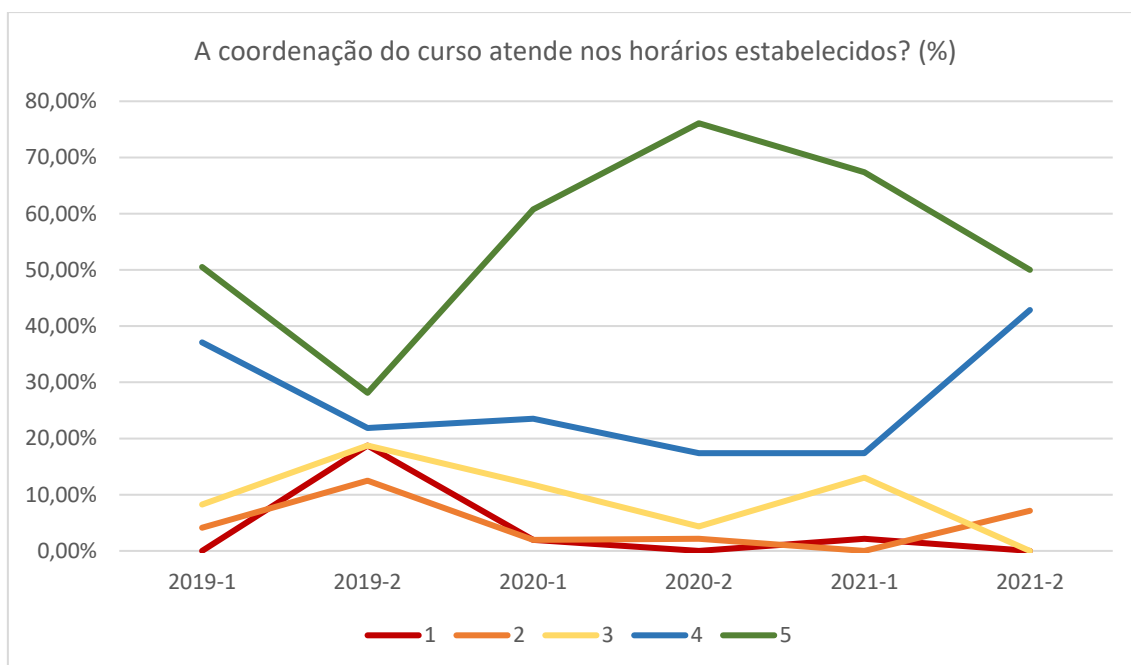
Questionário do Aluno: “Qual seu grau de satisfação com o atendimento da Central de Atendimento?”



(Critério de 1 a 5 na escala *Likert*, vide Metodologia). Fonte: Dados de Autoavaliação.

COORDENAÇÃO DE CURSO (ATENDIMENTO)

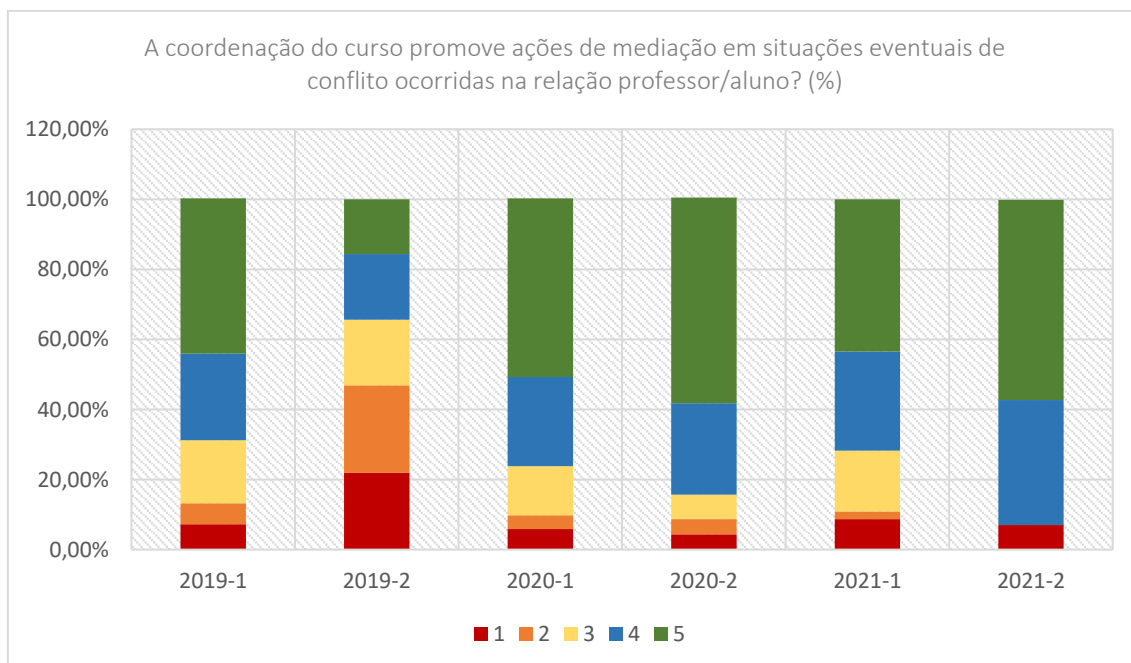
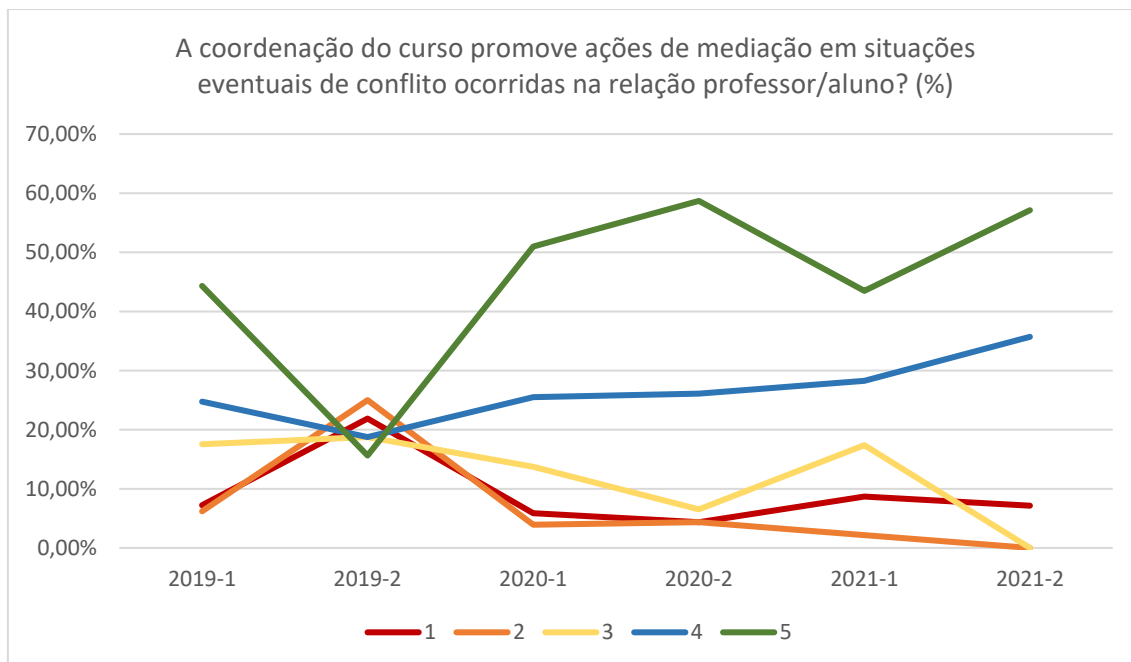
Questionário do Aluno: “A coordenação do curso atende nos horários estabelecidos?”



(Critério de 1 a 5 na escala *Likert*, vide Metodologia). Fonte: Dados de Autoavaliação.

COORDENAÇÃO DE CURSO (PAPEL MEDIADOR)

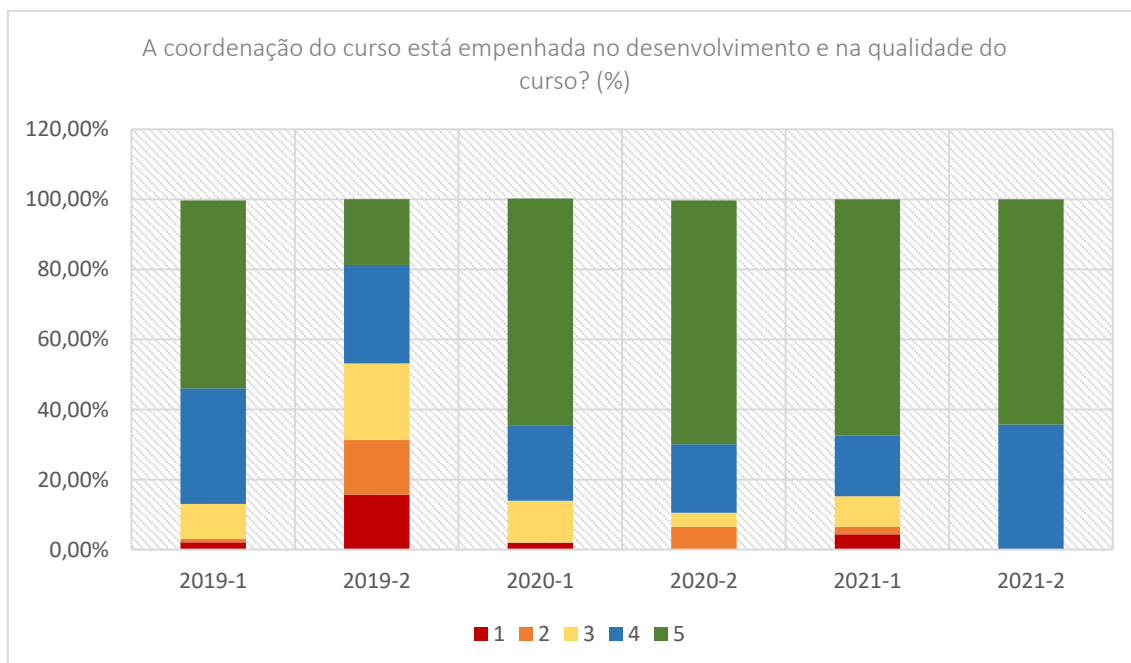
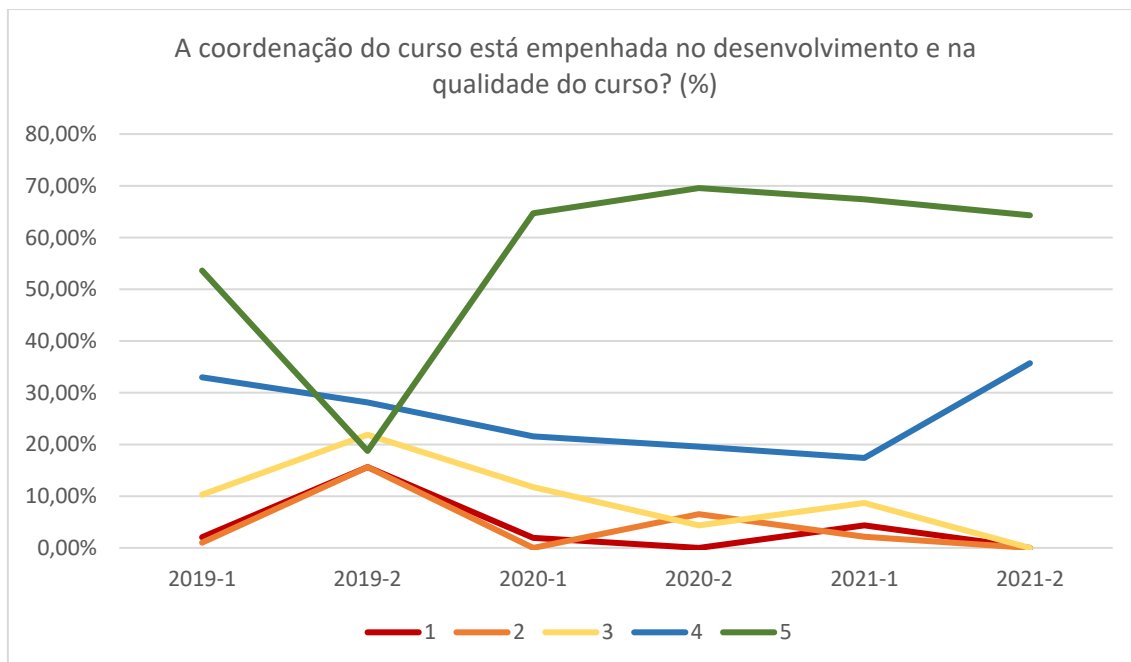
Questionário do Aluno: “A coordenação do curso promove ações de mediação em situações eventuais de conflito ocorridas na relação professor/aluno?”



(Critério de 1 a 5 na escala *Likert*, vide Metodologia). Fonte: Dados de Autoavaliação.

COORDENAÇÃO DE CURSO (QUALIDADE DO CURSO)

Questionário do Aluno: “A coordenação do curso está empenhada na resolução de problemas e melhoria da qualidade do curso?”²⁵

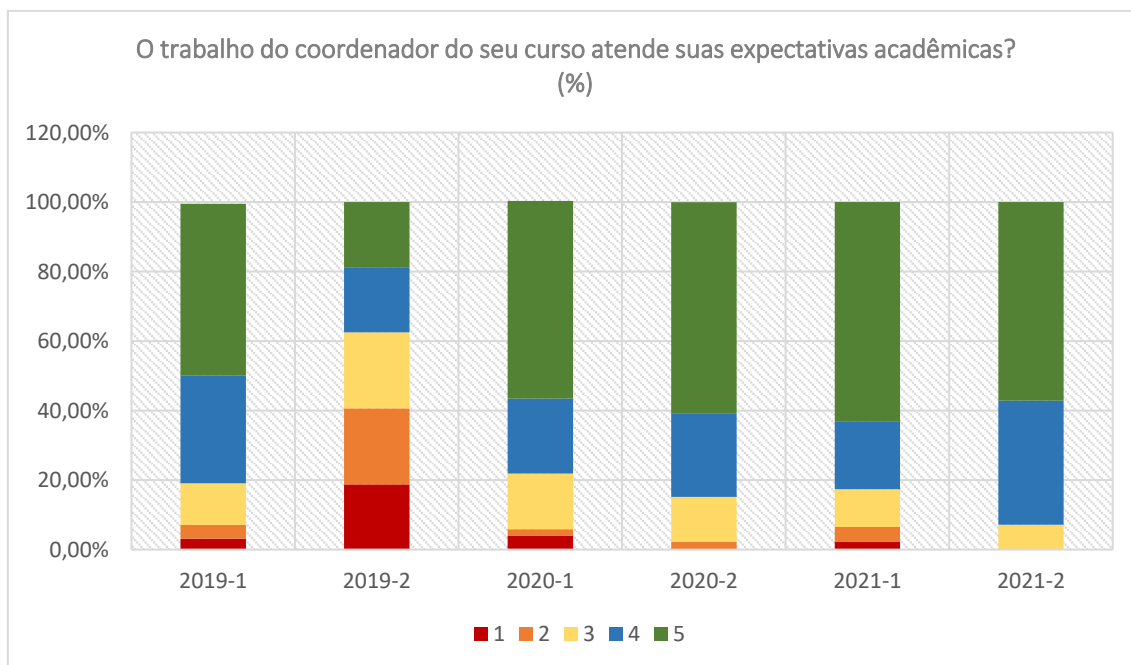
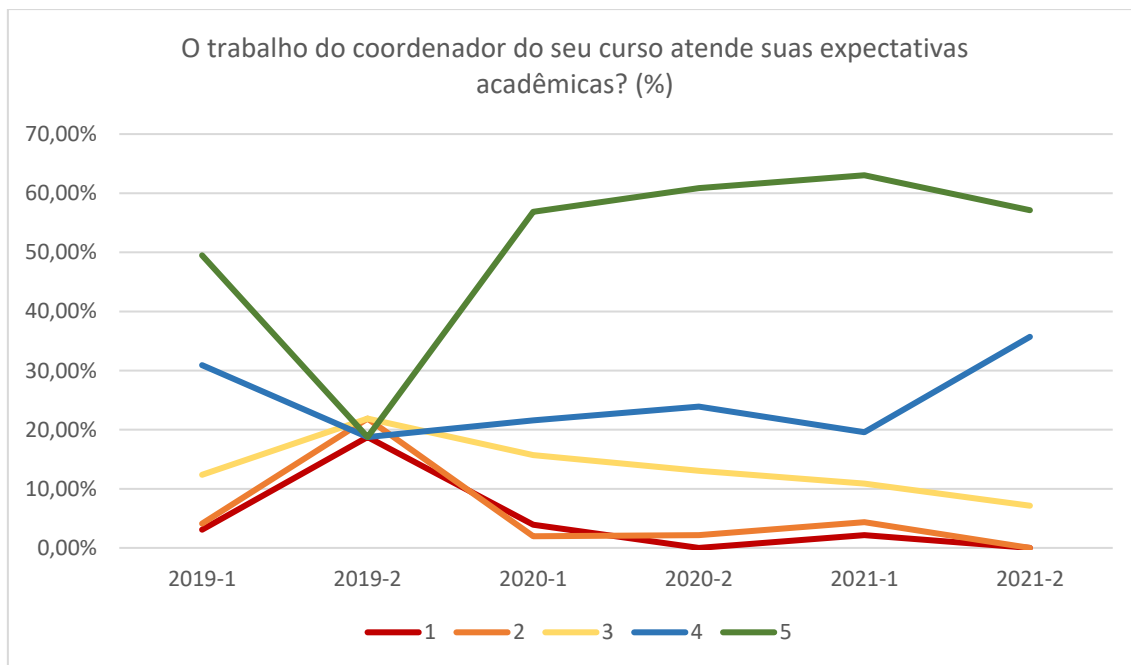


(Critério de 1 a 5 na escala *Likert*, vide Metodologia). Fonte: Dados de Autoavaliação.

²⁵ Até 2020-1 a redação era: “A coordenação do curso está empenhada no desenvolvimento e na qualidade do curso?”.

COORDENAÇÃO DE CURSO (EXPECTATIVAS ACADÊMICAS)

Questionário do Aluno: “O trabalho do(a) coordenador(a) do seu curso atende suas expectativas acadêmicas?”



(Critério de 1 a 5 na escala *Likert*, vide Metodologia). Fonte: Dados de Autoavaliação.

E2 D9 – Sistemas Acadêmicos

O corpo discente tem acesso direto à Instituição, por meio de atendimento presencial ou *online*. Todas as informações de sua vida acadêmica estão disponíveis no Portal Acadêmico, mediante usuário e senha. Neste sistema estão disponíveis informações de acesso ao *Open LMS*, Biblioteca Digital Saraiva e informações acadêmicas (faltas, notas etc). Os alunos possuem contato com a instituição por e-mail e telefone, para além da interação frequente da coordenação e tutoria com o corpo discente.



(Fonte: Site da FADISP - <http://academico.alfa.br/eportal/index.php>)

O corpo docente possui canais adequados de comunicação com a Instituição, existindo grupo de *WhatsApp* com os professores e gestores, também é disponibilizado um *e-mail* institucional (para todos os docentes). O *link* de acesso ao Portal Acadêmico está no site da Faculdade, no canto superior direito, contendo todos os acessos necessários aos docentes (*Open LMS*, Biblioteca Digital Saraiva e lançamento de notas e faltas). Há suporte técnico para as dificuldades de acesso ou problemas que venham a surgir nessas plataformas.



Fonte: Site da FADISP - <https://fadisp.com.br/>

Na temática atinente à “comunicação e as relações estabelecidas entre a IES e a comunidade”, identificando as formas de aproximação utilizadas. Nessa dimensão apurou-se que a FADISP mantém um canal aberto com a comunidade externa e interna. Contando com manuais e tutoriais organizados para facilitar a compreensão das atividades acadêmicas e procedimento:

 FADISP Faculdade Anhanguera de Itaquera	MANUAL DO DISCENTE DE GRADUAÇÃO	SIGLA	VERSÃO	FOLHA Nº
		MANALF00002	00	0 / 39

Manual do Discente de Graduação

Fonte: <https://fadisp.com.br/servicos/manual-do-aluno>



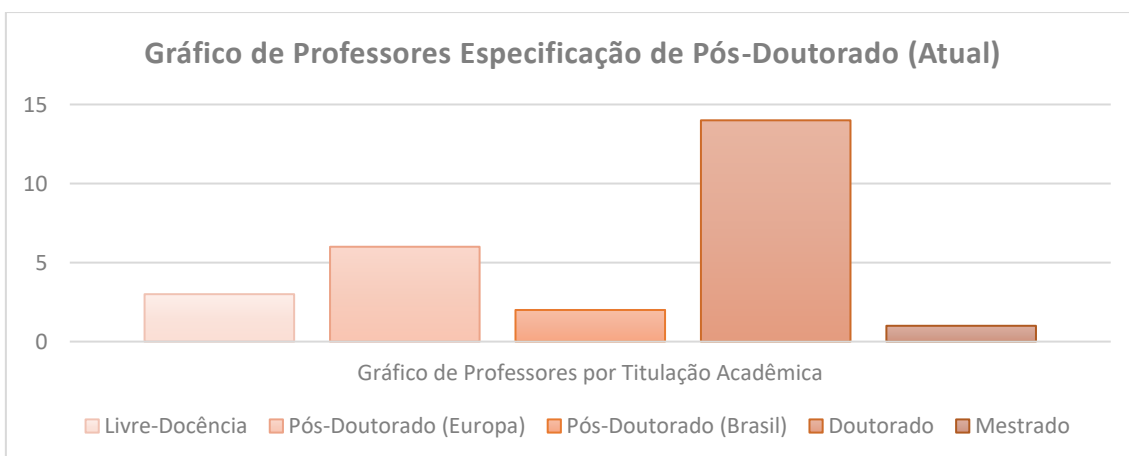
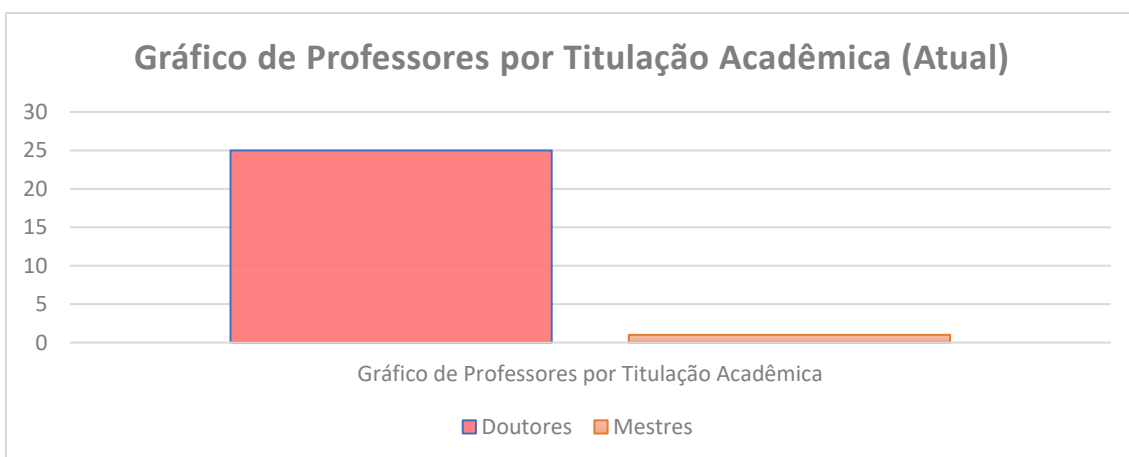
Eixo 3: Políticas de Gestão



**Eixo 3 - Dimensão 5
 Políticas de Pessoal**

E3 D5 – Valorização e Formação do Corpo Docente

Houve uma evolução progressiva e significativa na titulação dos professores, com destaque no último triênio, posto que no primeiro semestre de 2019 a titulação, em percentuais aproximados, era de 3% do quadro de docentes composto por especialistas, 33% por mestres e 64% por doutores. Atualmente a Instituição conta com 97% de doutores e 3% de mestres, não havendo nenhum professor com grau máximo de especialista ou graduado.



Fonte: Comissão Própria de Avaliação – CPA

Com quase integralidade de professores(as) doutores(as), o quadro docente conta também com professores(as) livre-docentes e pós-doutores:

- a) 3 professores(as) livre-docentes;
- b) 6 professores(as) com pós-doutorado (universidades europeias);
- c) 2 professores com pós-doutorado (universidades brasileiras)
- d) 14 professores(as) com titulação de doutor (sem pós-doutorado)
- e) 1 professor com titulação máxima de mestre

Além da titulação, vale ressaltar que a IES tem como diferencial na oferta do curso de Direito a contratação e manutenção em seus quadros de um corpo docente que atenda a dois critérios considerados indispensáveis: a formação acadêmica e a experiência profissional. Contando com atuação diversificada e especializada em diversas áreas do Direito e carreiras jurídicas, com expertise acadêmica e atuação no mundo científico.



Fonte: Instagram® da FADISP (@fadispalfa).

Breve descritivo dos currículos docentes será apresentado a partir da próxima página, com indicação de titulação, link do currículo Lattes (CNPq) e resumo do currículo, em ordem alfabética:

RELAÇÃO DE DOCENTES DA FADISP (DIREITO)

Professor(a):	Link do Currículo Lattes (CNPq):
Dr. Alexis Augusto Couto de Brito	http://lattes.cnpq.br/9424442556070110
<p>Possui graduação em Direito pela Universidade Católica de Santos, Mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Doutorado em Direito Penal pela Universidade de São Paulo - USP. É pós-doutor pela Universidade de Coimbra (Portugal) e pela Universidad de Salamanca (Espanha). Pós-graduado em Direito pela Universidade Castilla-La Mancha de Toledo (Espanha). Foi pesquisador convidado do Instituto de Filosofia do Direito da Universidade de Munique (Alemanha). É professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie (Graduação e Pós-Graduação lato sensu) e da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo - FADISP (Graduação e stricto sensu). Professor convidado de vários cursos de pós-graduação. Faz parte do Conselho Editorial da Revista Opinião Jurídica (Colômbia), Revista Penal (Espanha), dentre outras. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal, atuando principalmente nos seguintes temas: dogmática penal, política criminal e execução penal. Obras mais importantes: Direito Penal - Parte Geral (em coautoria) e Execução Penal, ambas pela editora Saraiva; Processo Penal Brasileiro (em coautoria) e Imputação Objetiva, Crimes de Perigo e Direito Penal Brasileiro pela editora Atlas; Direito Penal - Aspectos Jurídicos controvertidos, pela editora Quartier Latin; Estatuto do Desarmamento; pela editora RCS. Advogado criminalista ex-membro da Comissão de Direito Penal e da Comissão de Direito Penal Econômico da OAB/SP. (Texto informado pelo autor)</p>	
Dr. André de Carvalho Ramos	http://lattes.cnpq.br/3246632731928851
<p>É Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP - Largo São Francisco). É Professor Titular do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado - da Unialfa. É Livre-Docente e Doutor em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Foi visiting fellow do Lauterpacht Centre for International Law (Cambridge). É Procurador Regional da República. É Coordenador Nacional do Grupo de Trabalho "Migração e Refúgio" da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (2020-2022). É o observador do Ministério Público Federal no Comitê Nacional para os Refugiados (2020-2022). Foi o primeiro Secretário de Direitos Humanos da Procuradoria-Geral da República (2017-2019). Foi o primeiro Coordenador Nacional do Grupo Executivo Nacional da Função Eleitoral (2013-2015). Foi Procurador Regional Eleitoral do Estado de São Paulo (2012-2016). Foi Procurador Regional dos Direitos do Cidadão no Estado de São Paulo (2000-2002). É autor de obras em Direito Internacional Público, Direito Internacional Privado e Direitos Humanos. (Texto informado pelo autor)</p>	
Dra. Austréia Magalhães C. da Silva	http://lattes.cnpq.br/4247245936549699
<p>Doutora em Direito Civil pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora junto ao Leopold-Wenger Institut für Rechtsgeschichte - Antike Rechtsgeschichte und Papyrusforschung, com bolsa BEPE/FAPESP (Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior - 2012/2013). Bolsista-Pesquisadora de Doutorado Direto da FAPESP (2011/2014). Graduada em Direito pela Universidade de São Paulo, com habilitação em Direito Privado e Processo Civil. Membro do Projeto Temático As Origens Romanas do Código Civil Brasileiro (2010/2015), financiado pela FAPESP. Vencedora do Prêmio Jovem Jurista (2011). Bolsista-Pesquisadora do Programa Santander de Iniciação Científica/PIBIC (2007/2009). (Texto informado pelo autor)</p>	
Dra. Carolina Noura de M. Rêgo	http://lattes.cnpq.br/3604511485717242
<p>Doutora na Linha de Pesquisa Função Social do Direito Constitucional pela Faculdade Autônoma de Direito - FADISP (2019). Mestre em História pela Universidade de Brasília - UnB (2002). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Brasília - UniCEUB (2009). Licenciada em Língua e Literatura Francesa pela Universidade de Nancy - França (2002). Licenciada em História pelo Centro Universitário de Brasília - UniCEUB (1999). Professora no Programa de Graduação, Mestrado e Doutorado e Coordenadora - FADISP. Assessora Jurídica no Ministério Público Federal - PRR3. Parecerista na Revista Pensamento Jurídico, na Revista Científica da Faculdade de Direito da Universidade Metropolitana de Santos - Legalis Scientia e na Revista Direitos Culturais. Experiência no ensino de Direito, com ênfase em Direito Constitucional, História do Direito, Filosofia do Direito, Direito de Família, Metodologia de Pesquisa Jurídica, Língua, Literatura e História Francesa e Revisora (Texto informado pelo autor)</p>	
Dr. Eduardo Arruda Alvim	http://lattes.cnpq.br/8576414745812691

<p>Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1992), mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996) e doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007). Atualmente é professor (bacharelado, especialização, mestrado e doutorado) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC SP e da Faculdade Autônoma de Direito - FADISP. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Processual Civil, Direito Civil, Direito Tributário, Direito Processual Tributário, Direito Administrativo, Direito Processual Constitucional, atuando principalmente nos seguintes temas: processo judicial tributário, recursos, procedimentos especiais, mandado de segurança, fazenda pública, dentre outros. (Texto informado pelo autor)</p>	
Dr. Everaldo Augusto Cambler	http://lattes.cnpq.br/2352908430643450
<p>Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1981), mestrado (1991) e doutorado em Direito (1997) pela mesma Universidade. Atualmente é professor assistente doutor do programa de graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica, professor e coordenador do Curso de Especialização em Direito Imobiliário no curso de extensão e especialização em Direito do COGAE da PUC/SP. É Professor Titular do Programa de Graduação e Pós-graduação stricto sensu (Mestrado e Doutorado) da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo - FADISP. Autor de diversos artigos e livros. Arbitro da Câmara de Mediação e Arbitragem da Sociedade Rural Brasileira (2015-2019) e Presidente da Comissão de Direito Imobiliário do Instituto dos Advogados de São Paulo ? IASP. É sócio do Escritório Arruda Alvim & Thereza Alvim Advocacia e Consultoria Jurídica, consultor jurídico e parecerista nas áreas de Direito Civil, Obrigações, Contratos, Responsabilidade Civil, Direito das Coisas, coordenando o núcleo de Direito Imobiliário. (Texto informado pelo autor)</p>	
Dr. Everton Luiz Zanella	http://lattes.cnpq.br/4292887164297364
<p>Promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo, atualmente em exercício na Promotoria de Justiça do II Tribunal do Júri da Capital. Doutor em Direito Processual Penal (2016) e Mestre em Direito Penal (2009), ambos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professor e Coordenador da Graduação em Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), campus Higienópolis. Membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da mesma instituição (UPM). Professor na graduação, mestrado e doutorado da Faculdade Autônoma de Direito (FADISP). Professor e membro do Conselho do CEAF-ESMP (Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - Escola Superior do Ministério Público), biênio 2021-2023. Professor convidado dos cursos de pós-graduação da Escola Paulista de Direito. Parecerista do Conselho Internacional de Estudos Contemporâneos em Pós-Graduação ? CONSINTER (Juruá Editorial). Colíder do Grupo de Pesquisa "Riscos e Desafios no Combate à Corrupção e ao Crime Organizado", certificado pelo CNPq. (Texto informado pelo autor)</p>	
Dr. Francisco Pedro Jucá	http://lattes.cnpq.br/5669534583194914
<p>Livre Docência em Direito Financeiro pela Universidade de São Paulo - USP em 2013; Pós-Doutorado em Direito Social pela Universidade Nacional de Córdoba - Argentina em 2015; Pós- Doutorado em Direito Público pela Universidade de Salamanca - Espanha em 2013; Doutorado em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo - USP em 2000; Doutorado em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP em 1997; Mestrado em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Pará - UFPA em 1990. Professor Titular da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo - FADISP; Professor Convidado da Escola Paulista de Magistratura do TJ/SP. Pertence à Academia Paulista de Letras Jurídicas - APLJ; Academia Paulista de Magistrados; Instituto Brasileiro de Estudos de Direito Administrativo, Financeiro e Tributário ? IBEDAFT, Sociedade Brasileira de Direito Financeiro - SBDF; Academia Paraense de Letras Jurídicas. Membro do Conselho da Escola Nacional da Magistratura Trabalhista/TST - ENAMAT. Áreas de interesse e atuação: Teoria Constitucional, Organização de Poderes, Organização Financeira, Tributária e Bom Governo. Relações de Trabalho e Relações Econômicas. Função Social dos Bens de Produção e Feitos Horizontais dos Direitos Fundamentais. (Texto informado pelo autor)</p>	
Dr. Henrique Garbellini Carnio	http://lattes.cnpq.br/1267615013735742
<p>Doutor em Filosofia do Direito e Teoria do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2013) e Mestre em Filosofia do Direito e Teoria do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2008). Pesquisador Colaborador no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, com pós-doutorado em filosofia (2016). Foi bolsista no</p>	

<p>mestrado e doutorado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Professor do núcleo de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie e professor permanente do curso de mestrado e doutorado em direito da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo - FADISP. Advogado sócio do escritório Freitas Guimarães Advogados Associados. Tem experiência na área de Direito e Filosofia, atuando principalmente nos temas relacionados à teoria e filosofia do direito. Desenvolve atividades de pesquisa com destaque para o seguintes assuntos: gênese do direito; direito, poder e violência; teoria da norma jurídica e sociologia e antropologia jurídica. (Texto informado pelo autor)</p>	
Dr. Joaquim Eduardo Pereira	http://lattes.cnpq.br/2484730816116047
<p>Possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Franca (2011), mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2015) e doutorado em Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2021). Atualmente é professor da Faculdade Autônoma de Direito - FADISP e do Grupo Unieduk, nos cursos de medicina, em Indaiatuba e Jaguariúna. (Texto informado pelo autor)</p>	
Dr. Julio Cesar de Oliveira Vellozo	http://lattes.cnpq.br/7139153540254751
<p>Possui doutorado no programa de História Social da FFLCH/USP com período sanduíche na Universidade Nova de Lisboa sob orientação de Antonio Manuel Hespanha. Possui mestrado em Culturas e Identidades Brasileiras pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo - IEB/USP (2012), graduação em História pela Universidade de São Paulo (2009). Concluiu dois pós-doutorados, um primeiro na Faculdade de Direito da Universidade de Salamanca/Espanha e outro na Faculdade de Direito da USP. É professor da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, da graduação e programas de mestrado e doutorado da FADISP. Foi membro titular do Conselho Técnico Científico (CTC) da CAPES durante três anos. Tem experiência nas áreas de História, História do Direito, História Constitucional, Pensamento Social Brasileiro, História do Império do Brasil. (Texto informado pelo autor)</p>	
Dr. Lauro Ishikawa	http://lattes.cnpq.br/0365745946236963
<p>Doutor e mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; pós-doutor pela Universidad de Salamanca, USAL; professor da graduação e do programa de pós-graduação stricto sensu da Faculdade Autônoma de Direito, FADISP; coordenador geral dos cursos de Direito da Escola de Direito da ALFA EDUCAÇÃO; professor orientador do doutorado na Universidad de Salamanca, em regime de cotutela e dupla titulação FADISP-USAL; é bolsista da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular, Brasília, DF, Brasil; é membro do Conselho Superior de Assuntos Jurídicos e Legislativos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, FIESP. Foi Assessor da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da PUC-SP, nomeado pelo Ato do Reitor nº 168/2009 (2009-2012). Foi membro do Conselho Superior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior no Ministério da Educação (2008-2010); advogado em São Paulo. E-mail: lauro.ishikawa@unialfa.com.br. (Texto informado pelo autor)</p>	
Dr. Luiz Guilherme da Costa Wagner Júnior	http://lattes.cnpq.br/4693731888005925
<p>Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo. Juiz Titular do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE/SP), na classe jurista, no biênio 2015/2017. Juiz Substituto do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE/SP), na classe jurista, no biênio 2012/2014. Pós-Doutorando pela Facultad de Derecho da Universidad de Salamanca. Doutor em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Mestre em Direito Urbanístico pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Graduado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Coordenador do curso de Direito da Universidade Paulista - UNIP, no campus de Santos, onde também leciona, na graduação, as disciplinas de Direito Processual Civil, Direito Civil e Ética Profissional. Professor na graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Foi coordenador dos Juizados Especiais da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor na graduação, mestrado e doutorado da Faculdade Autônoma de Direito (FADISP). É membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual, do Instituto Ibero-americano de Direito Processual e do Conselho Editorial da Editora Del Rey. Foi professor da rede de ensino telepresencial LFG/Ananguera, Marcato e Praetorium. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Processual Civil, Direito Civil, Direito de Família e Sucessões, Direito Urbanístico, Direito Eleitoral e Direito do Consumidor. Foi sócio fundador do escritório Costa Wagner Advogados Associados, tendo exercido a advocacia de 1995 até 2017. (Texto informado pelo autor)</p>	

Dr. Luiz Regis Prado	http://lattes.cnpq.br/7320868791398672
<p>Pós-doutorado em Direito Penal. Universidade de Zaragoza (Espanha). Pós-doutorado em Direito Penal Ambiental Comparado. Universidade Robert Schuman de Strasbourg (França). Doutorado e Mestrado em Direito das Relações Sociais - Direito Penal - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1979/1984). Pós-graduado em Direito Penal. Universidade de Salamanca (Espanha). Graduado em Direito. Universidade Estadual de Londrina. Professor de Direito Penal Constitucional da Faculdade Autônoma de Direito (FADISP). Professor Titular de Direito Penal da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Consultor Jurídico ad-hoc da Organização dos Estados Americanos (OEA). Codiretor e professor do curso de Pós-Graduação em Direito (proteção jurídica do meio ambiente, ordenação do território e patrimônio histórico). Universidade de Castilla-la-Mancha (Espanha). Pesquisador e conferencista em Direito Penal do Instituto de Direito Comparado e Penal. Universidade de Firenze (Itália). Pesquisador do Centre du Droit de l'Environnement de Strasbourg; do Consiglio Nazionale della Ricerca (Itália). Consultor do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Professor visitante da Universidade Robert Schuman de Strasbourg (França); da Universidade de Zaragoza (Espanha); da Universidade Nacional de Educação à Distância (Espanha). Doutor Honoris Causa em Direito. Universidade Nacional de San Agustín de Arequipa. Professor Honoris Causa das Universidades Nacional de San Agustín e Católica de Santa Maria, e da Universidade de Andina de Cuzco (Peru). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal, atuando principalmente nos seguintes temas: Direito Penal, Direito Penal Econômico, Direito Penal do Ambiente, Direito Penal Internacional e Teoria Geral do Direito. (Texto informado pelo autor)</p>	
Dra. Maitê Cecília Fabbri Moro	http://lattes.cnpq.br/5471669159750359
<p>Professora de Direito Empresarial da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e na Faculdade Autônoma de Direito (FADISP). Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1995), Mestrado em Direito (1999) e Doutorado em Direito, ambos pela PUC-SP (2006). Foi Diretora da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI). É Consultora e tem experiência na área de Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: propriedade intelectual, direito empresarial, teoria geral do direito e direito internacional. (Texto informado pelo autor)</p>	
Dra. Marina Faraco Lacerda Gama	http://lattes.cnpq.br/8893146340829890
<p>Doutora (2016) e Mestre (2010) em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Graduada em Direito pela PUC/SP (2003). É Professora da Faculdade de Direito da PUC/SP nos cursos de graduação e especialização, desde 2009, e Professora convidada no Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito (Mestrado e Doutorado) da PUC/SP, desde 2020. É Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado) do Centro Universitário Alves Faria ? UNIALFA, desde 2021. É Vice-líder do Grupo de Pesquisa Hermenêutica e Justiça Constitucional: STF (CNPq-PUC/SP) e membro dos Grupos de Pesquisa Direito Internacional e Globalização Econômica (CNPq-PUC/SP) e Controle de Validade da Tributação (CNPq-PUC/SP). É Coordenadora Editorial da Revista Brasileira de Estudos Constitucionais - RBEC (Qualis B3). É Membro da Associação Brasileira de Direito Processual Constitucional ? ABDPC, da Associação Brasileira de Constitucionalistas Democratas ? ABCD, do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais ? IBEC e da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo - OAB/SP. Foi Assessora Jurídica da Reitoria da PUC/SP (2009-2012), Supervisora Jurídica do Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns - Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Direito da PUC/SP (2012-2013) e Coordenadora do Juizado Especial Cível Central Anexo VI - Núcleo Extensionista da Faculdade de Direito da PUC/SP (2013-2016). Foi membro das Comissões de Ensino Jurídico (2016-2018) e de Direito Constitucional (2013-2018) da OAB/SP. Foi Professora da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, nos cursos de graduação da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios - EPPEN (2018-2020).</p>	
Dr. Rafael Campos Soares da Fonseca	http://lattes.cnpq.br/9690968388205083
<p>Doutor em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Faculdade de Direito Largo São Francisco da Universidade de São Paulo, com estadas de pesquisa - doutorado sanduíche - na Ruprecht-Karls-Universität Heidelberg em Heidelberg-Alemanha, no Max-Planck-Institut für Steuerrecht und Öffentliche Finanzen em Munique-Alemanha e na Università degli Studi di Siena em Siena-Itália - aprovação com grau máximo de distinção (summa cum laude). Mestre em Direito, Estado e Constituição e Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília - UnB. Especialista em Prática Processual Civil Avançada nos Tribunais pelo Grupo Ibmec. Professor Titular da graduação, do mestrado e do doutorado da Faculdade Autônoma de</p>	

Direito - FADISP. Professor adjunto substituto na área de direito público na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB). Professor adjunto da graduação e da pós-graduação do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Professor em especializações (pós-graduação lato sensu) promovidas por instituições de ensino superior, escolas de governo, magistratura e do Ministério Público. Bolsista de Produtividade e Pesquisa da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (Funadesp). Instrutor interno em ações de capacitação presencial e à distância (conteudista, tutor especialista e facilitador) no Supremo Tribunal Federal (STF), Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Co-líder de Grupo de Pesquisa "Observatório da Macrolitigância Fiscal", vinculado ao IDP/CNPq. Analista Judiciário do STF, desde 2014, exercendo o cargo de Assessor de Ministro (2020-presente) e tendo exercido os cargos de Assessor do Núcleo de Repercussão Geral (2019-2020) e Assessor de Ministro para questões tributárias e financeiras (2015 - 2019). Foi Assessor-Chefe da Escola Judiciária Eleitoral do TSE (2020). (Texto informado pelo autor)

Dr. Renato Gugliano Herani

<http://lattes.cnpq.br/7984443895712245>

Professor Titular de Direito Constitucional nos programas de mestrado e doutorado da Fadisp. Professor de graduação nas disciplinas de Direito Constitucional, Processo Constitucional e Teoria Geral do Estado. Titular do escritório de Advocacia Gugliano Herani, com experiência profissional na advocacia empresarial. (Texto informado pelo autor)

Dr. Rennan Faria Krüger Thamay

<http://lattes.cnpq.br/3295002524818823>

Pós-Doutor pela Universidade de Lisboa. Doutor em Direito pela PUC/RS e Università degli Studi di Pavia. Mestre em Direito pela UNISINOS e pela PUC Minas. Especialista em Direito pela UFRGS. Professor Titular do programa de graduação e pós-graduação (Doutorado, Mestrado e Especialização) da FADISP. Professor da pós-graduação (lato sensu) da PUC/SP, do Mackenzie e da EPD - Escola Paulista de Direito. Professor Titular do Estratégia Concursos e do UNASP. Foi Professor assistente (visitante) do programa de graduação da USP e Professor do programa de graduação e pós-graduação (lato sensu) da PUC/RS. Presidente da Comissão de Processo Constitucional do IASP (Instituto dos Advogados de São Paulo). Membro do IAPL (International Association of Procedural Law), do IIDP (Instituto Iberoamericano de Derecho Procesal), do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Processual), IASP (Instituto dos Advogados de São Paulo), da ABDPC (Academia Brasileira de Direito Processual Civil), do CEBEPEJ (Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais), da ABDPro (Associação Brasileira de Direito Processual) e do CEAPRO (Centro de Estudos Avançados de Processo). Advogado, administrador judicial, árbitro, mediador, consultor jurídico e parecerista. www.rennanthamay.com.br (Texto informado pelo autor)

Dr. Ricardo dos Santos Castilho

<http://lattes.cnpq.br/6275673344564572>

Sou pós-doutorando em Direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco/USP e pós - Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. Meu título de Doutorado foi obtido na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo ? PUC/SP, em Direito das Relações Sociais. Como pesquisador acadêmico, faço parte de dois diretórios de grupos pesquisa do CNPq; no GEDA ? Grupo de Estudos em Direito de Águas, vinculado à Universidade do Estado do Amazonas - UEA e do NPDA ? Núcleo de Pesquisa em Direito de Águas, ligado à Universidade Federal do Amazonas. Os dois grupos investigam Direito, Governança e Segurança Hídrica no âmbito dos seus respectivos Programas de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito. Possuo diversas publicações jurídicas como livros (publicados em Editoras como a Saraiva, Lumem Juris e Juruá), capítulos de livros e artigos em periódicos. Na FADISP - Faculdade Autônoma de Direito, sou Professor Titular de Filosofia e Direitos Humanos no programa de Mestrado e Doutorado da Faculdade Autônoma de Direito ? FADISP, e no curso de graduação em Direito leciono a disciplina de Ética das profissões jurídicas. Sou Fundador e Diretor Geral da Escola Paulista de Direito ? EPD, sendo coordenador científico do Programa de Pós-graduação lato sensu em Direito Público, Professor e Coordenador do MBA em Direito Corporativo e Compliance e Diretor do Mestrado em Resoluções Alternativas de Controvérsias Empresariais. Tenho forte atuação no ramo da advocacia empresarial, sendo Advogado, Consultor e Parecerista, titular do Escritório Castilho Sociedade de Advogados, em São Paulo e Brasília. Sou Chairman da Law Concept Academy -LCA e CEO da Faculdade de Direito Tech ? FADITECH. Sou Presidente da Comissão Permanente de Estudos da Cidadania do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP). Na Federação do Comércio de São Paulo - FECOMERCIO, acumulando as funções de conselheiro do Conselho Superior de Direito com a de Árbitro. (Texto informado pelo autor)

Ms. Ricardo Ferreira Dias	http://lattes.cnpq.br/2821654491838452
<p>É graduado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1999) e pós-graduado (especialização em Direito Processual Penal) pela Escola Paulista da Magistratura (2004). É mestre em direito pela Universidade Metropolitana de Santos (2014). Foi professor da Universidade de Santo Amaro nas cadeiras de Direito Penal e Direito Processual Penal entre 2004 e 2009. Foi professor da Universidade Anhanguera nas cadeiras de Direito Penal e Direito Processual Penal entre 2011 e 2017. É professor de Direito Penal e Direito Processual Penal na Faculdade Autônoma de Direito desde 2010. É advogado militante, com ênfase na área criminal. (Texto informado pelo autor)</p>	
Dr. Ricardo Pereira de F. Guimarães	http://lattes.cnpq.br/1039288116711181
<p>Doutor, Mestre e Especialista em Direito do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Conselheiro da Associação dos Advogados de São Paulo - Ocupante da Cadeira 81 da Academia Brasileira de Direito do Trabalho Professor da graduação e do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito da Faculdade Autônoma de Direito - FADISP Professor convidado da pós-graduação da ESA (Escola Superior de Advocacia) da OAB de SP, Professor convidado da Fundação Getúlio Vargas (GVLAW) no curso de especialização em Direito Empresarial do Trabalho, Professor Convidado da Escola Paulista de Direito, Professor do curso de pós-graduação em direito e processo do trabalho da PUC-SP (COGEAE), Professor Convidado do curso de pós-graduação em Direito do Trabalho da FACAMP, Professor Convidado do curso de pós-graduação em processo do trabalho da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Professor do curso de pós-graduação da Universidade Católica de Santos (COEAE), Professor convidado dos cursos de pós graduação em Direito e Processo do Trabalho da UNOESC e da UNIMEP, Professor de graduação em Administração de Empresas da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), Professor da pós graduação da Asociación Iberoamericana de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social, nomeado através da PORTARIA ESA nº 1169, de 17 de fevereiro de 2022 como Coordenador do Núcleo Temático em Direito do Trabalho da Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil ? Seção São Paulo, Diretor da Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo (2002-2004 e 2004-2006), Conselheiro da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP), membro do Instituto dos Advogado de São Paulo (AASP), membro do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP), Membro da Academia Paulista de Letras Jurídicas, palestrante e autor de livros e artigos jurídicos. (Texto informado pelo autor)</p>	
Dra. Talita Pimenta Félix	http://lattes.cnpq.br/7073277226141670
<p>Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade de Ribeirão Preto (2002), mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2011) e doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2019). Atualmente é coordenadora local - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. (Texto informado pelo autor)</p>	
Dr. Túlio Augusto Tayano Afonso	http://lattes.cnpq.br/5924843984518231
<p>Graduado em Direito (2001), Especialista em Direito e Processo do Trabalho (Mackenzie/SP 2003), Mestre em Direito Político e Econômico (Mackenzie/SP 2005), Doutor em Direito Econômico Internacional (PUC/SP 2013), Pós-doutor em Direito (Universidad de Salamanca/2018). Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie (Graduação e Pós-graduação em Direito) e das Faculdades Alves Faria (Pós-graduação Stricto Sensu). Experiência na área do Direito, com ênfase em Direito Coletivo do Trabalho (Direito Sindical), Direito Individual do Trabalho, Direito Portuário, Direito Administrativo, Direito Empresarial e Compliance. Advogado atuante em São Paulo. Assessor e Consultor jurídico. Consultor na área de Compliance. (Texto informado pelo autor)</p>	
Dra. Vanessa Santana Lima Trauzzola	http://lattes.cnpq.br/1241922728855996
<p>Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação Educação e Saúde na Infância e Adolescência da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); graduada em Letras com licenciatura plena em Língua Portuguesa e Língua Inglesa. Professora e pesquisadora da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo - FADISP, onde é coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica e ministra aulas de Língua Portuguesa, Comunicação Jurídica, Metodologia da Pesquisa Científica em Direito e disciplinas correlatas às Ciências Sociais. É líder do grupo de pesquisa CNPq ARETÊ de abordagem multidisciplinar vinculado à Escola de Direito FADISP/UNIALFA e pesquisadora vinculada à Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho como membro do grupo CNPq NALíngua. É professora de Língua Inglesa da rede municipal de educação da cidade de São Paulo desde 2010. (Texto informado pelo autor)</p>	

Dr. Victor Henrique Grampa	http://lattes.cnpq.br/2725775011784565
<p>Doutor e mestre em "Direito Político e Econômico", graduado em "Direito" e "Filosofia" pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Especialista em "Educação em Direitos Humanos" e "Conflitos Internacionais e Globalização" pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), em "Formação de Professores com ênfase no Ensino Superior" pelo Instituto Federal de São Paulo (IFSP), possui MBA em "Controladoria e Finanças Corporativas" pela Universidade São Judas Tadeu (USJT). Licenciado em "Teatro" e "Ciências Sociais", especialista em "Diretos Humanos" e "Língua Brasileira de Sinais e Educação de Surdos"; Atua como professor universitário e coordenador do Núcleo de Educação Inclusiva (NEI) e de Apoio Pedagógico (NAP) da FADISP. Na prática jurídica atua como advogado (OAB/SP 348.277) e Assessor de Ouvidoria na Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP/SP). Pesquisador nas áreas de cidadania, direitos humanos e políticas públicas - em especial educacionais. Foi presidente e conselheiro da Comissão Nacional do ProUni no Ministério da Educação (CONAP/MEC). Atualmente cursa doutorado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) na área de "Educação - Currículo". (Texto informado pelo autor)</p>	

Fonte: Currículo Lattes, informações fornecidas à CPA pela Coordenação de Curso.

E3 D5 – Políticas de Recursos Humanos

A FADISP conta com políticas gerais de valorização de funcionários, geridas pela Mantenedora, cabendo ressaltar a importância de três delas: a) Políticas e Práticas de Recursos Humanos, b) Política do Plano de Cargos, Salários e Carreiras, e c) Política de Capacitação. Essas políticas se integram à dimensão de “Políticas de Pessoal”, com breve descritivo nos tópicos abaixo:

a. Políticas e Práticas de Recursos Humanos



Fonte: Capa do Manual de Políticas e Práticas de Recursos Humanos (FADISP/UNIALFA).

Essas políticas trazem os pilares de Excelência em Recursos Humanos e têm por objetivo orientar relações Interpessoais entre Líderes e Liderados, promovendo uma comunicação assertiva e respeitosa, melhorando o ambiente

e colaboração no trabalho e, conseqüentemente a melhoria do Clima Organizacional. Além disso, os pilares devem ultrapassar as divisas entre as empresas, promovendo a melhor Dinâmica da Gestão Matricial nas Empresas e entre Empresas/*Holding* objetivando a alta performance dos resultados econômicos do negócio.

1. Segurança e Confiança na Gestão

Princípios Norteadores: Credibilidade – Respeito – Justiça – Comprometimento.

2. Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas.

Princípios Norteadores: Formação Profissional – Desenvolvimento Pessoal e Profissional – Versatilidade Profissional

3. Orgulho do Trabalho e da Empresa

Princípios Norteadores: Administração participativa – Visão Sistêmica e Visão integrada – Visão e Missão da Empresa

4. Clareza e Abertura na Comunicação Interna

Princípios norteadores: Liberdade e abertura na comunicação – Instrumentos formais de comunicação – Valorização de Propostas

5. Colaboração no Ambiente de Trabalho

Princípios norteadores: Integração fora do trabalho – Ambiente agradável de trabalho – Colaboração e Proatividade

6. Responsabilidade Social

Empresa cidadã e Voluntariado

b. Política do Plano de Cargos, Salários e Carreiras.



Fonte: Capa da Política do Plano de Cargos, Salários e Carreiras (FADISP).

Esta Política regulamenta as relações de trabalho, bem como o Plano de Cargos, Salários e Carreira adotada para os empregados do Centro Educacional Alves Faria Ltda - Faculdade Autônoma de Direito (FADISP), a partir da data de sua divulgação abrange todos os empregados do Quadro Administrativo e do Quadro Docente.

As políticas estabelecidas para a área de Recursos Humanos estão pautadas nos Valores da Mantenedora e consolidadas pelos Pilares de Excelência em Recursos Humanos e seguem as diretrizes estabelecidas pela Diretoria de RH direcionadas para todas as empresas do grupo empresarial, o qual a Instituição pertence. Os Pilares de RH são:

- Segurança e confiança na gestão;
- Treinamento e desenvolvimento de pessoas;
- Orgulho do trabalho e da Instituição;
- Clareza e abertura na comunicação interna;
- Colaboração no ambiente de trabalho;
- Responsabilidade social.

Os pilares de Excelência em Recursos Humanos perpassam toda a organização orientando e conduzindo as pessoas para a excelência em RH.

Esta Política é regida pelos valores do GJA composta por um conjunto de princípios, conceitos e critérios que definem a estrutura e a hierarquia dos cargos, as tabelas do salário base correspondente aos cargos, a evolução dos empregados nas carreiras profissionais e outros critérios complementares, além da definição dos mecanismos de sua gestão e atualização.

Integra ainda a Política, os anexos, todas as definições e instrumentos necessários à sua operacionalização, quanto aos aspectos técnicos e legais, visando atender as necessidades da Gestão das Pessoas da instituição.

c. Política de Capacitação

O Plano de Capacitação do Centro Educacional Alves Faria, visa o desenvolvimento para seus colaboradores com o objetivo de assegurar a excelência dos serviços prestados em todas as unidades, agregando valor às Instituições Mantidas e promover a sustentabilidade da Mantenedora.

Nesse plano estão previstas as ações de capacitação em consonância com os objetivos estratégicos, previstos no planejamento da Instituição – BP

(Business Plan), podendo ser revisado anualmente, conforme demanda ou necessidade. O plano é elaborado pela Gerência de Recursos Humanos, a partir das necessidades de capacitação apresentadas pelos gestores das respectivas áreas, pelo consolidado no BP e por eventuais demandas, submetidas à Diretoria Superintendente e Diretoria de RH do Grupo José Alves.



Fonte: Capa da Política de Capacitação (FADISP/UNIALFA).

c.1. Objetivo Geral

Estruturar e orientar as ações de capacitação a serem ofertadas aos Colaboradores, Professores e Tutores das Mantidas, buscando desenvolver e aprimorar competências essenciais para que o trabalho, agregando valor a Instituição e impactando positivamente o indivíduo, proporcione desenvolvimento pessoal e profissional.

c.2. Objetivos Específicos

- Sistematizar e coordenar as ações de qualificação;
- Cumprir a Instrução de Processos IPALF00140;
- Contribuir para o desenvolvimento individual dos colaboradores;
- Agregar valor à mantenedora, dando sentido à sua missão;
- Assegurar utilização eficaz do orçamento destinado para essa finalidade;

c.3. Resultados esperados

- Desenvolvimento, capacitação e qualificação dos trabalhadores nos diversos níveis pessoal, acadêmico, técnico, gerencial;
- Maior engajamento dos colaboradores com as metas de captação e retenção de alunos;
- Sistematização de todas as ações de capacitação, seguindo os procedimentos previstos;
- Ampliar o alcance das capacitações, estendendo a todos os níveis da organização, considerando necessidades específicas por área;
- Melhorar na qualidade e eficiência dos serviços prestados à comunidade em geral;
- Desenvolvimento e retenção de talentos
- Consolidação de um quadro docente titulado e qualificado que responda em qualidade e quantidade o exercício das funções institucionais;
- Incentivar a qualificação acadêmica dos docentes em programas de *Stricto Sensu*;

c.4. Público Alvo

Colaboradores contratados em regime de contratação CLT, tanto, Horistas – Corpo Docente, Tutores e quanto Mensalistas – Corpo Técnico Administrativo.

c.5. Desenvolvimento e formas de capacitação

As ações de capacitação poderão ser desenvolvidas da seguinte forma:

c.5.1 Capacitações internas:

- Cursos de Graduação, Pós-Graduação Lato Sensu e Pós-Graduação *Stricto Sensu* ofertados pelas Instituições Mantidas;
- Programas de capacitação específicos, desenvolvidos internamente;
- Contratação de consultores para atender demandas e/ou programas de capacitação desenvolvidos internamente.

c.5.2 Capacitações externas:

- Cursos de Graduação, Pós-Graduação Lato Sensu e Pós-Graduação Stricto Sensu ofertados por outras IES;
- Cursos e treinamentos ofertados por outras instituições;
- Seminários, Congressos, Feiras e eventos externos de interesse da Mantenedora

c.6. Linhas de Desenvolvimento

As ações de capacitação serão planejadas e subdivididas em 07 (sete) linhas de desenvolvimento:

1. **Educação Formal** – vinculada ao Programa bolsa de Estudos e ou a subsídios e/ou ajuda de custo para Formações em nível de Graduação, Pós-Graduação lato e Stricto Sensu no âmbito das mantidas, com subsidio da mantenedora.

2. **Formação Geral** – visa a oferta de capacitações que proporcionem ao colaborador o desenvolvimento de aspectos pessoais, sociais e profissionais relacionados ao planejamento, execução, atualização de informações, sistemas, recursos, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe, Curso de Libras. Podendo ser instrutivas e informativas ao mesmo tempo.

3. **Formação Técnica** – Ações com objetivo de capacitar tecnicamente o usuário. Com certificação técnica sobre o conteúdo aplicado

4. **Liderança e Gestão** – Ações de desenvolvimento dos líderes com objetivo de cumprir as diretrizes estabelecidas para a Liderança GJA Líderes de Pessoas e Líderes de Negócios, alcançar a excelência dos serviços prestados e assegurando o retorno do investimento, gerando resultado positivo para os negócios.

5. **Qualidade de vida** – ações promovidas com objetivo promover saúde e qualidade de vida aos colaboradores, por meio de informações, atualizações e conteúdo que despertem cuidado, valorização e respeito pela condição humana;

6. **Atividades Integrativas** – Ações com objetivo de gerar integração, relacionamento entre equipes, contribuindo para a melhoria do clima organizacional.

7. **Semana de Planejamento** - A cada início de semestre é definido pela gestão, um tema central que norteia os trabalhos na semana que antecede o início das aulas e que articula todas as discussões acadêmicas do semestre. É pauta, também, dos trabalhos de desenvolvimento, capacitar os docentes que irão trabalhar com alunos com necessidades educativas especiais para adequações das metodologias necessárias e para um melhor acompanhamento das limitações apresentadas por estes alunos.

d. Outras ações de Gestão de Recursos Humanos

Houve apoio aos colaboradores no período de pandemia, visando mitigar os efeitos da pandemia sobre os profissionais da FADISP/UNIALFA. Segundo a Gerência de Recursos Humanos houve apoio aos(às) colaboradores(as) no período de pandemia com as seguintes ações:

- Disponibilização de uma enfermeira (de forma remota) para acompanhamento e monitoramento e orientação aos colaboradores testados positivo para COVID-19.
- Apoio para tratamento contra a COVID-19 na forma de disponibilização de medicamentos (caso necessário, mediante receita médica);
- Acompanhamento e monitoramento aos colaboradores em atividade *home office*, bem como familiares, com orientação e dicas sobre prevenção contra a COVID-19.
- Realização de palestras *online* sobre saúde e orientações diversas aos(às) colaboradores(as), dentre as quais:
 - 14/05/2021 - Gerenciamento de estresse - seus efeitos na saúde mental,
 - 21/05/2021 - Orientações nutricionais - como a alimentação pode amenizar a ansiedade e a tensão.

- 18/06/2021 - Planejamento financeiro - como montar um planejamento financeiro familiar ou pessoal.
- 15/07/2021- Alimentação e longevidade - de que forma dos fatores comportamentais impactam no envelhecimento.
- 14/09/2021 - Equilíbrio entre vida pessoal e trabalho.
- 22/09 A 24/09 - Realização da SIPAT: palestras: Saúde mental com o enfermeiro Abimael de Matos; Sindemia de COVID-19 com o professor Evandro Tinoco Mesquita; Comunicação Inspiradora - com a fonoaudióloga Cristiane Romano.
- 05/10/2021 - Webinar Outubro Rosa
- 12/11/2021 - Webinar Novembro Azul.

A gestão acadêmica e administrativa da FADISP desenvolveram também ações próprias para a promoção do bem estar dos funcionários locais, algumas relatadas na listagem de eventos sobre a pandemia da COVID-19, oportunizando conhecimentos para a comunidade interna (discentes, docentes e técnico-administrativos) e externa.



Eixo 3 - Dimensão 6
Organização e Gestão da Instituição

E3 D6 - Estruturação da Alfa Escola de Direito

Objetivando uma maior integração das atividades dos cursos jurídicos dentro do grupo educacional gerido pelo GJA, foi criada em 2021 a Escola de Direito da Alfa Educação, objetivando articular as atividades e proporcionar intercâmbio de informações e recursos. Garante-se, dessa forma, a autonomia institucional da FADISP (SP) e UNIALFA (GO), articulando-se as potencialidades e expertises de ambas na área do Direito, de modo interinstitucional e inter-regional, possibilitando atuação conjunta dos cursos de graduação em Direito e pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, fortalecendo a qualidade deles.

ALFA ESCOLA DE DIREITO
UNIALFA - FADISP

E3 D6 – Resumo da Organização e Gestão da Instituição

A Instituição, organizada e administrada de acordo com as disposições de seu Regimento Interno e Regulamentos específicos, segue sua dinâmica operacional conforme diretrizes estabelecidas pela Entidade Mantenedora, como descrito em seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, elaborado a cada cinco anos. No âmbito de sua organização e planejamento e na execução das suas atividades acadêmicas goza de autonomia local, reportando-se, em casos especiais, à Mantenedora.

Atualmente o Regimento Interno da FADISP está em fase de atualização, junto à Diretoria Superintendente e o Conselho Superior – CONSUP, podendo haver modificação na nomenclatura dos cargos e suas atribuições. Com a estruturação da Escola de Direito da Alfa Educação, por exemplo, o Diretor da Escola exerce regimentalmente as atribuições de Diretor de Graduação, Acadêmico na FADISP. A IES é administrada por:

I. Diretoria Superintendente:

- a. Diretor (a) Superintendente;
- b. Diretor (a) Acadêmico
- c. Diretor (a) de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu;
- d. Gerência de Graduação, Pós-Graduação e Extensão e Central de Atendimento ao Aluno.

II. Órgãos Colegiados:

- a. Conselho Superior - CONSUP
- b. Conselho Acadêmico - CONAC;
- c. Comissão Própria de Avaliação – CPA;
- d. Colegiados dos Cursos de Graduação;
- e. Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos de Graduação – NDE.

III. Coordenadorias:

- a. Coordenações dos Cursos de Graduação;
- b. Coordenações dos Cursos de Pós-Graduação *Strictu Sensu*;
- c. Coordenações dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*.

IV. Órgãos Gerenciais:

- a. Controladoria Financeira exercida pelo *Controller*;
- b. Gerência Administrativa e de Infraestrutura;

c. Gerência de Asseguração da Qualidade do Ensino;

A Diretoria Superintendente, órgão superior de execução, administração, organização, supervisão, avaliação e controle de todas as atividades da Faculdade, é exercida pelo Diretor Superintendente. O Conselho Superior, órgão máximo de natureza consultiva, deliberativa, normativa e recursal, da Faculdade, é constituído por:

- I. pelo (a) Diretor (a) Superintendente, seu presidente;
- II. pelo (a) Diretor (a) Acadêmico(a);
- III. pelo (a) Gerente de Secretaria da Graduação, Pós-Graduação e Extensão;
- IV. por um (a) representante do corpo docente, eleito por seus pares;
- V. por um (a) representante do corpo discente, eleito por seus pares;
- VI. por um (a) representante do pessoal técnico-administrativo, de nível superior;
- VII. por um (uma) representante da entidade Mantenedora, por ela indicado;
- VIII. por um (a) representante da Coordenação de Curso, escolhido pelos seus pares.

O Conselho Acadêmico, órgão técnico-especializado em assuntos de ensino, pesquisa e extensão, é constituído:

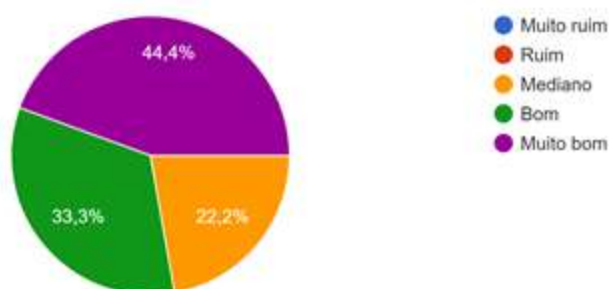
- I. pelo (a) Diretor (a) Acadêmico (a), seu presidente;
- II. pelos (as) Coordenadores (as) de Curso de Graduação e Pós-Graduação;
- III. por um representante do Corpo Docente, eleito por seus pares;
- IV. por um representante do Corpo Discente, eleito por seus pares;
- V. pelo (a) Gerente de Secretaria da Graduação, Pós-Graduação e Extensão.

Cada curso de Graduação e Pós-Graduação é administrado por um Colegiado, presidido pelo respectivo Coordenador. As atividades da FADISP contam com o apoio de Núcleos, dentre os quais: Núcleo de Educação Inclusiva (NEI), Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP), Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), Núcleo de Pesquisa (NUPES).

E3 D6 – Indicadores de Satisfação do Corpo Técnico-Administrativo

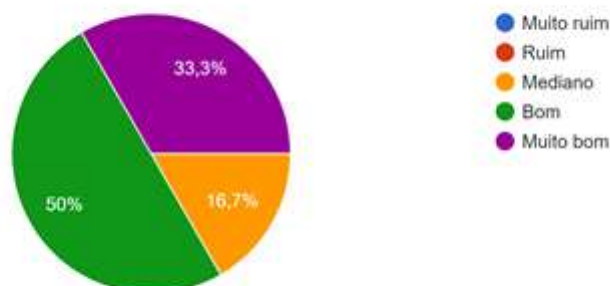
Dentre os elementos relacionados à “organização e gestão”, destaca-se o papel do corpo técnico-administrativo²⁶, diretamente relacionado a essas atividades. Os dados do questionário do corpo técnico-administrativo de 2021 apontam para indicadores gerais de satisfação elevados. O questionário foi aplicado com 8 itens, buscando diagnosticar aspectos de gestão e relacionamento interpessoal. O gráfico abaixo mostra elevada satisfação sobre a relação entre colaboradores em trabalho (totalmente distribuídos de 3 a 5 na escala *Likert* utilizada), com 77.7% entre 4 e 5 (“bom” e “muito bom”).

Na sua opinião, como é o relacionamento entre os colaboradores?



Majoritariamente as respostas indicam que existem relações satisfatórias de apoio no ambiente de trabalho na FADISP, indicando 83,3% de 4 a 5 na escala *Likert* utilizada (“bom” e “muito bom”), sem indicação de insatisfação.

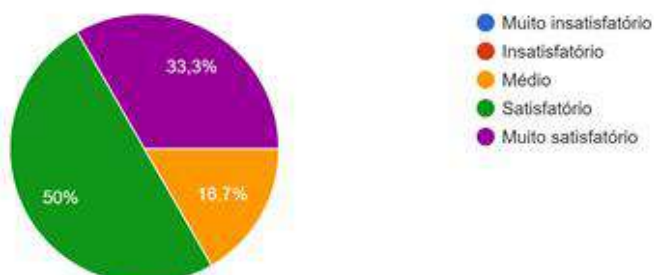
Como você define o apoio na resolução de problemas relacionados ao trabalho?



²⁶ O corpo técnico-administrativo da FADISP conta com profissionais de limpeza, biblioteca, tecnologia da informação, administrativo e atendimento, além das atividades acadêmicas de coordenação e direção. Os serviços prestados pela mantenedora ou UNIALFA não entram no cômputo do corpo próprio da FADISP, sob incumbência da CPA-UNIALFA.

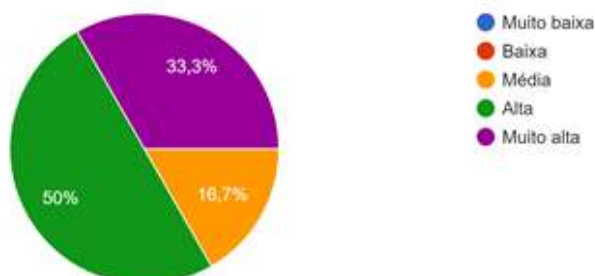
No tocante aos recursos disponibilizados pela IES para a realização de atividades de trabalho, com 83,3% de 4 a 5 na escala *Likert* utilizada (“Satisfatório” e “Muito Satisfatório”), sem indicação de insatisfação (1 ou 2).

Os recursos e materiais disponibilizados para desenvolver suas tarefas são?



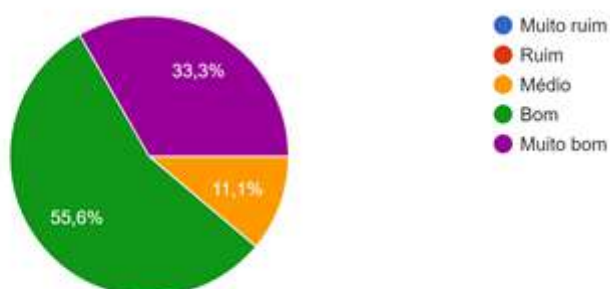
Em relação aos indicadores de satisfação do colaborador na execução de suas atividades laborais, 83,3% avaliou de 4 a 5 na escala *Likert* utilizada (“Alta” e “Muito Alta”), sem indicação de insatisfação (1 ou 2).

Sua satisfação na execução das suas atividades é?



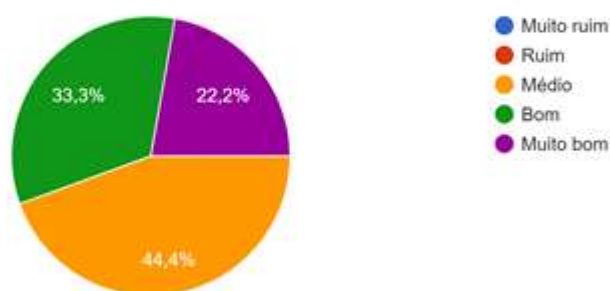
O desempenho da liderança imediata obteve 88,9% de 4 a 5 na escala *Likert* utilizada (“Bom” e “Muito Bom”), sem avaliação negativa em 1 ou 2.

Como você classifica o desempenho do seu líder imediato?



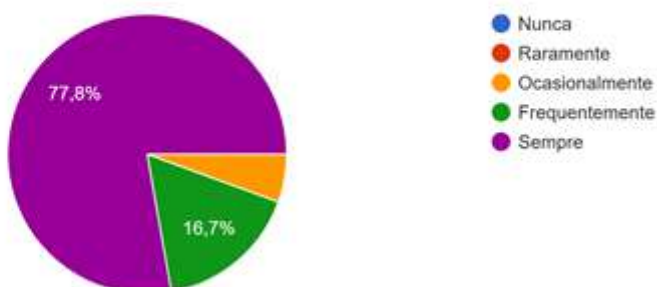
O aspecto com pior avaliação do corpo técnico-administrativo foi o da comunicação interna, ainda assim não apresentando avaliações 1 ou 2 na escala *Likert*. A avaliação de satisfação (4 e 5) ficou em 55,5%, com 44,4% em 3 (“Médio”), índice acima da média geral dos demais quesitos. Indicando, dessa forma, a necessidade de ação interna de fortalecimento da comunicação.

Como você classifica a comunicação entre os setores/áreas?



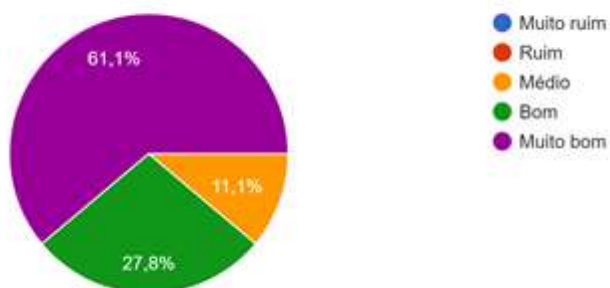
Cerca de 77,8% do corpo técnico-administrativo indicaria “sempre” a instituição para um parente ou amigo (5 na escala *Likert*), com 94,5% das avaliações entre 4 e 5, sem avaliação negativa em 1 ou 2. Esta avaliação tende a indicar confiança na IES e na qualidade do serviço prestado por ela, servindo como indicador lateral de satisfação.

Você indicaria a Instituição para um parente ou amigo?



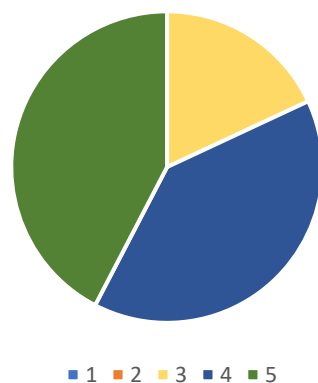
Com atenção às alterações na dinâmica de trabalho no período da pandemia, houve a inserção de quesito destinado às ações da Instituição no período. Cerca de 88,9% do corpo técnico-administrativo avaliou entre 4 e 5 na escala *Likert* utilizada (“muito bom” e “bom”), anotando-se maioria da avaliação máxima, com 61,1%. Esses dados vão ao encontro das ações indicadas pela Gerência de Recursos Humanos adotadas para o período, indicando que houve efetividade e reconhecimento pelos colaboradores das medidas da IES e Mantenedora.

Como classificaria as ações da instituição no período da pandemia?



A avaliação de corpo técnico-administrativo seguiu o regime anual em 2021, contando com a participação de 18 colaboradores da FADISP. Nesse contexto, percebem-se elevados indicadores acumulados de satisfação nos quesitos. A média de 1 a 5 da escala *Likert* de todas as questões apresenta 42% acumulados em 5, 40% em 4 e 18% em 3, sem registro de avaliações 1 e 2.

Totais Acumulados de Satisfação do Corpo Técnico-Administrativo (1 a 5 na Escala Likert)





Eixo 3 - Dimensão 10
Sustentabilidade Financeira

A FADISP está dentro do setor de ensino do Grupo José Alves – GJA (<https://www.grupojosealves.com/>), que está completando 60 anos de atuação, com uma pluralidade de segmentos de atuação e sustentabilidade financeira. A FADISP possui diversos cursos, dentre graduação, mestrado e doutorado, consolidada no segmento educacional, como referência no ensino jurídico.

Vale se observar que os cursos de *stricto sensu* iniciaram suas atividades em 2005-1 e são recomendados pela CAPES, com conceito 4, para Mestrado e Doutorado na avaliação quadrienal de 2017, com seu curso de graduação em Direito autorizado 04/07/2001; ambos com cerca de vinte anos de atividades, consolidando o nome da instituição e sua permanência.



Fonte: Instagram® da FADISP (@fadispalfa)

Ensino



Ano da Fundação: **2000**
 Colaboradores: **466**



Ano da Fundação: **2001**
 Colaboradores: **72**



Ano da Fundação: **2019**
 Colaboradores: **40**

Fonte: <https://www.grupojosealves.com/>

A expansão da abrangência geográfica do Grupo Educacional José Alves, de uma região reconhecidamente forte no Agronegócio, como é o Estado de Goiás, para o maior centro econômico do País, desde sempre foi uma ambição, movido pelo forte propósito de gerar novas e ricas experiências na conexão da academia com o mercado de trabalho. Esse impulso de incorporar no processo de formação do profissional a multiculturalidade com a pluralidade de visões empresariais foi a justificativa essencial da inserção geográfica do Curso. Com isso, o plano de expansão no segmento do Ensino Superior, anunciado pelo CENAF desde o seu próprio Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o fez eleger, como mercado-alvo, a Região Metropolitana da cidade de São Paulo. E não poderia mesmo ser outra a localidade para a expansão da CEAF, a se considerar os seus números demográficos, como sua população de 12.396.372 habitantes (dado referente ao ano de 2021; disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-paulo.html>, acesso em 28.02.2022), espalhada numa maior área urbana de dimensões e Produto Interno Bruto (PIB) sem igual no País.

Segundo a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomércio), São Paulo poderia ser classificada como a 36ª maior economia do mundo, acima de nações como Portugal, Finlândia e Hong Kong. Em São Paulo, estão sediados inúmeros grupos internacionais, além de ao menos 17 dos 20 maiores bancos. São Paulo é o centro financeiro do Brasil e um dos centros mais importantes do mundo, onde abriga a B3, uma das maiores bolsas de valores do planeta.

O município de São Paulo, nas últimas décadas vem adquirindo, cada vez mais, matizes de um grande polo nacional de serviços e negócios, sendo considerado, hoje, um dos mais importantes centros de comércio global da América Latina. Com relação ao setor de serviços, a Pesquisa Anual de Serviços do IBGE em 2013, sinalizou o crescimento da participação do setor no PIB nacional por todo o país destacando-se os serviços privados não financeiros (empresas prestadoras de serviços formalmente estabelecidas, excluídos os serviços públicos e as atividades estritamente comerciais e de representação) e os serviços prestados às famílias (incluindo empresas dos ramos de alojamento, alimentação e serviços pessoais). O primeiro grupo (serviços privados não

financeiros) registrou crescimento de 99,4% entre 2008 e 2013, segundo o relatório “Os serviços no Brasil – 2015” da Confederação Nacional de Serviços (CNS).

De acordo com o estudo, o estado de São Paulo concentra 40,08% das receitas do setor e 34,06% do emprego com carteira assinada. Já o segundo (serviços prestados às famílias), auferiu um crescimento de 159,6% entre 2008 e 2015, com 30,63% dos empregos concentrados no estado de São Paulo. A economia do município de São Paulo está baseada na indústria (automobilística, metalúrgica, telecomunicações, mecânica, dentre outras), comércio, agricultura construção civil e serviços. Especificamente na prestação de serviços, o município se destaca por ser um centro financeiro contando com bancos nacionais e estrangeiros e a Bolsa de Valores do Estado de São Paulo. Segundo estimativas da Price Waterhouse Coopers, em 2025, São Paulo assumirá a sexta posição das cidades com maior PIB. Havendo espaço para a manutenção das atividades de educação na cidade.

Todo esse contexto só confirma que, com toda certeza, São Paulo se firmará cada vez mais como uma dos centros mais relevantes das transformações econômicas e tecnológicas pelas quais passa ao Mundo. E isso faz dessa região uma consumidora cada vez mais intensa de educação de qualidade e especializadas.

Economicamente o GJA possui atuação em diversos setores: bebidas, embalagens, ensino, imobiliária, farmacêutico e rastreamento. Havendo grande preocupação institucional com a sustentabilidade das instituições do grupo, atendendo, atendendo à função social da educação. A preocupação central da FADISP e do GJA é a de atender a premissas éticas, agindo de modo sustentável, não apenas economicamente, mas na dimensão social.





Eixo 5: Infraestrutura Física



**Eixo 5 - Dimensão 7
 Infraestrutura Física**

A FADISP possui uma sólida e consolidada infraestrutura, tanto física como digital. O setor educacional vem exigindo uma estruturação cada dia mais integrada (presencial e virtual), caminho que vem sendo percorrido pela IES. Esta dimensão se focará na infraestrutura em duas frentes centrais: a) Infraestrutura Geral, b) Infraestrutura de Biblioteca. Cumpre observar que os indicadores de qualidade de infraestrutura a partir das avaliações discentes e docentes historicamente apresenta bons resultados. A instituição possui preocupação com a qualidade das instalações e serviços, buscando atender às necessidades da comunidade acadêmica de modo a garantir conforto, acessibilidade e segurança.

E5 D7 - Dados gerais de Infraestrutura

O quadro abaixo apresenta os dados gerais de infraestrutura da FADISP, pontuando aspectos de suas instalações física, situadas no bairro de Pinheiros (R. João Moura, 313, São Paulo-SP), próximo à estação de metrô Oscar Freire. O acesso à região é facilitado pelo fluxo de ônibus e metrô, próximo a vias centrais, como a Av. Rebouças e Av. Faria Lima. As instalações possuem elevadores nos andares, salas climatizadas e condições adequadas para aulas presenciais, síncronas remotas ou à distância.

RESUMO DOS DADOS DE INFRAESTRUTURA (Edifício Sede: R. João Moura, 313 - Pinheiros, São Paulo – SP)
<ul style="list-style-type: none"> • 15 salas de aula (todas equipadas com ar-condicionado, computador, projetor e quadro branco). • 5 das salas de aula contam com equipamentos para transmissão síncrona (online), com duas televisões e duas webcams para aulas remotas ou híbridas. • 1 laboratório de informática com 25 notebooks e 1 projetor. • 1 sala dos professores, com copa. • 1 auditório com projetor, contando com 89 lugares. • 1 biblioteca, com Sala de Estudos.

- 1 Área de Convivência.
- 1 sala de bancas.
- 1 sala de Direção Acadêmica.
- 1 sala de Coordenação Geral de Cursos de Direito.
- 1 sala de Coordenação de Curso de Graduação em Direito.
- 1 Sala Data Center/CPD
- 1 Sala Departamento – Central de Atendimento
- 1 Sala Departamento – Setor de Marketing
- 1 Sala Departamento – Gerência Administrativa
- 1 Sala Departamento – NUPES
- 1 Sala Departamento – TI
- 1 Sala Departamento – CPA
- 1 Sala Departamento – NEI/NAP
- 1 Sala Departamento – NDE
- 1 Sala Departamento – Professores TI / TP
- 1 sala arquivo

Fonte: Departamento de Infraestrutura, enviadas à CPA.



Fonte: Sala dos Professores - FADISP.



À esquerda sala de atendimento do NAP/NEI, à direita estação assistiva na Biblioteca.
Fonte: Comissão Própria de Avaliação - CPA.



Sala de Convivência.
Fonte: Comissão Própria de Avaliação - CPA.

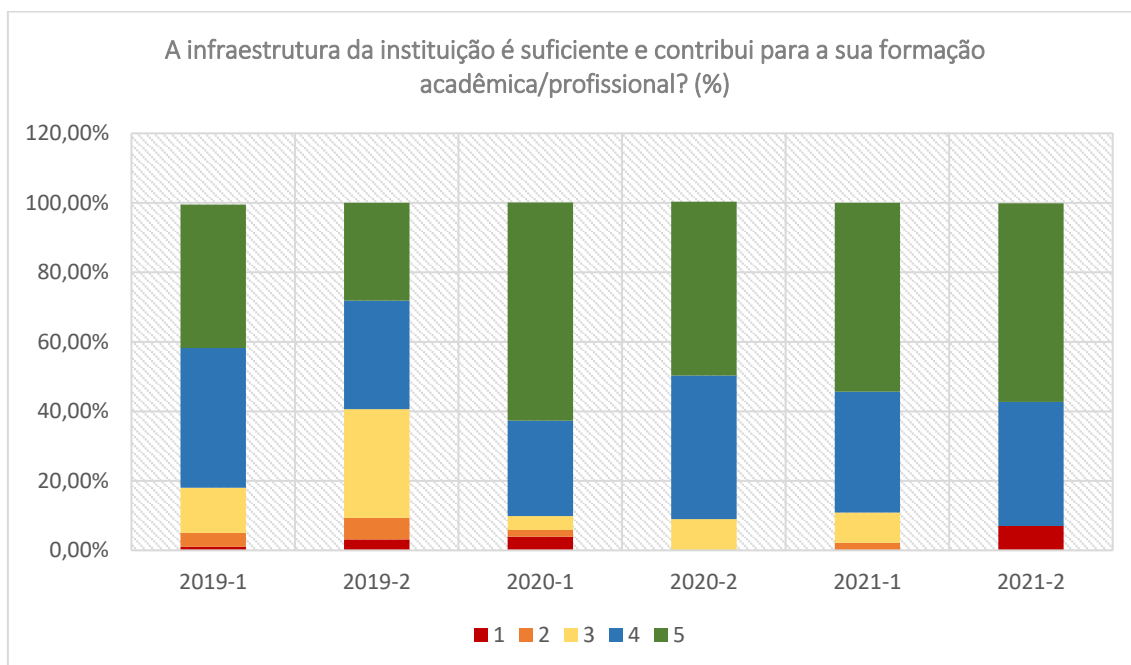
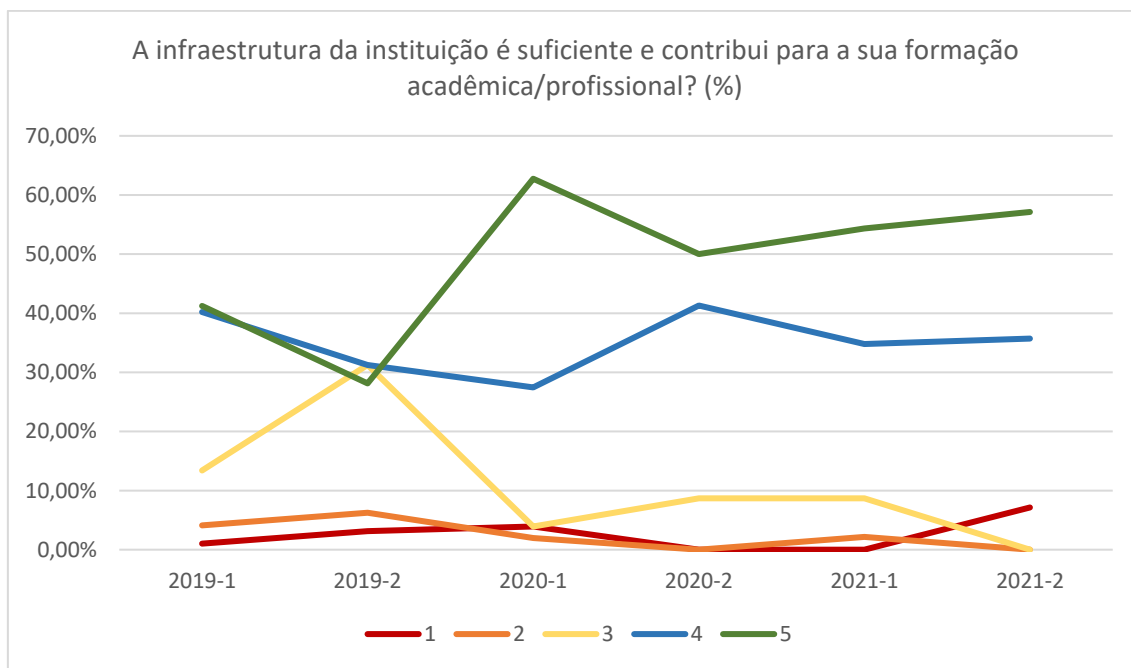
A IES passou por reformas recentes para melhor atender à comunidade acadêmica no retorno ao presencial (2022-1), com ampliação da sala de professores e melhor distribuição dos setores, acadêmicos e administrativos. A organização do espaço conta com sistema de transmissão síncrono de aulas, buscando a integração da infraestrutura física ao ambiente virtual. A instituição procurou instrumentos para garantir maior segurança no retorno às atividades presenciais, com medidas sanitárias adequadas. Compreendendo a necessidade de modernização dos espaços e atualização dos fluxos.

Conforme anotado, a autoavaliação aponta que o ambiente acadêmico da FADISP é compreendido como acolhedor sob o prisma da diversidade, com preocupação em tornar o espaço sempre mais acessível e inclusivo. Não obstante, os demais indicadores também resultaram positivos na aplicação dos questionários do triênio. Nas páginas seguintes estão estruturados gráficos explicativos da satisfação com a infraestrutura a partir de dois quesitos: a) a sua contribuição para a formação acadêmica/profissional dos discentes; e b) as condições de infraestrutura das salas de aula. O resultado de ambas as questões resultou positivo, com atenção ao fato de as respostas 4 e 5 na escala *Likert* estarem sempre acima de 90%, de 2019-1 até o fim da série história em 2021-2.

Com a migração ao remoto houve a necessidade de atualização dos dados voltados à sala de aula presencial e virtual, posto que estes espaços de desdobram de modos diversos. A satisfação com a sala de aula virtual também apresentou resultados satisfatórios, com a adoção de sistema adequado de transmissão para aulas – explicitado no tópico relativo a sistemas. O resultado positivo das avaliações de infraestrutura não podem gerar estagnação, sempre na busca ativa para melhorar suas condições. Os cuidados de manutenção e incrementais são necessários, garantindo que as instalações não recaiam em obsolescência ou resultem incapazes de atender às demandas da comunidade acadêmica. Cumpre observar os esforços constantes dos setoriais próprios nesse sentido, pela manutenção da infraestrutura e ampliação (sobretudo qualitativa), como se evidencia no item relativo à Biblioteca.

INFRAESTRUTURA (FORMAÇÃO ACADÊMICA/PROFISSIONAL)

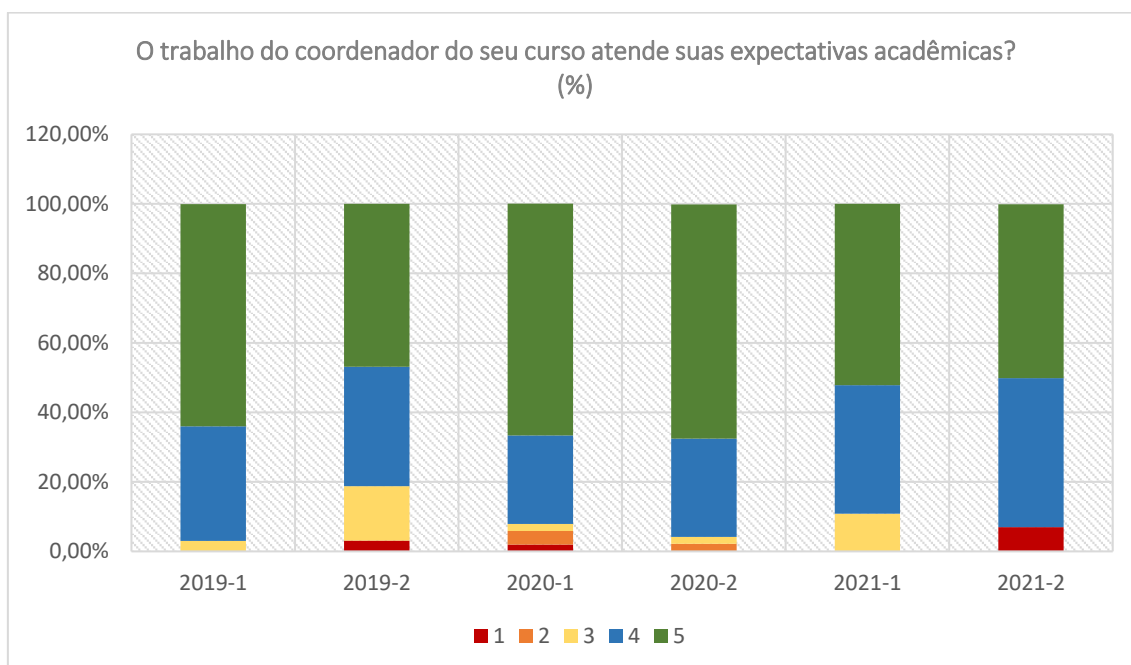
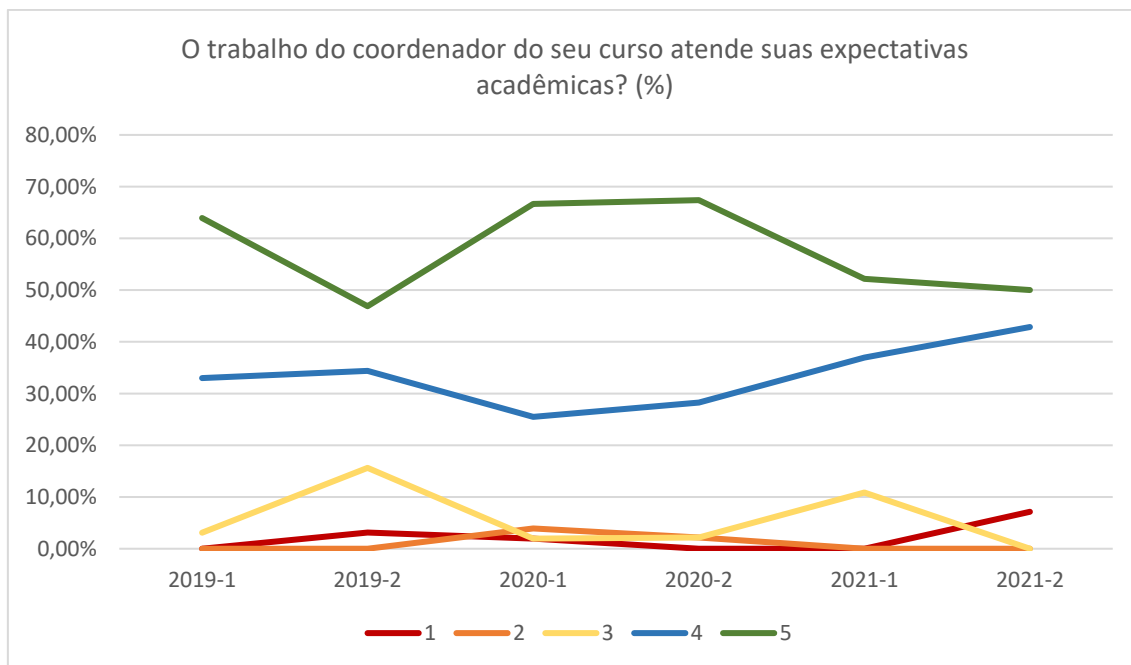
Questionário do Aluno: “A infraestrutura da instituição é suficiente e contribui para a sua formação acadêmica/profissional?”



(Critério de 1 a 5 na escala *Likert*, vide Metodologia). Fonte: Dados de Autoavaliação.

INFRAESTRUTURA (SALAS DE AULA)

Questionário do Aluno: “As condições de infraestrutura das salas de aula são adequadas?”



(Critério de 1 a 5 na escala *Likert*, vide Metodologia). Fonte: Dados de Autoavaliação.

E5 D7 – Dados gerais de Biblioteca

RESUMO DOS DADOS DE BIBLIOTECA (Edifício Sede: R. João Moura, 313 - Pinheiros, São Paulo – SP)
Número total de títulos disponibilizados na Minha Biblioteca (atual): Catálogo Geral - 21.816 títulos / Catálogo Jurídico - 3.039 Títulos
Número total de títulos disponibilizados na Biblioteca Digital Saraiva (descontinuada em 2020): 1.700 títulos
Número total de títulos físicos na FADISP: 6.147 títulos
Computadores para uso presencial: 7(sete) computadores.
Bibliotecário responsável: Adriano Pereira dos Santos CRB-8/8523

Fonte: Dados de Biblioteca fornecidos à CPA.

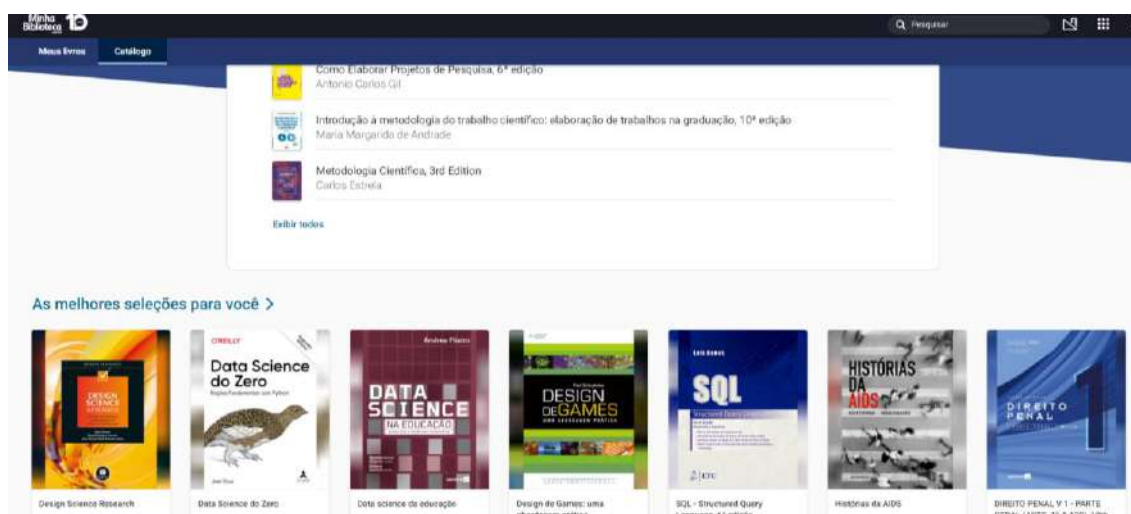
A Biblioteca da FADISP é gerida pelo software Pergamum - Sistema Integrado de Bibliotecas. O Sistema Pergamum permite a gestão dos dados e serviços, o funcionamento de forma integrada dos processos, com atualização de dados *online*. É compatível com o código biblioteconômico de catalogação AACR2, para qualquer documento, utiliza o formato MARC 21 nos registros bibliográficos internos, para exportação e importação, possibilita importação de dados de centros de catalogação cooperativa on-line e exportação de dados para intercâmbio de registros bibliográficos. Possui sistema de gerenciamento de texto, imagem e som, controle de periódicos com Kardex e indexação de artigos, controla empréstimo para qualquer tipo de documento como: reserva, cobrança personalizada com prazos diferenciados por tipos de materiais e usuários, devoluções, renovações, atrasos, multas, e-mails de alertas, negociações e suspensões, geração de etiquetas de código de barras, estatísticas de uso, processamento técnico, emissão de diversos tipos de relatórios em conformidade com critérios recomendados pelo MEC / CAPES.

Cabe à Biblioteca a realização das seguintes atividades:

- a) Coordenar todos os serviços de administração, informação, formação e desenvolvimento de coleções, processos técnicos, organização do material e atendimento aos usuários; bem como a manutenção dos processos estabelecidos pela instituição;
- b) Manter atualizadas as informações bibliográficas, administrar o uso adequado das instalações de estudo e disponibilizar e controlar o acesso às informações;

- c) Coordenar técnica e administrativamente as demais Bibliotecas;
- d) Gerenciar pessoal e promover capacitação da equipe;
- e) Preservar o patrimônio sob sua guarda;
- f) Promover a utilização do acervo;
- g) Colaborar com as coordenações de curso de forma a integrar a política educacional e administrativa da instituição, servindo de apoio aos programas instituídos;
- h) Integrar-se a redes e a sistemas de informação para melhor compartilhamento e racionalização dos recursos de informação disponíveis.

Com a alteração da plataforma de biblioteca virtual em 2020 (da Biblioteca Saraiva® para a Minha Biblioteca®), houve uma ampliação de títulos jurídicos de cerca de 3,6 vezes o acervo anterior, aliada ao acesso de cerca de 21.816 títulos no catálogo geral, possibilitando uma formação ampla, com referenciais de outras áreas do conhecimento. Caminha-se no sentido da ampliação da utilização de tecnologias de informação e comunicação (TIC), integrando-se possibilidades interdisciplinares, com ampliação do acervo geral e especializado. Cumpre a observação de que a alteração da base de dados de biblioteca virtual surge como uma demanda da comunidade acadêmica, aceita pela mantenedora em prol da ampliação da qualidade e diversidade de referências – ainda que com majoração do custo da assinatura da plataforma.



Fonte: Minha Biblioteca, logada pelo Prof. Victor Henrique Grampa (FADISP).

Há um esforço na promoção do uso na Instituição de revistas qualificadas e repositórios de artigos científicos, dentre os quais:

- Bioética
- Capes Periódicos
- Civitas - Revistas de Ciências Sociais/PUCRS
- Contexto Internacional
- Dados - Revista de Ciências Sociais
- Direito Estado e Sociedade
- Ilha - Revista de Antropologia
- Prismas Direito, Políticas Públicas e Mundialização
- Pensar - Revista de Ciências Jurídicas
- Revista Brasileira de Direito
- Revista Brasileira de Direito Animal
- Revista Brasileira de Direito Civil
- Revista Brasileira de Estudos Políticos
- Revista da Faculdade de Direito Universidade Federal de Minas Gerais
- Revista de investigações Constitucionais
- Revista do Direito
- Revista de Direito Brasileira - RDBRAS
- Revista de Direito da Cidade - RDC
- Revista de Direito Econômico e Socioambiental
- Revista de Direitos e Garantias Fundamentais - FDV
- Revista de Direito Sanitário
- Revista do Direito Público - UEL
- Revista Direito Fundamentais & Democracia
- Revista Eletrônica Direito & Política
- Revista Eletrônica de Direito Processual
- Revista do Direito - UNISC
- Revista Semestral de Direito Empresarial
- Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico-REDAE
- Revista Direito GV
- Revista Jurídica
- Sequencia - UFSC
- Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos
- Revista Pensamento Jurídico
- Tempo Social - USP
- Veredas do Direito - Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
- Revista Forense/ Minha Biblioteca
- Revista de Direito das Sociedades e dos valores mobiliários/ Minha Biblioteca

Do ponto de vista da acessibilidade, a biblioteca da FADISP possui tecnologia assistiva, objetivando a promoção de uma cultura de inclusão, atuando de modo articulado com o Núcleo de Educação Inclusiva (NEI).

Dentre tais tecnologias, destacam-se:

- Computador adaptado com teclado em braile e fone de ouvido (Software DOSVOX, programa de leitura de tela).
- Lente de ampliação de texto.
- Reglete e punção.
- Material informativo do Alfabeto da Libras.

A Biblioteca oferece treinamento aos usuários, que tem por objetivo fornecer orientações básicas nas pesquisas e busca da informação, apresentando algumas ferramentas oferecidas pela Biblioteca, contribuindo para a melhor utilização dos recursos disponíveis.

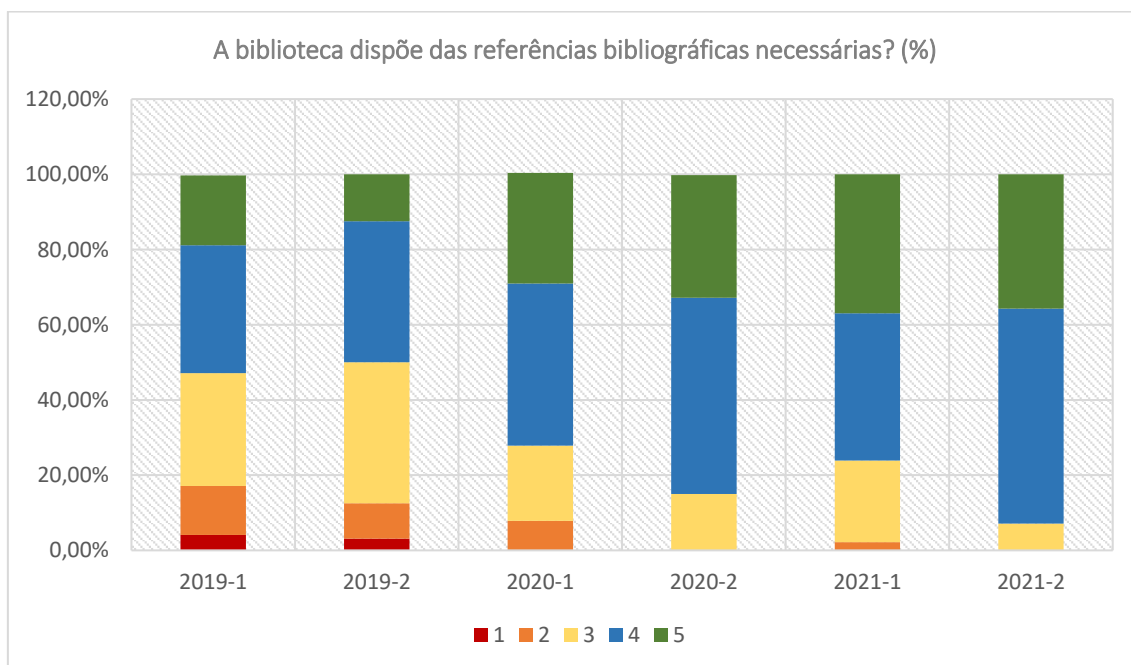
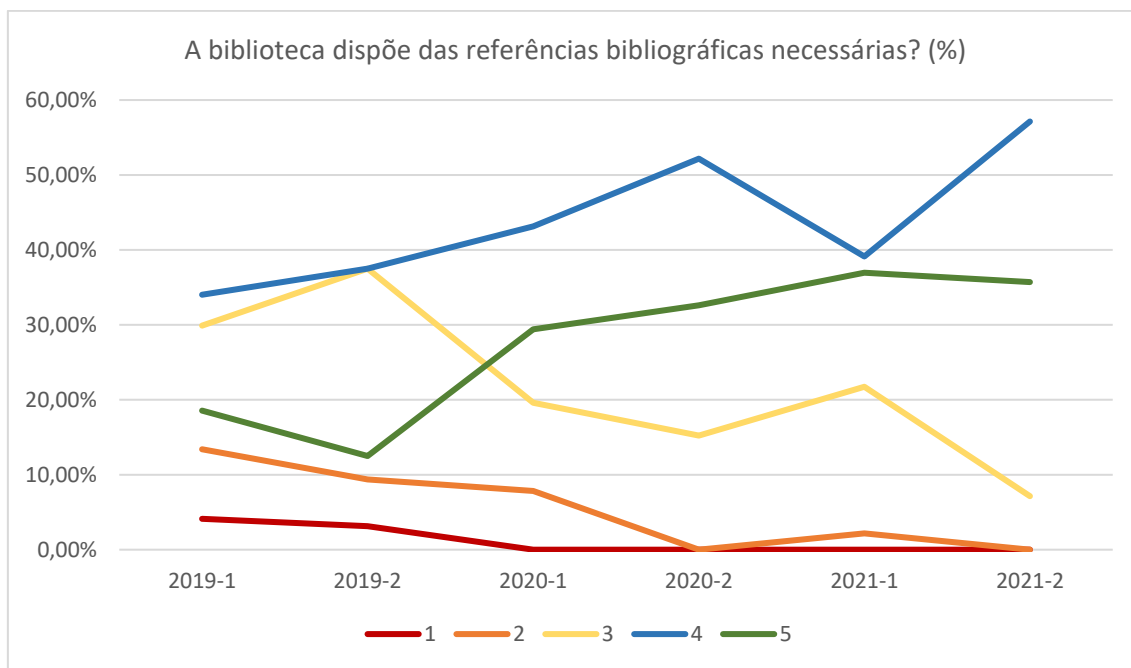


Biblioteca, estação do(a) bibliotecário(a).

Fonte: Foto tirada pela Coordenação da CPA.

BIBLIOTECA

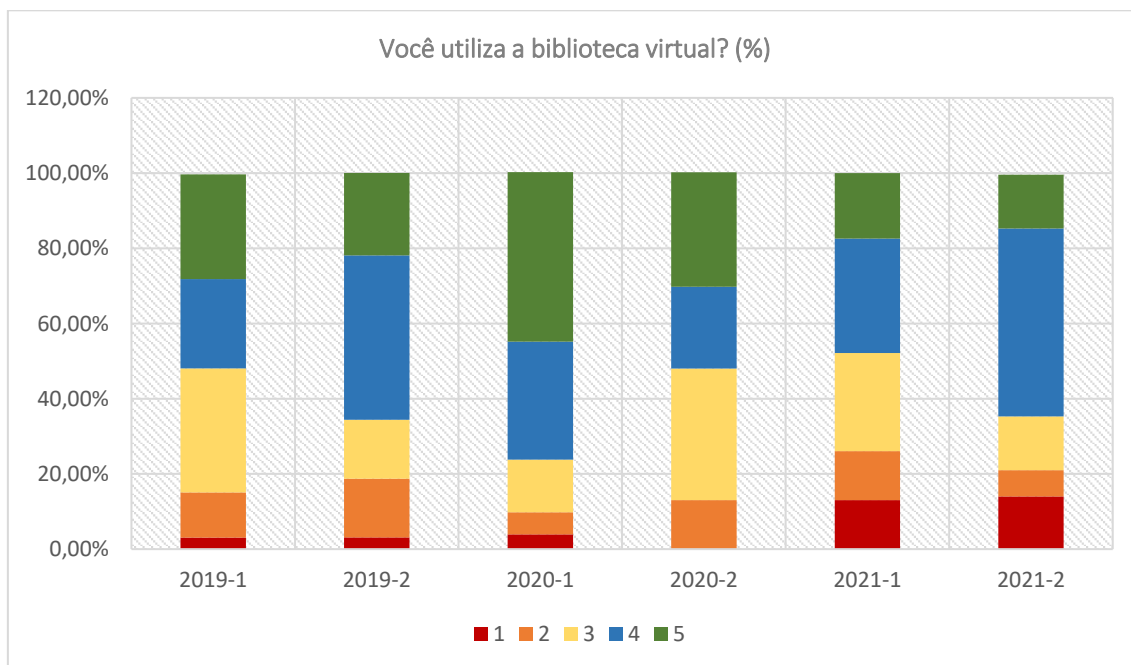
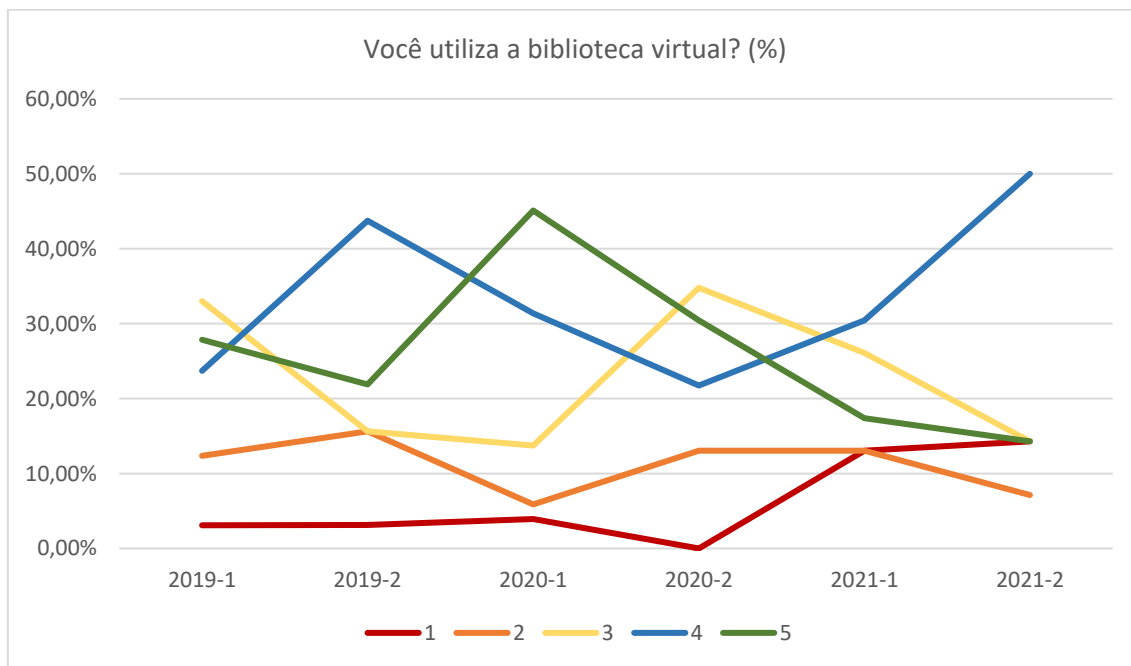
Questionário do Aluno: “A biblioteca dispõe das referências bibliográficas necessárias?”



(Critério de 1 a 5 na escala *Likert*, vide Metodologia). Fonte: Dados de Autoavaliação.

BIBLIOTECA VIRTUAL

Questionário do Aluno: “Você utiliza a biblioteca virtual?”



(Critério de 1 a 5 na escala *Likert*, vide Metodologia). Fonte: Dados de Autoavaliação.

Os gráficos das páginas anteriores evidenciam alta pontuação da Biblioteca, tanto em sua estrutura física como virtual. Os indicadores de satisfação da Biblioteca costumemente estão associados à infraestrutura e qualidade do atendimento prestado. Há uma margem para aprimoramento no tocante à Biblioteca Virtual (cerca de 21% de insatisfação, em respostas 1 e 2 na escala *Likert*). No entanto, a mudança da plataforma da Biblioteca vem ao encontro das reivindicações da comunidade acadêmica, provavelmente impactando positivamente nos resultados de 2022 em diante.

No tocante à Biblioteca (presencial) cumpre sempre a manutenção da qualidade, sobremaneira pela disponibilização de recursos tecnológicos e espaços para estudos e atividades acadêmicas. O(A) bibliotecário(a) possui uma função formativa, auxiliando os(as) alunos(as) em suas pesquisas acadêmicas, da graduação ao *stricto sensu*, possuindo conhecimento técnico especialização para o devido auxílio, com conhecimento aprofundado do acervo.– auxiliando também em atividades como a elaboração de fichas catalográficas para os trabalhos acadêmicos (monografias, dissertações e teses).

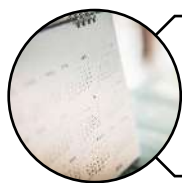


4. ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES

A análise situacional compreendeu o diagnóstico da realidade, possibilitou à Comissão Própria Autoavaliação (CPA) a elaboração deste relatório. A partir da caracterização da realidade, dentro das dimensões avaliadas, procedeu-se à análise e identificação dos problemas, assim como foram ressaltadas as conquistas consolidadas. O presente relatório estrutura-se em uma metodologia participativa, com instrumentos qualitativos e quantitativos, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa, não tão somente às exigências legais, mas pela própria compreensão que temos da importância de se proceder com transparência perante a sociedade.

A postura assumida nesta proposta foi de avaliação formativa, que tem como finalidade comprovar que as atividades estão sendo desenvolvidas de acordo com o planejado, examinando, detalhadamente os processos implementados ou as metodologias empregadas, com o objetivo de identificar sucessos e fracassos, potencialidades e fragilidades, pontos fortes e pontos fracos e ainda apresentar sugestões para que o objeto avaliado seja mais eficiente. O processo avaliativo aplicado, detectou alguns pontos a serem

De acordo com a avaliação verificou-se a existência do planejamento para a realização das atividades e suas equações com os projetos pedagógicos dos cursos. Realizadas semestralmente, com a elaboração do cronograma de avaliação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC's), do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), bem como dos instrumentos avaliativos que são direcionados para a análise destes planejamentos institucionais. Participam do processo de avaliação institucional todos os segmentos: docentes, discentes, coordenadores de curso, gestores da gerencia administrativa, sendo o PDI, examinado em oportunidades diversas e discutido com os envolvidos no processo. Ressalta-se que o processo de modificação, à partir dos resultados obtidos pela avaliação, é discutido, antes da efetivação do processo e, que outros momentos de releitura e discussão do PDI serão propostos para uma melhor integração com a avaliação.



5. AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE

As indicações de ações estão planejadas de acordo com os eixos de avaliação: “Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional”, “Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional”, “Eixo 3 – Políticas Acadêmicas”, “Eixo 4 – Políticas de Gestão”, “Eixo 5 – Infraestrutura Física”; contempladas nelas as dimensões apresentadas no item 3. O tabelamento indica “Análises Realizadas”, com respectivas “Ações Programáticas” e “Resultados Esperados”, objetivando indicar às instâncias da IES e Mantenedora caminhos para a melhoria constante da qualidade da educação, de modo multifatorial.

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional

ANÁLISES REALIZADAS	AÇÕES PROGRAMADAS	RESULTADOS ESPERADOS
Verificar o desempenho dos docentes, cursos, coordenadores e infraestrutura oferecida aos alunos e professores.	Realizar semestralmente a autoavaliação interna.	
	Analisar estatisticamente os questionários respondidos pelos alunos.	Conscientização dos alunos e docentes a responderem os questionários de autoavaliação.
	Sensibilizar a todos da importância do desenvolvimento de uma cultura de avaliação interna.	Resultados que podem orientar as políticas institucionais.
	Conscientizar sobre a importância da participação dos alunos na avaliação dos docentes e geral da CPA.	Ajudar a reforçar a missão da IES no que se refere à qualidade de ensino.
	Utilização da CPA para informações para compor a avaliação docente.	Que o resultado observado reflita-se diretamente na gestão dos cursos.
	Utilização dos dados no planejamento das ações da IES (acadêmicas e administrativas).	Auxilia os gestores da IES nas tomadas de decisão de manutenção, ampliação e reestruturação de sua estrutura.
Apresentar os resultados da autoavaliação e da avaliação interna.	Criar cursos e outros meios para a capacitação docente, sobretudo em novas metodologias ensino e educação inclusiva.	
	Disponibilizar resultados nas Unidades e no site.	Disponibilizar os resultados da avaliação interna aos discentes, docentes e funcionários da IES.

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional

ANÁLISES REALIZADAS	AÇÕES PROGRAMADAS	RESULTADOS ESPERADOS
Monitorar o processo de atendimento aos discentes.	Acompanhar a retirada de documentos pelo aluno online. Verificar oportunidades de melhoria do atendimento aos discentes.	Os processos estão ficando mais rápidos. Detectada a demanda alta em períodos limites.
Manter a coerência da concepção da matriz curricular e a organização didático-pedagógica e a pertinência dos currículos.	Promover a integração das disciplinas entre um curso e outro visando sempre a interdisciplinaridade.	De acordo com as propostas de ensino descritas no PDI a IES desenvolve as atividades acadêmicas de modo a garantir a qualidade do ensino. Todas as ações são planejadas juntamente com diretores, coordenadores e professores.
PPI e o Projeto Pedagógico dos cursos se baseiam nos pressupostos do PDI.	Revisão dos Projetos dos cursos e do PDI.	De acordo com as propostas de ensino descritas no PDI a IES desenvolve as atividades acadêmicas de modo a garantir a qualidade do ensino. Todas as ações são planejadas juntamente com diretores, coordenadores e professores.
Articulação do PDI com o PPI e os PPC's.	Revisão dos Projetos dos cursos e do PDI para que todos estejam articulados.	Participação da comunidade acadêmica.
Análise de convênios e parcerias em estágio.	Buscar convênios para a realização de estágios.	Melhor qualificação do aluno com articulação da teoria e a prática.
Manutenção das bolsas estudantis.	Divulgação no <i>site</i> institucional e via <i>mailing</i> para os discentes.	Oportunidade aos alunos com baixa renda.

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas

ANÁLISES REALIZADAS	AÇÕES PROGRAMADAS	RESULTADOS ESPERADOS
Ensino.	Manter Currículos flexíveis, de acordo com a demanda de mercado e as diretrizes curriculares nacionais.	Manter processos participativos de construção do conhecimento.
Incentivar a produção científica nos cursos de mestrado.	Estimular a produção de artigos científicos.	Corpo docente e discentes envolvidos com a pesquisa.
Manter a oferta do nivelamento de disciplinas.	Manter divulgação do nivelamento para os discentes.	Manter turmas de nivelamento de Língua Portuguesa e Matemática.
Promover a orientação prática da matriz curricular (visitas técnicas, atividades estruturadas e estudos de caso previstos nos planos de ensino e nas matrizes curriculares dos cursos).	Incentivas as atividades estruturadas desenvolvidas dentro de várias disciplinas dos cursos visam levar a acadêmica a desenvolverem postura proativa de busca de conhecimento.	Realizar visitas técnicas. para aproximação das vivências práticas, no conteúdo das disciplinas envolvidas.
Constituir grupos de pesquisa.	Incentivar criação das linhas de pesquisa.	Buscar mais incentivo para participação dos docentes em congressos, seminários, palestras, etc.
Extensão.	Elaborar cursos e divulgação dos mesmos à comunidade.	Maior qualificação dos alunos e reconhecimento da instituição. Mais capacitação para funcionários de empresas locais e regionais.
Oportunizar debates/discussões através de palestras, onde os palestrantes convidados apresentam suas experiências profissionais. Aproximação de personalidades da administração regional com os alunos.	Manter eventos onde os palestrantes convidados falam sobre suas experiências profissionais e suas áreas de conhecimento. Buscar trazer personalidades de renome para que os alunos tenham acesso a estas pessoas.	Permitir interação entre alunos e palestrantes. Alguns temas contribuem para a reafirmação de conteúdo. Muitas das vivências comprovam a teoria pela prática descrita pelos palestrantes.
Incentivar a participação dos discentes nos órgãos colegiados.	Proporcionar o envolvimento dos discentes.	Comprometimento dos docentes e discentes. Produções divulgadas no site da instituição.
Divulgação de eventos/atividades.	Eventos à comunidade interna.	Atuação do Departamento de <i>Marketing</i> .

Atualizar constantemente o <i>site</i> institucional em suas informações.	Busca-se manter atuais as informações e em tempo hábil para os envolvidos.	Nova página do site está mais dinâmica. Atuação do Departamento de <i>Marketing</i> .
Política de acesso, seleção e permanência de discentes.	Vestibulares semestrais. Bolsas de estudos. Núcleo de Apoio Pedagógico.	Avaliação da satisfação do acadêmico em relação ao curso, para manter a permanência.
Acompanhamento sistemático da performance dos alunos no ENADE.	Elaboração de Proposta de melhorias.	Reunião com docentes para traçar ações de melhorias no curso.

Eixo 4 – Políticas de Gestão

ANÁLISES REALIZADAS	AÇÕES PROGRAMADAS	RESULTADOS ESPERADOS
Avaliação do desempenho docente.	Avaliação institucional semestral.	Realização semestral da avaliação institucional. Devolução dos resultados. Destaque dos docentes mais bem avaliados.
Plano de Carreira, Cargos e Salários.	Divulgar o Plano de Carreira, Cargos e Salários para os docentes.	O plano existente vem sendo cumprido e respeitado. Mantém o equilíbrio salarial interno entre os cargos. Orienta quanto as possibilidades de ascensão profissional. Propicia a retenção de talentos na Instituição pela possibilidade de crescimento na carreira.
Plano de Carreira, Cargos e Salários.	Implementar o Plano de Carreira, Cargos e Salários para os técnicos administrativo.	Pesquisar a possibilidade de implantação. Mantém o equilíbrio salarial interno entre os cargos. Orienta quanto as possibilidades de ascensão profissional. Propicia a retenção de talentos na Instituição pela possibilidade de crescimento na carreira.
Promover a integração do novo colaborador técnico administrativo.	Agendar a apresentação <i>in loco</i> em todos os setores.	O acolhimento dos novos colaboradores permite conhecimento dos atores e suas funções por toda a equipe.
Promover a socialização e ambientação dos novos docentes.	Comunicar da necessidade de participar do encontro da Convenção Acadêmica.	O conhecimento amplo da cultura da instituição é facilitado, bem como a operacionalização dos processos administrativos e acadêmicos.
Capacitar o corpo docente.	A instituição oferece aos professores bolsas de estudos nos cursos de graduação, pós-graduação e mestrado.	Permite o crescimento e o desenvolvimento pessoal e profissional dos docentes.
Capacitar o corpo técnico administrativo e gerencial.	A Instituição oferece bolsas de estudos nos cursos de graduação e pós-graduação.	Permite o crescimento e o desenvolvimento pessoal e profissional do corpo técnico administrativo. Proporciona estímulo e motivação dos envolvidos.
Sistema de Avaliação do Desempenho de Docentes.	Sistema de avaliação institucional	Cria uma cultura de avaliação, buscando o autodesenvolvimento por meio do autoconhecimento.

		Propicia o recebimento de feedbacks tanto para os docentes e área acadêmica em geral, como para a área administrativa.
Eleger os representantes e vice representantes de turma.	Eleição dos representantes e vice representante de turma.	Participação dos alunos.
Monitorar e controlar o orçamento anual.	O monitoramento e o controle do orçamento anual são efetuados diariamente através de planilhas que permite o comparativo de todas as contas de receita, despesas e investimentos orçadas e executadas.	Mudanças durante o ano que acabam impactando um melhor controle e gerando morosidades. Dados resultantes do Real x Orçado, como base para tomada de decisão.

Eixo 5 – Infraestrutura Física

ANÁLISES REALIZADAS	AÇÕES PROGRAMADAS	RESULTADOS ESPERADOS
Rotinas permanentes de manutenção da infraestrutura e setores administrativos.	Permanentemente são realizadas obras de manutenção e reparos a fim de garantir a perfeita condição de ensino e aprendizagem.	A manutenção preventiva das instalações permite a faculdade manter ótimas condições de trabalho. Maior integração entre os docentes e área administrativa.
Realizar a manutenção da iluminação e climatização das salas de aula.	Verificação periódica da luminosidade e climatização nas salas de aula.	A boa iluminação permite aos usuários das salas de aula uma maior visibilidade do conteúdo exposto no quadro branco, facilitando a leitura.
Estabelecimento de ações de limpeza.	Manutenção de limpeza constante de todos os ambientes da Instituição.	Possibilidade de novas contratações.
Análise de infraestrutura física e tecnológica existente.	Reuniões periódicas para adequação e reformulação do espaço.	Incentivo da Mantenedora e da Alta Gestão.



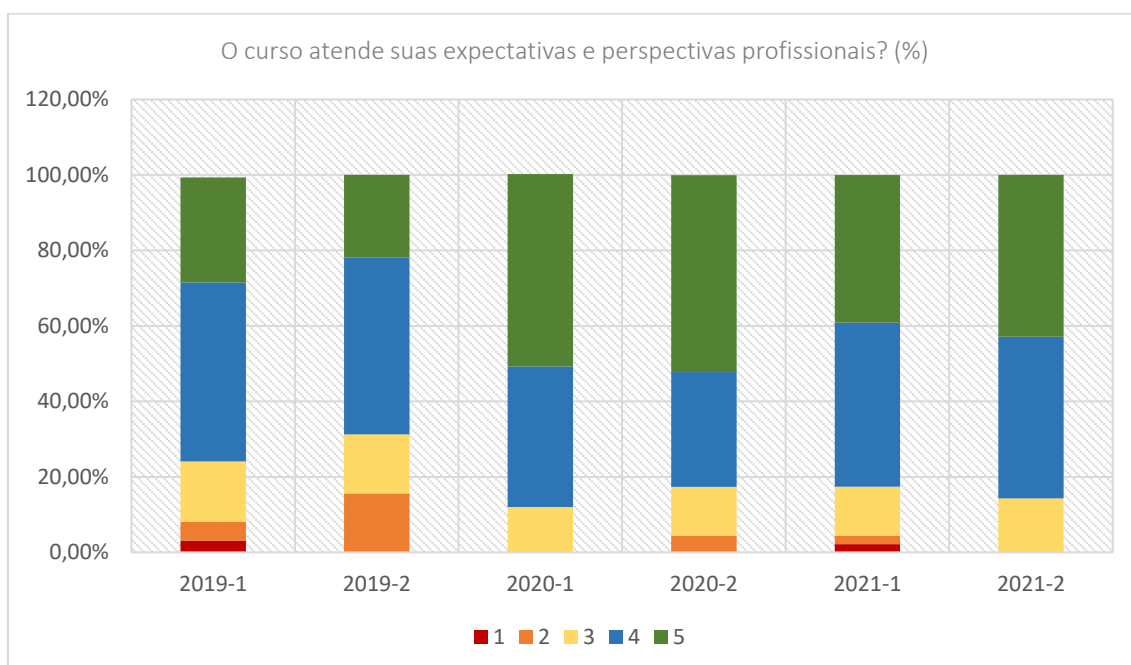
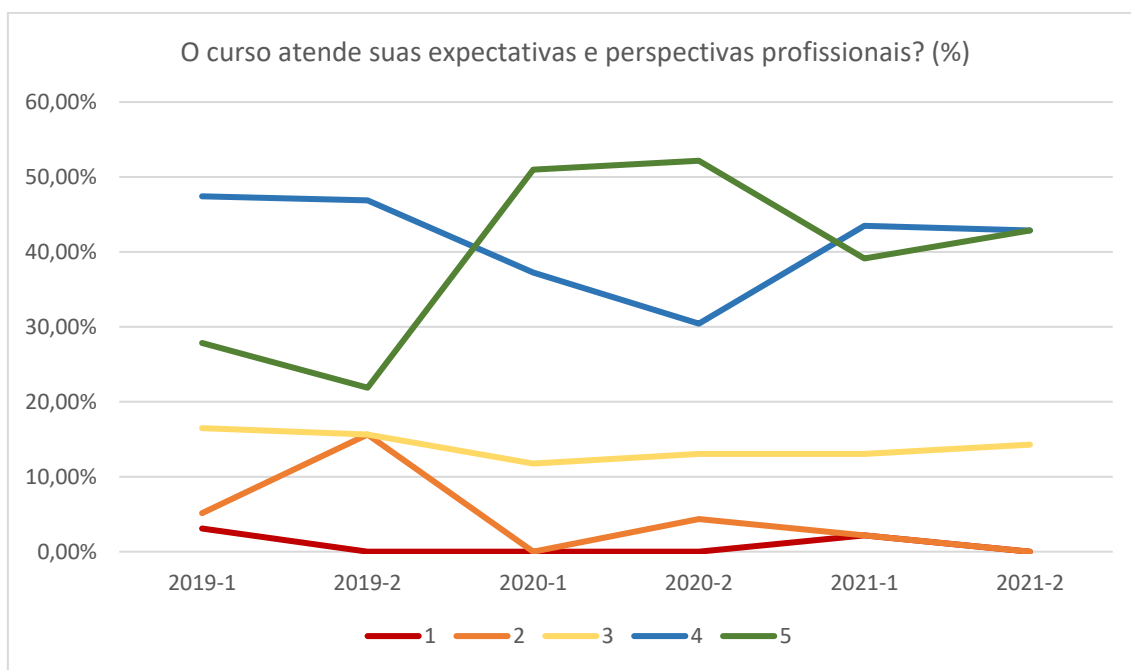
CONSIDERAÇÕES FINAIS

A autoavaliação constitui um componente que confere estrutura e coerência ao processo avaliativo que se desenvolve nas IES, integrando todos os demais componentes da avaliação institucional, entendendo-se autoavaliação como um processo periódico, criativo e renovador de análise e síntese das dimensões que definem a instituição. O seu caráter diagnóstico e formativo de autoconhecimento deve permitir a reanálise das prioridades estabelecidas no Projeto Político Institucional e o engajamento da comunidade acadêmica na construção de novas alternativas e práticas.

Por fim, os resultados da autoavaliação serão submetidos ao olhar externo de especialistas de áreas/cursos, de planejamento e de gestão da educação superior, na perspectiva de uma avaliação externa das propostas e das práticas desenvolvidas. Dessa forma, esse diagnóstico da avaliação institucional servirá para o autoconhecimento institucional, orientando a gestão para a definição de seu planejamento estratégico a partir das potencialidades e fragilidades apresentadas. Nesta perspectiva, as intenções que permeiam o Projeto de Avaliação Institucional da FADISP perpassam pela ideia de ser um processo de regulação na busca de qualidade das ações individuais e coletivas.

EXPECTATIVAS PROFISSIONAIS

Questionário do Aluno: “O curso atende suas expectativas e perspectivas profissionais?”²⁷

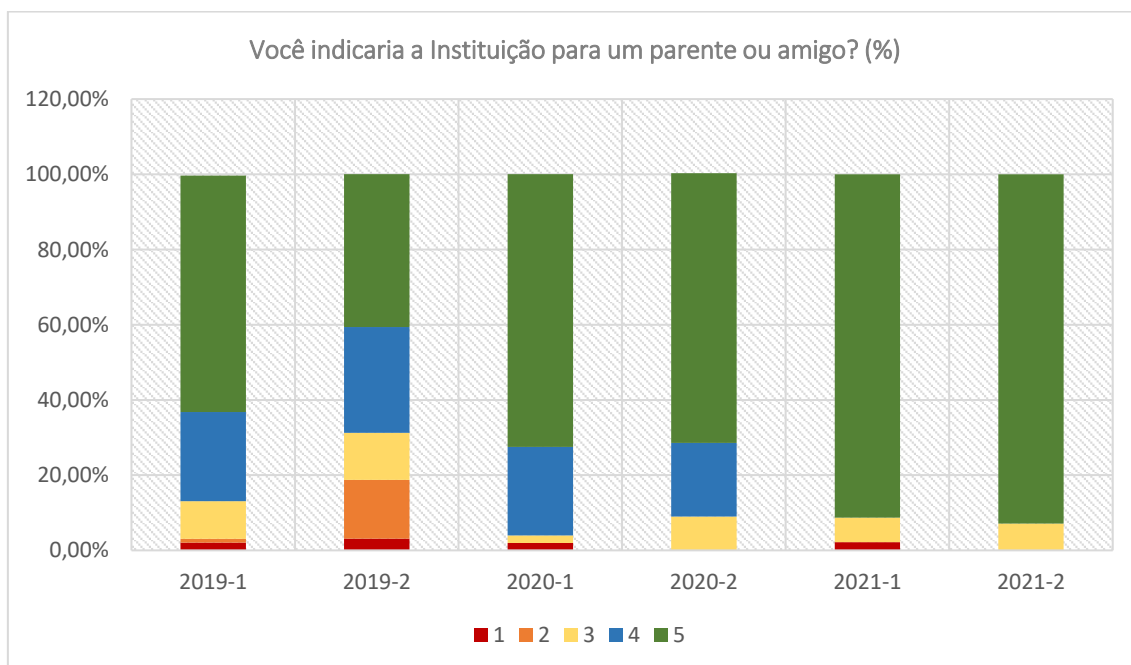
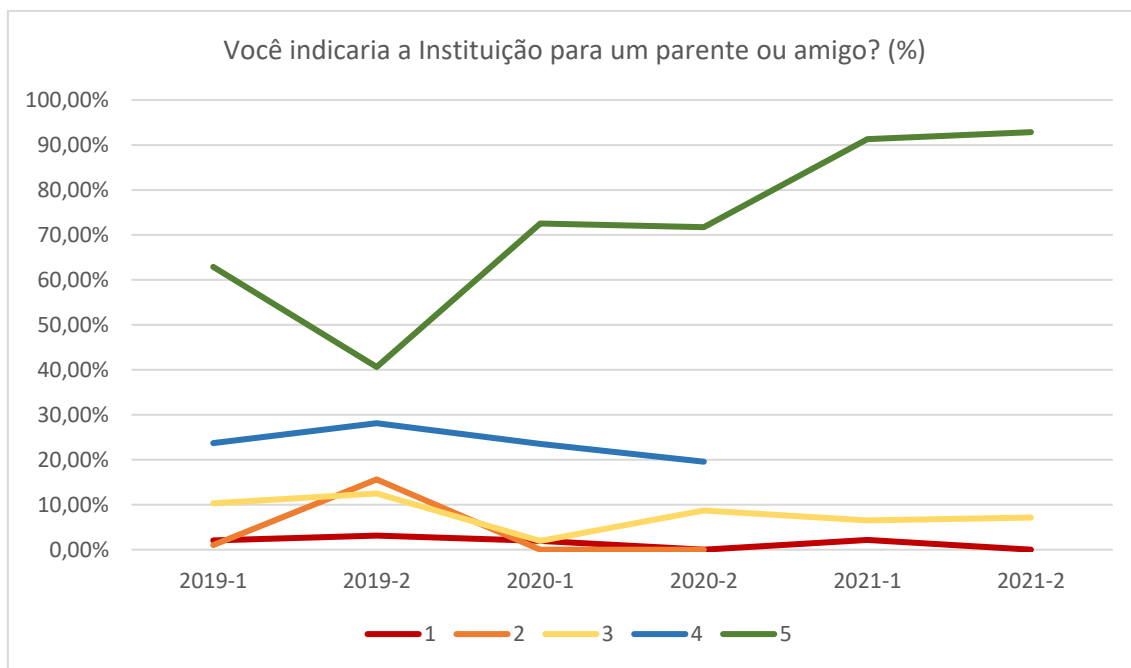


(Critério de 1 a 5 na escala *Likert*, vide Metodologia). Fonte: Dados de Autoavaliação.

²⁷ Até 2021-1 a pergunta era: “O curso atende suas expectativas enquanto perspectivas profissionais?”.

SATISFAÇÃO (INDICAÇÃO DA IES)

Questionário do Aluno: “Você indicaria a Instituição para um parente ou amigo?”²⁸



(Critério de 1 a 5 na escala *Likert*, vide Metodologia). Fonte: Dados de Autoavaliação.

²⁸ A partir de 2021-1 o quesito foi respondido em “Sim” (5), Talvez (3) e Não (1).